

# NOVO SOLH ARES

REVISTA DE ESTUDOS SOBRE PRÁTICAS DE RECEPÇÃO A PRODUTOS MIDIÁTICOS



Volume 13 N. 2

Novos Olhares - ISSN 2238-7714

Revista de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos  
Publicação semestral on-line da Escola de Comunicações e Artes da  
Universidade de São Paulo

Vol. 13, n. 2 (2º semestre de 2024)

Revista surgida em 1997 como publicação impressa com o ISSN 1516-5981. O formato eletrônico e a edição em volume anual com dois números foram adotados em 2012, ano em que a numeração da revista foi reiniciada.



Revista de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Midiáticos: publicação semestral Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

**ISSN 2238-7714**

**Volume 13 – número 2 – 2º semestre de 2024**

#### Editor Científico

Eduardo Vicente, Universidade de São Paulo, Brasil  
Mauro Wilton de Sousa, Universidade de São Paulo, Brasil

#### Comissão Editorial

Daniel Gambaro, Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
Leonardo Gabriel De Marchi, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil  
Luiz Signates, Universidade Federal de Goiás, Brasil  
Manoel Fernández Sande, Universidade Complutense de Madrid, Espanha

#### Conselho Editorial Científico

Cláudio Rodrigues Coração, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil  
David King Dunaway, University of New Mexico, Estados Unidos  
Débora Cristina Lopez, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil  
Eduardo Victorio Morettin, Universidade de São Paulo, Brasil  
Elizabeth Saad Corrêa, Universidade de São Paulo, Brasil  
Gisela Grangeiro da Silva Castro, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil  
Gislene Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil  
Ivan Paganotti, Universidade de São Paulo, Brasil  
Juan Ignacio Gallego Perez, Universidad Carlos III de Madrid, Espanha  
Juliana Doretto, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil  
Laura Loguercio Cánepa, Universidade Paulista - Unip, Brasil  
Luís Miguel Pedredo Esteban, Universidad de Nebrija, Espanha  
Mayra Rodrigues Gomes, Universidade de São Paulo, Brasil  
Maria de Los Angeles Chaparro Rodrigues, Universidad Complutense de Madrid, Espanha  
Nivaldo Ferraz, Centro Universitário Belas Artes, Brasil  
Regina Lucia Gomes, Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Rosana de Lima Soares, Universidade de São Paulo, Brasil  
Samuel José Holanda de Paiva, Universidade Federal de São Carlos, Brasil  
Sergio Nesteriuk, Universidade Anhembi Morumbi, Brasil  
Sônia Caldas Pessoa, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil  
Suzana Reck Miranda, Universidade Federal de São Carlos, Brasil  
Vander Casaqi, Universidade Paulista - Unip, Brasil

#### Consultores Ad Hoc

Cláudio Rodrigues Coração, UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil  
David King Dunaway, University of New Mexico, Estados Unidos  
Luiz Signates, Universidade Federal de Goiás  
Juan Ignacio Gallego Perez, Universidad Carlos III de Madrid, Espanha  
Juliana Doretto, Universidade Católica de Campinas, Brasil  
Sívio Antonio Luiz Anaz, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

#### Projeto Gráfico

Revista Novos Olhares

#### Produção Editorial (revisão, editoração eletrônica)

Tikinet Edição

Revisão: Giovanna Macedo | Tikinet

Diagramação: Lucas Lima | Tikinet

Normas para publicação e condições para o envio de colaborações poderão ser encontradas no site da revista ([www.eca.usp.br/novosolhares](http://www.eca.usp.br/novosolhares)), que se reserva o direito de aceitar ou não as colaborações enviadas. As opiniões emitidas nessa publicação não expressam necessariamente a posição da revista.

Revista Novos Olhares  
Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443  
Cidade Universitária, São Paulo-SP  
CEP: 05508-900  
e-mail: [novosolhares@usp.br](mailto:novosolhares@usp.br)

## Apresentação

5

**América Latina e os Anos Recentes:  
o Estudo da Recepção em Comunicação Social**  
*Jesús Martín-Barbero*

7

**A Recepção da Crítica aos Filmes Premiados  
na Mostra de Cinema Tiradentes entre  
os Anos de 2020 e 2022**

*Regina Lucia Gomes Souza e Silva*

23

**As Práticas da Social TV dos Fãs da Telenovela  
Pantanal no Facebook: Engajamento e Possíveis  
Espaços de Convivência Digital Virtual**

*Maria Cristina Palma Mungoli*

*Analú Bernasconi Arab*

33

**IA Responsável, Plataformas de Mídia Social  
e Regulação no Brasil: Notas para Pensar  
a Participação Social em Tempos de Incertezas**

*Francisco Leite*

*Isabela Xavier Gonçalves*

*Telma Luiza de Azevedo*

*Luciana Moherdau*

*Everaldo Pereira*

51

**Fronteiras da Alteridade no Documentário  
e na Ficção: Imigrantes, Refugiados e suas  
Representações na Cultura Audiovisual**

*José Augusto Mendes Lobato*

71

**A narradora de *Caderno Afegão*:**

**uma jornalista na borda do mundo**

*Leticia Myrrha de Paula e Silva Neves*

*Marcio de Vasconcellos Serelle*

85

**O Ouvinte como Aspecto da Análise dos**

**Processos de Comunicação Radiofônica:**

**Apontamentos para a Reflexão**

*Roscéli Kochhann*

97

**Rumo ao FM: Impasse e Expectativa**

**em Rádios AM Curitibanas**

*João Cubas Martins*

*Maíra Rossin Gioia de Brito*

*José Carlos Fernandes*

*Valquíria Michela John*

110

**Entre Currais e Campos de Concentração:**

**Heterotopias das Zonas de Confinamento**

**em Textualidades da Seca de 1932 no Ceará**

*Daniel Macêdo*

124

**A Reconfiguração da Hegemonia na Era Digital:**

**o Papel dos Algoritmos no Controle da Informação**

*Thiago Henrique de Jesus-Silva*

137

# Apresentação

Caras leitoras, caros leitores.

É com orgulho e alegria que entregamos a vocês mais uma edição da *Novos Olhares*. Ela é aberta com a seção *Um Outro Olhar*, na qual republicamos o texto “América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”, de Jesús Martín-Barbero (1937-2021). Ele é resultado da transcrição e adaptação de uma palestra ministrada pelo autor e publicada, originalmente, no livro *Sujeito, o lado oculto do receptor* (São Paulo: Brasiliense, 1995), organizado por Mauro Wilton de Sousa, professor titular do Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). O texto nos oferece uma extraordinária visão de um momento ainda inicial do desenvolvimento dos Estudos Culturais Latino-Americanos, apresentada por aquele que foi, certamente, seu autor de maior destaque. Além de possibilitar aos leitores uma oportunidade de (re)visitar as bases desse debate, o texto é apresentado aqui como uma homenagem a seu autor e aos quase trinta anos de publicação do livro – uma referência fundamental para os estudos de comunicação no Brasil. Seu organizador também foi o criador da *Novos Olhares*, em 1988, e o seu primeiro editor. Mauro Wilton também foi o idealizador e coordenador do Grupo de Estudos Sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos, que organizou o seminário *Sujeito, o lado oculto do receptor*, realizado na ECA/USP, em 21/10/1991, onde teve lugar a palestra de Jesús Martín-Barbero da qual resultou o texto agora republicado.

A edição reúne, ainda, outros nove artigos, inéditos e recebidos através de nosso *Call for Papers*. No primeiro deles, **Maria Cristina Palma Mungioli** e **Análú Bernasconi Arab** discutem os resultados de pesquisa acerca de grupos de fãs no Facebook que se dedicaram a comentar e a debater a telenovela *Pantanal* (Globo, 2022). São analisadas as versões da telenovela exibidas em 1990 e 2022, com o objetivo de situá-las no cenário televisivo nacional e discutir o tratamento temático e estético de ambas as produções, articulando-o ao contexto televisivo de cada época. Na sequência, **Regina Lucia Gomes Souza e Silva**, baseada nos estudos históricos contextuais de Janet Staiger, analisa como ocorreu a recepção crítica de três filmes premiados na Mostra de Cinema Tiradentes: *Canto dos Ossos* (Jorge Polo e Petrus de Bairros, 2020), *Acucena* (Isaac Donato, 2021) e *Sessão bruta* (Coletivo As Talavistas, 2022).

Seguem-se, então, dois textos ligados ao rádio. No primeiro deles, **Roscéli Kochhann** apresenta o recorte de uma pesquisa mais ampla, cujo objetivo é desenvolver um protocolo aberto para investigações sobre os processos de comunicação radiofônica. O momento atual da pesquisa forneceu indícios de que é necessário olhar para pelo menos quatro camadas de observação: a caracterização do ouvinte; a tecnologia envolta no objeto empírico; a caracterização do produto radiofônico; e os elementos contextuais. No texto seguinte, **João Cubas Martins**, **Maíra Rossin Gioia de Brito**, **José Carlos Fernandes** e **Valquíria Michela John** analisam o processo de migração AM-FM em duas emissoras de Curitiba-PR. Considerando que o Paraná, segundo dados da Agência Nacional de Comunicações (Anatel), é um dos estados com maior número de rádios migradas, os autores traçam a historicidade do processo, que transborda questões ligadas à legislação e adversidades peculiares a cada uma das rádios analisadas.

A seguir, **Francisco Leite, Isabela Xavier Gonçalves, Telma Luiza de Azevedo, Luciana Moherdau e Everaldo Pereira** buscam observar criticamente alguns impactos e transformações que a Inteligência Artificial (IA) vem operando nas relações e nos processos socioculturais no contemporâneo brasileiro. Nessa direção, os autores se propõem a explicar e delinear o conceito de IA responsável (IAR), ressaltando o papel-chave da participação social nos debates e processos de construções regulatórias. Também voltado ao contexto do digital, **Thiago Henrique de Jesus-Silva** investiga, por meio de uma revisão bibliográfica, o conceito de hegemonia algorítmica e a influência crucial que os algoritmos exercem na mediação dos fluxos de informação nas plataformas digitais. Ao se fundamentar em autores como Antonio Gramsci, Gilles Deleuze e David Lyon, o texto examina como os algoritmos não apenas moldam debates públicos, mas também reconfiguram as estruturas de poder contemporâneas.

No trabalho seguinte, **Leticia Myrrha de Paula, Silva Neves e Marcio de Vasconcellos Serelle** investigam, por meio da análise da voz da narradora de *Caderno Afegão* – livro da jornalista portuguesa Alexandra Lucas Coelho –, a alternância entre o diário pessoal e a reportagem, bem como as adesões entre as identidades textual e autoral, manifestas a partir de questões de gênero, que o choque entre diferentes culturas faz emergir. Já **José Augusto Mendes Lobato** discute a formulação de fronteiras entre identidade e alteridade na representação de refugiados e imigrantes na cultura audiovisual. Mais especificamente, examina a circulação e reverberação das “narrativas de alteridade”, buscando entender como sujeitos representados em obras documentais e de ficção (dois documentários e uma telenovela) leem seus conteúdos.

Fechando esta edição, **Daniel Macêdo** apresenta, a partir de relatos testemunhais, o processo de criação de campos de concentração descentralizados, ao longo da malha ferroviária do Ceará, para conter os fluxos migratórios aos centros urbanos dos refugiados da Seca de 1932. A engenharia de regulação dos corpos articulada através desses campos é discutida, na reflexão do autor, como um processo necropolítico.

Uma boa leitura e um excelente 2025 a todos!

Eduardo Vicente

# América Latina e os Anos Recentes: o Estudo da Recepção em Comunicação Social<sup>1</sup>

**Jesús Martín-Barbero**  
(1937-2021)

Pesquisador de origem espanhola e radicado na Colômbia, onde foi professor da Universidad del Valle (Cali). Doutor em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica) e em Antropologia e Semiótica pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris (França), distinguiu-se nos estudos sobre comunicação social, em especial quanto às mediações culturais e seu lugar social e político nas práticas de comunicação social. Entre suas obras acadêmicas, destaca-se o livro *Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia* (Editora UFRJ, 1997).

<sup>1</sup>. Texto transcrito, traduzido e adaptado a partir da exposição oral do autor no Seminário “Sujeito, o lado oculto do receptor”, realizada no dia 21 de outubro de 1991. Publicado originalmente em Sousa (1995).

**Resumo:** As reflexões deste artigo partem de uma premissa bem provocativa: a recepção não é apenas uma etapa do processo de comunicação. É um lugar novo, de onde devemos repensar os estudos e a pesquisa de comunicação. Ela não é uma etapa como sugerido pela escola norte-americana, que de algum modo nos impingiu uma espécie de história artificial, durante anos estudada pela sociologia, essencialmente a economia do emissor, e, posteriormente, pela análise semiótica da ideologia da mensagem. Procurando romper com a concepção “etapista”, quero propor que a recepção se constitui numa espécie de metáfora de reencontro dos estudos da comunicação com a sociedade latino-americana de hoje – e não dos anos 1970, quando os estudos de comunicação começaram a ter importância nas escolas e na sociedade.

**Palavras-chave:** recepção, estudos culturais latino-americanos, comunicação social.

## **América Latina y los Años Recientes: el Estudio de la Recepción en la Comunicación Social**

**Resumen:** Las reflexiones de este estudio parten de una premisa bastante provocativa: la recepción no es solo una etapa del proceso de comunicación, sino un lugar nuevo, donde debemos repensar los estudios y la investigación en comunicación. No es una etapa como lo sugería la escuela norteamericana, que de algún modo nos impuso una especie de historia artificial, estudiada durante años por la sociología, esencialmente la economía del emisor, y, posteriormente, por el análisis semiótico de la ideología del mensaje. Tratando de romper con la concepción “etapista”, quisiera proponer que la recepción se constituye en una especie de metáfora del reencuentro de los estudios de la comunicación con la sociedad latinoamericana actual, y no con la de los años 1970, cuando los estudios de comunicación comenzaron a cobrar importancia en las escuelas y en la sociedad.

**Palabras clave:** recepción, estudios culturales latinoamericanos, comunicación social.

## **Latin America and Recent Years: The Study of Reception in Mass Communication**

**Abstract:** These reflections are based on a rather provocative premise: reception is not merely a stage in the communication process, it is a new place from which we must rethink communication studies and research. It is not a stage, as suggested by the North American school, that somewhat imposed on us a kind of artificial history, studied for years by sociology—essentially focusing on the economics of the sender—and later by the semiotic analysis of the ideology of the message. Seeking to break away from this “staged” conception, I propose that reception constitutes a kind of metaphor for reconnecting communication studies with today’s Latin American society—and not that of the 1970s, when communication studies began to gain importance in schools and society

**Keywords:** reception, Latin American cultural studies, mass communication

Quando da preparação destas reflexões, entendi que havia duas maneiras de desenvolvê-las: uma, basicamente informativa, seria contar-lhes o que se passa nos países latino-americanos, que, de alguma forma, são pioneiros no tema da recepção em comunicação; outra, que me pareceu mais produtiva, seria fazer um balanço de “onde estamos” na questão de pesquisa na América Latina, com base numa premissa bem provocativa: a recepção não é apenas uma *etapa* do processo de comunicação. É um *lugar* novo, de onde devemos repensar os estudos e a pesquisa de comunicação. Ela não é uma etapa como sugerido pela escola norte-americana, que de algum modo nos impingiu uma espécie de história artificial, durante anos estudada pela sociologia, essencialmente a economia do emissor, e, posteriormente, pela análise semiótica da ideologia da mensagem.

Procurando romper com a concepção “etapista”, quero propor que a recepção se constitui numa espécie de metáfora de reencontro dos estudos da comunicação com a sociedade latino-americana de hoje – e não dos anos 1970, quando os estudos de comunicação começaram a ter importância nas escolas e na sociedade.

Primeiramente, vou analisar a ruptura com um modelo que, embora continue hegemônico, já está bastante debilitado. Em um segundo momento, quero falar sobre o que significa a recepção como verdadeiro passo ante as mediações, o sentido e o tipo de mediações, que vêm chegando à América Latina de maneira assaz importante. Em terceiro lugar, vou analisar as tentações e os enganos que o estudo da recepção proporciona até este momento na América Latina. Tudo aquilo que vislumbramos no estudo da recepção pode vir a ocultar não só uma face da recepção, que é o sujeito, enquanto ator social, como também outras dimensões fundamentais do processo.

É importante lembrar que, na América Latina, vivemos com muita frequência movimentos pendulares, esquecendo muito rapidamente tudo o que se recuperou em dado momento, e, às vezes, a complexidade de nossa sociedade. Ao final, vou apresentar, de maneira rápida, minha visão da trama conceitual que permite localizar o problema da recepção na atualidade.

### **Repensar o Processo Inteiro de Comunicação**

Parto do princípio de que a recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de um outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação. Isto significa uma pesquisa de recepção que leve à explosão do modelo mecânico, que, apesar da era eletrônica, continua sendo o modelo hegemônico dos estudos de comunicação.

Entendo modelo mecânico como sendo aquele em que não há nem verdadeiros atores nem verdadeiros intercâmbios. É o modelo em que comunicar é fazer chegar uma informação, um significado já pronto, já construído, de um polo a outro. Nele, a recepção é um ponto de chegada daquilo que já está concluído. Ele leva a uma confusão epistemológica muito grave. Estaríamos confundindo, permanentemente, a significação da mensagem como sentido do processo e o das práticas de comunicação, como também reduzindo o sentido destas práticas na vida das pessoas ao significado que veicula a mensagem. Seria entender todo o processo com base nesse significado, no qual se encontram as intenções do emissor e suas expectativas quanto ao receptor que o espera. Essa concepção confunde o sentido dos processos de comunicação na vida das pessoas com o significado dos textos, das mensagens, ou mesmo da linguagem dos meios.

Evidentemente, ela está sustentada em uma epistemologia condutista, segundo a qual a iniciativa da atividade comunicativa está toda colocada no lado do emissor, enquanto do lado do receptor a única possibilidade seria a de reagir aos estímulos que lhe envia o emissor. Essa concepção epistemológica condutista realmente faz da recepção unicamente um lugar de chegada e nunca um lugar de partida, isto é, também de produção de sentido – o sentido que estava abolido pela significação apenas transmitida ou pelos estímulos que ela comportava.



A concepção condutista, ocultando-se, estava perversamente fundida com outra epistemologia, a iluminista, segundo a qual o processo de educação, desde o século XIX, era concebido como um processo de transmissão do conhecimento para quem não conhece. O receptor era *tábula rasa*, apenas um recipiente vazio para depositar os conhecimentos originados, ou produzidos, em outro lugar.

Essas duas concepções – condutista e iluminista – compartilham um outro ingrediente que me parece muito mais interessante: um profundo moralismo. Ela está permeada por uma concepção segundo a qual o receptor é uma vítima, um ser manipulado, condenado ao que se quer fazer com ele. E isso se dá de tal maneira que, quando se iniciou na América Latina a educação para os meios de comunicação, ela consistia em proteger o receptor, em corrigir seu ponto de vista para que ele pudesse, de algum modo, contrabalançar os enganos que o levaram a converter-se em uma vítima. É interessante perceber que esse moralismo em torno do receptor coincide com uma visão política de esquerda, com uma visão de crítica social.

Como puderam fundir-se uma concepção crítica da sociedade, que politizava tudo e que politizou enormemente a análise da mensagem, com uma visão puramente moralista do receptor, tomando-o como um indivíduo isolado?

Como puderam fundir a radical politização quanto aos donos dos meios, e os artifícios da mensagem, com a dessocialização do receptor, concebido apenas como um indivíduo isolado?

Em nossa primeira etapa de investigação – dos anos 1960 até há pouco tempo – conviveram fundidos dois elementos contraditórios: politização absoluta da análise da mensagem e a despolitização, a dessocialização do receptor, que é pensado apenas individualmente: *“pobrezinho do telespectador, leitor de jornais sensacionalistas, ouvinte de rádio, exposto a essa enorme manipulação dos meios”*. Esse é o modelo de comunicação que primeiro se manifesta quando começamos a olhar a recepção não como um objeto, mas como um *lugar* novo, onde podemos rever e repensar o processo de comunicação em nossos países, em nossas culturas e em nossa sociedade.

Essa postura não implica provocar aberturas nesse modelo, já que não temos outro para colocar em seu lugar, mas sim começarmos a descobrir um mapa noturno (como os que orientam pilotos à noite), que corresponderia a intuições, vislumbres, indicadores para se avançar rapidamente.

O modelo condutista exigia, como condição de rigor e de verdade, a separação radical entre como se estuda o emissor, a mensagem e o receptor, prevendo quais disciplinas estudariam cada uma dessas etapas. Recorde-se, por exemplo, que a profunda redução do sentido ao significado havia trazido uma enorme dificuldade para aquele modelo, dado que estava claro que não havia maneira de explorar o estudo do receptor, a não ser pelas pistas da mensagem ou pela psicologia condutista. Agora é possível colocar outros problemas. Não por vontade dos investigadores e dos estudiosos, mas pela busca em nossa investigação do que a sociedade, as nossas culturas e a nossa história criaram, e que nós não estamos vendo. Foi isso que, durante muito tempo, aquele modelo impediu que pudéssemos incluir como participantes do jogo.

### **As Mediações: Anacronias e Fragmentações**

A primeira mediação que a recepção introduz, vista como um lugar e não como etapa, é a questão das anacronias e das diferentes relações com o tempo, o que em castelhano chamamos de *destemplos*. É importante observar, para além de modismos, que a reflexão sobre a pós-modernidade tem essa questão como um de seus eixos. Ao contrário da visão hegemônica, tanto da direita como da esquerda, não há só uma história, não há só uma direção da história. A concepção progressista da história, de que ela vai numa só direção, impediu de ver a multiplicidade de temporalidades, a multiplicidade de histórias, com seus próprios ritmos e com suas próprias lógicas. Assim, a primeira questão que se introduz na investigação

da recepção é a de que não há mais só uma história, nem sequer naquele sentido em que Marx pensava, isto é, a burguesia como classe universal que unificava os tempos. Parece-me importante na pós-modernidade essa nova sensibilidade, envolvendo a multiplicidade, e a heterogeneidade de temporalidades que combinem.

Há uma frase de um autor italiano, Giacomo Marramao (1989, p. 1), que diz: “Nunca como hoje percebemos a pluridimensionalidade do tempo histórico, a persistência de estratos profundos da memória coletiva, levados à superfície pelas bruscas alterações do tecido social que a própria aceleração modernizadora comporta”. A ausência dessa percepção levou os sociólogos durante muito tempo – os de esquerda e os de direita – a pensarem que havia só uma direção e nós nos desenvolvíamos, ou nos “des-desenvolvíamos”, nos subdesenvolvíamos. A reflexão sobre a pós-modernidade faz uma crítica radical dessa visão unidirecional da história, buscando resgatar a heterogeneidade de temporalidades. E, curiosamente, um dos autores que têm chamado atenção em sua reflexão crítica e debate com os pró-modelos europeus é Perry Anderson, um dos grandes marxistas ingleses, que mostra como não podemos entender a modernidade europeia sem a multiplicidade de temporalidades que conviveram no começo da modernidade: a modernidade em termos de economia, a modernidade dos partidos políticos e dos sindicatos, das forças sociais da Europa, e a modernidade dos artistas, chamada modernismo. Essas três temporalidades, muito instáveis e contraditórias, são vistas na América Latina como um processo unificado, claro, em um contexto de busca de um modelo de desenvolvimento. Essa concepção de oposição entre modernidade e tradição está mudando, porque em nossa própria sociedade há grupos sociais com dimensões moderníssimas, e outras menos modernas e tradicionais. Não há mais o passo da tradição à modernidade como se não houvesse aspectos absolutamente contraditórios, mas sim formas de articulação entre diversos processos de modernidade e tradição.

Essa é uma primeira mediação fundamental: a heterogeneidade de temporalidades. Ela pode ser pensada em nível macro, por exemplo, na proposta de Raymond Williams de que em toda sociedade convivem formações culturais arcaicas, residuais e emergentes. Isto é, há formações culturais arcaicas que celebram o passado, mas um passado que já não tem a ver com o presente, somente em termos de análise especializada ou em termos de celebração política. A formação residual é aquele passado que está vivo, não aquele que celebramos; é aquele de que somos feitos, que configura realmente nossa memória como grupo que tem, neste momento, que escapar de viver, de ter sentido na vida. E a formação emergente é aquela que almeja o futuro, que rompe, inova e experimenta, seja no plano macro, seja em termos das temporalidades das classes sociais, que não são as mesmas. E, ainda que haja fracassado o socialismo real, é indubitável que a análise de classe continua sendo uma análise fundamental para entendermos nossas sociedades. Então, há temporalidades de classe, sem fundamentalismos, sem mecanizações para opô-las como se fossem metafisicamente distintas, mas são histórica e socialmente distintas das temporalidades das raças, das fêmeas, dos sexos, das gerações. Aqui aparece, então, uma nova maneira de introduzir a dimensão histórica nos processos de comunicação, não mais como aquela história do progresso, como aquela história unificada de desenvolvimento, mas como essa heterogênea pluralidade articulada em cada país, em cada região.

Em segundo lugar, creio que podemos introduzir a mediação das novas fragmentações sociais e culturais. Durante muito tempo estudamos comunicação sem pensar no seu papel na reorganização da divisão social e, portanto, no seu contrário, na reorganização dos reconhecimentos. De um modo muito sensível, mas de que gosto muito, como disse Michel Maffesoli (1990), nos modos de juntar-se das pessoas. O que faz com que as pessoas se juntem? O que faz com que as pessoas se reconheçam? E o que faz com que as pessoas não se juntem e não se reconheçam?

Temos bastante conhecimento de que os meios reproduzem o sistema e de que isso já nos dispensava de estudar todas essas outras dimensões e mediações. E quando falo de reorganização das divisões sociais, quero dizer: primeiro, que muito do que os pós-modernos chamam de fragmentação ou dispersão do sujeito social não é mais que uma renovação das mais velhas, tradicionais e estruturais divisões

sociais. Miguel de Moragas Spá (1985), investigador catalão, há anos chama a atenção para como – e isto para ele é claríssimo nos países centrais – as novas tecnologias de comunicação – informática, fibra ótica, satélite, bancos de dados etc. – estão reforçando a divisão entre a informação e a cultura dirigidas para aqueles que tomam decisões na sociedade, e outro tipo de informação e de cultura voltado para o entretenimento das grandes massas. Eu traduzo o pensamento de Moragas Spá dizendo o seguinte: antes, quando tínhamos nada mais que dois ou três canais de televisão, até os mais elevados intelectuais do país precisavam se inteirar de que havia muita gente que gostava de melodrama. Agora os intelectuais, os executivos, os *yuppies* veem cada um a sua televisão. Eles não veem mais uma televisão, uma informação comum. Eles se inscrevem numa informação que lhes diz aquilo que realmente lhes interessa para os seus negócios, seus trabalhos ou suas investigações.

Nesse sentido, essa fragmentação do habitat cultural, como denomina Giuseppe Richieri (1989), vem reforçar a mais velha e mais estrutural das divisões sociais, que é a divisão entre os que ascendem de alguma forma ao poder, ou seja, os que têm informação para tomar decisões – e sabemos que hoje o poder passa cada vez mais pela informação –, e a imensa maioria da população, para a qual os meios de comunicação se dirigem. Vocês não precisam se preocupar com isso: divirtam-se, distraiam-se, descarreguem a frustração que significa levantar cedo, passar horas num automóvel, trabalhar num lugar chato, num trabalho insignificante, num trabalho que não enriquece, ter de gastar mais de uma hora para voltar para casa... Descansem. Distraiam-se. E os meios de comunicação trabalham fundamentalmente para essa imensa massa de gente cansada, estressada, enquanto outro tipo de comunicação e informação vai por outro lado, para poder realmente dirigir, orientar essa sociedade para tomar decisões.

Essa é uma primeira fragmentação que não tem nada de novo. É novíssima na forma de produzir, mas vem aprofundar a velha divisão social, a divisão estrutural de nossas sociedades de classe. Mas, sem dúvida, hoje assistimos a outros tipos de fragmentação, a outros tipos de divisão. Por mais que os velhos digam que os jovens de hoje são como os jovens de antes, a divisão entre jovens e adultos hoje em nossa sociedade é qualitativamente diferente da que estudavam os antropólogos no interior das sociedades tribais, ou da que estudavam os antropólogos nos anos 1950. Assistimos a um processo de separação que tem várias causas, como, por exemplo, as novas sensibilidades, os novos modos de relação da juventude com a tecnologia eletrônica diferentemente dos mais velhos, nos quais a tecnologia produz um certo susto e um certo medo. Eu próprio não poderia evitar esta sensação. A tecnologia é para os mais jovens o que o lápis e a caneta foram para mim. Essa nova relação com a tecnologia faz, por exemplo, com que muitos adultos sintam que perderam a vida, porque chegam aos 50 anos e percebem que seus conhecimentos, suas habilidades foram abolidos pela nova tecnologia; e não só ficam sem trabalho no sentido salarial, mas também sem toda aquela experiência vivida que os havia qualificado como operários, trabalhadores, administradores. Hoje há uma obsolescência muito rápida, não só dos aparatos, como também dos conhecimentos, das habilidades, das destrezas. Há uma fragmentação muito grande entre os jovens, que possuem uma espécie de convivência, de empatia com a nova cultura tecnológica, e os adultos, que se sentem impedidos de entrar nessa nova sensibilidade.

É indubitável que a nova tecnologia já não é mais uma acumulação de aparatos, é um novo organizador perceptivo, um reorganizador da experiência social, no sentido forte da experiência, no sentido da sensibilidade, do *sensorium* a que se referia Walter Benjamin – esse *sensorium* das pessoas, não só das que têm computador, que têm cartão de crédito para pôr na máquina, mas de todas as pessoas. A experiência e as relações sociais estão sendo transformadas por essas novas fragmentações, de idade, de sexo etc., que são cada vez mais trabalhadas em direções surpreendentes para nós.

Uma diferença hoje fundamental, por exemplo, é a reorganização entre os espaços público e privado. Ao contrário do que escrevi há dez anos, em direção ao pensamento de Richard Sennet, hoje não estamos assistindo somente à privatização da economia,

mas também à desprivatização da vida íntima, e alguma coisa esses dois processos têm a ver um com outro. E eu não tenho visto uma única pesquisa que conecte esses dois processos. E, portanto, há uma rearticulação, não simplesmente uma perda do espaço público. Acostumados a pensar metafisicamente, estamos sempre tentados a pensar maniqueisticamente as relações entre o público e o privado. Nesse sentido, não podemos pensar senão em termos de oposições totais, quando o que estamos assistindo é a uma reorganização tanto de uma como de outra esfera.

O privado não é mais como antes. Nem o público é o mesmo que era. Não o é fisicamente. As velhas cidades feitas para que as pessoas se encontrassem, o velho modelo de cidade espanhola ou portuguesa, com belos becos e praças onde as pessoas se reuniam, são modelos que não funcionam mais na atual concepção dos urbanistas e dos planejadores. O ator principal é o tráfego e, portanto, a linha reta. Toda praça e curva são obstáculos à circulação. Há que refazer essas cidades em função do tráfego, o que significa uma transformação radical. Alguém me chamou a atenção, há alguns anos, de que isso não significa o desaparecimento da esfera pública, mas uma mudança de seu significado.

Recentemente ouvi uma palestra sobre a mudança do sentido das fronteiras. O Estado mexicano tem investido muito dinheiro nos últimos anos para estudar a sua fronteira com os Estados Unidos. Equipes de antropólogos, sociólogos, historiadores e comunicólogos estão engajadas nessa tarefa. Uma dessas equipes, dirigida por Néstor García Canclini, já publicou os resultados. Descobriu que não se pode mais pensar a fronteira no sentido tradicional. A fronteira para os mexicanos era apenas a linha de penetração dos Estados Unidos no México. Hoje, mais que uma barreira a romper, a saltar, a invadir, elas são os lugares de osmose mais profunda. Se vocês querem entender o que se vai passar no México nos próximos anos, em vez de irem à cidade do México, sigam até as cidades da fronteira, lugares de intercâmbio, de interpenetração, de osmose mais forte.

Assim, assinalo neste segundo nível de mediações que existe um novo conjunto de fragmentação. Fragmentações dos públicos, com os quais trabalham os meios cada vez mais matizadamente, cada vez mais sabiamente, já não só entre homens e mulheres, mas mulheres de determinada profissão e idade, mulheres de cidade grande ou de cidade pequena. E todo esse acúmulo de fragmentações tem hoje indubitavelmente na publicidade uma fonte importantíssima de estudo, dado que muito do novo discurso da fragmentação passa pela publicidade, essa mesma publicidade da qual, durante anos, nós nos dedicamos a fazer a crítica ideológica. Porém, por mais que nos pese, hoje vamos descobrindo que os publicitários são os cidadãos mais sensíveis às mudanças na sociedade.

Eles sabem que as fragmentações correm por outros circuitos e, para atingir realmente a sensibilidade das pessoas, devem pôr em movimento outras dimensões da vida, do imaginário, outras representações do social, do cultural, do prestígio, do poder, da beleza, da juventude. Os valores de nossa sociedade, de alguma forma, estão sendo refragmentados e rearticulados; não pela vontade dos publicitários, mas porque a experiência social está mudando profundamente, e lá os publicitários fazem sua parte, têm sua iniciativa, e seu poder, embora um poder muito relativo e que consiste menos em manipular e mais em saber observar, descobrir o que está se passando.

Para minha pesquisa, foi fundamental descobrir o que se passou no século XIX com a invenção do folhetim. A tecnologia da imprensa, com o descobrimento da linotipia, passou a permitir o aumento da tiragem de 3 mil para 100 mil exemplares. Nesse momento, os donos dos grandes jornais de Paris e de Londres – sobretudo de Paris – formularam esta reflexão: *“De que nos serve esta maravilha tecnológica se a população não lê? Como vamos fazer para que as pessoas leiam?”*. Os empresários então, para poderem aumentar seus negócios, tiveram que se converter em antropólogos, em sociólogos, e descobrir como tinham que escrever para serem lidos por aquela gente que não lia, ou lia muito pouco e com muita dificuldade.

E aqui me deparei com o fato de que, com relação às poucas pesquisas que eu havia lido sobre o folhetim, salvo a de Gramsci, que é uma crítica permanente à

leitura que Marx e Engels fizeram na *Ideologia alemã* sobre os *Mistérios de Paris*, a maioria das investigações é inaceitável, especialmente ao enunciar coisas do tipo: vejam como eram espertos os empresários franceses, saíram-se com os folhetins, pois estes, feitos de diálogos, com colunas, requeriam menos textos para ser escritos, e ainda, o tipo graúdo das letras, as separações de capítulos, tudo colaborava para despertar o interesse do povo.

Descobri depois que não foi bem assim. É certo que havia interesses de negócios, mas também a preocupação: como vamos fazer as pessoas lerem, se não com capítulos curtos, narrativos? Se fossem longos perder-se-ia o sentido da história. Portanto, concluíram que o folhetim, mesmo o folhetim diário, tinha que ter três ou quatro cortes, com títulos muito chamativos, para auxiliar a memória, que é muito importante no prosseguimento do relato. O tipo graúdo das letras era para pessoas que leem pouco e mal, pois se assim não fosse, não iriam ler. E a frase tinha que ser curta.

Encontrei aí a primeira investigação sobre como era a leitura das classes populares, pois os empresários de jornal realizaram mais do que um negócio, eles fizeram o possível para considerar que havia outra cultura na França, que a cultura dos leitores não era apenas a dos intelectuais, apenas a dos que iam às livrarias. Estava nascendo outra cultura, a dos leitores que compram unicamente jornais e revistas – adquiridos ontem nas estações de trem e hoje nas bancas, nas ruas.

Não se tem dado a devida importância à imensa maioria dos cidadãos que nunca entram numa livraria e que compram tudo o que leem nas bancas. O livro para eles não tem o valor de prestígio, de *status*, que tem para nós. É outra relação com o livro, como com a leitura, é outra cultura.

Esse reconhecimento produz uma reorganização profunda no que se está produzindo. E aqui apresento minha segunda questão polêmica: como estamos pensando a reorganização que está acontecendo, quando nossas maiorias, que quase não lêem, saem da cultura oral e entram na modernidade por meio da gramática do rádio, do cinema e da televisão? Enquanto nós estamos pensando na modernidade ligada à ilustração, ao livro, como o grande meio ilustrado, nossas maiorias não apenas estão sendo incorporadas à modernidade, estão apropriando-se da modernidade. Posso explicar o que chamo de apropriar-se da modernidade pelas maiorias nacionais, sem passar pelo livro, porque a imensa maioria nunca aprende a ler ou lê muito pouco. Estão incorporando-se à modernidade sem deixar a cultura oral. Aqui estão aparecendo novas fragmentações e rearticulações. As velhas demarcações entre culto, popular, massificado, entre vanguarda e *kitsch* estão sendo abolidas e transtornadas. Néstor García Canclini (1991a, p. 17) teve a coragem de dizer: “Perdemos a vergonha, a América Latina é o continente do *kitsch*. Nossa história cultural é a do *kitsch*”.

Partamos daí para estudar quais são realmente as dimensões de autenticidade, de verdade, de profundidade de nosso *kitsch* diante da visão europeia do *kitsch*. É uma provocação, intelectualmente fecunda e bem interessante, para que deixemos de pensar que a única coisa que temos de verdadeiro nos ficou dos períodos coloniais, do século XVIII, do século XIX, porque, à medida que a história avança, o que há é corrupção, contaminação, deformação da cultura original, verdadeira e autêntica. A história da América Latina é a história da mestiçagem e não a história das purezas das autenticidades, gostemos ou não. E como vamos entender esta nova e enorme mestiçagem que há entre as culturas orais da maioria e as culturas da modernidade vindas pelo *videogame*, pelo videoclipe, pela música do vídeo etc., com o que os jovens de qualquer classe social, hoje, têm uma grande empatia?

Há pouco tempo, em um seminário de análise da televisão, alguns alunos colocaram-me contra a parede dizendo o seguinte: “Nós temos a sensação de que a escritura de um roteiro é a última chantagem da cultura letrada contra nós. Nós poderíamos fazer filmes sem roteiro, porque pensamos em imagens. Mas vocês, que pertencem à cultura letrada, nos fazem os exames obrigando-nos a escrever roteiros, porque seu forte é sua cultura e não aceitam que nós poderíamos fazer roteiros sem escrever”. Eu, realmente, fiquei em suspense, porque achei que havia aí alguma

coisa de verdade. Assumi uma posição, creio que bastante digna, dizendo: “Se vocês prescindem da escritura, prescindem ao menos de uma parte importantíssima da história deste planeta. Eu não posso ver como vocês poderão construir o futuro sem tomar conhecimento da enorme memória deste planeta, registrada nos livros. Mas tenho que reconhecer que, na relação educativa, nós adultos usamos a cultura letrada, desde o primário, muitas vezes em um sentido de ajuste de contas, chantagista, e o máximo é quando nos damos conta de que os alunos, por muitas razões, e não só por culpa da televisão, leem cada vez menos”.

Eu me pergunto se nós, das escolas de comunicação, estamos nos colocando esta questão: por que os jovens leem cada vez menos? Porque são muito acomodados? Porque a leitura implica trabalho e eles não querem trabalhar ? É isto? Ou há outra cultura, outra sensibilidade que desde a escola primária não foi captada? O resultado é que as crianças aprenderam a ler sem nenhum prazer, como tarefa, como ofício, não como espaço do imaginário, do prazer, da criatividade.

Se o livro não está associado ao espaço de criatividade, mas ao de reprodução, creio indubitavelmente que nossos filhos foram castrados, e que os professores acharam muito mais fácil colocar a culpa na televisão. Eu não digo que há conformismo na juventude, mas que há também outros problemas, outras dimensões nessa cultura visual e sonora dos jovens, que não estamos entendendo e que pensamos resolver simplesmente acusando, denunciando, desvalorizando. Isso foi o que senti naquele dia, quando meus alunos de roteiro me interpelaram. Eu senti que desvalorizávamos nutras possibilidades de relação criativa na produção com os meios, porque fizemos nosso caminho e tendíamos a ficar nele.

### **Exclusões e Demandas**

Outra dimensão-chave da recepção é a exclusão cultural. Não podemos estudar a recepção nem observar a comunicação com base na recepção sem analisar os processos de exclusão cultural. Somente vou lembrar três modos de deslegitimação e de desqualificação do gosto popular através da pecha de ausência de gosto ou mau gosto. Primeiramente, o que agrada aos receptores populares, quase sempre, seria aquilo que é de mau gosto ou, inclusive, sem gosto, porque, como escreveu Bourdieu, há somente um gosto, aquele que permite distinguir-se. E precisamente o gosto popular seria o gosto da indistinção, não há possibilidade de que as classes populares tenham gosto. Há uma deslegitimação do gosto popular por essas vulgaridades que são a telenovela, a luta livre, a comédia barata norte-americana etc.

Em segundo lugar, a deslegitimação da cultura dos gêneros narrativos. O prestígio da cultura do autor deslegitima a cultura dos gêneros. Um filme de gênero é de segunda categoria; um verdadeiro filme é o de Bergman ou de Antonioni. O cinema avança pelo cinema de autor. O cinema de gênero seria um estratagema comercial para atrair pessoas ignorantes que vão ao cinema para rir do que já conhecem.

E, finalmente, há uma deslegitimação dos modos populares de recepção, dos modos populares de desfrutar as coisas. Por exemplo: as classes populares se apaixonam, e a paixão é perigosa e deve ser controlada, educada, domesticada. Desde o século XVIII, nos teatros populares, as pessoas se emocionavam tanto que quebravam os assentos para atirar nos personagens. Como conta Richard Sennet (1978), em *O declínio do homem público*, precisavam renovar a cada ano os teatros porque as poltronas se acabavam. Esse modo tumultuado, ruidoso, emocionado e apaixonado de desfrutar é deslegitimado em nossa sociedade. Essa expressividade popular seria a marca da ausência de cultura, de gosto e de educação.

Não podemos estudar a recepção sem analisar essas dimensões de exclusão que hoje continuam vivas em nossa sociedade, por mais transformações que tenha havido. Qualquer tipo de expressividade, em termos informacionais, se converte em ruído. A expressividade popular é um ruído que não temos podido tratar nos estudos de comunicação da América Latina. Há boa parte de nossa cultura popular que somente entra como ruído, como obstáculo à informação. Por isso eu dizia que observar a recepção implica estudar o ruído não apenas em termos negativos, de obstáculo.

Há uma outra mediação: as demandas sociais que passam pela recepção. Valerio Fuenzalida (Fuenzalida & Hermosilla, 1989), pesquisador chileno do CENECA, que hoje está na direção da Televisão Nacional do Chile, tem trabalhado essa ideia. É algo que tenho desenvolvido particularmente com ele: há um acúmulo de demandas sociais de comunicação e de cultura que se expressam nos modos de ver, de ler e de escutar. São demandas não formuladas, que não têm forma, que requerem um exame para que possam ser formuladas, tomar forma; seriam demandas dirigidas.

Minha posição a esse respeito é que houve o fracasso – palavra muito dolorosa, mas usada por Elisabeth Fox (1990), que é talvez quem tem estudado mais a fundo a história das políticas nacionais de comunicação na América Latina – das políticas nacionais de comunicação, nos anos 1970, que não levou em conta os diferentes modos de ver, de ler, de escutar. Essas políticas foram pensadas por ilustrados de muito boa vontade, por investigadores de comunicação, comprometidos politicamente, da vanguarda da crítica social, pessoalmente esplêndidos, entregues às suas causas, mas pensavam que eles e os políticos podiam legislar sobre o que era necessidade do povo, quais eram a televisão e o rádio de que as pessoas precisavam. Não se pensou nisso durante os anos 1970, e, somente nos anos 1980, começamos a retomar esse assunto, com base em Gramsci.

Como se expressa a sociedade civil? A multiplicidade de atores da sociedade civil não foi levada em conta para nada, por isso as políticas nacionais de comunicação fracassaram. Não só porque iam contra os interesses comerciais de seus donos, mas porque deixavam de fora as demandas culturais do povo, as quais, nos agradem ou não, são diferentes, em muitos casos, das demandas sociais dos intelectuais e dos políticos de esquerda. Eu penso que uma democratização dos meios e de seu papel precisa de pesquisas para dar forma às demandas sociais de comunicação e de cultura, que passam pelos diferentes modos de desfrutar e de relacionar-se com a comunicação. Eu não sei como vamos democratizar a televisão se não descermos de nosso pedestal, e estudarmos quais são as demandas culturais do povo. É interessante que o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), nos últimos anos, tem incentivado a investigação do consumo cultural na América Latina. Sérgio Micelli (1972) no Brasil, Oscar Landi na Argentina, J. Joaquín Brunner no Chile, N. García Canclini (1991b) no México e outros, estão começando realmente a propor na sociologia e na antropologia a necessidade de estudar, de descentralizar nossa observação para pesquisar as demandas de consumo.

### **Artifícios e Tentações**

Uma outra linha de reflexão é sobre as tentações e os artifícios que o estudo da recepção pode propiciar hoje.

É indubitável que o estudo da recepção, no sentido em que estamos discutindo, quer resgatar a vida, a iniciativa, a criatividade dos sujeitos; quer resgatar a complexidade da vida cotidiana, como espaço de produção de sentido; quer resgatar o caráter lúdico da relação com os meios; quer romper com aquele racionalismo que pensa a relação com os meios somente em termos de conhecimento ou de desconhecimento, em termos ideológicos; quer resgatar, além do caráter lúdico, o caráter libidinal, desejoso, da relação com os meios.

Entendo, porém, que o estudo da recepção se encontra hoje ameaçado pela crença no *slogan* publicitário, segundo o qual o consumidor é quem tem a palavra. Em nossa sociedade, a publicidade nos remete a entender que ela não faz senão captar a palavra do consumidor. A ideia de que o poder residiria no próprio consumidor é, em grande medida, falsa. Acredita-se que é ele quem decide o que vê, o que lê, o que escuta. Não importaria muito se os programas são de boa ou má qualidade; cada leitor faz a sua leitura. De um lixo, poder-se-ia fazer uma leitura profunda e preciosa.

Digo isso porque introduzi o estudo da recepção com esta frase: temos que estudar não o que fazem os meios com as pessoas, mas o que fazem as pessoas com elas mesmas, o que elas fazem com os meios, sua leitura. Atenção, porque isso pode nos levar ao idealismo de crer que o leitor faz o que lhe der vontade; mas há limites

sociais muito fortes ao poder do consumidor. É claro, portanto, que importa o que se lê, como é importante o que se consome. Perguntem a qualquer dona de casa. Ela sabe que importa o que se consome, que não pode ser qualquer coisa, porque, se o que ela compra é ruim, ela não pode fazer uma comida muito boa, ainda que seja uma cozinheira fabulosa. Há limites no seu saber enquanto cozinheira, dependendo dos ingredientes com os quais vai cozinhar. Então, o poder não está todo do lado do consumidor, não está todo do lado de quem cozinha, depende daquilo com o que vamos cozinhar, daquilo que vamos ler.

A segunda ameaça, a mais perigosa, é desligar o estudo da recepção dos processos de produção, seguindo aquele modelo mecânico, no qual cada um deles tem sua própria lógica e suas próprias disciplinas para serem estudadas: não tem nada a ver o que se passa na economia da produção com o que ocorre na recepção. Eu não poderia compreender o que faz o receptor, sem levar em conta a economia de produção, a maneira como a produção se organiza e se programa, como e por que pesquisar as expectativas do receptor. Isto é, poderíamos cair agora em um novo idealismo, segundo o qual entender-se-ia o que faz o receptor, sem levar em conta a concentração econômica dos meios e a reorganização do poder ideológico da hegemonia política e cultural, que estão tendo lugar em nossa sociedade.

Eu não tenho nenhuma receita, mas ao menos sei o que não quero. E não gostaria que o estudo da recepção viesse nos afastar dos problemas nucleares que ligam a recepção com as estruturas e as condições de produção. E isso sem tender para nenhum dos dois lados – como naquela visão pessimista, ainda presente nos intelectuais e em nossos cientistas sociais, sobretudo os de esquerda, segundo a qual, assim como se pode programar o trabalho (lembrem-se do fordismo, que considerava que se podia planejar e programar as tarefas do trabalhador em cada momento de operação da fábrica), podia-se também programar a recepção. Ainda hoje, há gente que pensa que a recepção é programável e que o pobre receptor não é senão uma vítima manipulada dessa recepção. Esse é um extremo. O outro extremo é desconhecer todos os saberes dos produtores, saberes cada dia mais especializados, mais profundos. Esses dois extremos não são contraditórios. Para a mentalidade moderna, havia uma oposição entre profundidade e especialização, e nesse sentido pensem em Ortega y Gasset. Mas sabemos que isso não é assim. Como disse Lyotard, o horizonte do conhecimento é cada vez mais ilimitado, mas todo discurso é local, e creio que essa é uma grande verdade. A nova sensibilidade é esta, nunca se ampliaram tanto os horizontes do conhecimento, mas todo discurso é parcial, é especializado, é local. Seria suicida para nossos países, nossos estudos e nossos profissionais de comunicação deixar, como algo desligado do processo de recepção, todos esses saberes dos produtores porque, no fim, são eles que mais sabem sobre a recepção. Eles estão à nossa frente, no conhecimento do receptor.

Mauro Wolf, teórico e pesquisador italiano, que tem uma das pesquisas mais profundas e interessantes sobre os gêneros em TV considerando o produtor e o receptor, colocou muito claramente ser impossível entender o funcionamento do gênero na recepção, sem compreender como são interpretados os gêneros pelos produtores, tanto em termos de economia como de narrativa: o diretor, o ator, o jornalista, o roteirista etc. (Wolf et al., 1980). É impossível desligar um do outro. Há todo um conhecimento e um saber do receptor sem o qual a produção não teria êxito. Portanto, temos que assumir toda essa densidade, essa complexidade da produção, porque boa parte da recepção está de alguma forma não programada, mas condicionada, organizada, tocada, orientada pela produção, tanto em termos econômicos como em termos estéticos, narrativos, semióticos. Não há uma mão invisível que coordena a produção com a recepção. Há cada vez mais investigação, mais saberes.

Há um livro excelente, escrito por dois autores mexicanos, Mabel Piccini, da Argentina, mas que vive há muitos anos no México, e Javier Mier (1987), sobre os modos como os jovens veem a televisão. Interessante que o livro começa estudando as indústrias culturais, mas não no velho sentido apocalíptico, adorniano, e sim a indústria cultural de nossas sociedades, o industrializar esses conhecimentos. As indústrias culturais fabricam os saberes e cada vez mais aproveitam a própria investigação social para isso. Eles estão sabendo tirar partido de muitas investigações



sociológicas, antropológicas, psicológicas, psicanalíticas, que nós, estudiosos de comunicação, desconhecemos, muitas vezes olímpicamente, crendo que realmente a coisa não é por aí.

Finalmente, concluindo essa ideia, o artifício consiste em nos darmos conta de que a verdadeira proposta do processo de comunicação e do meio não está nas mensagens, mas nos modos de interação que o próprio meio – como muitos dos aparatos que compramos e que trazem consigo seu manual de uso – transmite ao receptor. Sabemos que o consumidor não somente crê, mas é com base nos modos de uso que esses aparatos são socialmente reconhecidos e comercialmente legitimados.

Assim, é interessante saber que a recepção é um espaço de interação. Mas não podemos cair agora em outro extremo. Durante muito tempo, pensamos que estudar comunicação – penso na primeira etapa de Mattelart, primeira etapa da sociologia crítica da América Latina, unida à teoria da dependência e à crítica do imperialismo – era ocupar-se da economia das transnacionais, da economia das classes dominantes em sua relação com os meios. Quem são os donos dos meios? Se sabíamos quem eram os donos, já sabíamos tudo.

Numa segunda etapa, descobrimos que, no todo, havia que se estudar a mensagem, porque pela mensagem passavam certas coisas da sociedade, e agora talvez pareça que chegar ao receptor é somar o que já sabemos. Não é uma somatória. Estamos discutindo outro modo de ver a comunicação, estamos propondo que o processo de recepção é um processo de interação; na expressão dos italianos, é um processo de negociação do sentido. Não há comunicação se cada um ler no jornal o que lhe der na cabeça. Dão-se outras coisas: neuroses, histerias, mas não um processo de comunicação. Nesse ponto, não podemos cair em extremos. O primeiro extremo é: quem sabe o que se passa na comunicação é o emissor. Há que estudar as intenções do emissor, se são manipulatórias ou ideológicas. Nem podemos ficar no extremo de pensar que o receptor faz o que quer com a mensagem. O que estamos estudando, com base na recepção, é um modo de interagir não só com as mensagens, mas com a sociedade, com outros atores sociais, e não só com os aparatos. Quem levou anos investigando a telenovela sabe que o sentido dela tem muito mais a ver com a circulação da significação do que com a significação do texto. É contando a telenovela uns aos outros que se constrói o seu sentido. E digo “uns aos outros” e não só “umas às outras”, porque temos descoberto que os homens também falam da telenovela, mesmo que num discurso disfarçado, envergonhado. É nessa circulação de discursos que se constrói o sentido que finalmente vai ter a novela para um grupo social determinado.

### **Trama Conceitual Para a Investigação da Recepção**

Chegando à última parte, vou simplesmente nomear as chaves da trama conceitual da investigação da recepção na América Latina. A meu ver são quatro: os estudos da vida cotidiana, os estudos sobre o consumo, os estudos sobre estética e semiótica da leitura e os estudos sobre a história social e cultural dos gêneros.

Primeiro, os estudos da vida cotidiana. É certo que a vida cotidiana teve outras significações em outros tempos. E, hoje em dia, autores brasileiros têm trabalhado sobre vida cotidiana e vida urbana contemporâneas, sobre a reorganização da experiência cotidiana na cidade, produzindo textos-chaves para repensar o sentido atual da vida cotidiana. No caso, eu devo mais aos autores brasileiros do que a Agnes Heller, para pensar a vida cotidiana na América Latina.

Primeiro, destaca-se a ruptura com aquela visão puramente reprodutiva da vida cotidiana, que seria o espaço da reprodução da força de trabalho. Pode ser que, em outros tempos, a vida cotidiana, sobretudo nos começos da Revolução Industrial, não pudesse ser pensada senão como espaço para a reprodução da energia vital. Hoje em dia, há um aporte importante da sociologia da vida cotidiana, seja por Heller, seja pela etnometodologia norte-americana. Entre os pensadores da América Latina, cito, por exemplo Norbert Lechner (1998), autor chileno, de ascendência alemã, que escreveu um livro com o título *Los patios interiores de la democracia*.

Essa obra é um conjunto de artigos sobre a subjetividade na política, a constituição dos sujeitos na política. Ele reserva um capítulo para fazer um balanço da sociologia da vida cotidiana, e descobre que o aporte fundamental que ela traz é ver a vida cotidiana como espaço em que se produz a sociedade e não só onde ela se reproduz. A sociedade está sendo ativamente produzida, pela e para a maioria das pessoas. Há uma produção incessante do tecido social.

Na América Latina, vários autores começaram a diferenciar, por esse motivo, do ponto de vista metodológico e epistemológico, a *socialidade*, uma outra dimensão da sociedade. Com isso, há que se repensar o conceito de hegemonia, não em termos da hegemonia ideológica do grupo que dirige a sociedade, mas de uma sociedade muito mais fragmentada, uma sociedade que não tem um só centro, como dizem os pós-modernos, e na qual a vida cotidiana tem um papel muito mais importante na produção incessante do tecido social. Ou seja, a vida cotidiana é o lugar em que os atores sociais se fazem visíveis do trabalho ao sonho, da ciência ao jogo. Ao contrário do estruturalismo metafísico, no qual éramos falados e pensados pelas estruturas, tampouco desejávamos, éramos desejados pelas estruturas. Nosso desejo era o desejo da estrutura. Não sei que desejo pode ter a estrutura, mas o estruturalismo psicanalítico levou a pensar que o nosso desejo não era um desejo de sujeito, mas de estruturas sujeitas.

Em uma segunda ruptura, os estudos sobre a vida cotidiana reintroduzem uma velha e importante categoria, a categoria de senso comum em uma dupla direção. Não só o senso comum com base na crítica de Gramsci, mas no sentido que Gramsci utilizou para falar de qualquer cidadão como sendo um filósofo, um intelectual. O cidadão como intelectual é alguém que se faz perguntas, e os filósofos não são só os que escrevem livros sobre a história da filosofia para se contrapor a outro filósofo, mas sim as pessoas comuns que filosofam porque pensam, duvidam, questionam, mas no sentido diverso do senso comum.

Eu creio que precisamos repensar a produção cotidiana de sentido. E sentido significa, antes de tudo, sentidos: de ver, de gostar, do fato, do ruído, sensibilidades. O que é isto, chamado de sentido comum? Desapareceu, ou as pessoas perderam o sentido comum? Há algum sentido em comum? Que é isso? Eu creio que o estudo da vida cotidiana tem em comum nos seus grandes campos de trabalho uma teoria nova e uma investigação sobre o sentido comum. Por exemplo, a reivindicação de sentido comum popular, mas não no sentido populista, daquela visão heroica da militância para a qual só teriam sentido os grandes sentidos da vida, as situações revolucionárias, os grandes acontecimentos. Resgatar o sentido comum é resgatar esse viver cotidiano como espaço de produção de conhecimento e como espaço de produção e de troca de sensibilidade. Interessante que Habermas tenha tido a coragem de dizer que a categoria central de uma teoria social crítica, hoje, já não é mais a categoria do trabalho, mas a categoria da comunicação. O que me parece sintomático e precioso para os investigadores sociais é que Habermas, um marxista em tempo integral e grande continuador da Escola de Frankfurt, diga que a categoria central para poder investigar o social não é mais o trabalho, não é mais a produção, é a comunicação. Há aqui um grande desafio: que papel exerce essa práxis cotidiana da comunicação de que fala Habermas, esse sentido comum comunicativo? E, finalmente, a vida cotidiana é – e este é um aporte específico, a meu ver, dos brasileiros – o espaço de reconhecimentos socialmente importantes?

Vários autores brasileiros têm dito que no trabalho não somos nada. É no bairro que a pessoa é alguém, tem um nome, tem uma vida, tem uma história, é filho de fulano, é pai de beltrano; e no trabalho é alguém na medida em que os companheiros reconhecem nele esse sujeito social, que é negado pelo trabalho e que é tecido nas relações de bairro, nas relações sociais curtas, primeiras, domésticas. De maneira que a vida cotidiana, obviamente, não fica na casa, não fica no bairro, mas, tecido de reconhecimentos sociais, tem como seu espaço produtivo, como seu espaço criativo, o espaço do bairro.

Devemos ainda discutir um pouco sobre o consumo e sua investigação. Vou me referir fundamentalmente aos balanços feitos por Néstor García Canclini nos estudos

de consumo, aos trabalhos de Manuel Castels, sociólogo de movimentos urbanos, e, sobretudo, aos estudos de Bourdieu.

Primeiro, falemos sobre o consumo como prática de apropriação dos produtos sociais. Já estamos saindo um pouco da nebulosa baudrillardiana de simulacro. Em nossa sociedade há simulacro, mas há também divisão social e diferentes modos de apropriar-se dos produtos sociais. Nem o ator nem o produto são puramente simulados. Em sua relação há simulacro, mas essa relação não se esgota nele.

Segundo, o consumo é o lugar da diferenciação social, por antonomásia. É o lugar da distinção simbólica, por meio não só do que consumimos materialmente, mas, sobretudo, dos modos de consumir. Creio que isto todos sabem: o consumo é um lugar de diferenciação social, de demarcação das diferenças, de distinções, de afirmação da distinção simbólica.

A cidade onde vivo serve como exemplo. Vocês sabem que um dos grandes cartéis do narcotráfico está em Cali. E uma das coisas que o narcotráfico produziu foi uma nova classe social que não é nem alta, nem média nem baixa. Culturalmente, são novos-ricos que reformulam os gostos porque têm comportamentos culturais populares, mas apresentam uma nova fixação, de tipo edípico, por Miami. A classe média de Miami seria o padrão de gosto, mas em certas coisas eles tenderiam a ser refinados. É um desafio para nós, investigadores, compreender o que se passa. Hoje não podemos comprar móveis, em um cidade de um milhão e meio de habitantes, se não entrarmos, de alguma forma, nesse novo padrão de *habitat* que os novos-ricos criaram na cidade. O cartel de Cali, em lugar de querer tomar o governo, tomou a maneira de organizar as casas, o mobiliário e as edificações, e está impondo seu gosto- horroroso! Para os edifícios, eles estão implantando padrões, desde o do Partenon grego até de certas casas do Texas. Houve um caso em que, tendo-lhe sido negada – era de quadro médio – a entrada no clube social mais prestigiado de Cali, o novo-rico chamou o arquiteto que havia projetado o clube e mandou construir um menor, em sua casa, exatamente igual ao Clube Colômbia de Cali. Aí temos um campo interessante para o estudo de como se reelabora o sistema, tendo o consumo como ponto de organização da diferença, da distinção social. Obviamente, a classe alta e refinada de Cali, que havia construído o bairro chamado Cidade Jardim, teve que migrar para outro bairro e construir um novo lugar para se distinguir, pois o que havia construído já não lhe valia mais – fora apropriado pelos novos-ricos.

Em terceiro lugar, aponta-se o consumo como sistema de integração e de comunicação de sentidos, como modo de circulação e popularização de sentido. Por mais fragmentações que haja em nossa sociedade, somente pode haver distinção social se os diferentes grupos sociais comunicam entre si o sentido dessa distinção, se há possibilidade de que tal distinção seja reconhecida, legitimada. Para isso tem que haver circulação e comunicação de sentido, tem que haver integração dos diferentes sentidos sociais. O consumo não é só o lugar de afirmação da distinção, é também o lugar de circulação de seus sentidos, de comunicação entre eles, para que haja ao mesmo tempo exclusões e legitimações.

Em quarto lugar, o consumo é o cenário de objetivação de desejos. Há uma dimensão, todos sabemos, fundamental em nosso consumo, é uma dimensão libidinal, dimensão desejante, e por mais que o desejo atravesse nosso consumo, permanentemente, orienta-o, inclusive contra o nosso bolso, contra nossas possibilidades econômicas. Isto porque consumir faz parte da relação desejante entre sujeitos da interpelação que nos constitui como sujeitos. Desde a casa, a roupa, o automóvel, os filmes que veem, os livros que têm.

E, finalmente, um quinto aspecto relativo ao consumo é que ele é um lugar de processo ritual. Não consumimos loucamente, selvagememente; o consumo tem seu ritual, tem a sua organização, tem sua lógica, segundo diferentes atores sociais, grupos, classes, etnias e gerações. Há rituais de consumo que fixam pautas, que criam modelos, que têm cenários, que assinalam épocas, tempos propícios.

Uma terceira chave conceitual de estudos sobre recepção na América Latina refere-se à leitura, indicada aqui apenas como uma terceira pista teórica, das investigações sobre a estética da recepção na Escola de Constanza, que são tão importantes sobre a construção social dos modos de ler, e também das investigações realizadas a partir de Bakhtin. Penso que nos livros de Bakhtin – tanto em seu livro sobre a cultura popular da Idade Média ao Renascimento, como em sua estética da literatura, da criação verbal – há uma proposta de mudança de lugar do texto como eixo da investigação que coloca a interação dialógica como o verdadeiro objeto da investigação cultural, chegando-se à leitura como interação-comunicação.

Essa mudança do texto como foco de análise característico da semiótica estruturalista deu hoje um passo para uma descentralização, e coloca como objeto prioritário a interlocução, o diálogo, a interação. O aporte latino-americano, como o trabalho pioneiro de Beatriz Sarlo (1985), argentina, sobre as novelas para “mulheres sensíveis”, figurinistas, modistas dos anos 1920, tem um título precioso, *O império dos sentimentos*. Ela começa o livro violando a regra de todo crítico literário culto, reconstruindo o mundo das leitoras. Quem são essas mulheres? Que sujeito-leitor está no centro daquela criação cultural, tão desvalorizada, tão deslegitimada? Estudar as assimetrias, as negociações entre autor-leitor, entre leitor e autor, essa relação carnavalesca, como a chama Roberto Da Matta (1985), que faz com que o leitor se confunda com a personagem e obrigue o autor a tê-lo em conta, e que vai mostrar como seu cenário capital a telenovela. Essas assimetrias, negociações e pactos de leitura não são mero *feedback*, mas são autênticos pactos de leituras sociais que tornam possível não só um enorme negócio, mas uma transformação cultural. Também os estudos sobre leitura entraram, já há alguns anos, na linha de Barthes, no estudo da legitimidade do prazer, da relação lúdica, da relação prazerosa, da relação saborosa e não puramente cognoscitiva. Todas essas outras dimensões da sensibilidade, do jogo, da diversão, não são vistas como saída, mas como outro modo de apropriação e de relação da realidade e, portanto, com os textos.

E, por fim, o aporte dos pós-modernos aos novos modos de leitura, que nos Estados Unidos, principalmente, estão fundamentados no estudo do controle remoto da televisão. Esse leitor vagabundo, errante, nômade, que não fica quieto num só texto, mas que vai lendo ao mesmo tempo vários textos e, a partir deles, construindo outro texto. Ele parte de um informativo, de uma dramatização, fica fascinado com a publicidade, depois muda. Ele não só suporta mas busca a publicidade, pois, para alguns leitores, a publicidade é o melhor da televisão. Suportam o resto para poder ver a publicidade.

Concluindo, é preciso falar sobre o estudo dos gêneros, a história social e cultural dos gêneros. Os gêneros aparecem não como propriedades dos textos. O gênero não é algo que passa ao texto, mas algo que passa *pelo* texto. Seguindo a linha de investigação do grupo de Bolonha, o gênero é uma estratégia de comunicação, ligada profundamente aos vários universos culturais. Chegam a ser verdadeiros idiomas que, se não pertencem à sua cultura, ficam de fora. O gênero não é só uma estratégia de produção, de escritura, é tanto ou mais uma estratégia de leitura. Enquanto as pessoas não encontram a chave do gênero, não entendem o que está se passando na história. Há um exemplo disso. Fui assistir a *As mil e uma noites*, de Pasolini, numa sala de cinema pornô, porque havia perdido a chance de vê-lo num cinema de estreia. Entrei naquela sala em dia de semana, às seis da tarde, estava cheia. Aos dez minutos de filme ficamos em apenas quatro pessoas. Porquê? Se era pelo fato de ser um filme de nus, como disse uma amiga minha, estava ali a melhor coleção de pênis da história. Era precisamente por isso, porque Pasolini desnudava o corpo masculino, o que rompia com toda a nossa cultura ocidental, que sabe apenas desnudar a mulher. As pessoas não entenderam nada e saíram. Não porque não tivessem as “chaves” do pornô, mas porque, evidentemente, tratava-se de um filme antipornô. Elas rapidamente entenderam que não entendiam e saíram.

O gênero é um estratagema da comunicação, completamente enraizado nas diferentes culturas, por isso, geralmente, não podemos entender o sentido dos gêneros senão em termos de sua relação com as transformações culturais na história e com os movimentos sociais. Os gêneros têm muito a ver com os movimentos

sociais. Vou seguir somente uma pista, como exemplo, que é a pista da empatia dos anarquistas espanhóis com o melodrama.

Os grandes textos dos anarquistas andaluzes espanhóis eram o Evangelho e o melodrama. Ainda que fossem ateus, o *velho* Evangelho para eles era um texto importantíssimo, de leitura popular, e também o melodrama. Há que seguir a pista, não somente dos gêneros como narrativas, mas como lugar de cruzamento de grandes transformações culturais com movimentos sociais e políticos. E, finalmente, dizer que o gênero aparece a partir de P. Fabri (1973) como unidade de análise da cultura de massa – oxalá tivéssemos descoberto Paulo Fabri antes, para que não passássemos tanto tempo aplicando à cultura de massa as ferramentas da cultura culta. Faço essas afirmações porque trabalhei como semiólogo, e despendíamos todo o tempo aplicando a três vinhetas de uma historieta um enorme instrumental de tipo metodológico e técnico, que não tinha nenhuma proporção nem coerência com o funcionamento dessa narrativa. Aplicávamos toda sofisticação de Barthes a um objeto que, como os italianos descobriram, tem como unidade de análise outra coisa que não é o gênero. A cultura de massa é outra cultura que tem a sua lógica. Baseados nos trabalhos de Yuri Lotman, semiótico russo, verificamos que realmente há duas culturas em nossa sociedade, com duas lógicas distintas: a cultura gramaticalizada, que é aquela na qual o prazer de ler reside em conhecer a gramática de produção do texto; e outra, cultura textualizada, em que as pessoas não conhecem a gramática, e vão a outro texto. Isso é um gênero. Uma família de textos que, por parentesco, levam pessoas que desconhecem a gramática de produção de uns a outros. Seu desfrute, sua chave de inteligência e sua chave de prazer não consistem em saber gramática de produção para desfazê-la, desmontá-la: assistiram a um filme policial que os apaixonou, em que eram captados, e foram se transformando em especialistas, *experts* em cinema policial, assim como as pessoas tornam-se *experts* em telenovela. E, no sentido mais estreito da palavra, sabem muito mais do que nós sobre telenovela, porque certamente tomam-se pessoas que entendem aquele gênero e acabam sendo expressão dessa cultura.

Para terminar, cabe dizer que o gênero é hoje um lugar-chave da relação entre matrizes culturais e formatos industriais e comerciais. Temos vivido separando completamente estas duas coisas. Uma coisa era o estudo dos textos literários ou das matrizes culturais, e outra, o estudo dos formatos. O gênero é lugar de osmose, de fusão e de continuidades históricas, mas também de grandes rupturas, de grandes discontinuidades entre essas matrizes culturais, narrativas, gestuais, estenográficas, dramáticas, poéticas em geral, e os formatos comerciais, os formatos de produção industrial.

## Referências

Da Matta, R. (1985). *A casa e a rua*. Brasiliense.

Fabri, P. (1973). Le comunicazioni di massa in Italia: sguardo semiotico e malochio della sociologia. *Versus, quaderni di studi semiotici*, (5). [https://www.paolofabbri.it/saggi/comunicazioni\\_massa/](https://www.paolofabbri.it/saggi/comunicazioni_massa/)

Fox, E. (1990). *Días de baile: El fracaso de la reforma de la televisión en América Latina*. FELAFACS-WACC.

Fuenzalida, V., & Hermosilla, M. E. (1989). *Visiones y ambiciones del televidente*. CENECA.

García Canclini, N. (1991a). *Culturas híbridas*. Grijalbo.

García Canclini, N. (1991b). *Los estudios sobre comunicación y consumo: Trabajo interdisciplinario en tiempos neoconservadores*. FELAFACS.

Lechner, N. (1998). *Los patios interiores de la democracia*. Fondo de Cultura Económica.

Maffesoli, M. (1990). *El tiempo de las tribus*. Icaria.

Marramao, G. (1989). Palabra-clave metapolítica: más allá de los esquemas binarios acción/sistema y comunicación/estrategia. In X. P. Quintero & F. Jarauta (Eds.), *Razón, ética y política: El conflicto de las sociedades modernas* (pp. 59-85). Anthropos.

Mier, J., & Piccini, M. (1987). *El desierto de los espejos: Juventud y televisión en México*. Plaza y Valdes.

Moragas Spá, M. (1985). Transformación tecnológica y tipología de los medios. In *Sociología de la comunicación de masas* (Vol. IV). Gustavo Gili.

Richieri, G. (1989). Crisis de la sociedad y crisis de la televisión. *Contratexto*, 4(004). <https://doi.org/10.26439/contratexto1989.n004.1920>

Sarlo, B. (1985). *El imperio de los sentimientos*. Catálogos.

Sennet, R. (1978). *El declive del hombre público*. Península.

Sousa, M. W. (Org.). (1995). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. Brasiliense.

Wolf, M., Casetti, F., & Lumbelli, L. (1980). *Indagine su alcune regole di genere televisivo*. Fondazione Angelo Rizzoli.

# A Recepção da Crítica aos Filmes Premiados na Mostra de Cinema Tiradentes entre os Anos de 2020 e 2022<sup>1</sup>

**Regina Lucia Gomes Souza e Silva**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa (especialidade em Cinema) e professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tem experiência na área de Comunicação e Cinema com ênfase em Estudos de Recepção, Análise e Crítica de Cinema e Audiovisual. Integrante do grupo de pesquisa Laboratório de Análise Fílmica da UFBA.  
E-mail: reginagomesbr@gmail.com

<sup>1</sup>. Este artigo é fruto do pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

**Resumo:** A proposta deste artigo se fundamenta na análise da recepção crítica de três filmes premiados na Mostra de Cinema Tiradentes, no período atravessado pela pandemia de covid-19, ou seja, de 2020 a 2022. Baseado nos estudos históricos contextuais de Janet Staiger, que considera a crítica cinematográfica como instância histórica de recepção do filme, examinamos como ocorreu o processo de recepção da crítica dos longos *Canto dos ossos* (Jorge Polo e Petrus de Bairros, 2020), *Açucena* (Isaac Donato, 2021) e *Sessão bruta* (Coletivo As Talavistas, 2022). Concluímos que os recorrentes traços receptivos indicados nas críticas se articulavam com os debates acerca da valorização de inovações estéticas do jovem cinema brasileiro contemporâneo

**Palavras-chave:** Mostra de Cinema Tiradentes, recepção crítica, cinema brasileiro.

## La Recepción Crítica de las Películas Premiadas en el Festival de Cine de Tiradentes Entre 2020 y 2022

**Resumen:** El objetivo de este artículo es analizar la recepción crítica de tres películas premiadas en el Festival de Cine de Tiradentes, en el período de la pandemia del covid-19, es decir, de 2020 a 2022. A partir de los estudios históricos contextuales de Janet Staiger, quien considera la crítica cinematográfica como una instancia histórica de la recepción fílmica, examinamos cómo tuvo lugar el proceso de recepción crítica de los largometrajes *Canto dos ossos* (Jorge Polo y Petrus de Bairros, 2020), *Açucena* (Isaac Donato, 2021) y *Sessão bruta* (Coletivo As Talavistas, 2022). Constatamos que los rasgos receptivos recurrentes indicados en las críticas coinciden con los debates sobre la valorización de las innovaciones estéticas en el joven cine brasileño contemporáneo.

**Palabras clave:** Festival de Cine de Tiradentes, recepción crítica, cine brasileño.

## Critical reception of the award-winning films at the Tiradentes Film Festival between 2020 and 2022

**Abstract:** This paper analyzes the critical reception of three award-winning films at the Tiradentes Film Festival during the COVID-19 pandemic from 2020 to 2022. Based on contextual historical studies by Janet Staiger (1992), who considers film criticism as a historical instance of film reception, we examined how the critical reception of the feature films *Canto dos ossos* (Jorge Polo and Petrus de Bairros, 2020), *Açucena* (Isaac Donato, 2021) and *Sessão bruta* (Coletivo As Talavistas, 2022). In conclusion, recurring receptive traits indicated in the reviews resumed the debates about appreciating the aesthetic innovations of young contemporary Brazilian cinema.

**Keywords:** Mostra de Cinema Tiradentes, critical reception, Brazilian cinema.

A Mostra de Cinema Tiradentes se constitui como um dos grandes festivais de difusão e reflexão da produção audiovisual brasileira contemporânea. A Mostra “que é a cara do Brasil” está na estrada há 27 anos e é um dos mais celebrados espaços de novos lançamentos do cinema nacional. Sua importância para as jovens produções do Brasil transita pela legitimação deste cinema independente recente calcado em experimentações estéticas.

Podemos dizer que além de espaços de trocas simbólicas, estéticas, formativas e mercadológicas, os festivais de cinema podem ser considerados como parte dos registros de memórias receptivas em que agentes críticos produzem não apenas coberturas jornalísticas de caráter mais informativo, mas igualmente apreciações valorativas acerca dos filmes exibidos e, sobretudo, das obras premiadas. Esses registros de memórias estão colados aos textos de críticas cinematográficas e se configuram como enriquecedoras marcas de recepção.

A proposta aqui apresentada é refletir sobre os discursos especializados da crítica como uma determinada esfera da recepção dos longas premiados na Mostra de Cinema Tiradentes, durante o período pandêmico, ou seja, entre 2020 e 2022. Buscamos examinar como ocorreu o processo de recepção da crítica dos longos laureados na mostra principal do evento, a Mostra Aurora, a saber, *Canto dos ossos* (Jorge Polo e Petrus de Bairros, 2020), *Açucena* (Isaac Donato, 2021) e *Sessão bruta* (Coletivo As Talavistas e ela.Ltda, 2022).

Como procedimento de análise dos textos, nos apoiaremos na pesquisa bibliográfica a partir das investigações de Janet Staiger (1992, 2000, 2005) e seus “estudos históricos de recepção nos *media*” que têm contribuído para avigorar a ideia da crítica de cinema como vestígio de recepção. Desse modo, nos propomos considerar a tese de que não apenas os filmes, mas os textos escritos sobre eles conformam-se como um lugar enriquecedor para pensar a recepção histórica das obras.

### Os Festivais de Cinema e a Mostra Tiradentes

Como se sabe, a história dos festivais de cinema está intimamente vinculada ao desenvolvimento da indústria do cinema e no caso brasileiro não foi diferente. Desde a década de 1950 os festivais nacionais têm surgido como espaço de negociação e premiação das obras, reforçando a edificação dos cânones e também por isso solicitando grande cobertura da mídia (Mattos, 2013). A partir de 2010, houve um crescimento no número de festivais por região e segmentação temática. Os eventos geralmente acontecem de forma cíclica e calendarizada:

Por seu caráter eventual, que quebra uma rotina, vimos que com frequência um festival possui forte poder de mobilização da mídia, gerando inúmeras matérias durante o período de realização. Mesmo os festivais de pequeno porte podem mobilizar uma mídia local. (Mattos, 2013, p. 119)

Segundo Muylaert et al. (2022, p. 12), foi só a partir de 2010 que os estudos sobre festivais no Brasil se mostraram mais contundentes ainda que com desenho fragmentado e diverso. Com abordagens variadas, poucos trabalhos associavam esse campo de estudos a outros relacionados à esfera da recepção cujos enfoques quantitativos recaíam, predominantemente, sobre a ideia de audiência empírica.

Não por acaso, dois dossiês publicados na *Revista Brasileira de Cinema e Audiovisual (Rebeca)*, entre 2021 e 2022, reforçam a urgência e o destaque da comunidade científica sobre a temática dos festivais brasileiros em suas mais variadas abordagens.

Como espaço cultural, há uma diversidade de agentes envolvidos nos festivais: programadores, curadores, distribuidores, cinéfilos, diretores, atores, público em geral e críticos decorrendo em uma multiplicidade de interesses. A diversidade de pontos de vista situa os críticos de cinema numa arena contextualmente específica, ou seja, a de assistir aos filmes, trocar experiências subjetivas com outros críticos e produzir resenhas dando destaque para os premiados. Além disso, as exposições são proveitosas, sobretudo na perspectiva dos produtores, por



serem formas de aferir a recepção da crítica e do público antes do lançamento comercial nas salas de cinema.

<sup>2</sup>. A Mostra de Cinema Tiradentes ocorre em janeiro, na cidade histórica de Tiradentes em Minas Gerais.

A Mostra de Cinema Tiradentes ocorre em espaço e tempo previamente delimitados<sup>2</sup> e o convite à participação dos críticos para fazer a cobertura da imprensa já está agendado antecipadamente como atividade paralela que integra a ambiência dos festivais.

Como sabemos, os festivais de cinema não são uniformes e a Mostra de Cinema Tiradentes, quando comparada a outros festivais brasileiros, apresenta maior destaque para os diretores em início de carreira de longas-metragens e por sua postura política militante caracterizada na ação de seus organizadores, sobretudo da curadoria a partir de 2007. Para Marcelo Ikeda (2022, p. 12), a função do curador ultrapassa a de mero selecionador ou programador das obras a integrar o festival, assumindo também o poder “de promover agenciamentos entre os objetos de arte e seus agentes (curadores, críticos, gestores, distribuidores, público, governos etc.), estimulando a formação de um circuito de legitimação, a partir de um desenho curatorial”.

Concebida em 2008 pelo crítico-curador Cleber Eduardo, a principal mostra competitiva do evento, a Mostra Aurora, revelou a identidade estética e política do certame para garantir a sua diferenciação de outros festivais brasileiros, sobretudo no que se refere à ideia de uma curadoria refinada, conforme aponta Garret (2020), ou seja, uma aposta no reconhecimento das chamadas obras autorais e esteticamente inovadoras da nova geração de realizadores brasileiros. O que nos leva a pensar se tal fato guarda algum tipo de relação com a crítica produzida no festival. Para Garrett (2020, p. 92), a Mostra Aurora, em seus cinco primeiros anos (2008 a 2012):

... influenciou a própria cadeia de produção e *recepção crítica do cinema brasileiro* [ênfase adicionada], pautando em alguma medida a realização de novos filmes (alinhados a um padrão estético/processual associado ao festival), as definições sobre curadoria em festivais de cinema nacionais e as discussões sobre uma nova geração de realizadores do cinema brasileiro.

Arriscamos dizer que, não apenas nos seus primeiros cinco anos, mas até recentemente a recepção da crítica tem sido marcada pelo alinhamento com os princípios curatoriais do festival. É bem verdade que não estamos nos referindo exclusivamente à crítica tradicional (aquela publicada nos veículos jornalísticos clássicos), pelo contrário, observamos que os discursos produzidos em blogs e sites de crítica de cinema dão maior destaque e relevância a análise dos filmes premiados na Mostra Aurora.

### **O Contexto Pandêmico e Plataformização dos Festivais**

Realizados costumeiramente de forma presencial, os festivais encontraram o desafio de adaptar-se ao ambiente digital durante o período da pandemia da covid-19, ocasionando sua plataformização para conseguir manter suas edições dentro de seus calendários anuais.

Antes da pandemia, em 2019, “mais de 350 festivais de cinema atraíam em média 2,5 milhões de espectadores por ano no Brasil” (Araújo & Demozzi, 2021, p. 182), números que impressionam pela grandeza e que possivelmente se ampliou no cenário pandêmico.

Embora a relação dos festivais com o ecossistema digital ocorresse antes da pandemia, por meio, sobretudo, da publicação de críticas (e materiais de divulgação) online, questionamos se houve alguma mudança, sobretudo no que diz respeito a produção de textos críticos, com a plataformização dos festivais neste período. O acesso facilitado e possibilitado pelo sistema online fez com que críticos (e obviamente o público em geral, curadores etc.) pudessem experienciar mais filmes e assim deixar os rastros de recepção em seus textos. Aliado a isso, as estratégias

de divulgação dos eventos se alargaram para as redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) por meio de compartilhamento de postagens e comentários em lives.

Para Araújo e Demozzi (2021, p. 184), a dinâmica de adaptação de um evento presencial para o formato online envolve certos procedimentos com duas finalidades: “a reconfiguração das relações sociais inerentes ao evento e a experimentação de técnicas para se recriar experiências objetivas, como a perfeita exibição dos filmes, e subjetivas, baseadas nos valores e sentimentos do público”. Assim, os críticos, enquanto parte integrante de uma parcela do público, que antes vivenciavam os festivais como espaços de socialização e câmbio de apreciações, enfrentaram o desafio de uma partilha não-presencial e aprenderam sobre o manejo adequado das plataformas.

Curiosamente, segundo Massarolo et al. (2021, p. 221), a plataformização dos eventos não trouxe a “democratização” esperada, já que: “são limitados por condicionarem o acesso dentro de um modelo herdado do cinema – vagas limitadas, horário determinado, dia certo para [o filme] ser exibido”. Desse modo, ainda que a dimensão geoespacial seja expandida, os festivais seguem os modelos tradicionais restritos à comunidade de agentes interessados.

De resto, convém lembrar que a 23ª Mostra Tiradentes foi realizada ainda de modo presencial, já que ocorreu no mês de janeiro de 2020. Entretanto, ainda naquele ano a produtora Universo Produção enfrentou dificuldades para adaptação do projeto à modalidade virtual do ano seguinte com a utilização da plataforma Sambatech para exibição dos filmes e cujo acesso foi feito via site oficial do evento (Mostra Tiradentes, 2024).

### **A Crítica de Cinema Como Instância de Recepção**

A importância de recuperar fontes e outros materiais produzidos direta ou colateralmente nesses eventos é fundamental para reconstrução histórica da recepção, sobretudo por meio das críticas produzidas no período, que aqui serão vistas como vestígios de uma dada recepção.

A crítica de cinema é parte integrante e fundamental daquilo que chamamos de “experiência fílmica”, e o pensar, falar, escrever sobre filmes denota traços receptivos que ficam gravados na pele dos textos. Consideramos aqui que esses traços, resíduos de uma experiência do crítico com o filme, expressam canais de recepção de uma obra. É certo que se trata de um canal receptivo específico, afinal o crítico é um espectador habilidoso e atento, mas nem por isso deixa de assumir a condição de espectador que, a um só tempo, frui os filmes, pensa e escreve sobre eles. (Gomes, 2018 p. 233)

As investigações de Janet Staiger (1992, 2000, 2005) e seus “estudos históricos de recepção nos *media*” têm contribuído para avigorar a ideia da crítica como marca de recepção fílmica. Filiada à tradição historiográfica, Staiger faz mais do que inserir seus estudos num simples retorno à história do cinema e expande seus objetos de trabalho para um lugar de equilíbrio entre filme e contexto. Por trás desta perspectiva, vê-se claramente a crítica da autora ao sentido imanente do texto e a contestação da retirada da recepção de seu lugar na história. Staiger (1992) afirma que é necessário fazer uma compreensão histórica das atividades interpretativas dos espectadores, mais do que uma interpretação dos filmes.

A autora parte de documentos escritos como críticas, boletins, contratos legais, programas de exposições, textos jornalísticos, comentários de fãs etc. a fim de investigar como os fatores contextuais têm peso significativo nas experiências dos espectadores ao assistirem filmes.

Em *Perverse spectators*, Staiger (2000) reúne ensaios que tratam da multiplicidade identitária do espectador, cujo processo de recepção deve ser analisado em função de seus condicionantes históricos. Nessa obra, a autora define o que intitula de estudos históricos de recepção:

O que eu pretendo fazer aqui é o que eu chamo de estudos históricos da recepção. Esta pesquisa pretende iluminar os significados culturais de textos em uma época e em circunstâncias sociais específicas para espectadores específicos, e pretende contribuir com as discussões acerca dos efeitos espetatoriais de filmes ao ir além das análises centradas no texto. (Staiger, 2000, p. 162)<sup>3</sup>

<sup>3</sup>. No original: “What I shall be doing here is what I call historical reception studies. This research attempts to illuminate the cultural meanings of texts in specific times and social circumstances to specific viewers and it attempts to contribute to discussions about the spectatorial effects of films by moving beyond text-centered analyses”.

Nesta investigação, partimos da compreensão da crítica como fonte histórica e como espaço de exercício teórico para o debate acerca da recepção dos longas premiados na Mostra Aurora, portanto, um indicador de que os discursos da crítica são verdadeiros testemunhos dos sentidos conferidos aos filmes.

### A Recepção dos Longas Premiados entre 2020 e 2022

Conforme mencionamos, embora tenha sido realizada um mês antes da pandemia, a 23ª Mostra Tiradentes foi aqui incluída por abarcar o ano inicial da plataforma dos festivais. Além disso, o perfil do longa premiado na Mostra Aurora daquele ano e a experiência da crítica ao avaliá-lo pode já nos revelar certos indícios importantes para nossa pesquisa.

O filme vencedor em 2020 foi *Canto dos ossos*, de Jorge Polo e Petrus de Bairos. Produzido no Ceará e classificado como um filme de terror, apresenta uma fragmentada narrativa sobre jovens vampiras que, separadas, circulam entre o sertão do Canindé e Búzios no Rio de Janeiro.

Na edição do ano seguinte, já em plena pandemia, o júri da 24ª Mostra premiou o filme do baiano Isaac Donato, *Açucena*. Trata-se de um filme que embaralha documentário com fabulação e narra a história da protagonista de 67 anos e que desde os sete comemora religiosamente seu aniversário com uma festa de bonecas.

Em 2022, o filme laureado na Mostra Aurora foi *Sessão bruta*, do coletivo As Talavistas e ela.Ltda, uma produção de Minas Gerais. De autoria coletiva, e também entrelaçando documentário com ficção, põe luz na discussão sobre corpos dissidentes e políticos e o protagonismo trans.

Pretendemos realizar uma leitura interpretativa da leitura (também interpretativa) das críticas dos filmes laureados na Mostra Aurora no período acima referido. Buscamos juízos, avaliações, informações, vestígios, associados à experiência receptiva dos críticos e para isso lançamos mão de análises de temas que foram recorrentes nos discursos coletados e abrigados em jornais, sites, blogs e revistas<sup>4</sup>. Identificamos marcadores temáticos a partir das constâncias em que foram apresentados e que no final nos dará a compreensão desses atos receptivos e a conexão de sentido entre os textos publicados nas três edições das Mostras.

<sup>4</sup>. Nosso recorte foi composto por 11 críticas sobre *Canto dos ossos*, oito críticas acerca de *Açucena* e nove críticas sobre *Sessão bruta* entre publicações de jornais, blogs, sites e revistas eletrônicas que cobriram os eventos entre os anos de 2020 a 2022.

Os discursos críticos foram quase unânimes em dar pistas ao leitor em relação ao mal-estar presente no universo audiovisual brasileiro da época cujo governo tentava desqualificar o cinema nacional através de uma política de aniquilamento de órgãos públicos de incentivo à cultura. Assim, para a crítica, os filmes premiados, embora não de forma aparente ou declarada, carregavam uma metáfora de resistência política, de luta contra a especulação imobiliária (*Canto dos ossos*), a colonização do olhar do espectador (*Açucena*) e contra a opressão dos corpos dissidentes (*Sessão bruta*). Isto é, vivia-se um cenário hostil ao cinema brasileiro e até mesmo as incertezas quanto ao futuro de sua sustentabilidade enquanto modo de produção e circulação no qual os festivais eram parte integrante<sup>5</sup>. Conforme o crítico Rodrigo Abreu Pinto (2020):

A última Mostra [23ª] de Tiradentes se tornou paradigmática em meio à associação entre proselitismo conservador e austeridade fiscal no Planalto que arruinou os demais festivais em 2019: o festival de Brasília foi aparelhado; o Cachoeira Doc e o Fronteira cancelados; o Janela e o forumdoc.BH encolhidos; a Semana adiada.

<sup>5</sup>. Vale lembrar que em 2019 Jair Bolsonaro rebaixou o status do Ministério da Cultura para Secretaria Especial da Cultura e que, durante o seu mandato, seis pessoas ocuparam o cargo de secretário.

Nos textos também foram observadas que as temáticas exploradas nos filmes, sobretudo em *Canto dos ossos* e *Sessão bruta*, guardam uma relação com as movimentações sociais, políticas e culturais da contemporaneidade e seus trânsitos

por questões de gênero, raça e sexualidade. Para o crítico Bruno Carmelo (2022) do site Papo de Cinema:

O documentário mineiro *Sessão Bruta* (2021) sabe muito bem o que não deseja fazer no cinema. As artistas se posicionam de maneira firme contra o retrato objetificado de indivíduos travestis, transexuais e não-binários. Elas se opõem a longas-metragens tendo-as como tema de estudo, porém na perspectiva de mulheres brancas; além de rejeitarem a militância hegemônica, ou seja, branca e cisgênero.

O registro de Carmelo deixa claro que, apesar das adversidades em relação às políticas públicas de fomento ao setor cinematográfico e até mesmo à censura a certos temas, os realizadores independentes têm consciência de que querem produzir um cinema emancipado, inclusivo e que a *Mostra Tiradentes* seria o espaço ideal de exibição das obras.

O contexto de exibição dos filmes durante a pandemia de covid-19 foi sinalizado, curiosamente, de modo bem factual nos textos aqui analisados. Duas críticas, entretanto, se destacaram por apresentar traços conjunturais sobre a recepção dos longas: a primeira sobre *Açucena* (24ª Mostra) escrita por Michel Gutwilen (2021) no blog Plano Crítico:

Ainda que a edição de Tiradentes esteja sendo online e lamentemos a falta de um burburinho e aglomeração pós-sessão, este pequeno mistério levantado, pelo menos na minha roda de colegas críticos, está gerando um certo debate que só comprova empiricamente como cada um teve uma visão particular sobre quem (ou o que) é Açucena.

Aqui o crítico rapidamente comenta sobre a ausência de socialização presencial, entretanto fornece indícios de que o espaço de discussão continuou mesmo com o festival sendo realizado de forma remota.

Outra resenha, acerca de *Sessão Bruta* (25ª Mostra), publicada em janeiro de 2022, no jornal *Tribuna de Minas*, assinala:

Pelo segundo ano consecutivo, a Mostra de Cinema de Tiradentes aconteceu de forma on-line. Nesses nove dias de evento, a produção somou 350 mil acessos na plataforma oficial, vindos de 83 países. No total, 260 alunos participaram das oficinas, e foram promovidos 38 debates, com 119 convidados. (“Conheça os vencedores”, 2022)<sup>6</sup>

<sup>6</sup>. A resenha não está assinada. (F. Hallak, comunicação pessoal, 16 de julho, 2024) refere que foi possível contabilizar o número de acessos aos filmes exibidos, já que a plataforma Sambatech enviava um relatório final com o número total de acessos por filme.

Vemos nesse trecho a preocupação com os números alcançados pelo festival, além da internacionalização do público. De certa maneira, os certames se datificaram e, segundo Massarolo et al. (2021, p. 221), está em curso uma mudança no processo de produção dos festivais de cinema “como possível espaço para captação de dados do público a fim de apoiar curadorias futuras e ações permanentes, o que tornariam suas atividades mais dinâmicas e relevantes”. De fato, a plataforma dos festivais – e a coleta de dados – pode ser vista como um valioso mecanismo de informações para a instância curatorial e para a crítica, pois atuam como uma rede estratégica de laços que fazem a mediação de obras distintas (Ikeda, 2022).

A reunião dessas informações é importante para a crítica de cinema que, amparada em dados quantitativos, é capaz de analisar com mais acuidade os filmes premiados. Não que necessariamente a quantidade de acessos possa influenciar diretamente a avaliação do crítico, mas servirá, no mínimo como termômetro da recepção dos filmes.

Por outro lado, sabemos que o não dito também é vestígio (Staiger, 1992, 2000). A experiência de visionamento das obras de maneira mais individualizada, doméstica e mediada por tecnologia, distinta dos anos anteriores, parece não ter incomodado os críticos, naquela altura, já acostumados em participar de outros festivais de cinema online.

Em dois filmes premiados as críticas acenavam para um certo estranhamento em relação ao gênero ou a mistura deles. Em *Canto dos ossos*, a discussão girou em torno do que representava o horror como construção da crítica social na obra: trata-se de um filme de horror, uma espécie de “necropoética”, como afirma o crítico da *Revista Cinética* Juliano Gomes (2020) que também é curador da Mostra. Em *Açucena*, o estranho foi percebido na própria ação da protagonista (quase sempre escondida atrás de uma câmera subjetiva) que estabelecia uma relação ritualística com bonecas e de acordo com o crítico Leonardo Oliveira (2021) do blog Pílulas Críticas:

Açucena inicia com uma imagem noturna de uma casa, acompanhada de uma trilha sonora sombria, o que poderia contrastar com a jovialidade que perpassará o filme, intrínseca a sua temática: uma mulher de 67 anos que comemora seu aniversário de 7 anos. Contudo, essa construção mais voltada ao terror, que retorna ao longo do filme, não surge como uma força deslocada. Ela compõe a atmosfera própria para a busca por Açucena, um ser misterioso. Não à toa a história do cinema de horror evidencia o poder do assombro através da ausência. Outro elemento que esse cinema explorou muito bem, dessa vez muito material, é a figura da boneca. Em Açucena, elas abundam.

Também foi defendida a dimensão política existente nos filmes de horror e, por consequência, nos filmes laureados, contrária a uma concepção normatizada de que o gênero é meramente fútil, ligeiro e normativo. Como observou Matheus Fiore (2020) no site Plano Aberto acerca de *Canto dos ossos*:

Quando uma professora tem seu trabalho censurado por ser muito “libertino” ou quando notamos qualquer traço de autoritarismo por parte das forças estatais presentes no filme, fica nítido que o terror almejado por Polo e Bairros é muito menos estético e mais político.

Mas foi a discussão entre um tipo de cinema documental e que, a um só tempo, era também um cinema de ficção que mais chamou a atenção dos críticos. Nas críticas analisadas das três obras ficou evidente que os filmes “brincavam” intencionalmente com a realidade e a fabulação para confundir o espectador e que, de certo modo, as rígidas fronteiras não mais existiam, tal fato poderia representar a nova dinâmica do cinema independente nacional.

Enquanto *Canto dos ossos* insere estranhamente vampiras e violência gráfica na narrativa como meio de prova, *Açucena* foge do documental sociológico fundado em entrevistas – que são substituídas por diálogos entre os personagens – e registra o realismo com uma máscara fabular. Já *Sessão bruta* é visto como uma ação inacabada, um processo em constante mutação ou um “cinema em transição” tema cunhado pela curadoria daquela Mostra e que serviu de argumento para a construção de várias críticas.

Aliado a isso, os múltiplos experimentalismos exibidos nos filmes parece compor a recepção da crítica que via nas obras premiadas um traço de inovação estética defendida como proposta pela curadoria do festival (Ikeda, 2022).

Como afirma João Pedro Faro (2020), do site Multiplot: “*Canto dos ossos* é dosado pelas experimentações impulsionadas por seu contexto enquanto percorre uma dicotomia estranha entre pequenas tramas inacabadas e uma intensidade de ambientações”.

Somando-se a Michel Gutwilen (2021) que destacou a natureza inovadora do vencedor do troféu barroco da 25ª Mostra:

. . . Então, de certo modo, se todo filme almeja ser transformador em sua experiência, penso que *Açucena* foi extremamente bem sucedido em me fazer questionar diversas visões de mundo e Cinema que eu já havia me deparado até aqui.

Do mesmo modo, a resenha de Gabriel Bravo de Lima (2022) publicada no site Cineset sobre *Sessão Bruta* expõe que:

O equilíbrio entre a experimentação estética e o tom contemplativo é a chave para o sucesso de “Sessão Bruta”, o que permite às artistas, a cada sequência, tentar chegar a um novo ponto, uma nova possibilidade, demonstrando a partir da linguagem, seu descontentamento com o padrão, desafiar artisticamente o normativo.

Os comentários dos críticos sobre os vetores experimentais dos três filmes estavam constantemente associados ao modo como as críticas ajuizavam valor estético e formal às obras, como se o fato de optarem por caminhos formais e narrativos que fraturavam as convenções estabelecidas já lhes garantissem uma avaliação positiva, pelo menos para a maioria dos textos analisados.

Laurent Jullier (2006) sinaliza que a originalidade dos filmes é um dos principais critérios de distinção empregados pela crítica de cinema, indicador não apenas pelo filme ser avaliado como “bom”, mas igualmente para sua incorporação ao universo artístico. O campo da arte moderna, por tradição, valoriza a inovação estética, as fraturas formais e a invenção na linguagem. Em que pese todos os embaraços advindos da noção de originalidade, não deixa de ser significativo que as críticas aqui examinadas o utilizem com frequência.

O baixo orçamento dos filmes premiados foi citado quase unanimemente nos discursos da crítica. Se o cinema brasileiro há muito enfrenta concorrência com as produções das grandes *majors* estadunidenses, o pouco investimento das produções nacionais independentes foi visto como uma marca identitária de sua precariedade, sobretudo técnica, já que esteticamente se configurava como traço de sua própria linguagem.

Tal fato está intimamente relacionado com o modo de construção coletivo das obras configurado por um corpo técnico que assumia múltiplas funções nos sets de filmagens. Assim, os encargos de diretor, montador, direção de fotografia, sonorização etc. eram atribuídos a várias pessoas nem sempre qualificadas. Entre os premiados, *Sessão bruta* foi o que levou esse marcador ao extremo, como observa a crítica publicada no *Estado de Minas*:

A companhia da qual Pink [uma das idealizadoras do projeto] faz parte não acredita em uma estrutura hierarquizada do cinema, no qual geralmente as funções de comando, como a direção, ficam a cargo de pessoas brancas. Em “Sessão bruta”, os créditos se repetem constantemente em diferentes funções, como figurino, maquiagem, atuação e direção. “Todas nós fizemos todas as funções, dentro dessa possibilidade do filme”, comenta. (Hermógenes, 2022)

Era visível nas resenhas que a escassez de recursos reforçava a ação do trabalho compartilhado, tensionava a noção modelar de autoria e a forma de produzir as obras do cinema brasileiro da cena independente.

Por fim, nosso intuito nesta pesquisa foi o de ponderar que a dimensão histórica dos fatos que cercaram os textos da crítica de cinema está intimamente relacionada com sua interpretação. Os juízos da crítica formaram uma camada de sentido e traduziram um conjunto de atos interpretativos e de fruição que se revitalizam no espírito da época.

### Notas Finais

As 23<sup>a</sup>, 24<sup>a</sup>, e 25<sup>a</sup> Mostras de Cinema Tiradentes contaram com uma cobertura expressiva e com matérias veiculadas em mídia impressa, TV, rádio, Web TV e internet. Como de praxe, a assessoria de imprensa do evento credenciou vários veículos (entre os tradicionais e não-tradicionais) que recebiam com regularidade notícias e informações sobre a programação diária. Essa cobertura ostensiva deixou traços que nesta investigação foram operados como registros históricos de memórias receptivas.

Se por um lado conduzimos a análise dos discursos inscritos nas críticas explorando julgamentos e interpretando os significados, por outro foi preciso também considerar os elementos contextuais, a instância de produção em sua especificidade e o mundo a que ela responde, conforme descreve Janet Staiger (1992).

Observamos que os recorrentes marcadores temáticos indicados nas críticas estavam interconectados, ou seja, o contexto de insuficiência de recursos para realizar as produções devido, sobretudo, a uma conjuntura política particular, aliado a um momento em que ocorre a plataformização dos festivais, e os desafios tecnológicos advindos do processo, somado à valorização da ideia de inovações estéticas, fruto de um trabalho pautado na concepção de uma organização horizontal e colaborativa, articulou-se com o tipo de experimentação formal apresentada pelos três premiados e moldou os discursos e juízos estéticos da crítica.

Aqui os comentários dos críticos estavam de mãos dadas com os debates produzidos sobre a cena cinematográfica do país, sobre o papel dos festivais para acolhimento das produções de jovens cineastas, sobre o recorte curatorial dos eventos e sobre como nomear esse “novíssimo cinema brasileiro”<sup>7</sup> que emerge com suas experimentações de linguagem, desestabilizando as convenções instituídas.

<sup>7</sup>. Denominação cunhada por Eduardo Valente e Lis Kogan (2009).

Os filmes dessa nova geração de cineastas alcançaram um espaço de exibição e reflexão na Mostra de Cinema Tiradentes, que, em muitos casos, foi um dos poucos locais de circulação e publicização dessas obras. Vale destacar que a crítica abraça essas produções, sobretudo aquela produzida nos blogs e sites, ocupando um papel de oferecer legitimidade aos filmes e ao cinema brasileiro.

De resto, as transformações no contexto de consumo de filmes nos festivais online durante a pandemia do covid-19 amplificaram a experiência espectral do cinema das salas físicas para as plataformas digitais e projetaram desestabilizações no setor para as próximas décadas, vide as práticas recentes que já adotam o formato híbrido de exibição.

## Referências

Araújo, E. S., & Demozi, S. (2021). Covid-19 e os impactos na produção de festivais de cinema brasileiros: estratégias cotidianas para migração online. *Revista Rebeca*, 11(1), 174-198. <https://doi.org/10.22475/rebeca.v10n2.774>

Carmelo, B. (2022). Sessão Bruta. *Papo de Cinema*. <https://www.papodecinema.com.br/filmes/sessao-bruta/>

Conheça os vencedores da Mostra de Cinema Tiradentes. (2022, 31 de janeiro). *Tribuna de Minas*. <https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/31-01-2022/conheca-os-vencedores-da-mostra-de-cinema-de-tiradentes.html>

Faro, J. P. (2020). Canto dos Ossos (Jorge Polo e Petrus de Bairros, 2020). *Multiplot!* <https://multiplotcinema.com.br/2020/02/canto-dos-ossos-jorge-polo-e-petrus-de-bairros-2020/>

Fiore, M. (2020). Canto dos Ossos: o terror da forma como escada para o terror de conteúdo. *Plano Aberto*. <https://www.planoaberto.com.br/critica/canto-dos-ossos/>

Garrett, A. R. (2020). *A curadoria em cinema no Brasil contemporâneo: Festivais de cinema e o caso da Mostra Aurora (2008-2012)* [Dissertação de mestrado, Universidade Anhembi Morumbi]. Portal Anhembi. <https://portal.anhembi.br/wp-content/uploads/2022/05/Dissertacao-ADRIANO-RAMALHO-GARRETT.pdf>

Gomes, J. (2020) Disjunção larvar. *Cinética*. <http://revistacinetica.com.br/nova/canto-dos-ossos-tiradentes-juliano/>

Gomes, R. (2018). *Dona Flor e seus dois maridos* e a recepção histórica da crítica. *Significação*, 45(49), 174-198. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2018.138138>

Gutwilen, M. Crítica | Açucena. (2021). *Plano Crítico*. <https://www.planocritico.com/critica-acucena-2021/>

Hermógenes, M. (2022). Saiba como são os filmes vencedores da edição 2022 da Mostra Tiradentes. *Estado de Minas*. [https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/02/03/interna\\_cultura,1342158/saiba-como-sao-os-filmes-vencedores-da-edicao-2022-da-mostra-de-tiradentes.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/02/03/interna_cultura,1342158/saiba-como-sao-os-filmes-vencedores-da-edicao-2022-da-mostra-de-tiradentes.shtml)

Ikeda, M. (2022). Festivais de cinema e curadoria: uma abordagem contemporânea. *Revista Rebeca*, 11(1), 181-201. <https://doi.org/10.22475/rebeca.v11n1.790>

Jullier, L. (2006). *Qué es una buena película?* Paidós.

Lima, G. B. (2022). 'Sessão Bruta': Desafio ao normativo através da arte. *Cineset*. <https://cineset.com.br/critica-sessao-bruta-as-talavistas-e-ela-ltda/>

Massarolo, J., Mesquita, D., Fischer, A., & Erthal, C. (2021). Plataformização dos festivais de cinema e audiovisual: a experiência do MixBrasil. *Revista Rebeca*, 11(1), 219-242. <https://doi.org/10.22475/rebeca.v10n2.799>

Mattos, T. (2013). Festivais pra quê? Um estudo crítico sobre festivais audiovisuais brasileiros. In M. Bamba (Org.), *A recepção cinematográfica: Teoria e estudos de casos* (pp. 115-130). EDUFBA.

Mostra Tiradentes. (2024). <https://www.mostratiradentes.com.br/>

Muylaert, J., Melo, I. C., & Mattos, T. (2022). Olhares e perspectivas sobre os festivais audiovisuais. *Revista Rebeca*, 11(1), 13-16. <https://doi.org/10.22475/rebeca.v11n1.875>

Oliveira, L. A. (2021). Açucena (Dir.: Isaac Donato). *Pílulas Críticas*. <https://pilulascriticaspanorama.wordpress.com/2021/12/05/acucena-dir-isaac-donato/>

Pinto, R. A. (2020). Imaginar o concreto. *Revista Cinética*. <http://revistacinetica.com.br/nova/rodrigo-mostra-aurora-2020/>

Staiger, J. (1992). *Interpreting films: Studies in the historical reception of american cinema*. Princeton University Press.

Staiger, J. (2000). *Perverse spectators: The practices of film reception*. New York University Press.

Staiger, J. (2005). *Media Reception Studies*. New York University Press.

Valente, E., & Kogan, L. (2009, 20 de julho). O que é o Novíssimo Cinema Brasileiro? *Novíssimo Cinema Brasileiro*. [http://novissimocinemabrasileiro.blogspot.com/2009/07/sessao-inaugural\\_19.html](http://novissimocinemabrasileiro.blogspot.com/2009/07/sessao-inaugural_19.html)



# As Práticas da *Social TV* dos Fãs da Telenovela *Pantanal* no Facebook: Engajamento e Possíveis Espaços de Convivência Digital Virtual

## **Maria Cristina Palma Munglioli**

Professora Associada na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCom-USP). Pesquisadora de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa GELiDis CNPq/ECA-USP. E-mail: crismunglioli@usp.br

## **Analú Bernasconi Arab**

Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCom) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora com bolsa CAPES. Mestra em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Integrante do Grupo de Pesquisa GELiDis CNPq/ECA-USP. E-mail: analuarab@gmail.com

**Resumo:** Sob o enfoque da *Social TV* e dos estudos da cultura da convergência e da participação, este artigo apresenta e discute os resultados de pesquisa acerca de grupos de fãs no Facebook que se dedicaram a comentar e a debater a telenovela *Pantanal* (Globo, 2022). São analisadas as versões da telenovela exibidas em 1990 e 2022, com o objetivo de situá-las no cenário televisivo nacional e discutir o tratamento temático e estético de ambas as produções, articulando-o ao contexto televisivo de cada época. Destacamos os principais temas/conflitos da trama que mais engajaram os fãs, analisando suas interações na rede social. Os resultados indicaram (1) o forte engajamento dos fãs em relação ao formato telenovela e a *Pantanal* especificamente; e (2) a construção de um espaço de convivência digital virtual, que abrange imaginários e emoções, o que possibilita eventuais interações entre o virtual e o presencial.

**Palavras-chave:** telenovela *Pantanal*, *Social TV*, fãs, Facebook.

## **Las Prácticas de Social TV de los Fans de la Telenovela Pantanal en Facebook: Participación y Posibles Espacios Virtuales de Convivencia Digital**

**Resumen:** Desde la perspectiva de la *Social TV* y los estudios sobre la cultura de la convergencia y la participación, este artículo presenta y discute los resultados de una investigación sobre grupos de fans en Facebook que se dedicaron a comentar y debatir la telenovela *Pantanal* (Globo, 2022). Se analizan las versiones de la telenovela emitidas en 1990 y 2022, con el objetivo de ubicarlas en el escenario televisivo nacional y discutir el tratamiento temático y estético de ambas producciones, articulándolo al contexto televisivo de cada época. Destacan los principales temas/conflictos de la trama que más involucraron a los fans, analizando sus interacciones en la red social. Los resultados indicaron (1) una fuerte participación de los fans en relación con el formato de telenovela; *Pantanal* específicamente; y (2) la construcción de un espacio virtual de convivencia digital que abarque imaginarios y emociones, que permita posibles interacciones entre lo virtual y lo presencial.

**Palabras clave:** telenovela *Pantanal*, *Social TV*, fans, Facebook.

## **The Social TV Practices of Fans of the Soap Opera Pantanal on Facebook: Engagement and Possible Virtual Digital Coexistence Spaces**

**Abstract:** Based on the perspective of *Social TV* and studies on the culture of convergence and participation, this study discusses the results of a research on groups of fans on Facebook of the telenovela *Pantanal* (Globo, 2022). The versions of the soap opera (aired in 1990 and 2022) are analyzed to place them in the national television scenario and discuss the thematic and aesthetic treatment of both productions, articulating it to the television context of each era. We highlight the main themes/conflicts of the plot that most engaged fans, analysing their interactions on social media. Results indicated (1) the strong fan engagement with the telenovela format and *Pantanal* specifically and (2) the construction of a virtual digital coexistence space, which encompasses imaginaries and emotions, enabling possible interactions between the virtual and the in-person.

**Keywords:** telenovela *Pantanal*, *Social TV*, fans, Facebook.

## Introdução

A convergência das mídias (Jenkins, 2009) nos colocou diante de fenômenos de comunicação complexos, entre eles a TV Social (Fechine, 2017), ou *Social TV*, proporcionada por um contexto de desenvolvimento tecnológico que nos permite interagir de forma simultânea com múltiplas telas. Certamente, não é novidade afirmar que a televisão é social e que proporciona diversas formas de interação social por meio das mediações que produz e que a configuram (Martin-Barbero, 2001). O termo *Social TV* engloba, além de estratégias comerciais empregadas pelas emissoras de televisão para promover o engajamento das audiências em relação a seus produtos, as conversas e as interações entre usuários de redes sociais que “compartilham suas impressões em tempo real sobre os programas através de redes sociais como Twitter e Facebook, bem como aplicativos de segunda tela . . .” (Borges & Resende, 2015, p. 6).

Cabe salientar que a união da televisão com a internet afetou a comunicação e o entretenimento em toda sua cadeia produtiva, tanto em termos de processos de produção de conteúdo para diversas plataformas e dispositivos de mídia, como em termos de recepção e circulação desse conteúdo. Os avanços tecnológicos da comunicação mediada pela internet proporcionaram não apenas a convergência das mídias, mas também criaram condições para a instauração da chamada cultura da convergência (Jenkins, 2009). Conforme salienta Jenkins (2009, p. 28), “a convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com os outros”. Nessa perspectiva, ganham relevo tanto as práticas interacionais quanto os discursos implicados nos processos de produção de sentido. “Trata-se, portanto, de um processo de construção de sentidos realizado socialmente e não necessariamente por meio de aparatos tecnológicos – embora estes possam estar diretamente implicados” (Mungioli et al., 2019, p. 148).

Dessa forma, mais do que uma simples mudança tecnológica, observa-se uma transformação cultural e social nas formas como nos relacionamos entre nós e com aquilo que consumimos por meio das mídias. Nesse sentido, ganha força a ideia de que interagir online vai além de apenas participar de uma conversa ou de um debate, engloba também se fazer reconhecer e ser reconhecido por sua opinião e posicionamento. Como afirma Shirky (2011, p. 25), “participar é agir como se sua presença importasse, como se, quando você vê ou ouve algo, sua resposta fizesse parte do evento.” Assim, entra em cena não apenas a racionalidade, mas também a emoção e o sentimento do usuário em relação ao programa ou produto que foi objeto da interação.

No que se refere à produção e circulação de produtos das mídias, Jenkins, Green e Ford (2014), discutindo os princípios e as estratégias da mídia propagável, afirmam que cada vez mais a cultura é moldada pela lógica de uma comunicação voltada a promover maior participação social. Para os autores, as pessoas estariam exercendo, dessa forma, “um papel mais ativo na configuração do fluxo de mídia para seus propósitos particulares, numa cultura cada vez mais ligada em rede” (Jenkins et al., 2014, p. 27).

Portanto, com relação à propagabilidade da mídia, há a adoção de estratégias que buscam borrar as linhas que separam consumo e produção, com ações que procuram engajar comunidades de consumidores e de fãs no ambiente virtual, incluindo, por exemplo, a suspensão de um cancelamento de série ou programa. Os autores destacam ainda o potencial de novelas e séries para ampliar o engajamento transmídia, enfatizando que, embora tenha havido o sucesso de algumas estratégias, a indústria ainda não possuía, até aquele momento, um modelo a seguir para gerar o engajamento dos espectadores/fãs com as produções ficcionais (Jenkins et al., 2012, pp. 171-189).

No caso específico da telenovela brasileira, que será objeto deste artigo, destacamos sua ampla aceitação no Brasil e seu valor social e simbólico como matriz cultural (Martin-Barbero, 2001), configurando-se como um produto popular que se constitui

“de maneira dialética por meio das relações sociais e culturais, ancorando a construção de sentidos de memória e imaginário social.” (Suzuki & Mungiolli, 2015, p. 4420).

Considerando o contexto anteriormente descrito e, em particular, a cultura da convergência (Jenkins, 2009) e da participação (Shirky, 2011), este artigo enfoca, sob a perspectiva da TV Social, interações discursivas entre fãs da telenovela *Pantanal* (Globo, 2022), em um grupo do Facebook, correlacionando temas e acontecimentos da telenovela às discussões efetuadas no grupo.

Ainda em relação à chamada cultura da convergência (Jenkins, 2009), destacamos não apenas o caráter afetivo do envolvimento com a telenovela *Pantanal*, mas também o caráter sociocognitivo que emerge e se sustenta por meio das interações entre os espectadores da telenovela. Certamente, tal envolvimento não se mostra como uma novidade em termos de consumo e fruição da telenovela no Brasil como diversos estudos têm demonstrado (Lopes, 2009; Lopes et al., 2002; Motter, 2000-2001). Porém, a consolidação da internet fez emergir novas modalidades de comunicação e interação – por meio de redes sociais facilmente acessíveis em múltiplos dispositivos – e proporcionou a formação de espaços de convivência digital virtual (Backes, 2015), que se configura por meio da “representação da percepção de cada ser humano, ou seja, na definição do espaço de cada um em relação ao grupo que pertence” (Backes, 2015, p. 448).

Espaços que podem ser entendidos, conforme argumentam Backes, Chitolina & Carneiro (2020), quando considerados sob a perspectiva de Santos (1980, 2008), em que “o espaço é compreendido como a totalidade entre seres humanos, sociedade, objetos, funções, processos do passado e processos do presente. Ou seja, uma configuração complexa que ocorre nas relações, interações e articulações de tudo que está implicado no viver” (Backes et al., 2020, p. 551). Uma das formas de organização desses espaços se dá por meio de comunidades caracterizadas por “afiliações voluntárias, temporárias e táticas, e reafirmadas através de envolvimento emocional e empreendimentos intelectuais comuns” (Jenkins, 2009, p. 55).

De forma resumida, neste artigo são apresentados os resultados iniciais de pesquisa em andamento acerca de grupos de fãs no Facebook que se dedicam a comentar e a debater a telenovela *Pantanal* (Globo, 2022). Destacamos os principais temas/conflitos da trama que mais engajaram fãs, analisando suas interações na rede social Facebook como parte integrante do que se convencionou denominar *Social TV*. De acordo com os critérios adotados, constituiu-se como objeto empírico o grupo “*Pantanal 2022*”. O recorte temporal da análise corresponde ao período de 30 de maio a 5 de junho de 2022.

O artigo se organiza da seguinte maneira. Primeiramente analisamos aspectos da telenovela *Pantanal* (TV Manchete, 1990) com o intuito de situá-la como fenômeno televisivo de sua época e que a tornaram uma referência para a teledramaturgia brasileira. Em seguida, nosso foco é o seu remake, no qual analisamos possíveis correlações no tratamento temático e estético entre as duas versões. No terceiro e quarto tópicos, discutimos o conceito da *Social TV* e sua característica de gerar conversações a partir do consumo do conteúdo televisivo nas redes sociais e, na sequência, situamos como essa prática toma forma entre fãs de telenovela. No penúltimo tópico, apresentamos o estudo empírico, envolvendo oito grupos de fãs de *Pantanal* (Globo, 2022) no Facebook, a fim de observar suas práticas e engajamento frente aos temas tratados na telenovela.

### **O Fenômeno Televisivo de 1990, a Telenovela *Pantanal***

Em 27 de março de 1990, estreava, na extinta TV Manchete, a telenovela *Pantanal*. A obra, assinada por Benedito Ruy Barbosa, obteve uma média de 14 pontos de audiência em suas primeiras semanas de exibição (Becker & Machado, 2008, p. 1), porém ampliou significativamente sua média de audiência à medida que a trama se desenvolvia, ameaçando a hegemonia da Globo no *prime time*<sup>1</sup>. Assim, o que, inicialmente, parecia ser uma produção audiovisual sem grande repercussão, tornou-se uma referência para a teledramaturgia brasileira, constituindo-se como um verdadeiro marco para o gênero e dando origem a um “movimento de renovação da

<sup>1</sup> Dados colhidos no momento da redação deste artigo indicam que a trama alcançou 21,6 pontos de audiência em São Paulo. No Rio de Janeiro, chegou à média de 30,1 pontos. Ver Vaquer (2022).

ficção seriada nacional”, como apontam Becker e Machado (2008). De acordo com os autores, *Pantanal* utilizou estratégica e sistematicamente a natureza como recurso cenográfico, rompendo com as dinâmicas óbvias das novelas de estúdio. Balogh (1995, p. 142) afirma que a escolha da locação da telenovela “foi de rara felicidade: poucos espaços nos levaram de forma tão veemente ao mito do ‘paraíso perdido’ quanto esse”. Fernandes (1997, p. 357) avalia que a telenovela se caracterizou, entre outras coisas, como um “manifesto ecológico [que] surgia através da tomada de consciência a respeito dos fatos da região”. Atentos ao papel social e também estético do formato telenovela brasileira, Becker e Machado (2008, p. 5) destacam que a telenovela colocou em perspectiva a necessidade de discutir a identidade do país e “buscar uma iconografia brasileira para a telenovela”.

Outro elemento que incide diretamente sobre a construção do protagonismo da região pantaneira, em termos sociais e simbólicos, como um espaço único no qual ressoam a brasilidade e os traços do “paraíso perdido” (Balogh, 1995, p. 192) se refere à centralidade que adquire na trama o realismo fantástico ou mágico. De forma resumida, podemos dizer, conforme tratamos em outro artigo, que esse enfoque tem se mostrado presente em diversas telenovelas e minisséries da TV desde os anos 1970 (Mungioli, Lemos & Karhawari, 2013), incidindo mais fortemente nas tramas exibidas nos anos 1990, no recorte temporal de 1970 a 2012 analisado pelas autoras. Por sua vez, Balogh (1995, p. 141) constata que *Pantanal* (TV Manchete, 1990) trouxe a vertente do realismo mágico “frequente na literatura latino-americana, escassa no cinema e rara na TV”.

Embora não esteja entre os objetivos deste artigo analisar o uso de elementos do realismo fantástico nas duas versões da telenovela, os apontamentos a seguir se justificam em função dos comentários observados ao longo da empiria.

A centralidade desse enfoque se mostra como elemento constituinte das personagens protagonistas da telenovela, como Juma Marruá, José Leôncio e Joventino. O realismo mágico ganha força na construção do *plot* principal e nas tramas paralelas, adquirindo ênfase na construção harmoniosa e orgânica com os espaços simbólicos mencionados anteriormente. O realismo mágico integra, portanto, a trama da telenovela em suas dimensões narrativas, discursivas e visuais. Histórias como as de Maria e Juma Marruá, mãe e filha que conversam com os animais e bichos e se transformam em onça para defender suas terras, família e as próprias vidas, conduzem seus arcos narrativos e não se configuram como elementos acessórios. O mesmo acontece com a história do patriarca Joventino que se torna o Velho do Rio e adquire o poder mágico de se transformar em Sucuri, características que serão herdadas pelo filho Zé Leôncio. Em ambos os casos, temos a questão da hereditariedade, da saga familiar (Eco, 1994) como eixos dos arcos narrativos que se mostram na composição discursiva, temática e estética da trama e das personagens, amalgamando os ciclos da vida e da natureza, imersos no universo do realismo mágico. Também contribuindo para a construção desse universo mágico e mítico, temos o Cramulhão, ente que representa o mal, o demônio incorporado pelo peão Trindade (Almir Sater). Essas são algumas histórias entre as muitas que emergem da telenovela para situá-la em um universo diegético de um Brasil natural e mítico (Balogh, 1995).

Ao longo da trama, contrapõem-se pessoas, relações humanas e costumes da região pantaneira – construídos discursiva e esteticamente como autênticos – aos da cidade do Rio de Janeiro, mostrando seus antagonismos e valores. Assim, surge não apenas um Brasil rural, mas também um lugar que mostra a força da natureza que resiste à modernidade e aos costumes dos centros urbanos. Dessa forma, constrói-se o imaginário de um Brasil intocado, ou de um Brasil mais autêntico. Ambos os espaços – a cidade e o campo – foram amplamente trabalhados e contrapostos na literatura desde a Antiguidade, conforme salienta Williams (2011, p. 11).

o campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.

Em *Pantanal* (TV Manchete, 1990), as associações negativas e positivas citadas pelo estudioso inglês estão presentes por meio das interações das personagens e dos conflitos, porém prevalece a visão de que o mundo pantaneiro é mais natural e autêntico e se opõe claramente aos valores morais e éticos da cidade, marcados pela ambição social e pelo interesse financeiro. Tal oposição fica clara, por exemplo, quando o jovem José Leôncio (Paulo Gorgulho/Cláudio Marzo) vai ao Rio de Janeiro negociar a venda de gado e conhece Madeleine (Ingra Lyberato/Itala Nandi) por quem se apaixona. Na cidade, ele é roubado e é vítima de preconceito por conta de suas roupas, modo de falar e falta de traquejo social.

Assim, com uma trama imersa no contexto nacional e marcada pelas oposições entre o campo e a cidade, as realidades e personagens retratadas possuem características essencialmente brasileiras e levam para o horário nobre paisagens típicas da região Centro-Oeste, até então pouco retratadas na televisão<sup>2</sup>, pois as cenas externas foram realizadas no Pantanal Sul Mato-grossense.

<sup>2</sup> Embora a telenovela de grande sucesso *Irmãos Coragem* (Globo, 1970-1971) se passe na cidade fictícia de Coroadó, no estado de Goiás, a trama foi gravada na primeira cidade cenográfica da TV Globo construída para uma telenovela que ficava na cidade do Rio de Janeiro. Já as cenas de garimpo em geral dessa telenovela foram gravadas na Serra de Teresópolis, no Rio de Janeiro.

O enredo principal conta a história da família Leôncio na região pantaneira. Ao longo dos anos, Joventino (Cláudio Marzo) e seu único filho, José Leôncio, alcançam êxito na criação de gado de corte. Após o desaparecimento de Joventino, José Leôncio assume o comando dos negócios. Como aludimos anteriormente, durante uma viagem ao Rio de Janeiro, o rapaz conhece Madeleine, uma jovem da classe alta carioca. Apaixonados, eles se casam e partem para o Pantanal. Porém, Madeleine não se adapta ao mundo rural e retorna ao Rio de Janeiro depois de parir Joventino Neto. Longe do pai, a criança é criada pela mãe e sua família. A trama apresenta um salto temporal de vinte anos, e mostra Joventino Neto (Marcos Winter), mais conhecido como Jove, voltando para o Pantanal para se reconectar com o pai e com suas origens. Entre atritos familiares, causados por ressentimentos do passado e por fortes diferenças culturais, Jove se apaixona pela arredia e destemida Juma Marruá (Cristiana Oliveira). A obra de Benedito Ruy Barbosa conta, ainda, com outras personagens marcantes, como os outros filhos de José Leôncio, Tadeu (Marcos Palmeira) e José Lucas (também vivido por Paulo Gorgulho), o ardiloso fazendeiro Tenório (Antônio Petrin), rival da família Leôncio e figuras místicas.

Dessa forma, a natureza exuberante do pantanal ganha status de protagonista e “parece seguir sua vocação de eternidade, quase indiferente aos dramas humanos que acontecem aqui e ali” (Becker & Machado, 2008, p. 3). Para isso, a telenovela precisou romper com a estrutura e a linguagem fílmica geralmente adotadas nas produções nacionais, nas quais a edição da trama precisa ser veloz e baseada em conflitos constantes, sempre com o objetivo de manter o telespectador interessado em cada capítulo. Em *Pantanal* (TV Manchete, 1990), no entanto, é adotado um ritmo assumidamente mais lento que utiliza planos gerais de longa duração para destacar a amplitude do espaço e o ritmo da vida pantaneira, ao mesmo tempo que dimensiona a pequenez humana diante da natureza. Nesse sentido, Balogh (1995, p. 142) enfatiza que a direção empregou uma linguagem fílmica caracterizada pelo uso de grandes planos e de tomadas aéreas para fazer frente à “majestade do espaço” pantaneiro. Em suma, a linguagem e o ritmo da narrativa audiovisual adotados pelo diretor Jayme Monjardim exerciam uma espécie de fascínio sobre a audiência, que descobria uma nova proposta de teledramaturgia, na qual há “a dilatação do tempo, a lentidão das falas, os grandes espaços naturais, cenas de interior gravadas em ambiente autênticos, longe da tirania do estúdio e de seus tripés com rodas” (Becker & Machado, 2008, p. 8).

Reforçando o enfoque na natureza e notando que o telespectador havia se conectado com esse elemento, a TV Manchete desenvolveu *slogans*, veiculados ao longo de sua programação e em publicações impressas, como “O Brasil passa na Manchete” e “O Brasil que o Brasil não conhece passa na Manchete” (Balogh, 1995). Seu objetivo era atrair ainda mais audiência para a telenovela, mas também se firmar como emissora que domina o formato brasileiro mais popular em um cenário em que a Globo tinha hegemonia.

Os componentes narrativos, discursivos e de estilo mencionados, em conjunto com a escalação de novos talentos em papéis de destaque, permitem dimensionar porque *Pantanal* (TV Manchete, 1990) se tornou uma referência na teledramaturgia

brasileira, e passou a ser considerada um dos marcos da teledramaturgia brasileira. Seu sucesso causou grande impacto no cenário televisivo nacional, levando a Globo a amargar a vice-liderança no horário em que *Pantanal* (TV Manchete, 1990) competia com sua telenovela (Balogh, 1995). A situação levou a emissora a recontratar Benedito Ruy Barbosa que, em suas telenovelas seguintes, criará histórias nas quais se destacam o universo rural com sagas familiares que exploram costumes, crenças e problemas brasileiros como *Renascer* (1993) e *O Rei do Gado* (1996).

Cabe mencionar ainda que, em meados 2008, quando buscava a vice-liderança da audiência nacional, o SBT apostou na reprise de *Pantanal*, após adquirir a telenovela por meio de leilão. A decisão do SBT desencadeou diversos conflitos jurídicos. Ainda assim, a emissora conseguiu manter a exibição da telenovela e, de fato, logrou alavancar sua audiência durante certo tempo.

### O Remake da Telenovela *Pantanal* (1990): atualizações de temas e abordagens

Buscando alcançar o êxito de audiência da obra original, em 28 de março de 2022, a Globo estreou o *remake* de *Pantanal*, escrita por Bruno Luperi, com supervisão de seu avô Benedito Ruy Barbosa. Em relação à realização de remakes, Lopes e Munglioli (2013) afirmam que, por meio da produção de *remakes*, “os telespectadores são levados a produzir novas significações das histórias contadas e também a resgatar uma memória midiática feita de sensações anteriormente experienciadas” (Lopes & Munglioli, 2013, p. 162). Por sua vez, com base nas discussões de Eco (1984) sobre inovação e repetição na indústria cultural, Motter e Munglioli (2006, p. 67) afirmam que as produções seriadas apresentam “em doses ‘adequadas’, o já-visto e o novo”. Em termos de construção da narrativa, o *remake* exige um *updating*, pois não se trata de realizar uma cópia exata do original, mas sim de “atualizar e tornar mais palatável o produto dentro do gosto da contemporaneidade” (Balogh & Munglioli, 2009, p. 343).

É comum que diferenças estruturais e temáticas estejam presentes na nova produção, como, por exemplo, novas personagens e, conseqüentemente, desdobramentos inéditos. A produção de 2022 foi elogiada por se manter fiel à original, ainda que tenham sido realizadas algumas adaptações, para que a telenovela dialogasse com o contexto atual<sup>3</sup>. Um exemplo é a abordagem de temas como homofobia, representatividade preta, misoginia, machismo, e violência contra mulheres com base em uma ótica atual e mais favorável à diversidade. Muitos desses temas já haviam estado presentes na primeira versão, embora tivessem causado grande repercussão na época, como o *plot* da personagem Maria Bruaca (Isabel Teixeira)<sup>4</sup>, a abordagem ocorria de forma difusa.

<sup>3</sup> Ver ‘Ainda bem que não estraguei a novela’, vibra autor do remake de Pantanal (2022).

<sup>4</sup> Ver “Maria Bruaca” (2022).

<sup>5</sup> Mariana recebe um bilhete de Zaquieu dizendo que deixará o Pantanal. Capítulo 85 (2022, 4 de julho). Zaquieu deixa o pantanal por conta do comportamento preconceituoso e homofóbico dos peões da fazenda de Zé Leôncio em relação a ele. Algumas cenas depois, o fazendeiro reúne os funcionários e os adverte por suas atitudes, enquanto Zaquieu aparece em um barco, deixando a região pantaneira e afirmando que “também é uma pessoa, e não uma piada”.

Em relação à homofobia, citamos a narrativa de Joventino Neto (Jesuíta Barbosa), ou Jove. Seu retorno à região pantaneira quando adulto causa estranheza entre os moradores da região. Nas duas versões da novela, a personalidade e o comportamento do jovem são motivo de comentários homofóbicos, no entanto, no remake, Jove se posiciona com mais firmeza e recrimina o preconceito dos peões. Já na obra de 1990, uma parte dos comentários eram do próprio José Leôncio (Cláudio Marzo), que considerava o jeito do filho muito efeminado. Em 2022, todavia, por mais que haja desentendimentos entre pai e filho, e que José Leôncio (Marcos Palmeira) de fato não compreenda bem a maneira de ser do filho, ele não faz comentários negativos sobre sua sexualidade. As principais diferenças entre ambos acontecem por questões culturais e comportamentais em relação à vida no campo. Embora o pai tenha essa conduta, Tenório (Murilo Benício) e peões da fazenda de José Leôncio criticam o jovem por acharem seu comportamento efeminado, o que possibilita a discussão de preconceitos e estereótipos ligados à homofobia e ao machismo. Outra personagem por meio da qual se aborda a questão da homofobia é o mordomo da família de Madeleine, Zaquieu (Silvério Pereira). Em ambas as versões, as personagens surgem como gays assumidos, porém, na versão de 2022, o mordomo não tolera comportamentos homofóbicos<sup>5</sup>. Essa mudança também se configura como uma alteração importante, visto que se distanciou do estereótipo de comichidade atribuído à personagem na obra original, fugindo da função narrativa que, muitas vezes, caracteriza as personagens homossexuais em telenovelas (Risk & Santos, 2019).

Também houve outras mudanças e atualizações relevantes em *Pantanal* de 2022, entre elas citamos: a segunda família de Tenório, interpretada por atores brancos na primeira versão, abre espaço para debates sobre racismo ao escalar atores pretos para o remake. Outro diferencial são as cenas de nudez com abordagem mais sutil em comparação à versão original, procurando evitar a objetificação dos corpos, principalmente dos femininos. Além disso, há a carreira de Madeleine, que busca se estabilizar financeiramente como *digital influencer*, diferentemente do que ocorria na versão anterior, quando ela era definida apenas como socialite; e a própria composição de personagens, como no caso já citado de Jove que, na versão de 2022, possui traços mais melancólicos, tem interesse em fotografia e é vegetariano, enquanto em 1990 era mais cômico e atrevido em suas falas. Também se nota alteração em relação ao machismo e à violência de gênero. Pode-se notar isso em uma cena em que a personagem Zé Lucas (Irândhir Santos) assedia Juma. Na versão original, o peão usa força física para tentar dominar a jovem, enquanto no *remake* ele tenta seduzi-la com palavras, sem a agredir. Ainda assim, a cena mostra o desconforto, a indignação e o pavor da jovem com a situação. Nessa cena, surgem para ajudá-la os seres míticos, o Velho do Rio e Maria Marruá<sup>6</sup>, esta última na figura da onça que intimida o assediador. Vale citar ainda que foram adicionadas cenas que mostram a destruição real da região pantaneira por meio de imagens de incêndios ocorridos entre 2020 e 2021, bem como por meio de diálogos entre as personagens sobre o tema. Esses elementos compõem o tecido discursivo da trama que alerta sobre a destruição e os impactos ambientais das queimadas no bioma local<sup>7</sup>. De forma resumida, para Lopes e Abrão (2023, p. 96), a nova versão de *Pantanal* (Globo, 2022) abordou temas relativos à cidadania, “além de debater assuntos em pauta na esfera pública, como discussões sobre gênero, sexualidade, preservação do meio ambiente e o agronegócio”.

<sup>6</sup> Ver Kelly et al. (2022, 9 de julho), “Onça Marruá e Velho do Rio protegem Juma de José Lucas”.

<sup>7</sup> Ver Kelly et al. (2022, 28 de junho), “Velho do Rio decide combater incêndio sozinho”.

Dessa forma, por meio de diversas atualizações e adequações, o remake manteve não apenas o enredo principal como também expandiu o universo ficcional da telenovela original, por meio da tematização e problematização de questões sociais e identitárias presentes no debate atual na sociedade brasileira. Vale ainda mencionar que, como vimos, o realismo fantástico se manteve como uma característica forte do universo pantaneiro tal qual na primeira versão. Em termos de audiência, o *remake* contou com índices altos, uma média de 28,9 pontos de audiência (Lopes & Abrão, 2023, p. 88), figurando em primeiro lugar entre as ficções exibidas na TV aberta ao longo de 2022. Além disso, como veremos adiante, a nova versão de *Pantanal* (Globo, 2022) obteve forte engajamento nas redes sociais, fazendo eco a diversas estratégias de comunicação adotadas pela emissora, como destacam Lopes e Abrão (2023, p. 94).

### **Social TV: a Conversação Sobre o Conteúdo Televisivo nas Redes Sociais**

Tratando da expansão da sala de estar – ambiente tradicional visto como lugar não apenas para assistência a programas de TV, mas também como espaço para interações sobre tais programas –, Proulx e Shepatin (2012) utilizaram o conceito de *backchannel* (canal secundário) para se referirem à produção de conteúdo e aos discursos gerados nas redes sociais de maneira síncrona com a emissão televisiva. O termo foi usado principalmente para descrever o uso do Twitter pela audiência no consumo de séries de ficção e eventos de transmissão ao vivo. Já Recuero (2014) defende que a conversação em rede, produto da comunicação mediada por computador, caracteristicamente pública e coletiva, é incentivada pelos sites de redes sociais. Afirma que ela “surge dos milhares de atores interconectados que dividem, negociam e constroem contextos coletivos de interação, trocam e difundem informações, criam laços e estabelecem redes sociais” (Recuero, 2014, p. 19)

Os primeiros usos do termo TV Social no campo científico surgiram no início dos anos 2000, relacionados, no início, à área de tecnologia para se referir às pesquisas e ao desenvolvimento de aplicativos que contemplavam a TV digital interativa. Logo, porém, o significado de TV Social passa a abranger ações remotas de compartilhamento entre as pessoas em torno de conteúdos televisivos e a ganhar fôlego na descrição de soluções tecnológicas que integram as redes sociais digitais à televisão. Nessa esfera, como exemplo, se encontram os aplicativos interativos capazes de proporcionar, mesmo que em pontos geográficos diversos, a experiência

de assistir juntos à televisão (Fechine, 2017, p. 87). Na TV Social, os consumidores “compartilham e retroalimentam suas interpretações, enviando e/ou recebendo comentários sobre aquilo a que assistem por meio, sobretudo, das redes sociais digitais (Facebook, Twitter, Instagram, etc.)” (Fechine, 2017, p. 86).

Para Borges e Sigiliano (2019), a TV social reforça o conceito de laço social, discutido por Wolton (1996). Ou seja, ao entrelaçar o fluxo televisivo com a temporalidade de mídias sociais como o Twitter, o fenômeno fortalece o laço social e ao mesmo tempo ressignifica a experiência televisiva. “Ao ser transposto para as redes multimodais, o *watercooler*<sup>8</sup> reafirma algumas de suas principais características e possibilita novas formas de participação, colaboração e expansão do universo ficcional” (Borges & Sigiliano, 2019, p. 31).

<sup>8</sup> O termo *watercooler* foi conceituado por Benton e Hills (2012) e se refere ao hábito de socializar com os amigos, familiares e colegas de trabalho por meio da discussão informal sobre a programação televisiva. Foi denominado assim pois faz alusão aos espaços corporativos, em que o ambiente do bebedouro era utilizado pelos funcionários para comentar o que haviam assistido na noite anterior (Borges & Sigiliano, 2019, p. 31).

Plataformas como Twitter, atual X, e Facebook, por exemplo, recebem milhões de usuários que compartilham e comentam espontaneamente “em seus perfis sobre conteúdos televisivos dos mais variados, dando lugar a novos comentários sobre o que postaram e promovendo uma espécie de conversa moldada pela lógica interacional das redes sociais” (Fechine, 2017, p. 88). Portanto, nessa conjuntura a TV social se refere “ao compartilhamento de conteúdos (comentários, memes, vídeos, montagens, fotos etc.) nas redes sociais (Twitter, Facebook, Instagram etc.) e nos aplicativos de segunda tela (TV Showtime, Telfie, Viggie etc.) de maneira síncrona ao fluxo televisivo” (Borges & Sigiliano, 2019, p. 30).

Ainda que o termo *Social TV* possa ter sido associado inicialmente com o ato de assistir TV e, sincronicamente, tecer comentários sobre o programa em redes sociais e aplicativos de segunda tela, como alguns autores defendem, nada impede que os consumidores daquele conteúdo possam fazer as duas ações de modo assíncrono. Nesse sentido, Almeida (2020) defende que o conceito de TV Social abrange a experiência de práticas de conversação, a qual necessariamente precisa ser on-line e em rede. As audiências participam e interagem entre si e com o conteúdo televisivo, engajadas por estratégias promovidas pela indústria televisiva ou por sua própria iniciativa. Apesar da interação concentrar-se durante a exibição do produto televisivo, ela ainda existe em menor intensidade antes e depois de sua veiculação (Almeida, 2020, p. 67).

### A Prática da *Social TV* dos Fãs de Telenovela

A definição de fã está associada a qualquer devoção relacionada com o entretenimento comercial e caracteriza uma pessoa que passa a admirar uma celebridade ou um conteúdo de mídia, por exemplo, estrelas de cinema, séries de TV e histórias em quadrinhos (Jenkins, 1992, p. 12). O fã diferencia-se de um público “comum” por ter uma característica específica, geralmente, levando a uma experiência mais aprofundada. Dessa forma, o fã não apenas consome o conteúdo, ele o reinterpreta e o ressignifica. Nesse processo, existe uma apropriação para a sua vida cotidiana, sua identidade cultural é construída a partir dela (Hills & Greco, 2015). Johnson (2005, pp. 106-107), destaca, entre outras coisas, a qualidade das análises feitas por fãs de séries, enfatizando seu envolvimento emocional e cognitivo com as histórias que, dessa forma, contribuem para o desenvolvimento da inteligência social desses fãs e das pessoas que assistem a essas histórias.

<sup>9</sup> O termo *fandom* é uma palavra formada pela mescla das palavras *fanatic* (fanático) e *kingdom* (reino) e se refere às comunidades de fãs que se formam em torno de alguma atividade emocionalmente compartilhada sobre determinado interesse comum (Jenkins, 1992, p. 12).

Por outro lado, Auxílio, Martino e Marques (2013, p. 114) afirmam que os fãs utilizam textos de mídia “para a produção do significado de sua própria vida, algo que se conecta com suas experiências, necessidades e desejos”. Eles não podem ser concebidos como meros “adoradores platônicos”, pois se apropriam dos textos de mídia (Jenkins, 2009) e a partir disso produzem cultura, inventando, criando e constituindo formas e códigos simbólicos próprios. “É esse processo que fornece as linhas definidoras do conceito de Fandom<sup>9</sup>” (Auxílio et al., 2013, p. 113), uma maneira de transformar cultura de massa em cultura popular (Jenkins, 2009).

Hills e Greco (2015, p. 149) ressaltam que *fandom* “pode significar diversas coisas em distintos microcontextos, em diferentes momentos de interação social, e até mesmo em plataformas distintas”. Significa dizer que as características de cada *fandom* dependem de diversos fatores: a qual *fandom* nos referimos, em que contexto,



quais discursos os constitui e os rodeia, de que modo. Isto é, cada *fandom* possui sua identidade, sua cultura, seus integrantes. Os fãs se apropriam de um modo diferente do conteúdo de mídia, se relacionam cotidianamente de modo diverso com o objeto de apreço e com os demais membros da comunidade. Outro fator importante, ressaltado por Hills e Greco (2015, p. 150), é que podemos pensar o *fandom* em relação às diversas plataformas de mídia e como ele se desenvolve de modo diverso em razão disso. Isto é, dependendo de qual plataforma de mídia nos referimos, lidamos com diferentes possibilidades de interação e de apropriação do objeto de afeto. Assim, existem modos diversos de usos e expressões da cultura de fãs em função da rede social em que ocorrem. Não somente as especificidades e recursos oferecidos de cada plataforma de mídia influenciam os costumes e hábitos de um *fandom*, mas, principalmente, o objeto do afeto e o contexto sócio-histórico no qual se insere.

Embora o termo *fandom* seja relativamente recente nos estudos de telenovela, pesquisas indicam que se trata de um fenômeno social e cultural do Brasil, que se forma e ganha força desde o início da veiculação do formato. Como argumentam Baccega e Tondato (2015, p. 65), o contexto das mídias digitais transformou práticas observadas no “comportamento que começou em uma época quando as colunas de leitores nas revistas (impresas) especializadas e fã-clubes já constituíam mediadores muito importantes da relação ficcional-simbólico/cotidiano-imaginário”. O diferencial no contexto atual é que o *fandom* se constitui e interage nas redes sociais. “Os fãs selecionam, avaliam, criticam, se apropriam, remixam, reinventam, recriam e expandem as narrativas seriadas televisivas a partir deste repertório cultural e audiovisual próprio, que está também relacionado com a memória afetiva e social brasileira” (Borges et al., 2017, pp. 93-94). Alguns desses processos remetem ao conceito de transmídiação definido, de modo amplo, por Fechine et. al. (2011, p. 27) como “toda produção de sentido fundada na reiteração, pervasividade e distribuição em distintas plataformas tecnológicas (TV, cinema, Internet, celular etc.) de conteúdos associados cuja articulação está ancorada na cultura participativa estimulada pelos meios digitais”.

Nessa perspectiva, Lopes e Mungioli (2011) observaram, em estudo realizado para acompanhar a transmídiação e a recepção de ficções televisivas em outras mídias e redes sociais, o protagonismo e o envolvimento da audiência e das comunidades de fãs em diversas atividades como: criação e divulgação de conteúdo a partir do remix, da republicação à interpretação de conteúdos televisivos por intermédio de fóruns e páginas, sobretudo dedicadas a telenovelas, evidenciando processos de produção de conteúdo gerado pelo usuário.

Em outra pesquisa, Lopes e Mungioli (2013) analisaram as formas de interação da audiência de telenovelas na *fanpage* oficial da Globo na plataforma do Facebook. O foco da análise se concentrou nas estratégias de publicação de conteúdos sobre a telenovela *Avenida Brasil* (2012) e nos comentários realizados na *fanpage*. Foram observadas ações que englobavam desde o simples consumo do material da página ao engajamento por meio da inserção e compartilhamento de conteúdos textuais. As autoras identificaram práticas e operações caracterizadas pela criatividade e engajamento dos fãs.

De forma resumida, Lopes e Mungioli (2011, 2013) afirmam que os estudos realizados indicam que os processos de transmídiação de telenovelas constituem-se nos meios digitais e se referem a toda produção de sentido estruturada com base na reiteração, propagação e distribuição de conteúdos relacionados a essas obras em diversas plataformas digitais.

Por sua vez, as práticas de *Social TV* correspondem mais especificamente às conversações e interações geradas nas plataformas de redes sociais a partir do consumo do conteúdo televisivo. Neste artigo nos referimos às conversações e interações a partir do consumo da telenovela *Pantanal* (Globo, 2022). Tais práticas podem ocorrer em função de estratégias promovidas tanto pela indústria televisiva quanto pelos próprios fãs. O nível dessa interação pode concentrar-se em sua maior parte durante a exibição da telenovela, mas assim como Almeida (2020), assumimos que ela pode ocorrer, mesmo que com menor intensidade, fora do

período de veiculação. Dessa forma, podemos identificar a prática da *Social TV* de telenovela dentro de uma perspectiva que se organiza em termos de transmediação no bojo da cultura da convergência (Jenkins, 2009), e que tem como objeto, mais especificamente, as conversações, as interações, os discursos e suas produções de sentido; gerados pelo consumo dessa ficção televisiva e cristalizados no ambiente das redes sociais.

### **Social TV e Grupos de Fãs de *Pantanal* no Facebook**

Desde a estreia, em 28 de março de 2022, o remake de *Pantanal* apresentou diariamente uma repercussão significativa no ambiente online. A obra conseguiu, ao mesmo tempo, despertar a memória afetiva do público que acompanhou a versão original, bem como o interesse e curiosidade das novas gerações, culminando, assim, em um expressivo engajamento nas redes sociais. No Twitter, os autointitulados pantaneiros acompanhavam a novela em tempo real, comentando cada capítulo, o que garantia, muitas vezes, a obra entre os assuntos mais comentados da plataforma. No Instagram, diversas contas foram criadas com o propósito de disseminar memes, compartilhar novidades sobre a trama ou simplesmente enaltecer a interpretação do elenco e a produção em si. Nesse contexto, o Facebook, sem dúvidas, não ficou fora do “movimento pantaneiro” que marcou as redes sociais durante a exibição da telenovela. Além da criação de algumas *fanpages* dedicadas à versão de 2022, a plataforma reuniu diversas comunidades que discutiam a trama da família Leôncio e dos demais personagens.

Como argumentam Duarte e Rosa (2021), os grupos de Facebook podem ser considerados como parte da sociabilidade contemporânea. Nesse espaço, ocorre o surgimento de novas e/ou a transformação de dinâmicas interacionais já existentes e se configuram como espaços de convivência digital virtual (Backes, 2015), conforme mencionado anteriormente.

Para a pesquisa não probabilística intencional, relatada neste artigo, foram estabelecidos procedimentos e critérios para a constituição da amostra e do *corpus* a ser analisado. O primeiro procedimento referiu-se ao levantamento dos grupos de fãs da telenovela e respectivas quantidades de membros. Esse levantamento, realizado por meio da ferramenta de busca manual da própria plataforma, identificou 40 grupos de fãs que tinham *Pantanal* (Globo, 2022) como foco central de conversação. Diante do grande número de grupos, estabelecemos como critério selecionar aqueles com maior quantidade de membros para compor a amostra, tendo como premissa que um maior número de inscritos gera maior quantidade de postagens/interações. Além do monitoramento das postagens efetuadas pelos grupos, outro dado coletado referiu-se ao eventual crescimento dos membros de cada grupo. A coleta dessa informação tinha como objetivo observar se, no período analisado, houve aumento de interesse pelos temas tratados na telenovela no grupo de fãs.

Dessa forma, foram selecionados oito grupos que atendiam ao critério eletivo, para composição da amostra não probabilística intencional, que tinham mais de 100 mil membros no primeiro dia de coleta, 24 de junho de 2022. Nomeadamente, os oito grupos que atendiam a esse requisito foram os seguintes: Novela Pantanal 2022 na Globo; Pantanal – Nova novela das 9h; Pantanal 1; Pantanal 2; Pantanal; Pantanal 2022; PANTANAL Tudo sobre as Novelas da Globo; Pantanal – novela das nove<sup>10</sup>. Os grupos da amostra foram monitorados com a intenção de observar o crescimento de membros e a quantidade diária de postagens, entre os dias 24 de junho e 1º de julho de 2022. Em seguida, demonstra-se os dados do Monitoramento das comunidades de fãs de Pantanal e respectivos dados na plataforma Facebook (Tabela 1).

<sup>10</sup> Como mais de um grupo se nomeava “Pantanal”, optamos por numerar cada grupo como: Pantanal 1, Pantanal 2 e Pantanal 3.

Comunidade	Data de Criação	Números da 1ª coleta 24/06 – 23h		Números da coleta final 01/07 – 23h	
		Membros em Milhares	Posts Diários	Membros em Milhares	Posts Diários
Novela Pantanal 2022 na Globo	11 de março de 2022	122,6	132	125,3	102
Pantanal – Nova novela das 9h	25 de abril de 2018	376,4	18	377,2	18
Pantanal 1	4 de setembro de 2019	554,5	8	555	9
Pantanal 2	16 de março de 2021	138,5	22	138,5	18
Pantanal 3	20 de maio de 2019	130,3	16	130,3	22
Pantanal 2022	12 de novembro de 2021	261,2	390	270,2	420
PANTANAL Tudo sobre as Novelas da Globo	12 de junho de 2015	223,5	Nenhum post	223,5	Nenhum post
Pantanal, novela das nove	11 de outubro de 2018	127,1	65	137,5	59

Tabela 1: Comunidades de fãs de Pantanal e respectivos dados na plataforma Facebook, de 24/06 a 01/07/2022

Nota: Elaboração própria com dados da pesquisa.

<sup>11</sup> A data de criação de “Pantanal 2022 na Globo” foi 11 de março de 2022. Nesse dia, ele foi renomeado, sendo seu primeiro nome “Pantanal2022”, portanto temos certeza de que sua criação foi especialmente em função do remake de Pantanal.

<sup>12</sup> Fãs curadores são aqueles que realizam atividades de curadoria de conteúdo sobre a ficção televisiva brasileira. “São fãs-curadores pessoas que se tornaram moderadores de comunidades, organizadores de listas de discussão, autores de blogs ou fan pages sobre ficção televisiva, criadores de webséries no YouTube, que atraíram a participação de outros fãs na internet” (Lopes & Mungoli, 2015, p. 23).

Um dado importante a salientar é a data de criação de cada grupo. Como se pode notar, quase a totalidade dos grupos foi criada antes de 28 de março de 2022, data da estreia do remake de *Pantanal*. “Novela Pantanal 2022 na Globo”<sup>11</sup> foi o único grupo criado em função do lançamento da telenovela de Bruno Luperi. Dessa forma, observamos a preexistência de grupos de fãs de telenovela no Facebook, que são mantidos na rede social e renomeados cada vez que estreia uma nova novela. Essa característica reafirma tanto a importância do formato telenovela no panorama televisivo e cultural brasileiro, quanto a relevância desses grupos de fãs nessa rede social. É possível constatar que o grupo “Pantanal – Tudo sobre as Novelas da Globo” é o mais antigo, tendo sido criado em junho de 2015. O grupo cuja data de criação foi a segunda mais próxima da estreia do *remake* foi “Pantanal 2022”. No entanto, em seu histórico é possível observar que, na data de sua criação, seu nome era “Um Lugar ao Sol”, telenovela que antecedeu *Pantanal*. A manutenção desses grupos no Facebook e a prática dos fãs curadores<sup>12</sup> de os renomearem, quando a telenovela para a qual foram criados termina, demonstra que não estamos lidando apenas com um *fandom* exclusivo de uma telenovela, mas com um *fandom* do formato telenovela da Globo. Nesse sentido, Borges et al. (2017, p. 93) destacam que especificamente “os fãs de telenovelas possuem um vasto repertório audiovisual e narrativo, que é revalidado, ressignificado e retroalimentado a cada nova novela que vai ao ar”.

Com base no monitoramento realizado, considerando o aumento do número de membros no recorte temporal, três comunidades da amostra se sobressaíram em relação às demais: “Pantanal, novela das nove”, “Pantanal 2022” e “Novela Pantanal 2022 na Globo”. A primeira, no início da coleta, contava com 127,1 mil membros e, na conclusão do monitoramento, apresentava mais 10 mil participantes, perfazendo 137,1 mil integrantes no total. A segunda, a princípio somava 261,2 mil membros e, no final, apresentava 270,2 mil membros, totalizando 9 mil novos participantes em sete dias. Já a terceira, no primeiro dia possuía 122,6 mil membros e, ao final da coleta, 125,3 mil integrantes, com acréscimo de 2,7 mil fãs. Observou-se, portanto, acréscimo no número de membros nas três comunidades à medida que a telenovela se desenvolvia. Apesar de a comunidade “Novela Pantanal 2022 na Globo” apresentar o menor crescimento entre as três, seu número de publicações diárias ultrapassou “Pantanal, novela das 9h”, que apresentou maior crescimento de membros no período de coleta. No entanto, “Pantanal 2022”, a segunda comunidade com maior crescimento de membros, é a que apresenta o maior número de publicações, com cerca de 400 posts diários, conforme a Tabela 1. Em função disso, selecionamos “Pantanal 2022” para análise, buscando identificar quais foram os fatos ocorridos na telenovela que mais provocaram conversação nessa comunidade de fãs.

### **Fandom “Pantanal 2022” e as Práticas da Social TV**

O número de possibilidades da expressão da cultura de fãs pode ser infinito, porém, considerando os propósitos deste artigo, selecionamos as interações em uma amostragem não-representativa e aleatória dos *posts*, buscando encontrar os

temas e eventos de destaque da telenovela que mais provocaram o fenômeno da *Social TV*. Em outras palavras, identificamos os eventos narrados na ficção que mais repercutiram e ocasionaram maior volume de conversa, traduzido aqui em números de comentários realizados por meio dos posts. Conforme explicado anteriormente, por atender a esse critério, selecionamos o grupo “Pantanal 2022”, o segundo colocado em nossa amostra com base no critério de crescimento de membros, porém detentor de muitas publicações diárias, demonstrando maior engajamento e interação quando comparado com os demais grupos da amostra. Para o recorte da análise, foi considerada a semana de maior audiência<sup>13</sup> do *remake* até o momento de finalização da coleta, que corresponde ao período de 30/5 a 5/6 de 2022.

<sup>13</sup> Ver Kantar Ibope Media (2022).

Também foi realizada a análise dos capítulos para definição dos temas e acontecimentos da trama apresentados na semana selecionada. Com base nesse levantamento, obtivemos os seguintes resultados: o envolvimento romântico entre Maria Bruaca e Levi (Leandro Lima); a suspeita de Zé Lucas (Irandhir Santos) ser um Leôncio; os conflitos entre os irmãos Jove e Tadeu (José Loreto) durante uma comitiva organizada por José Leôncio; a tensão entre Tenório, Alcides (Juliano Cazarré) e Levi; o relacionamento de Guta (Julia Dalavia) e Tadeu; o retorno de Tibério (Guito Show) após internação no hospital, devido à facada que recebera de Levi; e o peão e violeiro Trindade (Gabriel Sater) transformando-se em Cramulhão.

Após essa apuração, foi realizada uma busca manual no grupo “Pantanal 2022” para selecionar os posts de cada dia da semana, identificando, de fato, quais temáticas e acontecimentos da ficção proporcionaram maior engajamento e interação entre os membros da comunidade. Foram identificadas 11 publicações<sup>14</sup> que atendiam a esses critérios. Note-se, todavia, que alguns posts se sobressaem quando comparados aos demais no quesito referente a receber mais comentários. Os que mais sobressaíram foram: o relacionamento de Maria Bruaca e Levi, com discussão de cenas polêmicas e diversidade de opiniões; a transformação de Trindade em Cramulhão, com destaque para comentários sobre a performance e a beleza de Gabriel Sater, além de esclarecimentos sobre o misticismo que envolve a figura do diabo no enredo de *Pantanal*; o retorno de Tibério, personagem dos mais queridos pelo público no remake; e a briga entre Jove e Tadeu, que até então tinham um relacionamento mais tranquilo.

<sup>14</sup> Em razão do limite de páginas do presente artigo, criamos, para quem se interessar em conhecer os demais posts coletados, um drive público disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1TMGvJQ5XLkz4pR8RaH0PfBpte8-wUX>

A publicação de maior engajamento, na semana de 30/5 a 5/7 de 2022 teve Gabriel Sater no centro da discussão, conforme ilustrado pela Figura 1, com 2,9 mil comentários e 158 compartilhamentos. Em segundo lugar, aparece a publicação na qual um dos membros da comunidade compartilha um vídeo dos bastidores da trama, retirado originalmente das redes sociais do ator José Loreto (Figura 2) com 158 comentários e 248 compartilhamentos. Já na terceira posição, encontra-se a publicação (Figura 3) na qual um dos participantes propõe realizar uma comitiva com os membros da comunidade para visita ao Pantanal, com 196 comentários.



Figura 1: Publicação de maior engajamento do grupo Pantanal 2022, na semana de 30/5 a 5/7 de 2022

Nota. Captura de tela do grupo Pantanal 2022 no Facebook.

Além dos temas que mais reverberaram o fenômeno da TV Social no grupo selecionado, foi possível observar que as postagens realizadas se encaixam em algumas categorias, com padrões semelhantes. O compartilhamento de conteúdo proveniente de outros espaços online, por exemplo, está presente em três publicações, quando um dos membros da comunidade compartilha o resumo semanal da novela. Em outro post alguém publica um vídeo dos bastidores das gravações do remake, retirado do perfil pessoal de José Loreto no Instagram, e um terceiro esclarece a lenda do Cramulhão, com base em informações de outras páginas da internet. Mais uma categoria que pode ser apontada, *a priori*, é a realização de questionamentos por parte dos fãs, que incentivam o debate sobre diferentes fatos. Nesse nicho de postagens, estão presentes perguntas sobre a falta de eventos mais instigantes nos capítulos daquela semana; e sobre o que aconteceu entre as personagens de Maria Bruaca e Levi e, até mesmo, a proposta de organização de uma possível comitiva composta pelos membros do grupo para visitar o pantanal, semelhante às comitivas retratadas na trama. Por fim, uma terceira classe de posts pode ser identificada com a prática de *spoilers*, que basicamente consiste em publicações nas quais os fãs falam de um ou mais acontecimentos da telenovela antes de irem ao ar, antecipando as discussões sobre o tema no grupo. Esse tipo de postagem já inclui comentários sobre o que irá acontecer. Um exemplo dessa prática foram duas postagens que narraram os futuros eventos envolvendo Maria Bruaca e Levi (Figuras 2 e 3).

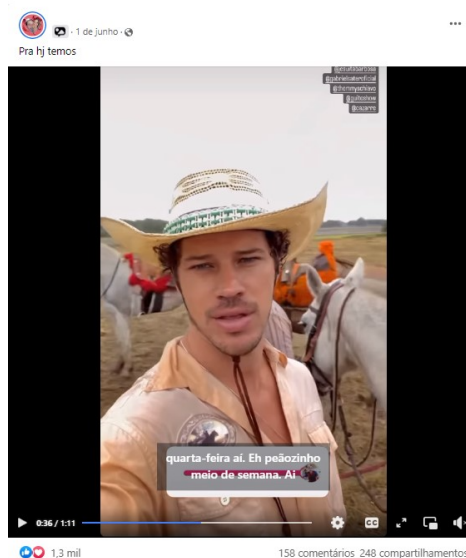


Figura 2: Publicação do grupo Pantanal 2022, na qual um dos membros compartilha vídeo dos bastidores da trama, originalmente publicado pelo ator José Loreto em suas redes sociais. Nota: Captura de tela do grupo Pantanal 2022 no Facebook.



Figura 3: Publicação no grupo Pantanal 2022, na qual um dos participantes propõe realizar uma comitiva com os membros da comunidade no Pantanal. Nota: Captura de tela do grupo Pantanal 2022 no Facebook.

Nesse último post (Figura 3), observa-se a vontade de compartilhar sentimentos e desejos de aproximação no mundo real de um membro da comunidade de fãs, por meio de uma comitiva para o Pantanal. Essa manifestação mostra seu engajamento com o grupo e com a telenovela, revelando o sentimento de pertencimento ao *fandom* “Pantanal 2022”. De certa forma, como diz Shirky (2011, p. 89), “agora as barreiras são pequenas o suficiente para que qualquer um de nós possa, publicamente, buscar os que pensam da mesma maneira e nos juntar a eles”, até mesmo fora do mundo virtual.

De forma resumida e de acordo com os procedimentos e critérios adotados ao longo da pesquisa, chegamos a 11 posts para a análise que se relacionam a temas e acontecimentos da ficção e que proporcionaram maior engajamento e interação entre os membros da comunidade. As práticas de *Social TV* observadas podem ser classificadas em três categorias básicas: o compartilhamento de conteúdo proveniente de outros espaços online, a elaboração de questionamentos por parte dos fãs no grupo, em que se discutem os diferentes eventos da telenovela e informações sobre o elenco, buscando a opinião dos demais membros; e, por fim, a prática de *spoilers* por meio da antecipação de eventos que vão acontecer na telenovela. Em relação às três postagens que motivaram um número maior de interações/comentários no grupo, destacamos que a primeira delas relaciona-se ao episódio do Cramulhão e ao ator Gabriel Sater; o segundo aborda os bastidores da telenovela; e o terceiro contém a proposta de um membro do *fandom* para a realização de uma comitiva ao pantanal.

### Considerações Finais

O artigo se propôs a apresentar os resultados de uma pesquisa não probabilística intencional acerca das interações/conversações realizadas em comunidades de fãs da telenovela *Pantanal* (2022) como parte de uma pesquisa mais ampla sobre o tema ainda em andamento.

Ao longo do artigo, destacamos a versão original da telenovela como fenômeno midiático e discutimos suas contribuições inovadoras em termos de linguagem televisiva e de estética, como determinantes para transformações que seriam notadas nas telenovelas produzidas posteriormente como destacam Becker e Machado (2008) e Balogh (2009). Enfatizamos o tratamento temático que revela embate entre campo e cidade para dimensionar não apenas os aspectos físicos dos conflitos mostrados na telenovela, mas sobretudo para inseri-los no universo de uma construção imaginária de um Brasil autêntico de natureza exuberante (Balogh, 2009), onde o realismo fantástico plasma pessoas e bichos, tornando-os guardiões do paraíso que precisa ser preservado da ganância dos homens. Na análise, também discutimos que, apesar da manutenção do enredo principal da trama original, a versão de 2022 efetua expansões narrativas por meio da tematização e problematização de questões sociais e identitárias presentes no debate atual na sociedade brasileira. Entre eles, destacamos a manutenção do embate cidade/campo – com a adição de discursos que alertavam sobre os danos causados pelas queimadas ocorridas no bioma no ano de 2020 – e a atualização na abordagem de temas como violência contra a mulher, homofobia e preconceito racial e de classe. Em seguida, discutimos as práticas de fãs e os *fandoms* nas redes sociais, vistas sob a perspectiva da *Social TV* (Borges e Sigiliano, 2019) como espaços possíveis para construção do laço social (Wolton, 1996) e de convivência digital virtual (Backes, 2015). Assim, pudemos observar as práticas da *Social TV* de telenovela sob uma perspectiva que se instaura no bojo da cultura da convergência (Jenkins, 2009, p. 28) por meio de “interações sociais com os outros” em redes sociais.

Em relação aos resultados da empiria realizada, que se constitui como uma investigação inicial para a realização de uma pesquisa de doutorado em andamento acerca de grupos de fãs no Facebook que se dedicam a comentar e debater a telenovela *Pantanal* (2022). Neste artigo, destacamos os principais temas/conflitos da trama que mais engajaram fãs, analisando suas interações na rede social Facebook como parte integrante do que se convencionou denominar *Social TV*. Os resultados indicaram o forte engajamento dos fãs em relação ao objeto telenovela, mas

também à construção de um espaço de convivência digital. Isso pode ser notado principalmente por meio do grande engajamento dos membros do grupo em relação à postagem que propõe organizar uma comitiva com os membros do grupo para conhecer o pantanal. Esse post e o engajamento gerado por ele sugerem a construção de um espaço de convivência digital virtual (Backes, 2015) cuja territorialidade (Santos, 2008) abrange imaginários e emoções, mesclando eventuais interações entre o virtual e o presencial.

## Referências

- Ainda bem que não estraguei a novela', vibra autor do remake de Pantanal. (2022, 27 de maio). *Splash Uol*. <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2022/05/27/ainda-bem-que-nao-estraguei-a-novela-vibra-autor-de-remake-de-pantanal.htm>
- Almeida, M. R. de. (2020). *TV Social: o telespectador como protagonista na televisão em múltiplas telas*. Appris.
- Auxílio, T. de, Martino, L. M. S., & Marques, A. C. S. (2013). Formas específicas de produção cultural dos fãs brasileiros da série britânica Doctor Who. *Ciberlegenda*, (28), 110-124. <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36933>
- Bacega, M. A., & Tondato, M. P. (2015). Fãs de telenovelas: construindo memórias das mídias tradicionais às digitais. In M. I. V. de Lopes (Org.), *Por uma Teoria de Fãs da Ficção Televisiva Brasileira* (pp. 65-106). Sulina.
- Backes, L. (2015). O hibridismo tecnológico digital na configuração do espaço digital virtual de convivência: formação do educador. *Revista Inter-Ação*, 40(3), 435-456. <https://doi.org/10.5216/ia.v40i3.35419>
- Backes, L., Chitolina, R. F., & Carneiro, E. L. (2020). O processo de aprendizagem na educação on-line para a configuração do espaço híbrido. *Interfaces da Educação*, 11(32), 542-570. <https://doi.org/10.26514/inter.v11i32.4450>
- Balogh, A. M. (1995). "Minha terra tem Pantanal, onde canta o Tuiuiú...". A guerra de audiência na TV brasileira no início dos anos 90. In M. W. de Sousa (Org.), *Sujeito, o lado oculto do receptor* (pp. 135-150). Brasiliense.
- Balogh, A. M., & Mungioli, M. C. P. (2009). Adaptações e Remakes: entrando no jardim dos caminhos que se cruzam. In M. I. V. Lopes (Org.), *Ficção televisiva no Brasil: temas e perspectivas*. Globo Universidade.
- Becker, B., & Machado, A. (2008). *Pantanal: a reinvenção da telenovela*. [Apresentação de trabalho]. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0129-1.pdf>
- Benton, A., & Hill, S. (2012). *The spoiler effect? Designing social TV content that promotes ongoing WOM*. [Apresentação de trabalho]. Conference on Information Systems and Technology, Phoenix, Arizona, Estados Unidos. <https://faculty.wharton.upenn.edu/wp-content/uploads/2013/02/SpoilerEffect.pdf>
- Borges, G., & Resende, V. L. (2015). *SOCIAL TV E TELENOVELA: análise da repercussão de Geração Brasil e Império nas redes sociais*. [Apresentação de trabalho]. XXIV Encontro Nacional da Compós, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Borges, G., & Sigiliano, D. (2019). As discussões sobre the x-files na social tv: uma análise do backchannel da décima temporada. *Contemporanea – Comunicação e cultura*, 17(1), 29-52. <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/23386>

Borges, G., Brandão, M. C., Sigiliano, D., Vieira, S., & Fernandes, G. (2017). Fãs de Liberdade, Liberdade: curadoria e remixagem na *social TV*. In M. I. V. de Lopes (Org.), *Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira II: práticas de fãs no ambiente da cultura participativa* (pp. 93-135). Porto Alegre: Sulina.

Duarte, R., & Rosa, A. P. da. (2021). Mais que um grupo de Facebook: experimentações sociais e lógicas específicas de midiaticização no LDRV. *E-Compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação*, 24, 1-16.

Eco, U. (1994). Innovation et répétition: entre esthétique moderne e post-moderne. In P. Beaud, & L. Quéré (Orgs.), Dossier: Les théories de la réception. *Réseaux*, 12(68), 9-104.

Fechine, Y. (2017). TV Social: contribuição para a delimitação do conceito. *Contracampo*, 36(1), 84-98. <http://dx.doi.org/10.20505/contracampo.v36i1.965>

Fechine, Y., Figueroa, A., & Cirne, L. (2011). Transmídiação: explorações conceituais a partir da telenovela brasileira. In M. I. V. de Lopes (Org.), *Ficção televisiva transmidiática no Brasil: plataformas, convergência, comunidades virtuais* (pp. 17-59). Sulina.

Fernandes, I. (1997). *Memória da telenovela brasileira*. Brasiliense.

Hills, M., & Greco, C. (2015). O fandom como objeto e os objetos do fandom. *MATRIZES*, 9(1), 147-163. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p147-163>

Jenkins, H. (1992). *Textual Poachers: Television Fans and Participatory Culture*. Routledge.

Jenkins, H. (2009). *Cultura da convergência* (S. Alexandria, Trad., 2. ed.). Aleph.

Jenkins, H., Green, J., & Ford, S. (2014). *Cultura da conexão: criando valor e significado por meio de mídia propagável*. Aleph.

Johnson, S. (2005). *Everything bad is good for you: how today's popular culture is actually making us smarter*. Riverhead Books.

Kantar Ibope Media. (2022, 7 de junho). *Dados de audiência PNT TOP 10 com base no ranking consolidado, 30/05 a 05/06/2022*. <https://kantariibopemedia.com/conteudo/dados-rankings/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-30-05-a-05-06-2022/>

Lopes, M. I.V. de. (2009). A telenovela como recurso comunicativo. *MATRIZES*, 3(1), 21-47. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v3i1p21-47>

Lopes, M. I. V. de, & Abrão, M. A. P. (2023). Brasil: a complexidade da ficção televisiva brasileira entre o nacional e internacional. In R. S. Vilela & M. S. Kirchheimer (Eds.). *OBITEL 2023: as produtoras independentes e a internacionalização da produção de ficção televisiva na Ibero-América* (pp. 75-102). Ediciones Universidad Católica de Chile.

Lopes, M. I. V. de, Borelli, S. H. S., & Resende, V. de R. (2002). *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção e teleficcionalidade*. Summus.

Lopes, M. I. V. de, & Mungioli, M. C. P. (2011). Ficção televisiva transmidiática: temáticas sociais em redes sociais e comunidades virtuais. In M. I. V. de Lopes (Org.), *Ficção televisiva no Brasil: plataformas, convergência, comunidades virtuais* (pp. 241-296). Sulina.

Lopes, M. I. V. de, & Mungioli, M. C. P. (2013). Brasil: a telenovela como fenômeno midiático. In M. I. V. de Lopes & G. O. Gómez (Coords.), *Memória Social e Ficção Televisiva em Países Ibero-Americanos: anuário Obitel 2013* (pp. 129-167). Sulina.



- Lopes, M. I. V., & Mungioli, M. C. P. (2013). Das ficções às conversações: a transmediação do conteúdo ficcional na fan page da Globo. In M. I. V. de Lopes (Org.), *Estratégias de transmediação na ficção televisiva brasileira* (pp. 135-178). Sulinas.
- Lopes, M. I. V., & Mungioli, M. C. P. (2015). Autoconstrução do Fã: Performances e Estratégias de Fãs de Telenovela na Internet. In M. I. V. Lopes (Org.), *Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira* (pp. 17-64). Sulina.
- Martin-Barbero, J. (2001). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora UFRJ.
- Maria Bruaca da Pantanal de 1990, Ângela Leal não quis mais ser atriz; saiba por quê. (2022, 19 de junho). *Notícias da tv*. <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/celebridades/maria-bruaca-da-pantanal-de-1990-angela-leal-nao-quis-mais-ser-atriz-saiba-por-que-83275#:~:text=Maria%20Bruaca%20foi%20uma%20personagem,fazer%20novos%20trabalhos%20nesse%20estilo>
- Motter, M. L. (2000-2001). A telenovela: documento histórico e lugar de memória. *REVISTA USP*, (48), 74-87.
- Motter, M. L., & Mungioli, M. C. P. (2006). Ficção seriada: o prazer de re-conhecer e pré-ver. *COMMUNICARE*, 6, 59-70.
- Mungioli, M. C. P., Lusvarghi, L. C., & Penner, T. A. (2019). Expansões e propagações de conteúdos transmídia: um estudo das webséries do Gshow entre 2016 e 2019. *COMMUNICARE*, 19, 148-165. <https://repositorio.usp.br/item/002998072>
- Mungioli, M. C. P., Lemos, L., & Kahawari, I. (2013). Narrativa fantástica e identidade brasileira na minissérie A cura. *RuMoRes*, 7(14), 218-238. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2013.69440>
- Pantanal. (1990, 27 de março). *TV Manchete*. <https://manchete.org/pantanal/>
- Pantanal. (2022, 28 de março). *Globo*. <https://gshow.globo.com/novelas/pantanal/>
- Pantanal. (2022, 28 de junho). *Globo*. (2022, 28 de junho). Capítulo 80 [Capítulo de Telenovela]. <https://globoplay.globo.com/v/10710893/?s=0s>
- Pantanal. (2022, 4 de julho). *Globo*. (2022, 4 de julho). Capítulo 85 [Capítulo de Telenovela]. <https://globoplay.globo.com/v/10727853/?s=0s>
- Pantanal. (2022, 9 de julho). *Globo*. (2022, 9 de julho). Capítulo 90 [Capítulo de Telenovela]. <https://globoplay.globo.com/v/10743468/>
- Recuero, R. (2014). *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014
- Risk, E. N., & Santos, M. A. dos. (2019). A construção de personagens homossexuais em telenovelas a partir do cômico. *Revista Subjetividades*, 19(2), 1-14. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i2.e8801>
- Santos, M. (1980). *Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. Hucitec.
- Santos, M. (2008). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (4a ed.). EdUSP.
- Shirky, C. (2011). *A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado*. Zahar.
- Suzuki, H., & Mungioli, M. C. P. (2015). Telenovela como matriz cultural: recepção, discursos e formas de consumo. [Apresentação de trabalho]. XIV Congresso Ibero-Americano de Comunicação – IBERCOM 2015: comunicação, cultura e mídias sociais, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Vaquer, G. (2022, 18 de junho). Pantanal repete feito da Manchete e vira 'fenômeno carioca'; veja números. *Notícias da tv*. <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/audiencias/pantanal-repete-feito-da-manchete-e-vira-fenomeno-carioca-veja-numeros-83134?cpid=txt>

Williams, R. (2011). *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Companhia de Bolso.

Wolton, D. (1996). *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Ática.

# IA Responsável, Plataformas de Mídia Social e Regulação no Brasil: Notas para Pensar a Participação Social em Tempos de Incertezas

## Francisco Leite

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP), com estágio de doutoramento PDSE/CAPES na Università di Bologna e na Università degli Studi di Trento, Itália; e pós-doutorado em Comunicação, Consumo e DEI pela USP/FAPESP. Professor no Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Vice-líder do grupo de pesquisa ArC2 – Estudos Antirracistas em Comunicação e Consumos, CNPq/USP. Pesquisador do grupo de estudos “Inteligência Artificial Responsável” (divisão IA, Comunicação e Artes) na Cátedra Oscar Sala, do Instituto de Estudos Avançados da USP. E-mail: leitefco@gmail.com

## Isabela Xavier Gonçalves

Doutoranda em Direito e Tecnologia na Vrije Universiteit Brussel (VUB), mestre em Direito Internacional e Europeu pela Brussels School of Governance (BSoG). Pesquisadora associada do grupo de estudos “Inteligência Artificial Responsável” da Cátedra Oscar Sala, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: isabela.xavierg@outlook.com

## Telma Luiza de Azevedo

Membro do grupo de pesquisa FIGAS – Feminismos, Imagens, Gêneros e Artes e da Colaborativa Artística JUnTEs. Doutora em Artes e mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). Formação em Psicologia pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP – Bauru). Pesquisadora associada do grupo de estudos “Inteligência Artificial Responsável”, Cátedra Oscar Sala, do Instituto de Estudos Avançados da USP. E-mail: teluzvdo@alumni.usp.br

**Resumo:** Este artigo de contribuição conceitual, direcionado por uma pesquisa bibliográfica, tem como objetivo refletir e observar criticamente alguns impactos e transformações que a Inteligência Artificial (IA), sustentada por sistemas algorítmicos de aprendizagem de máquina, vem operando nas relações e processos socioculturais no contemporâneo brasileiro. Nessa direção, é intenção também explicar e delinear o conceito de IA responsável (IAR), ressaltando o papel-chave da participação social nos debates e processos de construções regulatórias, que estão abarcando o desenvolvimento, a aplicação e os usos sociais das neotecnologias de IA. Como resultado, se compartilha um quadro informativo (teórico e técnico) que sinaliza e discute, de modo crítico e interdisciplinar, alguns pontos de atenção e recomendações sobre as expressões da IA no Brasil que podem informar e apoiar intervenções e pesquisas futuras sobre as temáticas em foco.

**Palavras-chave:** inteligência artificial responsável; comunicação; participação social; regulação.

## IA responsable, plataformas de redes sociales y regulación en Brasil: notas para pensar la participación social en tiempos de incertidumbre

**Resumen:** A partir de una contribución conceptual y guiado por una investigación bibliográfica, este artículo tiene como objetivo reflexionar y observar críticamente algunos impactos y transformaciones que la inteligencia artificial (IA), apoyada en sistemas algorítmicos de aprendizaje automático, viene operando en las relaciones y procesos socioculturales en el Brasil contemporáneo. En esta dirección, también se pretende explicar y delinear el concepto de IA responsable (IAR), destacando el papel clave de la participación social en los debates y procesos de construcciones regulatorias, que abarcan el desarrollo, la aplicación y los usos sociales de la IA. Como resultado, se comparte un marco informativo (teórico y técnico) que señala y discute, de manera crítica e interdisciplinaria, algunos puntos de atención y recomendaciones sobre las expresiones de la IA en Brasil que pueden informar y apoyar intervenciones e investigaciones futuras sobre el tema en cuestión.

**Palabras clave:** IA responsable; comunicación; participación social; regulación.

## Responsible AI, Social Media Platforms, and Regulation in Brazil: notes to think about social participation in times of uncertainty

**Abstract:** This conceptual study, organized by a literature survey, aims to reflect and critically observe the impacts and transformations artificial intelligence (AI), supported by algorithm systems and machine learning, has brought to sociocultural relations and processes in contemporary Brazil. It also outlines the concept of responsible artificial intelligence, emphasizing the key role of social participation in the regulatory constructions encompassing the development, application, and social uses of AI. As a result, this study provides an informative theoretical and technical framework that signalizes and discusses some points of attention and recommendations on the expressions of AI in Brazil in a critical and interdisciplinary way. These recommendations can inform and support future interventions and research on the topics in focus.

**Keywords:** responsible AI; communication; social participation; regulation.

## Luciana Moherdau

Jornalista. Integra o grupo de pesquisadores de Inteligência Artificial da Cátedra Oscar Sala, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), tem pós-doutorado pela Faculdade de Arquitetura da USP (FAU-USP), com estudo sobre os impactos das projeções no espaço urbano. É autora de *Guia de estilo web: produção e edição de notícias on-line*, pioneiro no Brasil, e *Jornalismo sem manchete: a implosão da página estática*, ambos publicados pela editora Senac de São Paulo.  
E-mail: luciana.moherdau@gmail.com

## Everaldo Pereira

Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com foco de pesquisa em Comunicação Institucional e de Marketing. É professor e coordenador do curso de Design no Instituto Mauá de Tecnologia. Integra os grupos de pesquisa “LabDesign” no Instituto Mauá, “Inteligência Artificial Responsável” da Cátedra Oscar Sala, no Instituto de Estudos Avançados da USP e “Design Researchers Network” na Universidade de Palermo. É associado à Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.  
E-mail: everaldo@maua.br

<sup>1</sup> Como explica Domingos, a ideia de *machine learning* (aprendizagem de máquina) “assume muitas formas diferentes e tem muitos nomes: reconhecimento de padrões, modelagem estatística, mineração de dados (*data mining*), descoberta de conhecimento, análise preditiva, ciência de dados, sistemas adaptativos, sistemas auto-organizados e muito mais. Cada um deles é usado por comunidades diferentes e tem associações diferentes. [Uso] o termo *machine learning* para me referir amplamente a todos eles” (Domingos, 2015, p. 8).

<sup>2</sup> Grosso modo, as RNA essencialmente são operações matemáticas com matrizes que usam nós interconectados inspirados em neurônios do cérebro humano.

<sup>3</sup> Para Dignum, na perspectiva sociológica, a agência pode ser compreendida como “a capacidade dos indivíduos de agir de forma independente e de fazer as suas próprias escolhas”. Essa ideia também é central para os estudos da economia, em particular quando se trata da relação entre um agente e o seu principal. O problema do agente principal ocorre quando uma pessoa ou entidade (o “agente”) é capaz de tomar decisões e/ou agir em nome de, ou que impactam, outra pessoa ou entidade: o ‘principal’. Na IA, é particularmente relevante compreender este dilema quando um dos dois participantes é uma máquina inteligente (Dignum, 2019, p. 16).

Este artigo de contribuição conceitual (MacInnis, 2011), direcionado por uma pesquisa bibliográfica, tem como objetivo refletir e observar criticamente alguns reflexos e transformações que a Inteligência Artificial (IA), sustentada por sistemas algorítmicos de aprendizagem de máquina, vem operando nas relações e processos socioculturais no Brasil contemporâneo. Nessa direção, é intenção também explicar o conceito de Inteligência Artificial Responsável (IAR), ressaltando o papel-chave da participação social, como princípio, nos debates civilizatórios e processos de construções regulatórias que estão abarcando o desenvolvimento, a aplicação e os usos sociais da IA no país.

A ideia de IA, minimamente, denota os sistemas ou artefatos construídos por pessoas para cumprir alguns objetivos e ou tarefas determinadas (Dignum, 2020). Em complemento, a partir das ciências computacionais, Baeza-Yates (2023) elucida que a IA pode ser compreendida, grosso modo, como a ciência e engenharia por trás do conceito de fazer máquinas “inteligentes”. No entanto, “o termo em si é muito amplo e abrange múltiplas técnicas, incluindo a mais popular, *machine learning*<sup>1</sup>. Essa que inclui as RNA<sup>2</sup>, que quando contêm muitas camadas são chamadas de *deep learning*” (Baeza-Yates, 2023, p. 407).

Hagerty e Rubinov (2019), a partir de uma perspectiva antropológica, definem a IA como um sistema tecnossocial. Nessa visada, se compreende que “os aspectos técnicos da IA estão intrínsecos e intimamente ligados aos seus aspectos sociais. Os valores e pressupostos sociais moldam a forma como percebemos, concebemos e utilizamos a IA, bem como informam as nossas percepções, expectativas e receios dessas tecnologias” (Hagerty & Rubinov, 2019, p. 3). Em adição, ainda segundo esses autores, a IA é moldada pelo contexto sociocultural em todas as suas fases de desenvolvimento, implementação e usos sociais.

Uma definição de IA bastante acolhida por diversas organizações e governos globalmente vem sendo elaborada e atualizada, de modo constante, pela *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD). Segundo essa entidade, a IA pode ser entendida como

um sistema baseado em máquina que, para objetivos explícitos ou implícitos, infere, a partir dos dados que recebe (*input*), como gerar resultados (*outputs*) como previsões, conteúdos, recomendações ou decisões que podem influenciar ambientes físicos ou virtuais. Diferentes sistemas de IA variam nos seus níveis de autonomia e adaptabilidade após a implantação. (Russell et al., 2023)

Com efeito, é ponto de atenção nas reflexões deste artigo, ao implicar a comunicação e cultura, tentar sinalizar como essas ideias se implicam, levando em consideração as intervenções sociotécnicas da IA na agência humana<sup>3</sup>, tendo em vista que essas neotecnologias estão permitindo, progressivamente, que sistemas algorítmicos decidam e ajam com autonomia. Logo, sem controle humano direto, interferindo dessa forma nas mentalidades (efeitos cognitivos e subjetivos), nas formas de decisão e nas práticas socioculturais, políticas e econômicas (Marres, 2017; Dignum, 2020; Pataranutaporn et al., 2023).

É importante salientar que esses sistemas algorítmicos, atualmente, segundo Baeza-Yates (2023), conformam a espinha dorsal da economia digital e dos processos automatizados, sendo a face pública da IA – comércio eletrônico, serviços de *streaming*, *chatbots* e tomada de decisão automatizada, plataformas de mídia social etc. – amplamente utilizada. Esse autor também ressalta que as IA vêm se tornando muito populares, tanto na literatura técnica (foco de pesquisas e intervenções), quanto no imaginário social há pouco mais de dez anos.

<sup>4</sup> Em comunicação pessoal, Almeida (2023) explicou que o “ChatGPT é um grande modelo de linguagem (*Large Language Model* – LLM), com cerca de 175 bilhões de parâmetros, treinado em uma imensa base de dados, capaz de aprender de forma autônoma e produzir textos sofisticados, aparentemente inteligentes. Os parâmetros são chave para os algoritmos de aprendizagem de máquina, pois representam aquilo que é aprendido pelo modelo com os dados de treinamento”. Os LLM são um tipo de modelo de aprendizagem de máquina que processa e gera texto em linguagem natural. Além do ChatGPT, outras ferramentas de IA fazem uso desse modelo, como: assistentes virtuais, *chatbots* ou outros geradores de texto, similares ao ChatGPT, como o Gemini, da Google, lançado em 6 de dezembro de 2023.

<sup>5</sup> Processamento de Linguagem Natural (PNL) é vertente da IA, que usa *machine learning* para ajudar as máquinas computacionais a entender, interpretar e manipular a linguagem humana.

<sup>6</sup> Epistemologicamente, Sodré distinguí “comum” e “comunidade” destinando “ao primeiro termo o sentido de uma disposi o ontológica originária e inerente   filogênese e   ontog nese do ser humano . . . . A comunidade, por sua vez, não   a atualiza o institucional desse comum originário, mas algo em que sempre estamos na medida em que sempre nos comunicamos, no interior da distribui o dos lugares e das identifica es constitutivas do laço coesivo [o comum]. São várias, assim, as formas de comunidade . . . . Cada uma delas resulta de uma subjetiva o que, por sua vez, instaura um novo comum” (Sodré, 2014, p. 399-400).

Essa populariza o se acentuou na consciência pública após o lançamento, em 30 de novembro de 2022, do ChatGPT<sup>4</sup>, um *chatbot* alimentado por IA generativa, que utiliza redes neurais para criar conteúdos inovadores. Esse sistema de IA interage com humanos e permite obter respostas em linguagem natural<sup>5</sup> (LN) a partir de comandos (*prompts*) escritos. O ChatGPT foi desenvolvido pela empresa estadunidense OpenAI.

Englobando e interpelando esse contexto, este trabalho está considerando como fontes, especialmente, não exclusivamente, meta-análises, revisões e estudos empíricos recentes, que foram identificados e originados no campo de pesquisa da comunica o, da ciência da computa o, sociologia, artes, direito, entre outros. São utilizados também materiais informativos e técnicos desenvolvidos por entidades da sociedade civil do Brasil e exterior, bem como proposi es legislativas. Ao reunir e articular intencionalmente essa produ o científica e técnica, este texto constrói a sua fundamenta o integrando descobertas e perspectivas de autoras e autores de diferentes partes do mundo que, de contextos diversos de pesquisa e atua o, do Sul ao Norte Global (Santaella, 2022; Arun, 2020; Hagerty & Rubinov, 2019 etc.), podem falar de uma gama variada de pontos de partida socioculturais, teóricos, conceituais, técnicos, regulatórios e metodológicos. A literatura explorada neste texto   publicada em inglês e português.

Desse modo, este artigo está organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento se explana sobre algumas ideias-chave que envolvem e direcionam o raciocínio aqui proposto como, por exemplo, as no es conceituais de comunica o, *bios* virtual e midiatiza o, estrategicamente enfatizando nesse contexto as plataformas de m dia social, em aproxima o da perspectiva da IA em sua abordagem responsável. Na sequência, de modo explícito, são apresentadas as ideias de inteligência artificial responsável (IAR), bem como as reflexões sobre o papel-chave da participa o social nesse enquadramento. Por fim, considerando as questões regulatórias, de modo crítico e propositivo, são compartilhadas algumas reflexões, caminhos e desafios que estão sendo – e ou podem ser – desdobrados e enfrentados, no contexto brasileiro, para regular o desenvolvimento, implementa o e uso social seguro de uma IA centrada em valores humanos e democráticos.

### Comunica o, Bios Virtual e IA

Como discutido em outra oportunidade (Leite, 2022), para assimilar a episteme comunicacional no contempor neo, conforme Sodré (2014, 2021),   preciso prescindir do modelo sociológico e linguístico que define a comunica o como processo transmissor de informa es e pensá-la a partir de um entendimento  tico-político, que a considera como conexão ou organiza o originária do comum, como laço coesivo da comunidade<sup>6</sup>, fruto das experiências humanas e da sociabilidade. Dessa forma, como um campo geral dos processos de organiza o e reverbera o de influências no âmbito da coesão social, a “comunica o significa, de fato, em sua radicalidade (assentada na no o latina de *communicatio*), o fazer organizativo das partilhas ou media es imprescindíveis ao comum humano; portanto, a resolu o aproximativa das diferenças pertinentes em formas simbólicas” (Sodré, 2021).

O saber da comunica o, portanto, pode ser compreendido “como uma ciência redescritiva do comum humano, que abrange desde o laço intersubjetivo inerente   coesão comunitária até as rela es sociais regidas por média [por algoritmos de IA etc.]”, tendo em vista que “a comunica o . . . não   transmissão de informa es nem diálogo verbal, e sim uma forma modeladora (organiza o de trocas reais) e um processo (a o) de pôr diferenças em comum” (Sodré, 2014). Dessarte, conforme Sodré (2002), o objeto dos estudos da comunica o seria esse comum humano, respectivamente, desenvolvido e implicado pelas seguintes instâncias ou níveis operativos: 1) relacional, 2) vinculativo e 3) crítico-cognitivo ou metacrítico. Neste artigo, os dois primeiros níveis são especialmente considerados.

O nível relacional denota as “antropot cnicas eticistas ou práticas de natureza empresarial (privada ou estatal), voltadas para a rela o ou o contato entre os sujeitos sociais por meio das tecnologias da informa o [e comunica o], como imprensa escrita, rádio, televisão, publicidade [plataformas de m dia social] etc.”

(Sodré, 2002, p. 234). Esse nível abarca “as relações secundárias, rearranjadas e fabricadas por mídia, [é nessa instância, por exemplo, que se localizam a maioria dos] estudos de mídia, da economia interna da comunicação [...]” (Sodré, 2015, p. 124).

É também no nível relacional que se observa as ideias de midiaticização, isto é:

... o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais e dos indivíduos com a mídia. . . A midiaticização é . . . uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo – por meio do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática – uma forma virtual ou simulativa de vida, a que já demos nome de *bios* midiático (ou *bios* virtual). (Sodré, 2014)

De modo específico, implicando os algoritmos de IA nesse contexto, Sodré (2023) pontua que no âmbito das neotecnologias, “palavras, sons, imagens e discursos podem ser convertidos em algoritmos, cuja função combinatória é fortemente organizativa sem dependência de processos escritos de significação”. Nesse sentido, “o *bios* midiático revela-se aí não apenas como uma forma de vida entre outras, mas como uma orientação existencial que tenta impor-se em termos universais a reboque do mercado” (Sodré, 2014). Assim, o “*bios* midiático ou *bios* virtual são expressões adequadas para o novo tipo de forma de vida caracterizado por uma realidade ‘imaginarizada’; isto é, feita de fluxos de imagens e dígitos, que reinterpretem continuamente com novos suportes tecnológicos as representações tradicionais do real” (Sodré, 2021).

Nessa linha, compreendendo que essa imaginariade virtual pode ser edificada também pelos algoritmos de IA, é importante ressaltar que, no pensamento de Sodré (2002), a comunicação é maior que a mídia, ou seja, ela não se confina à atividade midiática. Desse modo, abrangendo esses sentidos, o nível vinculativo ou da vinculação envolve os laços invisíveis do comum “entre o eu e o outro, logo, a apreensão do ser-em-comum (individual ou coletivo), seja sob a forma de luta social por hegemonia política e econômica, seja sob a forma de empenho ético de reequilíbrio das tensões comunitárias” (Sodré, 2002, p. 223).

Com efeito, como dito, a vincularidade também “não passa necessariamente por mídia, embora a mídia possa estar presente na influência desse vínculo” (Sodré, 2015, p. 123), que é tratado por ela como relacional. Sendo assim, “a mídia trata a externalidade dessa vinculação, que é a relação” (Sodré, 2001, p. 2)<sup>7</sup>. Os sistemas de IA e as suas dinâmicas algorítmicas estão implicados também nesse enquadramento de sentido, como as plataformas de mídia social, tendo em vista que atualmente os algoritmos de IA fornecem deliberadamente o lastro ideológico para o *bios* virtual que envolve a sociedade midiaticizada.

Por fim, o terceiro nível operativo que conforma a ambiência comunicacional, de acordo com a teoria da comunicação sodreriana, é o crítico-cognitivo ou metacrítico. Ele refere-se aos fazeres teóricos pertinentes à:

posição de observação e sistematização das práticas de veiculação e das estratégias de vinculação. Aqui, a Comunicação emerge não como uma disciplina no sentido rigoroso do termo, mas como uma maneira de pôr em perspectiva o saber tradicional sobre a sociedade, portanto, como um *constructum* hipertextual (interface de saberes oriundos de diversos campos científicos) a partir de posições interpretativas. A “ciência” da comunicação impõe-se . . . como uma atividade crítica, só que voltada para a sociabilidade, a eticidade e as práticas de socialização pela cultura . . . (Sodré, 2002, p. 235)

Este artigo é um exemplo de esforço crítico que busca inscrever uma contribuição em linha com as perspectivas observadas nesse terceiro nível metacrítico da comunicação.

Em síntese, é oportuno compreender a comunicação, na contemporaneidade, conforme Sodré, como um novo modo de organização das relações sociais, tendo a vinculação social, – o comum –, como objetos da sua episteme. Nesse sentido,

<sup>7</sup> Para Sodré, “. . . o que a sociologia hoje chama de ‘relação social’ é tão só a superfície visível desse laço ou vínculo, sob o qual se agitam as diferenças e as oposições, a latência das transformações e das passagens de uma forma simbólica a outra” (Sodré, 2014).

a comunicação é “. . . um discurso de organização, reorganização do mundo e da consciência” (Sodré, 2019, p. 880), que vem sendo fortemente impactado e conformado, em todos os seus níveis (cuja a manifestação mais evidente, como dito, é a dimensão midiática), por diversos dispositivos neotecnológicos dirigidos por sistemas de IA. O algoritmo é a linguagem estruturante desses sistemas (Sodré, 2021) como, por exemplo, as plataformas digitais de mídia social que são as mais patentes faces públicas da IA.

### **Plataformas de Mídia Social: Moderação e Amplificação de Conteúdo**

Os sistemas algorítmicos de IA utilizados nas plataformas de mídia social estão tornando cada vez mais fácil manipular informações e a comunicação, influenciando relações, comportamento e decisões de consumo. A opacidade dos sistemas de IA, como se pontuará *a posteriori*, aumenta as preocupações em torno dessas questões, considerando, especialmente, que essas plataformas são propriedades de poucas e grandes empresas globais de tecnologias identificadas como *big techs* e ou *tech giants* (por exemplo: Meta [Facebook], Alphabet [Google], Amazon, Apple, Microsoft etc.).

Atualmente, as tecnologias digitais desempenham um papel cada vez mais vital, facilitando as interações sociais por meio de uma variedade de plataformas. Essas plataformas se autodenominam intermediárias entre indivíduos, instituições, governos e anunciantes. No entanto, as plataformas de mídia social, em particular, não apenas fornecem perfis públicos e *feeds* de conteúdo, mas também interferem na forma e no compartilhamento de informações. Como tal, tornaram-se parte integrante da esfera pública, moldando também os discursos socioculturais e políticos em todos os níveis.

O ato de promover conteúdo online, por exemplo, por meio de plataformas de mídia social, conhecido como *amplificação de conteúdo*, tem se tornado cada vez mais comum nos últimos anos. No entanto, essa prática muitas vezes resulta na disseminação de desinformação e manipulação de informações, o que viola o direito humano de ser informado com precisão. Esse tratamento desigual prejudica o direito à liberdade de expressão não porque determinado conteúdo é removido da plataforma, mas porque as plataformas de mídia social amplificam um conteúdo específico que gera receita enquanto rebaixam outros que são considerados menos valiosos. Isso cria um ambiente online enviesado e injusto para os indivíduos que utilizam esses sistemas.

As plataformas de mídia social contam, como já pontuado, com sistemas algorítmicos de IA para moderar essa visibilidade de conteúdo, permitindo que recomendações rápidas do conteúdo escolhido sejam amplificadas. No entanto, há preocupações em torno do uso de IA e sistemas de aprendizagem de máquina para amplificação de conteúdo. Apesar de serem treinados por vastos conjuntos de dados, esses sistemas, por vezes, não identificam os chamados conteúdos problemáticos ao serem replicados generalizadamente em outros territórios, pois os dados de referência são provenientes de grupos étnico-culturais de localizações específicas do globo. Isso torna a moderação uma tarefa difícil de automatizar, especialmente quando se trata de tipos específicos de conteúdo. Além disso, o treinamento de dados de algoritmos pode suprimir vozes minoritárias (pessoas negras, LGBTQIA+, mulheres, indígenas etc.) nas mídias sociais, já que algoritmos tendenciosos podem impactar negativamente a liberdade de expressão.

Esses sistemas automatizados, usados pelas plataformas de mídia social para facilitar o controle das informações, são frequentemente chamados de “caixas pretas” (Pasquale, 2015), porque usam processos de tomada de decisão opacos que podem ser difíceis de explicar e serem entendidos pelo público geral e até mesmo por seus desenvolvedores. Essa falta de transparência pode levar a regulamentações internas sobre amplificação de conteúdo sem fornecer garantias públicas, deixando os usuários inconscientes das escolhas que afetam suas experiências. Isso levanta questões importantes sobre o poder das plataformas de mídia social para controlar o discurso, permitir resistência e causar exclusão. Também coloca em questão a autoridade das plataformas de mídias sociais sobre as relações e o papel das considerações comerciais na comunicação cotidiana.

Nesse horizonte, ao considerar o impacto das plataformas de mídias sociais nas informações que a sociedade consome, há dois fatores críticos a considerar (Rodotä, 2007). O primeiro é a racionalidade, que envolve a capacidade do indivíduo de compreender e interpretar a realidade para facilitar a análise e a programação (Rose, 1999; Rose & Miller, 2008; Foucault, 2020). O segundo fator é a tecnologia do poder, que engloba o uso de táticas e estratégias para moldar o comportamento e prevenir resultados indesejados (Foucault, 1993). Juntos, esses elementos constituem a *governamentalidade* – a dinâmica de poder em que uma parte emprega métodos particulares para influenciar as ações de outros em direção a um objetivo específico (Burchel *et al.*, 1991).

Como sociedade, as pessoas devem permanecer vigilantes na observação do impacto das tecnologias emergentes em suas vidas diárias, especialmente no caso das plataformas de mídia social. As observações de Delacroix (2019) sobre a capacidade dessas plataformas de regulamentar e manipular a comunicação e o comportamento dos usuários são particularmente dignas de nota. Esses novos poderes regulatórios, como destacado por Winner (1980), sobre o design da tecnologia, podem conceder autoridade e influência aos criadores e operadores dessas plataformas.

Embora os cidadãos agora desfrutem de acesso a grandes quantidades de informações e possam se conectar continuamente pelas tecnologias da internet, é importante avaliar se essa conectividade recém-descoberta os capacita ou apenas os doutrina. A democracia eletrônica deve oferecer um novo espaço público onde os processos democráticos possam se desenvolver (Rodotä, 2007). Nesse sentido, à medida que a tecnologia continua a avançar, torna-se cada vez mais importante integrar a governança da inovação tecnológica em um quadro democrático que leve em conta considerações éticas e não separe as questões técnicas de seu impacto social. A regulação das “tecnocomunicações”, em curso no Brasil e em diversas partes do mundo, deve ser democrática e ética (Rodotä, 2007).

Dessa forma, é pensando a comunicação e as suas expressões nesse contexto (Sodré, 2002) que se reivindica o seu papel-chave, em colaboração e fortalecimento com outros campos do saber como a cultura, a educação, o direito etc., na articulação de intervenções que reivindiquem e assegurem, como princípio e não apenas como fonte de consultas, a participação e diversidade social nos processos de construção e governança da IA.

A expectativa desse contramovimento é buscar mobilizar e garantir que os conhecimentos sobre os impactos positivos e ou negativos dos sistemas de IA sejam difundidos socialmente, bem como capacitar a sociedade a usufruir dos benefícios da IA e, igualmente, se proteger, se posicionar e combater os contextos adversos forjados pelo mau uso dessas neotecnologias. Portanto, o foco é capacitar e “conscientizar as pessoas de que elas podem participar na definição do desenvolvimento social . . . , a fim de garantir que os avanços inevitáveis da IA sejam acessíveis a todos e sirvam para o bem da sociedade” (Dignum, 2020, p. 220).

Estabelecida essa compreensão sobre as dimensões de sentido que envolvem a comunicação, as plataformas de mídia social e IA, se avança com as reflexões deste trabalho para, nos próximos tópicos, explorar as noções de IA em sua abordagem responsável, bem como os pontos de atenção acerca dos desafios e caminhos que podem ser considerados e estimulados frente a tais intervenções sociotécnicas na agência humana.

Nessa direção, também é oportuno ainda ressaltar que é a partir desse ponto de vista sobre as expressões na agência social que as discussões sobre a responsabilidade e questões éticas no contexto dos sistemas de IA vêm ganhando expressão, especialmente, frente aos “dilemas relativos a acesso a dados, viés algorítmico, ética e transparência, e responsabilidade legal por decisões resultantes de IA” (Santaella, 2022, p. 73). Em complemento a essa lista de preocupações, a Academia Brasileira de Ciências, em novembro de 2023, divulgou o documento *Recomendações para o avanço da Inteligência Artificial no Brasil*, no qual, entre outros pontos, ao reconhecer os potenciais benefícios e oportunidades da IA, chama atenção especial



para os danos e riscos éticos e sociais evidentes que esses sistemas podem trazer para indivíduos, grupos, sociedades e para o planeta.

Entre esses dilemas a publicação destaca: violações de privacidade, criação de ambientes anticompetitivos, manipulação de comportamentos e ocorrência de desastres ambientais, viés algorítmico de opressão racista e outras formas de discriminação, efeitos diretos em vários perfis de trabalhadores (por exemplo no monitoramento de sua atuação e automação excessiva), entre outras. Esses dilemas vêm enredando a todos, especificamente, tendo em vista a capacidade, direta ou indireta, que sistemas algorítmicos de IA têm de interferir e influenciar os processos e as relações socioculturais (Cordeiro, 2021), como já pontuado.

Portanto, é na emergência desses debates e embates acerca tanto dos potenciais benefícios e oportunidades, quanto dos riscos e danos que as tecnologias de IA podem oferecer para indivíduos, grupos, sociedades e para o planeta, que a ideia de inteligência artificial responsável vem se difundindo e se estabelecendo como possibilidade de intervenção crítica nesse horizonte de incertezas que enreda a todos.

### **Inteligência Artificial Responsável**

O conceito de inteligência artificial responsável (IAR), segundo Brown (2023), denota um conjunto de princípios, políticas, ferramentas e processos para garantir que os sistemas de IA sejam desenvolvidos e operados a serviço do bem social, ao mesmo tempo em que alcançam um impacto transformador nos negócios. Por sua vez, Baeza-Yates (2023) observa que o objetivo da IAR é criar sistemas que beneficiem os indivíduos, as sociedades e o meio ambiente. Ela abrange todos os aspectos éticos, legais e técnicos ao longo do desenvolvimento (análise, projeto, construção, implantação e avaliação) de tecnologias benéficas de IA, bem como busca garantir que esses sistemas não interfiram na agência humana, não causem riscos e danos, não discriminem/oprimam ou desperdicem recursos ambientais.

Essa abordagem responsável da IA deve ser suportada, segundo Dignum (2017, 2019, 2020), por atributos éticos e valores humanos que, minimamente, reflitam os seguintes princípios básicos: 1) responsabilidade, 2) transparência e 3) *accountability* (prestação de contas). Para Dignum (2020), tais princípios também devem enquadrar todo o sistema sociotécnico da IA. Isto é, a condução desses princípios orienta um tratamento sociotécnico para “o projeto, a implantação e o uso de sistemas, entrelaçando soluções de *software* com governança e regulação. Além disso, embora cada um desses princípios possa ser aplicado a todos os aspectos dos sistemas de IA, cada um é imperativo para uma característica específica” (Dignum, 2020, p. 408). Logo, ainda de acordo com a autora (2020), não se pode ter autonomia dos sistemas de IA sem alguma forma de responsabilidade, interação sem *accountability* ou adaptabilidade sem transparência.

Mas frente a esse cenário de inquietudes e incertezas, como o poder público brasileiro vem se movimentando para regular o desenvolvimento e o uso da IA no país, em diálogo, com as iniciativas internacionais? Como a participação social está sendo ou não abarcada nesse contexto?

Para o exercício de articular orientações de respostas para tais questões, é frutífero inscrevermos inicialmente algumas reflexões-chave acerca da *Artificial Intelligence Act* (AI ACT – Lei de IA), a primeira regulação geral sobre a IA no mundo, aprovada pela União Europeia, em 2024. Estabelecido esse breve contexto, posteriormente, considerando o cenário brasileiro, são observados alguns projetos de leis e resoluções, direcionados a preencher essa lacuna, que estão em trâmites nos poderes legislativo e judiciário.

Nessa direção, a seguir, de modo introdutório, algumas dessas iniciativas são apresentadas para se entender o cenário regulatório da IA no país e refletir sobre os seus impactos sociais. Entre as proposições regulatórias destacam-se neste texto: o Projeto de Lei (PL) nº 2338/2023, que dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial (atualmente em trâmite no Senado Federal) e as normativas aprovadas

<sup>8</sup> Em 24 de abril de 2024, (24), a Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial (CTIA) do Senado Federal apresentou o texto preliminar de um substitutivo para o PL 2338/2023. Conforme o senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator da comissão, a expectativa é que o marco regulatório brasileiro de IA seja aprovado até o final de 2024. “Uma das principais novidades do documento é a proposta de um sistema híbrido de fiscalização, com a criação de um Sistema Nacional de Regulação e Governança de IA (SIA), coordenada por uma autoridade competente, a ser nomeada pelo poder executivo, mas que conte também com a participação das agências e órgãos reguladores existentes, que ficarão responsáveis pela fiscalização da IA em suas respectivas áreas de atuação. . . . Outra novidade do projeto foi a adição de um capítulo que trata sobre o fomento público de IA. O trecho cria diretrizes programáticas para que o poder público invista em pesquisa e educação, sem desconsiderar o impacto ambiental. Também está prevista a criação de mecanismos de certificação de sistemas, como a criação de selos de IA segura, para incentivar e assegurar boas práticas de governança da tecnologia” (Soares, 2024).

<sup>9</sup> European Commission (2024a).

<sup>10</sup> European Commission (2024b).

<sup>11</sup> European Commission (2019).

<sup>12</sup> European Commission (2019).

recentemente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 27 de fevereiro de 2024, que regulamentam o uso da IA nas eleições brasileiras<sup>8</sup>.

Nesta oportunidade, é digno de nota reconhecer os esforços e debates investidos para a articulação do PL nº 2630/2020. Esse documento tinha como foco instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Contudo, em 09 de abril de 2024, o presidente da Câmara dos deputados, Arthur Lira, comunicou, justificando o não consenso nos debates sobre o seu conteúdo, que o referido PL, também popularmente conhecido como PL das *fake news*, deverá ser reescrito e ter novo relator (Moherdau, 2024a).

### A Lei da IA Estabelecida pela União Europeia

No dia 12 de julho de 2024, o Conselho da União Europeia aprovou e publicou no seu Jornal Oficial a primeira lei abrangente de IA do mundo, a *Artificial Intelligence Act (AI Act – Lei da Inteligência Artificial)*<sup>9</sup>, com o objetivo de harmonizar as regras sobre inteligência artificial na UE. A *AI Act* foi formulada com base no artigo 114 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e visa melhorar o funcionamento do mercado interno por meio do estabelecimento de regras sobre o desenvolvimento, comercialização, venda e a utilização de produtos e serviços que empreguem tecnologias de IA.

As discussões sobre a necessidade de criação de regras para regular a IA na UE começaram em 2018, momento em que a Comissão Europeia lançou a sua estratégia de IA, que conduziu a criação do *High-Level Expert Group (HLEG)*<sup>10</sup>, o qual apresentou suas diretrizes éticas para um Sistema de IA Confiável, que nos referimos neste artigo, como IA Responsável (IAR). De acordo com as diretrizes do *HLEG*, uma IAR deve ser “(1) regulada – respeitando todas as leis e regulamentos aplicáveis; (2) ética – respeitando os princípios e valores éticos; e (3) robusta – tanto do ponto de vista técnico quanto levando em consideração o seu ambiente de aplicação”<sup>11</sup>.

A Comissão propôs uma abordagem que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento da IA (IA centrada no ser humano [Comissão Europeia, 2018]). Essa estratégia apoia uma IA ética, com base em sete diretrizes: 1) ação e supervisão humanas; 2) solidez técnica e segurança; 3) privacidade e governança dos dados; 4) transparência; 5) diversidade, não discriminação e equidade; 6) bem-estar ambiental e social; e 7) responsabilização<sup>12</sup>.

O artigo 3 (1) da *AI Act* define um sistema de IA como um sistema baseado em aprendizado de máquina para funcionar com diferentes níveis de autonomia. Além disso, o sistema pode produzir resultados como previsões, decisões, conteúdo ou recomendações que podem afetar o ambiente físico ou online, de acordo com as metas definidas por humanos. Essa definição abrange os sistemas inteligentes utilizados pelas plataformas digitais, para amplificar, ordenar e moderar informação, na medida em que envolve o uso de algoritmos de aprendizado de máquina que produzem saídas destinadas a oferecer recomendações ou previsões, que podem manipular opiniões, pensamentos e comportamentos. Portanto, as regras contidas na *AI Act* devem ser obedecidas pelas plataformas digitais, quando utilizarem sistemas de IA para moderar e amplificar conteúdo dentro da UE.

Para garantir a transparência no funcionamento dos sistemas de IA, o Artigo 9 da *AI Act* exige uma avaliação de risco dos sistemas de IA de alto risco. Essa avaliação visa identificar e avaliar riscos potenciais à saúde, segurança e direitos fundamentais associados a sistemas de IA de alto risco. Essas exigências abrangem mais do que apenas a proteção do consumidor e o direito à privacidade, estendendo-se a projetos algorítmicos que resultem em problemas comportamentais, como vício e perda de controle do uso de mídias sociais, por exemplo.

Além das obrigações de transparência<sup>13</sup>, os sistemas de IA sob a *AI Act* estão sujeitos a proibições que visam proteger os indivíduos contra a manipulação algorítmica. A Lei proíbe o uso de sistemas de IA que utilizem “técnicas subliminares” ou técnicas intencionalmente manipuladoras ou enganosas além da consciência de uma pessoa,

<sup>13</sup> Ver, também, o artigo 13 da *AI Act*.

com o objetivo ou efeito de distorcer significativamente o comportamento de um indivíduo ou grupo<sup>14</sup>.

A proibição de técnicas manipuladoras, enganosas ou subliminares que operem além da consciência de uma pessoa é especialmente significativa no contexto da manipulação de informações e da comunicação no ambiente online. Essas técnicas são frequentemente utilizadas para persuadir os usuários a tomarem decisões que talvez não tivessem tomado se não manipulados por algoritmos treinados para tanto.

Porém, as formas sofisticadas e diferenciadas de influenciar os usuários com a ajuda da IA tornam extremamente desafiador implementar regras que possam abordar e regular adequadamente as tecnologias utilizadas para curadoria das informações online, o que pode implicar desafios para o “enforcement” da *AI Act*, principalmente para proibir sistema de IA que empreguem técnicas subliminares.

### Efeito Bruxelas da AI Act no Brasil e o Projeto de Lei nº 2338/2023

A regulação da IA na UE já está impactando o mundo todo, incluindo o Brasil. Esse fenômeno é denominado de Efeito Bruxelas<sup>15</sup>. A proposta de Lei de IA brasileira adota uma abordagem baseada em risco que está alinhada com a *AI Act*. O Projeto de Lei nº 2.338/2023 (PL 2338/2023) estabelece regras nacionais para o desenvolvimento, implementação e, principalmente, utilização responsável de sistemas de IA no Brasil. Seu objetivo central é salvaguardar os direitos fundamentais e garantir a adoção de sistemas confiáveis e seguros que atendam aos melhores interesses dos indivíduos, à democracia e ao avanço científico e tecnológico. Da mesma forma como a lei da UE para a IA, as regras do PL 2338/2023 também se aplicam aos sistemas de IA que organizam, priorizam e recomendam informação online.

Em resumo, o PL 2338/2023 estabelece, em primeiro lugar, assegurar os direitos da parte mais vulnerável, ou seja, o indivíduo impactado pelos sistemas de IA. Isso implica protegê-lo contra publicidade direcionada, recomendações de conteúdo e avaliações de sua elegibilidade para crédito e políticas públicas. Em segundo lugar, o projeto se esforça para estabelecer instrumentos de governança eficazes e arranjos institucionais para inspeção e supervisão.

Desde o início das discussões sobre a regulação da IA no Brasil, em meados de maio de 2023, o texto legislativo sofreu várias mudanças significativas. A última redação do PL 2338/2023, de 28 de novembro de 2024, manteve, de forma geral, algumas das regras de transparência previamente estabelecidas. Dentre as alterações percebidas, as regras de transparência, antes concentradas no artigo 5º, da versão preliminar do PL 2338/2023, de 2023, foram divididas em duas seções: “Seção I: Dos Direitos da Pessoa e Grupos Afetados por Sistema de IA” (Artigo 5º) e a “Seção II: Dos Direitos da Pessoa e Grupos Afetados por Sistema de IA que Produz Efeitos Jurídicos Relevantes ou de Alto Risco” (Artigo 6º).

Isso significa que, antes dessa alteração no texto legal, todas as pessoas e grupos afetados por qualquer tipo de sistemas de IA deveriam receber uma explicação para quaisquer decisões, recomendações ou previsões feitas por esses sistemas inteligentes. A explicação deveria incluir detalhes sobre os critérios e procedimentos utilizados, bem como os principais fatores que influenciavam a decisão ou previsão, como informações sobre a racionalidade e lógica do sistema e os resultados esperados da decisão (Projeto de Lei nº 2338, 2023, art. 8º).

Os usuários também teriam o direito de saber a extensão da contribuição feita pelo sistema de IA para o processo de tomada de decisão, os dados processados e sua fonte, os critérios para a tomada de decisão e a ponderação aplicada à situação do usuário afetado pelo sistema (Projeto de Lei nº 2338, 2023, art. 8º, II). Essas regras, mesmo que mais custosas de cumprimento, aparentemente garantiam mais explicabilidade aos usuários dos sistemas de IA, até certo ponto, do que as regras de transparência da *AI Act*, por exigirem mais explicações e por sua aplicabilidade estender-se a todos os sistemas de IA e não somente àqueles considerados de alto risco.

<sup>14</sup> Ver artigo art. 5º, 1, (a), da *AI Act*.

<sup>15</sup> O conceito “efeito Bruxelas” foi introduzido por Bradford, em 2012, referindo-se ao impacto inadvertido da UE no estabelecimento e aplicação global de regulamentos. Segundo ela, a UE influenciou a adoção das suas regras por corporações globais e estados transfronteiriços, resultando em duas categorias de Efeito Bruxelas: “Efeito Bruxelas de fato” e “Efeito Bruxelas de jure”. O primeiro denota a integração de regulamentos da UE por corporações globais, enquanto o último envolve a implementação de “regulamentos de estilo da UE” por estados transfronteiriços. Em 2016, a UE estabeleceu padrões e normas internas de proteção de dados pessoais, que resultaram na criação do GDPR. Esse regulamento é amplamente considerado como a referência para as leis de proteção de dados e influenciou políticas em todo o mundo, inclusive nos EUA e na China. Além disso, o GDPR foi adotado como um regulamento padrão em vários países, como Brasil, Japão, Quênia, Coreia do Sul e Nigéria. A nova onda do Efeito Bruxelas pode ser vista com a aplicação das novas regras de IA da UE em outros países, como o Brasil (Bradford, 2020).

A nova proposta legislativa brasileira alinha-se à *AI Act* para determinar que somente as pessoas afetadas por Sistema de IA de Alto Risco, acrescentando aqueles que produzirem efeitos Jurídicos Relevantes, poderão solicitar informações limitadas e tão somente ao direito à explicação sobre a decisão, recomendação ou previsão feitas pelo sistema (Projeto de Lei nº 2338, 2023, art. 6º, I). Essa mudança no texto legal compromete a efetividade da transparência para que os usuários desses sistemas possam entender como a curadoria das informações realizadas pelas mídias sociais afetam suas opiniões, pensamentos e comportamentos.

Essa divisão nas regras de transparência se justifica, talvez, pela inclusão do inciso XIII no artigo 14 (que deve, portanto, ser lido e interpretado em conjunto com o artigo 6º, I da nova redação do PL 2338/2023), que, diferente da proposta aprovada pela UE<sup>16</sup>, classifica o uso de sistemas de IA por provedores de aplicação, para produção, curadoria, difusão, recomendação e distribuição, como um sistema de IA de alto risco. Essa consideração é crucial para a preservação dos direitos humanos e da democracia no Brasil, particularmente após os eventos antidemocráticos ocorridos e os impactos negativos dos sistemas de moderação e recomendação de IA sobre os indivíduos brasileiros, principalmente no que se refere à disseminação de desinformação em ambiente online.

Porém, vale ressaltar que a disposição traz uma ressalva. Esses sistemas somente serão considerados de alto risco se aplicados em grande escala e com uso significativamente automatizado, com o objetivo de maximização do tempo de uso e engajamento das pessoas ou grupos afetados, e somente quando o funcionamento desses sistemas puder representar riscos relevantes à liberdade de expressão e acesso à informação e aos demais direitos fundamentais. (*Projeto de Lei nº 2338, 2023, art. 14, XIII*).

Isso implica dizer que esses sistemas não são, por natureza, considerados, pela lei, de alto risco, mas somente quando essa produção, curadoria, recomendação e distribuição de conteúdo não passar por revisão humana e impactar negativamente de forma relevante um volume considerado alto de usuários. A redação parece, portanto, sugerir o reconhecimento de impacto por meio do alcance em grande escala. Porém, verifica-se que o impacto não deve ser medido somente pelo alcance de pessoas que aquele conteúdo prejudicial atingiu. Estudos (Amnesty Internacional, 2023) e casos reais<sup>17</sup> demonstram que a recomendação de conteúdo direcionada possui um impacto significativamente negativo para os usuários das plataformas de mídias sociais.

Além disso, a consideração limitada da finalidade desses sistemas somente para a maximização do tempo de uso e engajamento, também prejudica a classificação de alguns sistemas de IA, utilizados para recomendação direcionada, como de alto risco. Isso se torna preocupante, porque os sistemas de recomendação podem se tornar problemáticos por atuarem como “*sticky traps*” [armadilhas pegajosas], com o objetivo de manipular as decisões e motivações dos usuários (Milano, Taddeo & Floridi, 2020, p. 962). Essa manipulação pode criar “bolhas de filtro” que limitam a exposição dos usuários a uma gama maior de informações (Pariser, 2011; Bruns, 2019). Os usuários podem nem perceber que seu conteúdo recomendado é restrito, o que pode causar incerteza na tomada de decisões. Essa situação torna difícil para os indivíduos compreenderem toda a extensão de suas opções dentro do espaço recomendado, modificando seu comportamento (Jannach & Adomavicius, 2016).

Quando um sistema de IA, dentro das regras estabelecidas pelo PL 2338/2023, não é considerado de alto risco, regras mais robustas de transparência, mitigação de riscos e avaliação de impacto sobre os direitos fundamentais, como as determinadas pelos artigos 18 e 25, da última proposta legislativa para regular a IA no Brasil, não são exigidas. A exemplo dos casos jurídicos estadunidenses, como o caso *Gonzalez vs. Google e Twitter v. Taamneh* (“*Twitter, Inc.*”, 2023), além das mais variadas pesquisas envolvendo estudos sobre o impacto negativo da recomendação de conteúdo, e os depoimentos de vários ex-funcionários das *big techs*, como a Frances Haugen, esses sistemas são projetados, desde a sua concepção, para manipular comportamentos.

<sup>16</sup> Ver Artigo 6º e, em complemento, o Anexo III, da *AI Act*.

<sup>17</sup> Para saber mais, ver Goggin (2024) e Carville (2023).

Além disso, muitas plataformas evitam assumir a responsabilidade em recomendar conteúdo, baseando suas desculpas no comportamento do usuário no ambiente social, alegando que essas pessoas têm sua própria agência ao interagir online (Facebook, 2020). Leiser (2016) sugere que isso ocorre porque os usuários não são apenas “passive dots”, mas agentes ativos em suas atividades na internet. No entanto, essas plataformas limitam as opções dos utilizadores, especialmente quando se trata de receber recomendações personalizadas, ou culpam o próprio algoritmo de ter tomado a decisão sem intervenção humana.

Dessa forma, a aplicação de regras mais robustas de transparência, mitigação de riscos e avaliação de impacto são cruciais para evitar os efeitos adversos desses sistemas de IA. Nesse sentido, aparentemente o legislador escolheu agir de forma reativa, em vez de proativa, o que pode contribuir para uma aplicação ineficaz das regras da lei brasileira para regular sistemas de IA utilizados com finalidades e contextos em ambientes sociais online.

Pensando em preencher essa lacuna, o legislador introduziu o artigo 13, incisos I e II, que, respectivamente, proíbem sistemas de IA que possam “induzir o comportamento da pessoa natural ou de grupos de maneira que cause danos à saúde, segurança ou outros direitos fundamentais próprios ou de terceiros”, ou “explorar quaisquer vulnerabilidades de pessoa natural ou de grupos com o objetivo ou o efeito de induzir o seu comportamento de maneira que cause danos à saúde, segurança ou outros direitos fundamentais próprios ou de terceiros.”

No entanto, interpretando em conjunto e de forma comparativa os artigos 13, incisos I e II, e o 14, inciso XIII, considerando que para classificar um sistema de IA, utilizado por plataforma digital para moderar, amplificar e recomendar conteúdo, há a necessidade de comprovação de representação de riscos relevantes à liberdade de expressão e acesso à informação e aos demais direitos fundamentais, esses sistemas seriam proibidos de utilização. Essa análise incorre o risco desses sistemas de IA, utilizados em contextos de moderação e amplificação de conteúdos, manterem-se desregulados pelas múltiplas possibilidades de interpretação do texto legal, ao mesmo tempo em que não necessariamente são considerados sistemas de alto risco ou proibidos por lei.

Ainda, em análise ao inciso XIII do artigo 14, verifica-se um ganho significativo para os cidadãos nacionais, em que pese a vantagem do legislador brasileiro de aproveitar as redações dos regulamentos já existentes na União Europeia, nos Estados Unidos e no Reino Unido; e os estudos já realizados para a elaboração de um texto mais eficaz, com a retirada do termo “técnicas subliminares” do inciso I do artigo 13, da nova proposta legislativa. Essa mudança é expressivamente importante, porque estudiosos, durante o processo legislativo da *AI Act*, já levantavam preocupações sobre a utilização do termo “técnicas subliminares” para a proibição de sistemas de IA manipuladores (Franklin et al., 2022). Essa definição foi mantida na lei europeia<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Ver artigo 5º, 1 (a), da *AI Act*.

As críticas, em torno do tema, sugerem que as tecnologias subliminares devem ser substituídas por uma gama mais ampla de técnicas de manipulação (Uuk, 2022). Isso porque as práticas de mudança de comportamento são manipuladoras quando não se envolvem com a capacidade de escolha das pessoas. No entanto, nem todos os aspectos da arquitetura de escolha são igualmente influentes (Mertens et al., 2021). Isso levanta questões sobre quais aspectos da arquitetura de escolha são manipuladores, e, portanto, dignos de proibição (Franklin et al., 2022). Além disso, uma vez que a noção de “técnicas subliminares” não é um conceito bem estabelecido na lei de IA da União Europeia, muitos sistemas de IA manipuladores podem ficar fora do escopo de proibição da *AI Act*.

Por derradeiro, a última proposta legislativa brasileira retirou uma disposição dedicada ao exercício do direito à não discriminação e à correção de vieses discriminatórios diretos, indiretos, ilegais ou abusivos (*Projeto de Lei n° 2338*, 2023, art. 12). Essa disposição incluía o uso de dados pessoais sensíveis ou impactos desproporcionais com base em características pessoais, como raça, etnia, gênero, orientação sexual, classe socioeconômica, idade, deficiência, religião ou opiniões políticas (*Projeto de Lei n° 2338*, 2023, art. 12, I). O projeto também proibia o

estabelecimento de desvantagens ou agravamento da situação de vulnerabilidade de pessoas pertencentes a um grupo específico, ainda que fossem utilizados critérios aparentemente neutros (*Projeto de Lei n° 2338, 2023, art. 12, II*).

Ainda que a nova redação do PL 2338/2023, de 28 de novembro de 2024, traga disposições legais para a proteção contra a discriminação direta, indireta, ilegal ou abusiva, mais uma vez, as regras para sua mitigação serão apenas consideradas para sistemas de IA classificados como de alto risco. Em que pese os altos índices, de caráter estrutural e sistêmico, de discriminação no Brasil, a adoção de uma postura preventiva para a proteção dos direitos fundamentais individuais dos brasileiros, e para a construção de uma sociedade mais igualitária, seria o ideal. As decisões automáticas, muitas vezes opacas, podem ter efeitos discriminatórios, por exemplo, quando um sistema de IA aprende com dados que refletem decisões humanas tendenciosas.

Além disso, o Brasil como utilizador, em sua maioria, de tecnologia, e não como desenvolvedor, a importa de países onde aspectos discriminatórios não são tão evidentes. Com isso, as ferramentas estrangeiras que não são desenvolvidas com considerações, em primeiro lugar, antidiscriminatórias são, muitas vezes, implantadas em solo brasileiro, exacerbando a segregação já existente no país.

Diante disso, os instrumentos jurídicos mais relevantes para mitigar os riscos de discriminação, impulsionada por IA, são leis de não discriminação e de proteção de dados (Heinrichs, 2021). As características intrínsecas dessas leis são a adoção de (a) uma postura proativa, em vez de reativa, para antecipação do risco para sua prevenção, ou seja, a incorporação de práticas não discriminatórias ao design e na arquitetura de desenvolvimento do sistema desde sua concepção (*by design*); e (b) como parte inerente do sistema, produto ou tecnologia, por padrão (*by default*). Esses princípios podem ser vistos na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) brasileira. A mesma lógica se aplicaria para as regras de transparências mencionadas anteriormente.

### O Uso de IA nas Eleições Brasileiras

O poder judiciário brasileiro também debateu em audiência pública no Supremo Tribunal Eleitoral (TSE), em 25 de janeiro de 2024, uma resolução que exigia informar material adulterado e responsabilizava as *big techs* pela moderação de conteúdo falso ou “gravemente descontextualizado”<sup>19</sup>. Essas e outras propostas regulatórias, recentemente, foram discutidas e aprovadas pelo TSE, em 27 de fevereiro de 2024. Entre as diretivas aprovadas estão:

Exigência de rótulos de identificação de conteúdo multimídia fabricado – qualquer material visual feito por meio de inteligência artificial deverá trazer o aviso explícito sobre o uso da tecnologia; Restrição ao uso de *chatbots* e avatares para intermediar a comunicação da campanha – fica proibido simular conversas com o candidato ou outro avatar que aparente ser uma pessoa real; Vedação absoluta, seja contra ou a favor de candidato, do uso de *deep fake* – conteúdo fabricado em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos e que tenha sido gerado ou manipulado digitalmente para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa viva, falecida ou fictícia; Paralelamente, os provedores de aplicações na internet (redes sociais e aplicativos de mensagem, por exemplo) ficam obrigados a retirar do ar, sem a necessidade de ordem judicial, contas e materiais que promovam condutas e atos antidemocráticos e também discursos de ódio, como racismo, homofobia, fascismo e qualquer tipo de preconceito. (Pontes, 2024)

Resoluções como as do TSE têm efeito paliativo desde a última campanha eleitoral, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva venceu o candidato à reeleição Jair Bolsonaro. Essas normativas visam, grosso modo, combater a desinformação e regular as práticas de candidatos e partidos políticos no contexto eleitoral. Embora estudos, como o *Detecting misinformation: Identifying false news spread by political leaders in the Global South*, indiquem que somente 1% das publicações de políticos brasileiros contêm desinformação (Mello, 2024a), o Parlamento precisa avançar. Não se trata, contudo, da quantidade de *posts* nas plataformas de mídias sociais,

<sup>19</sup> Resolução n° 23.732, de 27 de fevereiro de 2024 (2024).

mas de seus efeitos, de seus alcances, viabilizados pelos sistemas de IA oferecidos pelas plataformas de mídias sociais das *big techs*.

Na invasão ao Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, foi um tuíte (o nome da rede do bilionário Elon Musk ainda não havia mudado para X) do então presidente Donald Trump que incitou apoiadores a impedir a diplomação de Joe Biden, eleito para comandar o país: “Grande protesto em D. C. no dia 6 de janeiro. Esteja lá, vai ser selvagem”, escreveu em 19 de dezembro de 2020<sup>20</sup>. Nesse contexto, o Brasil, citado no relatório *Digital Risks to the 2024 Elections: Safeguarding Democracy in the Era of Disinformation* (Barrett et al., 2024), é indicado como um exemplo do fracasso das plataformas na moderação de conteúdo que levou aos ataques antidemocráticos ao Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal (STF) e Congresso Nacional, em 8 de janeiro de 2022, após a diplomação do presidente Lula.

<sup>20</sup> Ver Trump (2020).

Portanto, a reflexão para elaborar regramentos em campanhas eleitorais orientadas por IA tem de, obrigatoriamente, observar as características territoriais locais e não detalhar as normas de modo a se tornarem obsoletas, a exemplo do TSE – uma resolução a cada nova tecnologia. Em vez disso, conforme Barrett et al. (2024), é preciso efetivamente pensar sobre como abordar juridicamente os métodos bem estabelecidos de distribuição de material digital prejudicial. Assim, o:

principal risco relacionado com a tecnologia que as próximas eleições enfrentam não decorre de novas formas como os malfeitores podem utilizar a IA para criar conteúdos *online* prejudiciais. Em vez disso, **provém de métodos bem estabelecidos de distribuição de material digital prejudicial** [ênfase adicionada] – nomeadamente, através das principais plataformas de redes sociais como Facebook, Instagram, YouTube, TikTok e X (anteriormente conhecido como Twitter). (Barrett et al., 2024, p. 5)

Com efeito, ao observar de modo crítico os movimentos regulatórios da IA, especificamente no Brasil, é possível perceber fortemente que o país está buscando construir essa regulação levando em consideração apenas as questões políticas. Nesse contexto, é preciso observar e discutir que a regulação da IA, bem como das plataformas de mídia social, vai muito além da regulação para as eleições, ou apenas com vieses políticos. É urgente construir no cenário brasileiro uma legislação que, com participação social, foque regular a moderação e a amplificação de conteúdo, estabelecendo explicitamente direitos e deveres para os usuários e para as plataformas proprietárias da IA.

Ainda no enquadramento desse cenário, é verdade que as citações do impacto de um tuíte de Donald Trump ou da organização em rede de apoiadores de Bolsonaro em invasões e nas depredações do Capitólio e em prédios da Esplanada dos Ministérios, conforme relatado *a priori* neste texto, não são observadas do ponto de vista da produção de conteúdo eleitoral, viabilizado pelas neotecnologias da IA generativa, mas de exibição, distribuição e alcance, tão ou mais danosa que a criação. Esses processos impõem reflexões em mais de uma abordagem das novas tecnologias. Não é sem razão que o *IA Act*, as normativas do TSE e a proposta de regulação de IA em tramitação no Congresso incluem exibição, distribuição e alcance e exigem transparência das plataformas sociais. Há, inclusive, levantamento recente no qual comprova que a desplataformização tem efeito expressivo na redução de postagens falsas e incitação à violência. Após o caso do Capitólio, por exemplo, a suspensão de contas do ex-presidente estadunidense e de 70 mil apoiadores reduziu os danos on-line, de acordo com McCabe et al. (2024), em publicação na revista *Nature*.

Quanto ao conteúdo (texto, foto, vídeo e áudio, entre outros) desenvolvido por IA generativa, muito se vem discutindo por pesquisadores e especialistas em todo mundo acerca dos seus efeitos em eleições como, por exemplo, as repercussões desses conteúdos em pleitos na Índia, nos Estados Unidos e no Brasil (“Many AI”, 2024; Stokel-Walker, 2024; Chhabria, 2024; Garimella & Chauchard, 2024; Moherdau. 2024b etc.). Apesar de contribuir para campanhas eleitorais menores, com baixo orçamento, ajudar na redação de e-mails, pedidos de doações e discursos, uma preocupação constante acerca da IA generativa é a sua aplicação em larga escala para forjar voz de candidato, espalhar montagens de fotos e vídeos e espalhar falsidades

por textos, uma vez que a resposta desse sistema algorítmico é apresentada rapidamente e ainda não é possível mensurar matematicamente as consequências – influência de voto e resultado da disputa.

Nos Estados Unidos, candidatos usaram IA para traduzir discursos em inglês para outros idiomas, como o espanhol, de modo a atingir um número maior de pessoas. Mas também houve quem se passou pelo candidato à reeleição daquele país, o democrata Joe Biden, para espalhar desinformação. Decreto de Biden orienta candidatos a aplicar marcas d'água a materiais feitos com IA. Na Índia, anunciantes fantasmas e de aluguel, *deep fakes*, premiação de youtubers governistas e armação de debates com falsos eleitores comuns foram algumas das técnicas utilizadas este ano, ainda que sejam limitados os estudos relacionados às implicações (McCabe et al., 2024).

Muitas das táticas dos indianos – grupos de WhatsApp para disseminar desinformação eleitoral, aplicativos de candidatos que coletam dados dos eleitores e segmentação de mensagens – foram usadas nas eleições do Brasil e dos EUA. . . . A comissão eleitoral instruiu os partidos a removerem os deep fakes em até três horas após notificação das autoridades, mas a determinação não tem poder de lei. (Mello, 2024b)

No Brasil, há obrigatoriedade de alertar, sob pena de a candidatura ser cassada, em caso de distribuição de *deep fake* com desinformação eleitoral. Gullino (2024), em reportagem de O Globo, mostra que a Justiça começou a punir o uso irregular de inteligência artificial (IA) na pré-campanha das eleições municipais do segundo semestre de 2024. De acordo com o jornal, a medida é inédita, uma vez que tais decisões traçam um limite do que poderá ser feito:

Juízes de ao menos quatro tribunais regionais eleitorais já aplicaram multas ou determinaram a remoção de conteúdos, a maioria dos casos por uso de *deep fakes*, quando imagens ou áudios são manipulados para inventar declarações ou situações. As decisões seguem o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que aprovou regras para o uso da IA. (Gullino, 2024)

Posto isso, de modo geral, o atual estado da IA no Brasil reflete desafios significativos relacionados à qualidade dos dados, autonomia da IA, competição global etc. Estratégias para melhorar a organização de dados, promover uma abordagem responsável à IA e enfrentar os desafios competitivos devem ser considerados de forma integrada.

A transparência, colaboração e reflexão filosófica sobre o papel da IA na sociedade, bem como a fundamental participação social no desenvolvimento e usos da IA são princípios centrais para orientar o desenvolvimento, o emprego e utilização dessas neotecnologias, tendo em vista que apenas as necessárias definições legislativas observadas podem não ser suficientes para assegurar a aplicabilidade, sustentabilidade e os impactos sociais benéficos de uma IA. Mas como envolver e fomentar a participação social nesse cenário de modo a fortalecer essas iniciativas regulatórias?

### **Participação Social, Caminhos e Desafios**

A partir do campo da sociocultural, por exemplo, se pode recomendar o impulsionamento de iniciativas de IA nas cadeias culturais alternativas, visando um crescimento significativo e diversificado. Outra possibilidade poderia ser a criação de um “selo de qualidade em IA Responsável”, incentivando organizações a adotarem práticas responsáveis e éticas no desenvolvimento e aplicação de sistemas de IA, com reflexos na conscientização e participação social. Esse selo não apenas reconheceria as boas práticas de responsabilidade, mas também promoveria a confiança do público e estimularia uma concorrência saudável. Ainda nesse sentido, se vislumbra programas de IAR em instituições de ensino; espaços de colaboração virtual em código aberto; ensino de IA por *lowcode*; salientar a importância de acordos internacionais em IA; fomentar a remuneração dadas às pessoas, individualmente, requerendo uma transposição do termo “usuário”



para “produtor” dos dados; se pode pensar numa redistribuição social do lucro de dados.

Entretanto, a realidade concreta e complexa que atravessa o cotidiano é que os meios e usos dos sistemas de IA, como as plataformas de mídia social e outros aplicativos, que são facilmente ofertados pelas *big techs* do Norte Global – por mais pontos de resistência que possam permear essas plataformas –, até agora, têm garantido o acúmulo de dinheiro e poder e subtração de recursos naturais e mão de obra das periferias globais, sem perspectivas concretas de diminuição da desigualdade, violência e vulnerabilidades sociais que se desdobram exponencialmente nos países do Sul Global, como o Brasil (Penteado et al., 2023).

Nesse quadro, é urgente a intervenção regulatória governamental e, como princípio, a participação social para reivindicar e estabelecer criticamente parâmetros de responsabilidades nesse contexto que, de modo democrático, efetivamente beneficiem, ampliem e fortaleçam uma gestão de cuidados centrada no humano, na valorização da comunicação e cultura, tanto no âmbito global quanto dos territórios locais. Por exemplo, os resultados e desdobramentos do avanço tecnológico fomentados em equipamentos culturais – pontos de cultura, bibliotecas, centros culturais, museus, plataformas digitais atuantes no Brasil –, como meios de produção cultural e de processos comunicativos que permitem o trabalho administrativo e também correspondem à interface de acesso entre o ambiente e a sociedade, são recomendáveis e estão disponíveis em diversos levantamentos referentes à cultura e tecnologia no Brasil, do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br. Essa entidade vem oferecendo mapeamentos das práticas referentes a essas interfaces com os sistemas algorítmicos de IA no território nacional e inscrevendo medidas necessárias para a promoção da diversidade e inclusão social, considerando dimensões analíticas que implicam questões de acesso, econômicas, da diversidade, criativa, regulatórias, entre outras.

Em um desses levantamentos, Ghezzi (2022) aponta que por mais sedutor que o discurso de liberdade e acesso ilimitado à informação e à comunicação, amplamente difundido na sociedade, esteja atrelado a avanços tecnológicos e a novas possibilidades de acesso e produção cultural, essas:

. . . novas possibilidades dependem de novos acordos de governança, que precisam ser vislumbrados antes de serem pactuados. Algumas questões, por mais que pareçam impossíveis na configuração da Internet atual . . . podem ser norteadoras de uma nova governança na Internet . . . Estas estão relacionadas à transparência e ao papel de indivíduos na posse e uso de seus dados. (Ghezzi, 2022, p. 200)

Santaella (2021) agrega também a essa discussão propondo uma série de medidas, como a inserção da IA no desenvolvimento socioeconômico da região da América Latina e Caribe, a inclusão da cultura nas estratégias de desenvolvimento da IA, a promoção da diversidade cultural nas grandes plataformas, a criação de ecossistemas de dados locais, mapeamento de atores e articulação em rede, e a promoção de pesquisa e capacitação.

Em adição, para além das necessárias medidas regulatórias, se acredita que o poder público também tem que fomentar iniciativas e intervenções culturais e comunicativas de ecossistemas de soluções locais com incentivos governamentais, prestação de serviços ligados aos territórios, investimento e acesso a equipamentos e capacitação técnica para a sociedade manejar e operacionalizar a sua participação cidadã na construção de uma IAR. Esses ecossistemas de soluções territoriais locais, ou pontos de cultura, devem ser administrados, por exemplo, por ativistas e organizações da sociedade civil (Ministério da Cultura, 2024), que se posicionam criticamente diante das gigantes empresas globais de tecnologia, sob o prisma da soberania brasileira sobre os recursos naturais e ambientes de trabalhos criados por *software* livre como, por exemplo, faz a cooperativa plataforma EITA!<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://eita.coop.br/>.

Essa cooperativa agrega, dentro de um ambiente virtual, diversas outras cooperativas e comunidades ligadas à reforma agrária, movimento sindical, luta feminista, juventude,

agroecologia, economia solidária, movimento negro, movimento LGBTQIA+, direito à saúde, direito à educação, direito à comunicação etc. Construir esse caminho mais diverso, apoiado por organizações, semelhantes à plataforma EITA!, que respondam e reivindicam a essa lógica de abordagem responsável das neotecnologias da IA, bem como valorizem a participação social como princípio, precisam ser mapeadas e estruturadas de modo urgente e sustentável no Brasil. Nessa direção, é importante também entender, fomentar e difundir conhecimentos sobre como fazer um ecossistema de cultura livre que possa se sustentar aproximando e agregando os movimentos sociais, a sociedade em geral e o desenvolvimento do vínculo participativo, o comum, como ensina Sodré (2014), a partir dos territórios locais.

  guisa das considera es finais deste texto, aprender a lidar com esses sistemas algorítmicos de IA e a fomentar a participa o social, como princípio, para interpell los criticamente   parte da produ o e difusão cultural local. Enquanto o Brasil enfrenta esses desafios,   essencial adotar e estimular uma abordagem proativa e colaborativa para garantir que a IA contribua positivamente para a sociedade e democracia, sendo mobilizada pelas práticas comunicativas e culturais que sensibilizam e direcionam, como aponta Sodré (2014, 2021), para reorganiza o do mundo e das consciências. Essa interven o   central nos horizontes desses tempos de incertezas nos quais, com e para além das neotecnologias de inteligência, a produ o da ignorância vem sendo fortemente estimulada como força econ mica e de desestabiliza o social antidemocrática.

### Referências

Academia Brasileira de Ciências. (2023). *Recomenda es para o avanço da inteligência artificial no Brasil: GT-IA da Academia Brasileira de Ciências*. Academia Brasileira de Ciências.

Almeida, V. (2023). *IA Generativa: oportunidades, riscos e governança*. UFMG. <https://bit.ly/3OdPfJk>

Arun, C. (2020). AI and the Global South: designing for other worlds. In Dubber, M. D., Pasquale, F., & Das, S. (Eds.), *The Oxford handbook of ethics of AI* (pp. 588-606). Oxford Academic.

Baeza-Yates, R. (2023). Lecture held at the Academia Europaea Building Bridges Conference 2022: an introduction to responsible AI. *European Review*, 31(4), 406-421. <https://doi.org/10.1017/S1062798723000145>

Barrett, P. M., Hendrix, J., & Richard-Carvajal, C. (2024). *Digital risks to the 2024 elections: safeguarding democracy in an era of disinformation*. Stern – Center for Business and Human Rights. <https://bit.ly/3wRCIW5>

Bradford, A. (2020). *The Brussels effect: how the European Union rules the world*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190088583.001.0001>

Brown, S. (2023, 21 de setembro.). Third-party AI tools pose increasing risks for organizations. *MIT Management Sloan*. <https://bit.ly/42Awu8O>

Bruns, A. (2019). *Are filter bubbles real?* Polity Press Cambridge.

Carville, O. (2023, 20 de abril). TikTok's algorithm keeps pushing suicide to vulnerable kids. *Bloomberg*. <https://www.bloomberg.com/news/features/2023-04-20/tiktok-effects-on-mental-health-in-focus-after-teen-suicide>

Chhabria, P. (2024, 29 de jan.). The big election year: how to protect democracy in the era of AI. *World Economic Forum*. <https://www.weforum.org/agenda/2024/01/ai-democracy-election-year-2024-disinformation-misinformation/>

Comissão Europeia. (2018, 7 de dezembro). Coordinated plan on artificial intelligence. *European Commission*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:52018DC0795#footnote60>

Cordeiro, V. D. (2021). Novas questões para sociologia contemporânea: os impactos da Inteligência Artificial e dos algoritmos nas relações sociais. In F. G. Cozman, G. A. Plonski, H. Neri (Orgs.), *Inteligência artificial: avanços e tendências* (pp. 204-224). Instituto de Estudos Avançados.

Delacroix, S. (2019, 1 de fevereiro). Beware of 'Algorithmic Regulation'. *SSRN Electronic Journal*. <https://ssrn.com/abstract=3327191>

Dignum, V. (2017). Responsible Autonomy. In C. Sierra, *Proceedings of the Twenty-Sixth International Joint Conference on Artificial Intelligence (IJCAI – 17)* (pp. 4698-4704). AAAI Press.

Dignum, V. (2019). *Responsible Artificial Intelligence: how to develop and use AI in a responsible way*. Springer.

Dignum, V. (2020). Responsibility and Artificial Intelligence. In M. D. Dubber, F. Pasquale, S. Das (Eds.), *The Oxford handbook of ethics of AI* (pp. 214-231). Oxford Academic. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780190067397.013.12>

Domingos, P. (2015). *The master algorithm: how the quest for the ultimate learning machine will remake our world*. Basic Books.

European Commission. (2019, 8 de abr.). Ethics guidelines for trustworthy AI. *European Union*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/ethics-guidelines-trustworthy-ai>

European Commission. (2024a, 13 de junho). Regulation (EU) 2024/1689 of the European Parliament and of the Council. *European Union*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32024R1689>

European Commission. (2024b, 14 de outubro). High-level expert group on artificial intelligence. *European Union*. <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/expert-group-ai>

Facebook. (2020, 11 de agosto). Our commitment to safety. *Facebook Business*. <https://www.facebook.com/business/news/our-commitment-to-safety>

Foucault, M. (1993). About the beginning of the hermeneutics of the self: two lectures at Dartmouth. *Political Theory*, 21(2), 198-227.

Foucault, M. (2020). *Discipline and punish: the birth of the prison*. Penguin Modern Classics.

Franklin, M., Ashton, H., Gorman, R., & Armstrong, S. (2022). Missing mechanisms of manipulation in the EU AI Act. *The International FLAIRS Conference Proceedings*, 35, 1-4. <https://doi.org/10.32473/flairs.v35i.130723>

Garimella, K., & Chauchard, S. (2024). Kiran Garimella & Simon Chauchard, 2024. How prevalent is AI misinformation? What our studies in India show so far. *Nature*, 630(8015), 32-34. <https://doi.org/10.1038/d41586-024-01588-2>

Ghezzi, D. R. Inteligência Artificial e cultura: uma mirada de longo prazo In Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Ed.), *Inteligência Artificial e cultura: perspectivas para a diversidade cultural na era digital* (pp. 191-204). Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2022.

Goggin, B. (2024, 22 de abril). Did TikTok videos inspire a teen's suicide? His mom says she found graphic evidence. *NBC news*. <https://www.nbcnews.com/tech/social-media/tiktok-suicide-videos-lawsuit-social-media-self-harm-rcna146680>

Gullino, D. (2024, 15 de julho). Justiça traça primeiros limites ao uso de inteligência artificial nas eleições municipais e pune deepfakes. *O Globo*. <https://x.gd/eJpao>

- Hagerty, A., & Rubinov, I. (2019). Global AI Ethics: a review of the social impacts and ethical implications of Artificial Intelligence. *arXiv:1907.07892*. <https://arxiv.org/abs/1907.07892>
- Heinrichs, B. Discrimination in the Age of artificial intelligence. *AI & SOCIETY*, 37, 143-154, 2022. <https://doi.org/10.1007/s00146-021-01192-2>
- Jannach, D., & Adomavicius, G. (2016). Recommendations with a Purpose. In *RecSys '16: Proceedings of the 10th ACM Conference on Recommender Systems* (pp. 7-10). Association for Computing Machinery.
- Ministério da Cultura. (2024, 26 de janeiro). Conferência Temática da Cultura Digital – Permacultura Digital: “Começo, Meio e Fim” – 3º Dia. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=yI6drHFmT9w>
- Leiser, M. (2016). The problem with ‘dots’: questioning the role of rationality in the online environment. *International Review of Law, Computers & Technology*, 30(3), 191-210.
- Leite, F. (2022). *Comunicação Antirracista: notas crítico-reflexivas e propositivas* [Apresentação de trabalho]. 31º Encontro Anual da Compós, Imperatriz, Minas Gerais, Brasil.
- MacInnis, D. J. (2011). A framework for conceptual contributions in marketing. *Journal of Marketing*, 75(4), 136-154. <https://doi.org/10.1509/jmkg.75.4.136>
- Many AI researchers think fakes will become undetectable. (2024, 17 de janeiro). *The Economist*. <https://www.economist.com/science-and-technology/2024/01/17/many-ai-researchers-think-fakes-will-become-undetectable>
- Marres, N. (2017). *Digital Sociology: the reinvention of Social Research*. Polity Press.
- McCabe, S. D., Ferrari, D., Green, J., Lazer, D. M. J., & Esterling, K. M. (2024). Post-January 6th deplatforming reduced the reach of misinformation on Twitter. *Nature*, 630, 132-140.
- Mello, P. C. (2024a, 11 de fevereiro). Políticos do Brasil raramente postam fake news em suas redes, mostra estudo. *Folha de S.Paulo*. <https://x.gd/2C3tA>
- Mello, P. C. (2024b, 22 de junho). Inovações da Índia em campanha eleitoral suja na internet acendem alerta para outros países. *Folha de S.Paulo*. <https://x.gd/qgmji>
- Mertens, S., Herberz, M., Hahnel, U. J. J., & Brosch, T. (2021). The effectiveness of nudging: A meta-analysis of choice architecture interventions across behavioral domains. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 119(1). <https://doi.org/10.1073/pnas.2107346118>
- Moherdau, L. (2024a, 11 de abril). Fake news: “o xadrez da política legislativa move peças”. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/opiniao/fake-news-o-xadrez-da-politica-legislativa-move-pecas/>
- Moherdau, L. (2024b, 29 de fevereiro). Norma das eleições do TSE é falível diante do mar de fakes. *Poder 360*. <https://www.poder360.com.br/opiniao/norma-das-eleicoes-do-tse-e-falivel-diante-do-mar-de-fakes/>
- Pariser, E. (2011). *The filter bubble: What the Internet is hiding from you*. Penguin.
- Pasquale, F. (2015). *The black box society: the secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press.
- Pataranutaporn, P., Liu, R., Finn, E., & Maes, P. (2023). Influencing human – AI interaction by priming beliefs about AI can increase perceived trustworthiness, empathy and effectiveness. *Nature Machine Intelligence*, 5, 1076-1086.

- Penteado, C., Pellegrini, J., & Silveira, S. A. (Orgs). (2023). *Plataformização, inteligência artificial e soberania de dados: tecnologia no Brasil 2020-2030*. Ação Educativa.
- Pontes, F. (2024, 3 de março). Entenda regras do TSE para uso de inteligência artificial nas eleições. *Agência Brasil*. <https://bit.ly/3PnD0uf>
- Projeto de Lei nº 2338, de 2023*. (2023). Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Senado Federal. <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9347593&ts=1720798347613&disposition=inline>
- Projeto de Lei nº 2630, de 2020*. (2020). Institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Senado Federal. <https://bit.ly/3v9vLZH>
- Resolução nº 23.732, de 27 de fevereiro de 2024*. (2024, 27 de fevereiro). Altera a Res.-TSE nº 23.610, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e condutas ilícitas em campanha eleitoral. Tribunal Superior Eleitoral. <https://x.gd/wurcJ>
- Rodotä, S. (2007). Democracy, innovation, and the information society. In P. Goujon, S. Lavelle, P. Duquenoy, K. Kimppa & V. Laurent (Eds.), *The information society: innovation, legitimacy, ethics and democracy* (Vol. 233, pp. 17-26). Springer.
- Rose, N. (1999). *Powers of freedom: reframing political thought*. Cambridge University Press.
- Rose, N., & Miller, P. (2008). *Governing the present: administering economic, social and personal life*. Polity Press.
- Russell, S., Perset, K., & Grobelnik, M. (2023, 29 de novembro). Updates to the OECD's definition of an AI system explained. *OECD.AI Policy Observatory*. <https://bit.ly/3Tgaa0c>
- Santaella, L. (2021). *Inteligência Artificial e cultura: oportunidades e desafios para o Sul Global*. Unesco. <https://bit.ly/3TlucGD>
- Santaella, L. (2022). Inteligência Artificial e cultura: oportunidades e desafios para o Sul Global. In Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Ed.), *Inteligência Artificial e cultura: perspectivas para a diversidade cultural na era digital* (pp. 69-95). Comitê Gestor da Internet no Brasil.
- Milano, S., Taddeo, M., & Floridi, L. (2020). Recommender systems and their ethical challenges. *AI & Soc*, 35, 957-967. <https://doi.org/10.1007/s00146-020-00950-y>
- Soares, M. (2024, 24 de abril). Nova proposta para regulação de IA prevê fiscalização híbrida. *Desinformante*. <https://desinformante.com.br/regulacao-ia-fiscalizacao/>
- Sodré, M. (2001). Objeto da comunicação é a vinculação social [Entrevista concedida a Desirée Rabelo]. *PCLA*, 3(1), 1-6. <https://bit.ly/49itG2t>
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Vozes.
- Sodré, M. (2014). *A ciência do comum – Notas para o método comunicacional*. Vozes.
- Sodré, M. (2015). A comunicação eletrônica é epistemóloga [Entrevista concedida a Rafael Grohmann]. *Parágrafo*, 1(3), 120-128.
- Sodré, M. (2019). Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional [Entrevista concedida a Roberto Abib]. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde*, 13(4). <https://doi.org/10.29397/reciis.v13i4.1944>
- Sodré, M. (2021). *A sociedade incivil: mídia, iliberalismo e finanças*. Vozes.

Sodré, M. (2023). A ruptura paradigmática da comunicação. *MATRIZES*, 17(3), 19-27.

Stokel-Walker, C. (2024, 18 de janeiro). How AI will manipulate elections in 2024. *I News*. <https://inews.co.uk/news/ai-clear-danger-2024-elections-2859465>

Trump, D. J. [@realDonaldTrump]. (2020, 19 de dezembro). Peter Nvarro releases 36-page report alleging election fraud 'more than sufficient' to swing victory to Trump . . . . X. <https://x.gd/iTzsM>

Twitter, Inc. v. Taamneh. (2023). *Harvard Law Review* 402, 137(1), 400-409. <https://harvardlawreview.org/print/vol-137/twitter-inc-v-taamneh/>

Uuk, R. (2022). Manipulation and the AI act. *Future of Life Institute*. [https://futureoflife.org/wp-content/uploads/2022/08/FLI-Manipulation\\_AI\\_Act.pdf](https://futureoflife.org/wp-content/uploads/2022/08/FLI-Manipulation_AI_Act.pdf)

Winner, L. (1980). Do artifacts have politics? *Daedalus*, 109(1), 121-136. <http://www.jstor.org/stable/20024652>

# Fronteiras da Alteridade no Documentário e na Ficção: Imigrantes, Refugiados e suas Representações na Cultura Audiovisual

## José Augusto Mendes Lobato

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-USP). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM). Realizou pesquisa pós-doutoral no PPGCOM-UAM. Professor dos cursos de graduação em Comunicação e Artes na Universidade São Judas (USJT). Gerente de educação no Grupo Report. Mestre em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade da Amazônia (Unama). Cursa licenciatura em Ciências Sociais na USJT. E-mail: gutomlobato@gmail.com

**Resumo:** Neste trabalho, discutimos a formulação de fronteiras entre identidade e alteridade na representação de refugiados e imigrantes na cultura audiovisual. Em específico, examinamos a circulação e reverberação do que denominamos narrativas de alteridade, buscando entender como sujeitos representados em obras documentais e de ficção leem seus conteúdos. Para isso, exploramos conceitos dos estudos de linguagem, cultura e mídia – como os de representação social, tradução, fronteira, mediação e mediatização – e realizamos entrevistas semiabertas com dez imigrantes e pessoas em situação de refúgio. Os sujeitos de pesquisa também foram convidados a assistir a cenas de dois documentários e uma telenovela, a fim de avaliar as formas de construção de fronteiras e tradução de seus universos de origem nas obras. Ao final, nota-se que os processos de mediatização da alteridade tendem à extrema redução de complexidade e se assentam em juízos e processos valorativos ao designar as formas da diferença cultural.

**Palavras-chave:** narrativa de alteridade, fronteira, mediatização, representação, imigração.

## Fronteras de la Alteridad en el Documental y la Ficción: Inmigrantes, Refugiados y Sus Representaciones en la Cultura Audiovisual

**Resumen:** En este trabajo, discutimos la formulación de fronteras entre identidad y alteridad en la representación de los refugiados e inmigrantes en la cultura audiovisual. Específicamente, examinamos la circulación y reverberación de lo que llamamos narrativas de alteridad con el objetivo de comprender cómo los sujetos representados en obras documentales y de ficción leen su contenido. Para ello, exploramos conceptos de los estudios del lenguaje, cultura y medios – como representación social, traducción, frontera, mediación y mediatización – y llevamos a cabo entrevistas semiabiertas con diez inmigrantes y refugiados. Los sujetos de la investigación también fueron invitados a ver escenas de dos documentales y una telenovela para evaluar las formas de construir fronteras y traducir sus universos originales en las obras. Al final, se observa que los procesos de mediatización de la alteridad tienden a una reducción extrema de la complejidad y se basan en juicios y procesos evaluativos al designar las formas de diferencia cultural.

**Palabras-clave:** narrativa de alteridad, frontera, mediatización, representación, inmigración.

## Boundaries of Alterity in Documentary and Fiction: Immigrants, Refugees and Their Representations in Audiovisual Culture

**Abstract:** This paper discusses the formulation of boundaries between identity and alterity in the representation of refugees and immigrants in audiovisual culture. Specifically, we examine the circulation and reverberation of what we call alterity narratives, seeking to understand how subjects represented in documentary and fictional works read their content. We explore concepts from language, culture and media studies – such as social representation, translation, boundary, mediation and mediatization – and conducted semi-open interviews with ten immigrants and refugees. The research subjects were also invited to watch scenes from two documentaries and a telenovela to evaluate the ways in which boundaries are constructed and their universes of origin are translated into these narratives. We note that the processes of mediatization of alterity tend to reduce complexity in extreme ways and are based on judgments and valuation processes when designating cultural difference.

**Keywords:** alterity narrative, boundary, mediatization, representation, immigration.

Processos migratórios, sobretudo aqueles associados a conflitos nos países de origem das populações deslocadas, estão no centro do debate geopolítico atual – e levam, naturalmente, a reverberações no campo das representações midiáticas e seus processos de circulação social. Dados da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) apontam que, até o final de 2023, uma em cada 69 pessoas, ou 1,5% de toda a população do planeta, estava deslocada à força, quase o dobro de dez anos atrás, e havia um total 24,9 milhões de refugiados e pessoas precisando de proteção internacional. Aproximadamente 73% dos refugiados são originários de cinco países (Afeganistão, Síria, Venezuela, Ucrânia e Sudão).

No Brasil, em específico, o Observatório das Migrações em São Paulo (OBMigra) mapeou ao menos 143.033 refugiados em solo nacional em 2023, 117,2% acima do ano anterior. Já o governo federal reconheceu, em publicação de junho de 2024, que registrou 77.193 pessoas como refugiadas em 2023, maior volume de sua história – com mais de 90% de pessoas vindas da Venezuela.

Além de expor a magnitude das crises movidas por deslocamentos forçados, esses números nos revelam uma questão crítica para análise dos campos de estudos da comunicação, da cidadania, da cultura e das identidades: a formação de construções ou sistemas representacionais (Hall, 2016) capazes, cada vez mais, de abarcar e traduzir a multiplicidade de modos de vida, experiências sociais e configurações culturais de povos que, em sua movimentação à procura de melhores condições de vida, passam a ser objeto de representações midiáticas em diferentes códigos, gêneros e formatos – a ficção, o jornalismo, a publicidade, a comunicação institucional etc.

Aqui, retornamos a nossa hipótese de que a questão do Outro é central nos processos da midiaticização contemporânea – e que a noção de narrativa de alteridade (Lobato, 2017) viabiliza uma compreensão possível para os modos como diferentes produtos midiáticos, em especial os ligados à cultura audiovisual, podem contribuir na formulação de representações capazes de evidenciar a alteridade e seus pontos de contato com os países de acolhimento de populações imigrantes e refugiadas, a partir de procedimentos e estratégias comuns de narração. Ademais, aprofundamo-nos no estudo da recepção para compreender como os próprios sujeitos representados enxergam o vasto material produzido a respeito deles, ancorados em uma investigação recente (Lobato, 2023).

Este texto desdobra alguns resultados dessas pesquisas em uma análise centrada em como um grupo de entrevistados – dez pessoas, oriundas de seis países – percebe a construção das fronteiras identidade-alteridade e a tradução do outro a partir de material midiático veiculado na televisão brasileira em três programas: os jornalísticos Profissão Repórter e GloboNews Especial e a telenovela *Órfãos da Terra*, da Rede Globo. Para isso, discutimos as noções de fronteira e tradução cultural e promovemos um diálogo entre elas e os processos de mediação e midiaticização. Nosso foco está em entender como os esforços de representação da alteridade, detalhamento de fronteiras e tradução do outro são percebidos por entrevistados hoje residentes no Brasil à hora de os programas representarem suas comunidades e as de outros estrangeiros. Por meio disso, buscamos meios de compreender os processos de circulação e efetivação social das narrativas de refúgio e imigração e, extensivamente, exercitamos uma análise crítica do impacto de meios audiovisuais sobre o contato entre culturas.

### **Questões de Base: o Outro, a Tradução e a Representação da Alteridade**

O ponto de partida de nossa investigação se dá por um campo de convergência que fundamenta a construção da própria ideia de narrativa de alteridade: as ciências da linguagem, com ênfase particular nos estudos culturais, na semiótica da cultura e em suas interfaces com discussões sobre representação, processos narrativos e a conformação do laço social. Mobilizamos estudos inspirados por um projeto de investigação mais abrangente, centrado na questão do outro na cultura audiovisual contemporânea, que compreende estudos sobre estratégias de representação, modos de recepção e consumo e operações discursivas engendradas nas narrativas de alteridade.



A noção contemporânea de representação – e seu desdobramento no campo das representações sociais (Moscovici, 2003) ou coletivas (Durkheim, 1996) – é um primeiro ponto de ancoragem relevante. Tributária das reflexões de Aristóteles na *Poética*, à qual fazemos referência considerando a *mimesis* (traduzida, sob diferentes fontes, como imitação ou representação) como um processo de natureza criativa e interventora, vinculado a um intenso desejo de conhecer-saber, a representação pode ser entendida a partir de Aristóteles (1996) como uma expressão da sensibilidade humana responsável pela instituição do novo, e não apenas pela imitação. De suas reflexões sobre a arte poética, notamos que três notações nos acompanham até tempos atuais e a nosso objeto de análise aqui neste texto: o reconhecimento de que “quem imita representa os homens em acção” (Aristóteles, 1996, p. 34), para isso recorrendo a diferentes códigos (visual, verbal, sonoro, gestual etc.); a afirmação de que os objetos “imitados” podem sê-lo de diferentes maneiras em termos de posicionamento de quem narra e como o faz na forma de construção dramática; e o entendimento de que a *poiesis* é da ordem do humano, já que “imitar é natural nos homens desde a infância e nisto diferem dos outros animais, pois o homem é o que tem mais capacidade de imitar e é pela imitação que adquire os seus primeiros conhecimentos” – e porque “todos sentem prazer nas imitações” (Aristóteles, 1996, p. 42). Por meio desta compreensão, historicamente, a leitura acadêmica de Aristóteles aponta para um potencial criativo, e não de pura reprodução ou cópia, do ato de representar/imitar.

Essa compreensão nos parece fundamental ao examinarmos os produtos midiáticos e, sobretudo, as relações estéticas por eles geradas – sobretudo se entendermos que a melhoria nos modos de representar veio junto do aperfeiçoamento de meios técnicos (a escrita, a prensa, o som mediatizado, a imagem estática, o vídeo etc.), do olhar e da compreensão da dimensão social que abarca este conceito. Aqui, devemos também referenciar o estudo das formas da representação por Émile Durkheim (1996, p. XXIII), um dos pais do conceito de representação coletiva – é nele que vemos o reconhecimento de que esta resulta de intensa cooperação, em que “uma multidão de espíritos diversos associou, misturou, combinou suas ideias e seus sentimentos” e injetou experiências e saberes para formar noções estáveis e partilhadas.

Serge Moscovici (2003) trará a representação social para o estudo da cognição humana e a associará ao pensamento e à expressão interior e exterior dos indivíduos. Para ele, o processo organizativo da consciência, assim como a linguagem, se condiciona às nossas representações e nossa cultura – e é por meio delas que alcançamos certo nível de familiaridade com o que nos cerca. Elas atuam, assim, de forma prescritiva, uma vez que “se impõem sobre nós com uma força irresistível”, e carregarão “uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado” (Moscovici, 2003, p. 36).

Em relação à redução de estranhamento diante da realidade, fenômeno que nos interessa no contexto desta pesquisa, Moscovici (2003, p. 37) dirá que representações se vinculam a “um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem”, constituindo-se como uma “atmosfera” que paira sobre comunidades, munindo-as de instrumentos para compreender o mundo. E atestará que, por isso, “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não familiar, ou a própria não familiaridade” (Moscovici, 2003, p. 54). Para isso, operará nos rumos da ancoragem (criando elos e estratificações entre imagens e discursos), da objetivação (materialização das representações) e da rotinização, estabelecendo regimes perceptivos que nos habitam e auxiliam no entendimento do mundo.

A partir do que nos lançam os autores, entendemos que os processos de representação – que são as bases sobre as quais erguemos narrativas e, de modo mais amplo, efetivamos socialmente os discursos – carregam um potencial criativo; uma dimensão social ou coletiva; um potencial de prescrição ou indução de comportamentos a partir da interiorização de noções e atitudes perante o mundo; e uma capacidade notável de reduzir a não familiaridade e produzir sentidos de coletividade, em estreita conexão com a promoção de direitos de reconhecimento e visibilidade das populações.

Em relação ao último aspecto, cabe, ainda, fazer aqui referência ao que nos diz Stuart Hall (2016) sobre a abordagem construtivista da representação. Partindo da dimensão de produção de sentido pela linguagem, que em sua concepção é o que caracteriza o representar hoje, o autor reaviva a ideia de não especularidade para destacar a existência de “sistemas de representação” que combinam a classificação e organização do mundo em categorias, no nível da consciência, e seu próprio potencial de expressão na linguagem. Considerando que linguagens e signos são, assim, produzidos coletivamente, o autor destaca a importância do “domínio simbólico da vida”, em que “palavras e coisas funcionam como signos, no coração da própria vida social” (Hall, 2016, p. 54). Em suas palavras, a linguagem e seus códigos

são cruciais para o sentido e a representação, não existem na natureza, mas são o resultado de convenções sociais. Eles formam um aparte crucial da nossa cultura – nossos “mapas de sentido” compartilhados – que aprendemos e, inconscientemente, internalizamos quando dela nos tornamos membros. (Hall, 2016, p. 54)

Aqui emerge uma asserção, também expressa por Hall em outro clássico texto, de que representações têm relação direta com a formação e revisão das identidades. Tomando a própria ideia de nação como um sistema de representação cultural, o autor ressalta que as identidades são erguidas a partir das culturas nacionais – seus relatos, suas memórias e as imagens forjadas, de forma espontânea ou à força, sobre elas; para ele, a própria concepção de “narrativa da nação” é tributária da circulação e efetivação de representações de experiências partilhadas. “Como membros de tal ‘comunidade imaginada’, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância à nossa monótona existência, conectando nossas vidas . . .” (Hall, 2001, p. 51).

A relação entre identidade e representação é trabalhada por diferentes autores (Bhabha, 1998; Gomes, 2008; Hall, 2001, 2016; Woodward, 2000) e evidencia, regra geral, três efeitos: a conexão entre as noções de si e do outro e as representações coletivas, expressas em discursos circulantes que realçam o laço social; os reflexos das formações de identidade sobre como lemos e traduzimos o outro, incluindo as posturas tomadas na esfera institucional em relação a ele/ela; e, por fim, a vinculação de representações a relações de poder e disputa de espaços de interlocução nas comunidades, traduzindo, assim, um movimento contínuo de reiteração, questionamento e fragmentação das identidades, sobretudo em contextos de crescente interação entre culturas (fenômeno no qual, inclusive, nosso *corpus* se debruça, no contexto de fluxos migratórios).

Nesses quesitos, Homi Bhabha (1998, p. 75) destaca como, no problemático processo de elaboração da nação como categoria, há um jogo performativo de produção da “diferença” que, além de opor *identidade* e *alteridade* – entendida por ele como uma experiência de acesso ao outro e um complemento lógico do eu/nós, já que “existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou locus” –, é responsável por tornar a identificação entre os sujeitos um espaço de cisão, separação e produção da diferença. Na concepção do autor, esse processo produzirá embates internos – fissuras ou brechas nos discursos de identidade, a partir da pluralidade do corpo social – e externos, a saber, diferenciações e oposições em relação ao “outro”, “estrangeiro”, “distante”, “divergente” etc.

O sujeito do discurso da diferença é dialógico ou transferencial à maneira da psicanálise. Ele é constituído através do locus do Outro, o que sugere que o objeto de identificação é ambivalente e ainda, de maneira mais significativa, que a agência de identificação nunca é pura ou holística, mas sempre constituída em um processo de substituição, deslocamento ou projeção. (Bhabha, 1998, p. 228)

A também fundamental noção de *tradução cultural* a que alude Bhabha evidencia como os discursos de identidade, e, por lógica, os da diferença/alteridade, sempre estão sujeitos a revisões e aos questionamentos que emergem das movimentações sociais, já que para ele a tradução é um fenômeno de contato com o “estranho”, em posição ambivalente de assimilação/compreensão, de um lado, e de identificação do estrangeiro ou divergente, de outro. E, não se pode relevar, um processo intimamente ligado às estratégias colonialistas de sujeição do outro ao eu/nós – questões

que saltam aos olhos em nossa análise de imigrantes e refugiados sobre como as mídias representam identidades africanas, árabes, latinas etc., bem como na vasta literatura decolonial que aborda os processos da colonialidade do pensar e do saber (Quijano, 1992, 2005).

Para Bhabha (1998, p. 312), “o processo de encontro cultural será sempre ambivalente, contaminado, já que constantemente marcado pelo outro” em sua dinâmica. Em outro trecho de seus escritos, afirma, ainda, que “as designações da diferença cultural interpelam formas de identidade que, devido à sua implicação contínua em outros sistemas simbólicos, são sempre ‘incompletas’ ou abertas à tradução cultural” (Bhabha, 1998, p. 228). Um processo, que, entendemos, tende a colocar o eu/nós, a noção relativamente estável de identidade, em crise; é o que ocorre quando conhecemos realidades de povos – a exemplo dos refugiados, aqui discutidos – que nos levam a repensar nossa própria experiência coletiva. Esse processo, nos ensina Bhabha (1998, p. 313), “põe o original em funcionamento para descanonizá-lo, dando-lhe movimento de fragmentação” – *um estranhamento de si produzido pela experiência de alteridade*, em suma.

A partir dos achados sobre processos de representação, a dinâmica identidade-alteridade e os processos de tradução cultural, somos levados a discutir outro conceito caro à reflexão que buscamos traçar com refugiados e imigrantes entrevistados em nossa pesquisa: o de *fronteira*. Afinal, se é verdade que o lugar do eu/nós e do outro é – como nos apontam os estudos culturais e pós-coloniais – constantemente revisitado à luz da erosão de mitos fundacionais ou de revisões de identidades, devemos pensar na demarcação de fronteiras ou limiares a partir dos quais a alteridade é posicionada.

Aqui, aportes da semiótica da cultura de Iuri Lotman (1998, p. 24) são pertinentes por conceituar a fronteira no contexto das interações entre espaços semióticos – lugares de partilha de códigos, linguagens e sistemas culturais, cuja capacidade de tradução e compreensão do ambiente externo se liga diretamente ao fronteiro. Segundo o autor, o caráter de relativa homogeneidade da semiosfera é a um só tempo tributário e alterado por conta dos espaços fronteiros. Cabe a estes ser um ponto de contato intersemiótico com ambientes externos, constituindo-se como *locus* da tradução e da conversão de não mensagens em textos culturais compreensíveis:

. . . a fronteira é uma parte indispensável da semiosfera, esta última precisa do entorno exterior “não organizado”, a partir do qual também é construída. A cultura cria não apenas sua própria organização interna, mas também seu próprio tipo de desorganização externa. (Lotman, 1998, p. 29, tradução nossa)

Toda fronteira, na concepção do autor, opera como um lugar de filtros de tradução, em que tudo o que vem do espaço externo a uma comunidade é “semiotizado” ou convertido em informação. As interações entre povos e culturas são entendidas como processos permanentes de tradução – naturalmente mais instáveis e sujeitos à adaptação à influência externa, ao que Lotman (1998) atribui certa “irregularidade semiótica”, ou capacidade de modificação dos sistemas semióticos em suas “pontas” mais abertas ao diálogo intercultural. E essa *irregularidade* pode ser entendida como lugar privilegiado para a emergência do novo e do relacional em um universo de constante produção de muros e separações entre o eu e o outro; como nos diz Ferrara (2011, p. 7), “o sutil e necessariamente anti-espetacular comportamento das fronteiras permite o desenvolvimento de porosas influências entre planos distintos como aqueles que se estabelecem entre comunicação e manifestação da cultura”. É o direcionamento que viabiliza a existência de contra-narrativas, de discursos sobre a alteridade e a diferença que emergem em meio ao conforto das narrativas essencialistas de que nos fala Homi Bhabha.

Podemos, aqui, lançar um paralelo com as reflexões anteriores e entender que o jogo de produção discursiva das diferenças e da alteridade por meio de processos de representação é responsável não apenas pela estruturação das amarras de identidade que dão coesão a um grupo, mas também pela fixação de sentidos de pertencimento e delimitação de fronteiras a partir das quais nos diferenciamos e

somos convidados a interagir com o outro, a partir de uma estrutura argumentativa que facilita tal processo, com conexão estreita com a forma de lidarmos nos âmbitos social e institucional uns com os outros. E é nesses lugares de tradução e leitura da diferença cultural que encontramos as *narrativas de alteridade* – concepção que adotamos para identificar e mapear estratégias de representação em textos culturais cuja intriga central repousa na enunciação do outro, com função estratégica na produção de empatia, reconhecimento e identificação entre povos e comunidades.

Presentes nos mais diversos gêneros e formatos e, em nossa investigação, examinadas no campo audiovisual contemporâneo, as narrativas de alteridade são, por natureza, lugar de encontro com a diferença. Ao carregar representações do eu/nós, acabam servindo à consolidação da identidade coletiva, embora não seja essa sua função última; seu potencial enunciativo está na exposição de sujeitos, comunidades e universos socioculturais e sua classificação a partir de jogos opositivos, personagens fronteiriços, processos de ficcionalização e da retórica afetivo-testemunhal, além de outros procedimentos por nós já identificados em produções televisivas de ficção e não ficção (Lobato, 2017).

### **Mediação e Miatização do Outro na Cultura Audiovisual**

Nossa preocupação com o fenômeno das migrações e dos deslocamentos forçados e seus desdobramentos no audiovisual não é produto do acaso. Conflitos armados, guerrilhas, guerras civis, golpes e a ação deliberada de organizações terroristas e líderes autoritários sobre nações em todos os continentes e regiões – do Oriente Médio e da África à América Latina, à Ásia e à Europa – são alvo de atenção há décadas e viveram um ponto dramático a partir da eclosão da guerra civil na Síria, no início dos anos 2010. Outros conflitos – a exemplo da crise humanitária na Venezuela – e tragédias como o terremoto do Haiti também levaram a situação dos refugiados a ganhar ênfase no agendamento midiático em solo brasileiro nos últimos anos, um quadro que vem se agravando desde 2022, ainda, com a Guerra na Ucrânia e, mais recentemente, com os conflitos em Gaza, Israel e Líbano. Mais que em termos quantitativos, que fogem ao propósito dessa pesquisa, podemos olhar tal movimentação em termos de impacto sobre os processos de produção midiática e sobre como estes efetivamente acolhem os sujeitos envolvidos nas crises migratórias em seus empreendimentos representacionais, viabilizando o diálogo e a interação entre grupos sociais.

Nosso universo de pesquisa abrange, de modo mais amplo, as narrativas de alteridade na cultura audiovisual e suas manifestações nos universos factual e de ficção – com ênfase no jornalismo e na ficção seriada –, tendo as televisualidades como lugar privilegiado. Ancoramos esta decisão nos dados que demonstram a ampla penetração da TV nos lares – mais de 97% das casas brasileiras, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e a expansão consistente deste campo para meios digitais.

Para compreender o lugar que a alteridade ocupa nesse ambiente, partimos da premissa de que o processo de falar do outro responde a uma necessidade crescente em tempos de segregação das experiências (Giddens, 2002), nas quais o caráter vicário do conhecimento sobre o mundo empírico se acentua. Também ressaltamos a importância do contato viabilizado por experiências mediadas (Thompson, 1998, p. 86), descontínuas por essência e que fornecem ao sujeito contemporâneo um “intercâmbio de experiências mediadas de outros tempos e lugares com suas próprias experiências cotidianas”.

Dois conceitos, acreditamos, nos permitem entender o impacto desses processos sobre a experiência do outro. De um lado está o de *mediação* – entendido em sua dimensão relacional como processo de conexão entre os indivíduos e o mundo a ser conhecido, algo dado por meio de artifícios de linguagem e que evoca a alteridade como categoria lógica de leitura do ambiente exterior. Vilém Flusser (2007, p. 142), por exemplo, tratará das imagens em específico e as considerará “mediações entre o homem e seu mundo”, atribuindo a elas a tarefa de “superar a alienação humana”, permitindo uma existência mais harmônica com seus elementos. Outros, como Ferrara (2011, p. 3), apontarão certa instrumentalização nas mediações

comunicacionais promovidas por aparatos midiáticos, identificando a mediação como uma operação “centralizada nos objetivos do emissor”, que “desconsidera a atmosfera cultural que define o receptor, considerado massa uniforme e passiva”.

Em contraste com essa posição, Roger Silverstone (2002) apresentará debates relacionados a uma “ética da mediação” para enfatizar que, a despeito da crescente técnica empregada para ampliar os processos mediados contemporâneos, os sujeitos sempre irão considerar a conexão da experiência midiática com as dinâmicas basais da vida social e cotidiana, com contribuição à experiência de alteridade.

Na perspectiva do autor, a presença do outro em diferentes escalas – do outro próximo ao “mais distante”, que “somente aparece para nós nos media” (Silverstone, 2002, p. 3)<sup>1</sup> – tem relação direta com os processos de mediação que nos apresentam o mundo e o tornam familiar no cotidiano, cuja base é tanto tecnológica/técnica (viabilizada por meios de difusão da informação) quanto social (ancorada nas interações extramediáticas). Parte-se da ideia de que a experiência cotidiana, se é que um dia foi, não se restringe mais a espaços físicos, e por isso é crucial compreender as implicações éticas e morais dos processos de mediação que, a um só tempo, viabilizam o (re)conhecimento do mundo e seus sujeitos e instauram vias de compreensão entre eles. Para Silverstone (2002, p. 11), “os media estão crucialmente imersos na representação do outro, em sua presença ou ausência na sociedade contemporânea”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> No original: “...and especially the distant other, the other who only appears to us within the media”.

<sup>2</sup> No original: “The media are crucially implicated in the representation of the other, in his or her presence or absence in contemporary society”.

<sup>3</sup> No original: “Contemporary mediation veers towards two contrasting, compatible, but equally indefensible modes of representation in the mediation of the other. The first involves pushing the other beyond the pale: defining alterity as beyond reach and comprehension. . . . The second representational strategy involves exactly the opposite. It denies difference altogether. Images of the other are incorporated into entirely familiar and taken for granted narratives and frames”.

<sup>4</sup> No original: “This refers to the importance of understanding the more or less precise degree of proximity required in our mediated inter-relationships if we are to create and sustain a sense of the other sufficient not just for reciprocity but for a duty of care, obligation and responsibility. Proper distance would preserve the other through difference as well as through shared identity”.

<sup>5</sup> No original: “mediatization is a concept used to analyze critically the interrelation between changes in media and communications on the one hand, and changes in culture and society on the other”.

A reflexão do autor coloca um ponto fundamental ao desenhar a experiência em tempos atuais como dependente dessa conexão mediada com a alteridade, inclusive identificando duas vias representacionais para tal: a que realça um outro “além de qualquer alcance ou compreensão”, negando-o; e a que o assimila inadvertidamente, na qual as “imagens do outro são integralmente incorporadas ao familiar” (Silverstone, 2002, p. 13)<sup>3</sup>. Para exemplificar essas ações, inclusive, o autor menciona as representações limitadas da Palestina no Ocidente, apagando o povo palestino em uma perigosa associação com a celebração de atos terroristas, e as imagens cordiais dos povos caribenhos e africanos – algo que leva a uma “domesticação” do outro que representa a recusa da alteridade.

Para contornar os dilemas desse jogo de representação, inevitável nos processos de mediação sociocultural atuais, Silverstone (2002, p. 14) lança a ideia de distância apropriada, ou seja, de um jogo de compreensão e representação do outro que compreenda “o grau mais ou menos preciso de proximidade requeridos em nossas relações intermediadas se iremos criar e sustentar um senso do outro suficiente não apenas para a reciprocidade, mas para um trabalho de cuidado, obrigação e responsabilidade”. A distância apropriada, diz, “preserva o outro por meio da diferença assim como por meio da identidade partilhada”<sup>4</sup>.

O outro conceito a que devemos fazer referência, o de *midiatização*, difere da mediação ao evidenciar o caráter ampliado da influência dos dispositivos de difusão sobre as relações humanas, tornando-se processo interacional de referência (Braga, 2006) e balizador da experiência de mundo – não apenas componente dela. Conforme apontado por Braga (2006) e Sodré (2002), a midiatização diz respeito a um certo domínio e influência das experiências mediadas sobre todos os campos da vida social, inclusive a extramediática. Aqui se assume que a comunicação por dispositivos é capaz de transformar o processo cognitivo e de incorporação de informações sobre o mundo dentro e fora dos limites dos meios técnicos de difusão. Ou, como dizem Couldry e Hepp (2013, p. 197), a “midiatização é um conceito usado para analisar criticamente a inter-relação entre mudanças nas mídias e na comunicação, por um lado, e mudanças na cultura e na sociedade, por outro”<sup>5</sup>, sendo sua diferença em relação à mediação a capacidade de referir, mais especificamente, “o papel da mídia em processos emergentes de mudança sociocultural”. Em suma, a capacidade de um estado midiatizado de coisas – descrito por Sodré (2002) como uma mediação tecnologicamente exacerbada – de alterar nossa compreensão do mundo e nossa relação com o outro, em potencial detrimento deste.

Voltemos, agora, ao fenômeno de circulação de narrativas de alteridade na cultura audiovisual para compreender as implicações dos processos de mediação

e midiaticização na compreensão do outro. Entendemos que, em ambientes nos quais há ampla circulação de representações sobre comunidades distantes e/ou de matrizes socioculturais distintas daquelas enquadradas nos limites da nação, os processos de mediação social tendem a – por falta de referencial concreto ou experiências materiais de boa parte dos consumidores de narrativas – assumir a dianteira na produção de mapas de sentido e leituras sobre a alteridade. Isso reverbera diretamente na demarcação de fronteiras e no desenho dos processos de tradução cultural, impondo a condição vicária aos que acessam e buscam compreensão sobre um outro que lhes é exposto por meio dos produtos midiáticos. E produz questões críticas acerca do “distanciamento apropriado” a que se refere Silverstone (2002), lançando-nos a necessidade de examinar os discursos dos próprios sujeitos representados acerca do que veem – considerando sua condição mais fundamentada para fazê-lo e, sobretudo, sua leitura crítica acerca dos processos de representação realizados na cultura audiovisual.

### **Fronteiras sob Análise: a Perspectiva de Imigrantes e Refugiados sobre o Documentário e a Ficção Televisual**

Nossa investigação parte do lugar da análise de representações e dos processos interpretativos e de recepção para compreender os sentidos sobre as fronteiras identidade-alteridade e o embate entre mediação e midiaticização no consumo e na circulação de narrativas do outro. Essa decisão decorre de uma necessidade, amplamente discutida nos estudos latino-americanos de comunicação, cultura e mídia, de entender os usos, as negociações, as estratégias de resistência e os impactos cotidianos das mídias sobre a experiência coletiva.

O consumo de informação e conteúdo nas mídias e os modos de se perceber e interagir com tais produtos são alvo de diversas pesquisas e reflexões de autores consagrados no Brasil e na região, a exemplo de García Canclini (1995, 2000), Martín-Barbero (1997, 2004) e Escosteguy e Jacks (2005). Algumas abordagens, como as de Canclini, porão foco na questão do consumo como ato de cidadania e intervenção crítica em relação aos produtos midiáticos, levantando as tensões existentes nas disputas por espaço, nas lutas sociais e nas questões de classe; na perspectiva do autor, compreender os lugares em que ele ocorre e como efetivamente reverbera no espaço social é evidenciar que “no consumo se constrói parte da racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade” (García Canclini, 1995, p. 45)<sup>6</sup>. Martín-Barbero (1997), por sua vez, partirá das mediações para compreender as estratégias e lógicas de usos, apropriações e reelaborações de conteúdos por receptores, requerendo – em um movimento até hoje muito fortuito nos estudos de comunicação – uma ênfase analítica nas mediações socioculturais que cercam a experiência individual e coletiva, em detrimento do foco nos meios técnicos e suas determinações.

As distintas abordagens e metodologias relacionadas à recepção buscam enfatizar, em um primeiro momento, novas premissas para um modelo ainda linear de comunicação, centrado nos polos emissor-receptor e seus limitantes relativos a lugar, condição de enunciação e contextos de consumo. Conforme realça Jacks (2015, p. 244), porém, a participação das audiências no contexto das transformações tecnológicas evidencia potencialidades da abordagem da recepção nos estudos de comunicação e exige revisões de método e leitura para o investigador, já que essas transformações “borram as fronteiras entre emissão e recepção, obrigando a teoria e a pesquisa a se reposicionarem para entender o que está ocorrendo com a interação e aproximação destas duas instâncias dos processos e práticas de comunicação”.

Realizamos, como parte de uma investigação pós-doutoral voltada à formação de sentidos sobre a alteridade em narrativas audiovisuais de imigração e refúgio, um estudo que combinou a análise estrutural de três obras – os programas GloboNews Especial e Profissão Repórter e a telenovela *Órfãos da Terra*, todos da Rede Globo – à análise da recepção destes e de outros materiais. Para isso, fizemos ao final de 2019 dez entrevistas semiabertas na Região Metropolitana de São Paulo, contemplando imigrantes e refugiados de seis nacionalidades, sendo quatro mulheres e seis homens oriundos da Síria, de Burkina Faso, do Haiti, do Chile, da Guiné-Bissau e da Venezuela.

<sup>6</sup> No original: “Luego, debemos admitir que en el consumo se construye parte de la racionalidad integrativa y comunicativa de una sociedad”.

A maioria das entrevistas (sete das dez) foi realizada no local de trabalho (três) ou na residência (quatro) dos entrevistados. Apenas as três restantes foram realizadas em ambiente não familiar às pessoas consultadas, dentro da universidade em que este pesquisador trabalhava, em salas reservadas. Adotamos o método semiaberto para reduzir o grau de instrumentalidade dos diálogos e, assim, permitir que cada imigrante ou refugiado pudesse contar sua história de vida, explanar sua própria relação com a mídia (tanto a de seu país de origem quanto a brasileira) e com produtos audiovisuais e, em seguida, assistir a trechos dos documentários e da telenovela para discuti-los, cruzando-os a outros produtos já consumidos.

Adotamos um roteiro com três macroquestões, que iam do relato do contexto da chegada do entrevistado ao Brasil até comentários e apontamentos sobre como as narrativas de alteridade abordavam seus povos e os de outros estrangeiros. As entrevistas duraram cerca de duas horas cada, incluindo-se o tempo de exibição dos trechos de material audiovisual (reproduzidos no notebook do pesquisador, em tela de pequeno porte). O material foi gravado e transcrito e a identidade dos participantes foi preservada, respeitando o acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) firmado ao final de cada encontro.

A análise geral que produzimos a partir do material coletado se baseou nos discursos dos entrevistados e em notações sobre cenas e trechos das obras. Em estudo anterior (Lobato, 2023), apresentamos resultados gerais desse processo relacionados à estrutura narrativa de *Profissão Repórter*, *GloboNews Especial* e *Órfãos da Terra* – tais como a adoção de personagens fronteiriços e a produção de polos opositivos, bem como a intriga fundada no outro – e, sobretudo, a percepção dos entrevistados sobre como tais obras representaram três questões específicas: o processo de entrada e registro no Brasil por imigrantes e refugiados; o acolhimento promovido pelos brasileiros em suas matrizes afetiva e cultural; e a integração ao mercado de trabalho.

Aqui, entretanto, nosso foco de análise se desloca para um ponto específico: a delimitação da *fronteira* como espaço dedicado à tradução e compreensão dos discursos e da diferença. Nosso interesse, ao retornar às falas de nossos entrevistados, está especificamente em entender como enxergam a demarcação entre um eu/nós suposto (nacional/brasileiro/local) e os vários campos de alteridade realçados nas obras e nas experiências destes sujeitos da pesquisa, erguendo os muros simbólicos que, na sociedade midiaticizada, complementam as barreiras físicas pelas quais tiveram de atravessar antes de encontrar um novo lar no país. Por meio disso, acreditamos estar mais próximos de um entendimento sobre os processos de mediação e midiaticização da alteridade, examinando como os imigrantes e refugiados enxergam seu próprio posicionamento enquanto sujeitos de identidade em obras com amplo potencial de produzir visadas e mapas de sentido. Queremos, aqui neste texto, mais que focalizar as estratégias narrativas dos meios, compreender os referenciais adotados, as alusões e os comparativos traçados pelos próprios imigrantes e refugiados para designar suas diferenças em relação à identidade nacional do país em que estão e, sobretudo, entender como veem essa fronteira erguida no produto audiovisual.

A fim de rastrear menções alusivas às temáticas das fronteiras – ou seja, do desenho de pontos de contato entre universos socioculturais – e da tradução – processos de assimilação, explicação e semiotização do outro –, percorremos a decupagem e os áudios das entrevistas à procura de momentos em que esses temas apareciam, tanto nas análises gerais dos entrevistados sobre o modo como a mídia representava seus países de origem quanto nos comentários sobre as obras a que assistimos juntos. Naturalmente, não procuramos a menção a estes termos de forma explícita, e sim interações nos depoimentos entre o que era dito e os fenômenos assim designados à luz de nosso referencial teórico. Detectamos, em resumo, uma compreensão da importância desses lugares intersticiais para a narrativa de alteridade e seu efetivo sucesso na representação do outro com “distanciamento apropriado” – e, ao mesmo tempo, um viés crítico no modo como nossos sujeitos de pesquisa enxergam o cuidado com o detalhamento de suas culturas, sua história e seus modos de vida.

Uma primeira característica da leitura dos entrevistados que chama atenção é a associação entre o processo de explicar um país ou comunidade e uma tendência

a exibir representações de viés negativo sobre seus modos de vida e características comportamentais e religiosas – parte do processo de tradução cultural, assim, ganha viés valorativo, e o espaço fronteiro acaba sendo povoado por personagens, entrevistados e/ou cenas que atribuem referências negativas ao outro, mesmo quando a intenção do relato é claramente distinta, advogando a favor de uma postura respeitosa para com o imigrante e o refugiado. Isso é especialmente realçado após assistirmos com eles ao documentário *Refugiados no Brasil*, do programa GloboNews Especial, que apresenta várias histórias de tragédia e superação, mas acabou evocando comentários sobre o tom geral das mídias a respeito dos imigrantes. Ali J. R., sírio de 31 anos natural de Aleppo, e Abou A. Y., 33, nascido em Burkina Faso, têm análises semelhantes nesse quesito; indicam que, ao buscar demarcar o que diferencia o sírio e a população africana em geral dos brasileiros, traços como fundamentalismo, baixa qualificação profissional, dubiedade moral e falta de caráter são associados à população estrangeira. Nas palavras de Ali:

Hoje, às vezes, uma emissora, uma reportagem mudam totalmente a visão de quem está assistindo sobre um povo. Uma palavra pode criar um estereótipo negativo e gerar um olhar preconceituoso. Exemplo, [o documentário] fala sobre Estado Islâmico, importante falar, mas essa forma apressada cria generalização. Sou vítima do ISIS e sou muçulmano. O jornalista precisa indagar a si mesmo como uma escolha de palavra pode transmitir ideias. (Ali J. R., 2019, comunicação pessoal)

Abou A. Y., professor de francês, refere-se a Burkina Faso como um país “complicado” e destacou que não só as obras a que assistimos e que constam do *corpus* da pesquisa, mas todos os documentários e telenovelas que havia conhecido até ali no Brasil ignoram ou passam à margem de detalhar questões de seu país. Assim, segundo ele, costuma-se tratar “África” como uma designação nacional essencialista e simplificadora – à maneira do que nos diz Bhabha (1998) sobre o jogo de identidade-alteridade –, resultando em uma delimitação pouco clara do que separa um país do outro. Ele foi um de nossos entrevistados a realçar um problema de tradução cultural nas obras; afirmou que, embora o documentário e a telenovela fossem “fantásticos”, a ênfase negativista associando africanos a golpes, transferências bancárias irregulares e transporte de drogas tende a se fixar de forma mais clara no imaginário do público. “É preciso enfatizar o lado bom da imigração e principalmente do imigrante, entender de onde ele veio. Não é justo só apresentar os crimes cometidos pela comunidade aqui” (Abou A. Y., 2019, comunicação pessoal).

Outro entrevistado sírio, Hilal A. T., de 49 anos, realça um ponto importante: para ele, a tradução cultural promovida, sobretudo, pela telenovela *Órfãos da Terra* – mas que ele associa a um problema maior da mídia TV, sobre a qual mostrou uma visão notavelmente crítica – é falha ao não mergulhar nos conflitos internos entre os países representados por personagens. Na ficção, de fato, a convivência entre personagens judeus e árabes seria utilizada para fornecer tom cômico, por meio dos núcleos de Bóris Fischer (Osmar Prado), judeu, e Mamede Al Aud (Flávio Migliaccio), que vivem brigando e discutindo; assistimos a uma dessas cenas durante a entrevista. A experiência fronteira vivida pelos filhos dos personagens, mais próximos de brasileiros do bairro, não seria suficiente para esclarecer as diferenças culturais singulares entre estes povos, segundo Hilal; a obra não conseguiria garantir um repasse de informação cultural apropriado ao público.

Acho que a mídia em geral precisa esclarecer o que é um refugiado. Ao menos ela tenta, o que é melhor do que nada . . . Mas sabe, eu e outros refugiados já demos entrevistas, consegui falar segundos ou minutos, no máximo. Ninguém sabe o que é a Síria e o que acontece na Síria. Síria, Líbano, os países africanos... cada pessoa é uma história, uma cidade, representa um lugar dentro de um país, não dá para generalizar. O caso dos palestinos... o problema com os palestinos é com Israel, esse é o problema, não é com todos os judeus. Ambas são religiões de Deus. E a novela não explica nada disso. Você tem que falar sobre o problema entre as regiões e não colocar duas pessoas brigando, como se fosse engraçado. (Hilal A. T., 2019, comunicação pessoal)

Essa crítica se soma a uma nota que também identificamos nas demais entrevistas, abrangendo tanto os imigrantes e refugiados africanos quanto os latino-



americanos e árabes: uma tendência a identificar a marcação de fronteiras não como um problema unitário, e sim como um processo que tende ao reducionismo extremo e à negação da diversidade e multiplicidade de “outros” postos sob representação quando falamos de um país ou mesmo uma região. Tal perspectiva vai ao encontro das reflexões de Bhabha (1998), quando este discute a tendência à instabilidade das escritas culturais e seu contraste com representações essencialistas da alteridade. Também dialoga com o que nos aponta Lotman (1998) sobre os espaços de irregularidade comuns às fronteiras, mais maleáveis e adaptáveis do que se supõe em um primeiro momento.

Lori P., 75 anos, chilena há décadas morando no Brasil, foi nossa entrevistada com maior trajeto acadêmico (três formações superiores em ciências sociais e na área de saúde). Ela expôs uma crítica ampla ao modo concatenado e simplório que dizia enxergar nas formas de representação do latino-americano e dos povos de outros países.

Na mídia, continua a predominar um olhar patriarcal, uma mentalidade colonial. O país recebe os imigrantes e a mídia os trata com os mesmos preconceitos que se tem em relação à cultura e à tradição. Sempre se busca a parte de compaixão, de pobreza. As telenovelas idealizando um árabe belo, misterioso, um sheik, o jornalismo mostrando as mulheres latino-americanas nas mesmas posições. Me dá uma sensação de que as pessoas estavam em uma exposição. Eu mesma: vão sempre me designar como “idosa” ou “imigrante chilena”. E assim as pessoas são reduzidas a simplificações. (Lori P., 2019, comunicação pessoal)

Engajada em diversas pautas relacionadas ao feminismo, à inclusão profissional de imigrantes e ao reconhecimento das culturas da América Latina, a entrevistada realçou durante sua entrevista – realizada no Museu da Imigração, no centro de São Paulo – as diferentes situações vividas pelos imigrantes e a interseccionalidade no contexto de suas identidades. Criticou a tendência à reprodução de valores predominantes na mídia e, em específico, demonstrou imenso incômodo com o uso da palavra “coitadinha”, quando uma vizinha de uma refugiada síria assim se refere a ela no documentário *Refugiados no Brasil*, do GloboNews Especial. “Ninguém merece esse desrespeito da forma de tratar . . . Uma pessoa que veio da guerra, resiliência monstruosa . . . e a vizinha fala como se a refugiada fosse ‘assimilada’, ‘aculturada’”. (Lori P., 2019, comunicação pessoal). Sua indagação encontra ecos na análise de Silverstone (2002) quanto à assimilação, que é, também, estratégia de apagamento do outro; também muito nos diz sobre a colonialidade, condição que, segundo Quijano (2005), em muito ultrapassa a cronologia dos períodos do colonialismo na América Latina e se materializa nos discursos produzidos, reiterados e difundidos sob viés eurocêntrico a respeito do Sul Global e suas configurações sociais, que mereceriam um tratamento epistêmico adequado às realidades materiais.

Mary P., venezuelana que se mudou ao Brasil com sua família no auge da crise humanitária do país, faz referência à polarização política para também atestar que “as mídias fazem parte de um esquema de grande desinformação, crueldade e alimentação de problemas entre os seres humanos”. Diz ela: “meu país foi por anos mostrado como só tendo coisas bonitas e olha no que deu. *O problema é que mesmo dentro do meu país tinha gente vivendo realidades diferentes e essa realidade não foi mostrada até a coisa ficar muito séria* [ênfase adicionada]” (Mary P., 2019, comunicação pessoal). O trecho destacado é notável por reiterar nossa ideia de que o processo de produção de fronteiras ocorre atrelado a uma simplificação da alteridade. Na ótica da entrevistada, o ponto de contato entre o universo sociocultural brasileiro e o “outro” venezuelano priorizaria, neste momento de intensa fratura dos limites de Estados nacionais, a crise humanitária e personagens desfavorecidos (assolados pela fome, por exemplo), em detrimento das pessoas de classe média que, segundo ela, também vêm enfrentando problemas econômicos com o governo (desapropriações, tributação, corrupção etc.) há anos.

Ótica semelhante, desta vez a partir da pauta religiosa, vem de Julia I., síria que reside há sete anos no Brasil e foi criada em uma comunidade de maioria evangélica nos arredores de Damasco. Vinda ao país na condição de refugiada, após relatar ter

sido vítima de perseguição religiosa, ela reconheceu positivamente os esforços da telenovela *Órfãos da Terra* de exibir as dificuldades do processo de deslocamento dos refugiados sírios e sua formalização nos países de destino; entretanto, realçou que, assim como na representação das comunidades e povos latinos, “a mídia brasileira generaliza um monte de coisas do meu país. Só coloca as mulheres com burca e, nas novelas, fala-se português com uma ou outra palavra em um árabe genérico. O idioma árabe é enorme, variado, e as culturas também” (Julia I., 2019, comunicação pessoal). E destacou o aspecto religioso como decisivo para as reduções de complexidade no processo de tradução.

Por fim, temos ainda os reflexos desse debate na análise das simplificações do outro na questão da África. Sara P., nossa entrevistada nativa da Guiné-Bissau, identifica um descuido geral com a representação dos países do continente – dotado de diferentes matrizes religiosas, experiências coloniais, idiomas, tradições culturais e biomas. “A mídia é uma escola e como tal precisa fazer sua parte. Existem várias formas de diferenciação: a África encarna isso porque temos uma África branca no Sul e uma vasta África negra. E também somos estrangeiros no olhar da mídia”, diz (Sara P., 2019, comunicação pessoal). E continua:

Muitos sequer sabem que existe Guiné-Bissau e o Haiti, que é vizinho vosso, é tratado como se fosse África. Não retratam países específicos. O Brasil tem uma precariedade em cultura geral sobre a África, enquanto para Estados Unidos, Rússia e China se sabe mais. Você está abrindo a porta para esse povo, mas você não tem ideia de quem está na sua casa. (Sara P., 2019, comunicação pessoal)

Em suma, eis, aqui, mais uma referência à questão da “alteridade do povo-como-um”, como nos diria Bhabha (1998, p. 213), que, por seu caráter essencialista, resulta em processos de contato intercultural incompletos, na visão dos imigrantes e refugiados com os quais dialogamos. Essa é uma questão que nos parece central nas falas de nossos entrevistados e que evidencia um processo problemático, incompleto, de construção de fronteiras entre o próximo e o distante – incapaz de avançar rumo à problematização dos “vários outros” que integram a alteridade e, por consequência, de traduzi-los e representá-los a contento na perspectiva das próprias comunidades estrangeiras. Algo que, entendemos, diz respeito às problemáticas da mediação contemporânea e potencialmente impede experiências enriquecedoras de contato com os povos e culturas do mundo nas narrativas audiovisuais de alteridade.

### Considerações Finais

A relação que procuramos construir aqui entre os processos de mediação e mediação e a construção de fronteiras – e processos de tradução – entre identidade e alteridade não é de simples solução; não se restringe, acreditamos, à escuta dos sujeitos representados, também devendo abranger discussões coletivas de imigrantes e refugiados e um cotejo minucioso dos achados da pesquisa de campo à luz do material audiovisual e sua análise estrutural.

A mobilização e o exame de diferentes falas e análises por nossos entrevistados, entretanto, nos sinalizam um ponto fundamental: a relação problemática entre três componentes – experiências concretas e materiais dos sujeitos em situação de refúgio ou imigração; processos representacionais conduzidos em narrativas ficcionais e não ficcionais; e uma tendência à redução de complexidade nos relatos da alteridade que efetivamente chegam para apreciação pelas audiências – que, juntos, efetivam o jogo da mediação/mediação do outro, ponto-chave de um debate mais amplo acerca da questão da alteridade na cultura audiovisual contemporânea.

Nossa análise buscou se mover sobre os conceitos de representação, tradução, fronteira e alteridade para construir o terreno teórico a partir do qual examinar a circulação social dos registros sobre povos latino-americanos, árabes e africanos da televisão brasileira. Notamos, na voz dos sujeitos representados, dois pontos críticos relacionados à construção de fronteiras entre o eu/nós e o outro: 1. um processo valorativo em que a construção de fronteiras se assenta na designação de referências negativas (pobreza, miséria, fundamentalismo, problemas de caráter,

baixa qualificação etc.) ao outro, algo que contraria a ideia de distanciamento apropriado ao narrar a alteridade e extrapola as obras a que assistimos, referindo-se, na realidade, à produção midiática e ao repertório em geral dos sujeitos de pesquisa; e 2. uma percepção de que os processos de tradução intersemiótica da alteridade tendem à redução de complexidade e o fazem desconsiderando os vários outros postos sob representação, produzindo uma falsa imagem unitária para nações ou mesmo regiões e continentes, desconsiderando suas complexidades.

Acreditamos que os efeitos de sentido propiciados por essas características identificadas pelos imigrantes e refugiados são decisivos nos modos como apreendemos a alteridade e a incorporamos à paisagem multicultural da nação. Devem, ainda, ser submetidos a novas análises contemplando mais produtos, além do documentário audiovisual e da telenovela, explorando, por exemplo, estudos de recepção de conteúdos noticiosos da imprensa diária ou outras formas ficcionais.

Nossa percepção, no momento, é que o marco teórico da mediatização, centrado nos reflexos da cultura vicária e dos conteúdos midiáticos sobre todas as esferas da vida social, nos parece relevante para evidenciar os dilemas da representação de povos e comunidades em um mundo marcado por deslocamentos forçados e crises migratórias – e, ao mesmo tempo, por uma cultura vicária cada vez mais enraizada no modo como configuramos experiências estéticas no contato com o outro. Também sinaliza que a ambição de uma mediação social ética, comprometida e capaz de satisfazer a contento as demandas dos próprios imigrantes e refugiados deve ser a principal contribuição de uma escuta ativa dos sujeitos representados nas narrativas de alteridade contemporâneas.

### Referências

Aristóteles (1996). *Poética*. Nova Cultural.

Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Ed. UFMG.

Braga, J. L. (2006). Mediatização como processo interacional de referência. *Animus*, 5(2), 9-35.

Couldry, N., & Hepp, A. (2013). Conceptualizing Mediatization: Contexts, Traditions, Arguments. *Communication Theory*, 23(3). <https://doi.org/10.1111/comt.12019>

Durkheim, É. (1996). *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. Martins Fontes.

Escosteguy, A. C. (2006). Estudos culturais: as margens de um programa de pesquisa. *E-Compós*, 6. <https://doi.org/10.30962/ec.77>

Escosteguy, A. C., & Jacks, N. (2005). *Comunicação e recepção*. Hacker.

Ferrara, L. (2011). *A comunicação entre mediações e interações* [Apresentação de trabalho]. XX Encontro da Compós, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Figaro, R., & Grohmann, R. (2014). O conceito de classe social em estudos de recepção brasileiros. *Animus*, 13(25). <https://doi.org/10.5902/2175497715775>

Figaro, R., & Grohmann, R. (2017). A recepção serve para pensar: um “lugar” de embates. *Palavra Chave*, 20(1), 142-161. <https://doi.org/10.5294/pacla.2017.20.1.7>

Flusser, V. (2007). *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. Cosac & Naify.

García Canclini, N. (1995). *Consumidores y ciudadanos: Conflictos culturales de la globalización*. Grijalbo.

García Canclini, N. (2000). *Culturas híbridas*. Edusp.

- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Zahar.
- Gomes, M. (2008). *Comunicação e identificação: Ressonâncias no jornalismo*. Ateliê.
- Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Guaracira.
- Hall, S. (2016). *Cultura e representação*. Apicuri/PUC Rio.
- Jacks, N. (1996). Tendências latino-americanas nos estudos da recepção. *FAMECOS*, 3(5). <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1996.5.2946>
- Jacks, N. (2015). Da agulha ao chip: brevíssima revisão dos estudos de recepção. *Intexto*, (34), 236-254.
- Lobato, J. A. M. (2017). *A alteridade na ficção seriada e na grande reportagem: um estudo sobre as estratégias de representação do outro na narrativa televisiva brasileira* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-31052017-102241/publico/JOSEAugustoMendesLobato.pdf>
- Lobato, J. A. M. (2020). *As fronteiras do eu e do outro: questões e apontamentos sobre a representação de imigrantes e refugiados na cultura audiovisual* [Trabalho apresentado]. 32º Encontro Anual da COMPÓS, São Paulo, Brasil.
- Lotman, I. (1998). *La semiosfera*. Cátedra.
- Martín-Barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Ed. UFRJ.
- Martín-Barbero, J. (2004). *Ofício de cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Loyola.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú Indígena*, 13(29), 11-20.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. CLACSO.
- Silverstone, R. (2002). Complicity and collusion in the mediation of everyday life. *New Literary History*, 33, 761-780.
- Sodré, M. (2002). *Antropológica do Espelho. Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Vozes.
- Thompson, J. B. (1998). *Mídia e modernidade: Uma teoria social da mídia*. Vozes.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais* (pp 7-68). Vozes.

# A narradora de *Caderno Afegão*: uma jornalista na borda do mundo

## Leticia Myrrha de Paula e Silva Neves

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social-Interações Miatizadas, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Participa do grupo de pesquisa Mídia e Narrativa, da Rede Metacrítica.

leticia.myrrha@gmail.com

## Marcio de Vasconcellos Serelle

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

marcio.serelle@gmail.com

**Resumo:** A proposta deste artigo é investigar, por meio da análise da voz da narradora de *Caderno Afegão*, a alternância entre o diário pessoal e a reportagem, bem como as adesões entre as identidades textual e autoral, manifestas a partir de questões de gênero, que o choque entre diferentes culturas faz emergir. Nossa hipótese é que a subjetividade da narradora se constrói, textualmente, a partir dos encontros culturais que ela experimenta. Assim, aos poucos, o olhar distanciado de repórter estrangeira dá lugar a uma perspectiva feminina, de solidariedade com as mulheres afegãs. O exame da obra traz pelos menos duas importantes contribuições aos estudos da narrativa jornalística: primeiro, permite compreender flutuações entre gêneros de não ficção e hibridações, presentes no jornalismo contemporâneo de língua portuguesa; segundo, problematiza, no campo da narratologia, as relações entre o autor empírico e o narrador nos relatos factuais.

**Palavras-chave:** narrativas de viagem, reportagem, escrita feminina, relações interculturais.

## El narrador de *Caderno Afegão*: un periodista al filo del mundo

**Resumen:** La propuesta de este artículo es investigar, a través del análisis de la voz de la narradora de *Caderno Afegão*, la alternancia entre el diario personal y el reportaje, así como las adhesiones entre las identidades textual y autoral, manifestadas a partir de cuestiones de género, que el choque entre diferentes culturas hace emerger. Nuestra hipótesis es que la subjetividad de la narradora se construye, textualmente, a partir de los encuentros culturales que experimenta. Así, poco a poco, la mirada distanciada de la reportera extranjera da paso a una perspectiva femenina, de solidaridad con las mujeres afganas. El examen de la obra aporta al menos dos contribuciones importantes a los estudios de la narrativa periodística: primero, permite comprender las fluctuaciones entre géneros de no ficción y hibridaciones, presentes en el periodismo contemporáneo en lengua portuguesa; segundo, problematiza, en el campo de la narratología, las relaciones entre el autor empírico y el narrador en los relatos factuales.

**Palabras-clave:** narrativas de viaje, reportaje, escritura femenina, relaciones interculturales.

## The narrator of *Caderno Afegão*: a journalist on the edge of the world

**Abstract:** The proposal of this article is to investigate, through the analysis of the narrator's voice in *Caderno Afegão*, the interchange between personal diary and reporting, as well as the adherence between textual and authorial identities, manifested from gender issues, which the clash between different cultures brings forth. Our hypothesis is that the narrator's subjectivity is constructed, textually, from the cultural encounters she experiences. Thus, gradually, the distant gaze of a foreign reporter gives way to a feminine perspective, of solidarity with Afghan women. The examination of the work brings at least two important contributions to the study of journalistic narrative: first, it allows understanding fluctuations between genres of non-fiction and hybridizations, present in contemporary Portuguese-language journalism; second, it problematizes, in the field of narratology, the relationships between the empirical author and the narrator in factual accounts.

**Keywords:** Travel narratives, journalism, feminine writing, intercultural relationships.

O livro *Caderno Afegão* resulta de uma viagem de aproximadamente um mês que a jornalista portuguesa Alexandra Lucas Coelho realizou, em 2008, ao país do Oriente Médio como repórter do jornal *Público* e da *Rádio RDP- Antena 1*. Publicado em setembro de 2009, pela editora Tinta da China, a obra narra, em primeira pessoa, as experiências de Coelho em Cabul, capital do país, e em diversos outros lugares no interior do Afeganistão: Herat, Jalalabad, Kandahar, Mazar-i-Sharif, Bagram, Bamiyan e Band-e-Amir. A narrativa compõe, com outros relatos de viagem sobre Brasil, México, Israel e Egito, um conjunto de textos de não ficção da autora que atravessa gêneros como o diário pessoal, a crônica e a reportagem.

O *Jornal N*, de Portugal, descreve a obra como “uma reportagem pública que nos oferece um amplo horizonte interpretativo de um Afeganistão tantas vezes mal conhecido” (Miranda, 2021). O texto do *Jornal Público* (Silvestre, 2009), por sua vez, define o relato como um “diário em que um sujeito não sujeitado à rigidez dos códigos da reportagem nos dá a ver um grau variável de impudor – e podemos chamar a isto de ‘literatura’”. Para o resenhista do *Público*, o livro é “escrito na primeira pessoa por uma repórter” e, apesar de ser um livro sem muitas intimidades, Alexandra Lucas Coelho ultrapassa a reportagem quando assume um discurso feminista.

Neste artigo, investigamos, por meio da análise da voz da narradora, a alternância entre o diário pessoal e a reportagem em *Caderno Afegão*, bem como as adesões entre as identidades textual e autoral, manifestas a partir de questões de gênero, que o choque entre diferentes culturas faz emergir. Usamos o termo “narradora” porque o feminino parece-nos definidor, no livro, da identidade narrativa que se delinea na interação com o masculino hegemônico da cultura afegã. Nossa hipótese é que a subjetividade da narradora se constrói, textualmente, a partir dos encontros culturais que ela experimenta. Assim, aos poucos, o olhar distanciado de repórter estrangeira cede lugar a uma perspectiva feminina e solidária com as mulheres afegãs.

O exame da obra, por esse viés, traz pelos menos duas contribuições aos estudos da narrativa jornalística em nosso meio: primeiro, permite compreender flutuações entre gêneros de não ficção e hibridações, presentes no jornalismo contemporâneo de língua portuguesa; segundo, problematiza, no campo da narratologia, relações entre o autor empírico e o narrador nos relatos factuais, por meio de uma função textual que Gérard Genette (1989) conceitua como “ideológica”, apreensível a partir das marcas, deixadas no texto, que evidenciam a presença e visão de mundo do autor.

Nesta investigação, o artigo divide-se em quatro partes para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discutimos, a partir de aspectos da narratologia, distinções, mas também possíveis sobreposições, entre as categorias do autor e do narrador em textos de não ficção. Em seguida, introduzimos as categorias que orientaram a análise da obra, com o objetivo de apreender a emergência da voz da narradora a partir da experiência cultural da jornalista no Afeganistão. Por fim, nas duas partes dedicadas à análise, emergem questões relacionadas ao aspecto fusional da obra, entre o diário e a reportagem, ao olhar europeizante que molda discursivamente o Afeganistão e à identidade feminina da narradora.

### **A aderência autor-narrador**

Na narratologia, campo de estudos derivado da análise estrutural, a figura do narrador aparece de forma diferenciada da do autor. O autor seria a entidade real, a pessoa física responsável pela obra, portanto, estaria passível de questionamentos de natureza intelectual e jurídica acerca do texto produzido. O narrador, por sua vez, é representado como uma figura imaginária, que existe apenas dentro da ficção, e sua voz, que conduz a narrativa, pode se aproximar ou se opor, frontalmente, às ideias que o sujeito, autor, tem sobre o mundo. Esse primeiro paradigma que, segundo Dorothee Birke e Tilmann Köppe (2015), norteia os estudos literários tradicionais, fez com que narratologistas se ocupassem de investigar, exclusivamente, os elementos circunscritos ao texto, ignorando tudo aquilo que estivesse externo à obra.

Nos anos 1990, entretanto, novos estudos resgataram a figura do autor, em especial os que passaram a considerar as intenções do escritor no momento de produção do

texto e suas expectativas com relação à maneira como a obra será recebida (Birke & Köppe, 2015). De todo modo, a volta do autor aos estudos literários ficcionais trouxe uma gama de debates importantes que nos servirão, neste artigo, para pensarmos uma possível aderência entre a autora e a narradora em *Caderno Afegão*.

A individualização da voz narrativa é pensada por Paul Ricoeur (1991), no livro *O si mesmo como o outro*. O autor considera duas dimensões separadas, porém que se complementam: a identidade pessoal e a identidade narrativa, esta última constituída a partir dos chamados indicadores de discurso ou atos de discurso. Algumas expressões demarcam a presença do sujeito da enunciação e, é de senso comum nos estudos da linguística, a ideia de que aquele que fala só pode o fazer dentro do discurso. O “eu”, ou qualquer outro pronome, possui a função linguística referencial de se remeter a um nome, a um conceito que só existe dentro da obra. “Os outros indicadores – os dêiticos: ‘isto’, ‘aqui’, ‘agora’ – reagrupam-se em torno do sujeito da enunciação” (Ricoeur, 1991, p. 32) e designam aspectos espaciais e temporais a partir de onde situa-se o enunciador. Portanto, esses indicadores reiteram a presença de um “eu” narrador, situado dentro de um universo imaginário.

Ricoeur (1991) argumenta, ainda, que a narrativa se constitui como uma identidade de natureza passageira, interiorizada em si mesma. “Para o autor, a obra como índice de sua individualidade, e não sua vocação universal, é simplesmente remetida ao efêmero” (, 1991, p. 185). As distintas noções de passagem do tempo, o emaranhamento de histórias e a ideia de se pensar nas experiências por meio de uma integralidade acabada são outros elementos, citados pelo autor, que confirmam traços de fabulação nas obras autobiográficas. Uma vez publicada, uma narrativa autobiográfica se torna uma obra terminada, enquanto a identidade real de um sujeito encontra-se em constante movimento e é recriada a partir de novas experiências. Portanto, quando pensamos nas narrativas de viagem, construídas a partir de um narrador/viajante em primeira pessoa, temos que considerar que essa voz analisável reflete uma identidade narrativa, arraigada em um tempo e espaço específicos. Seria o caso de pensarmos que as histórias selecionadas remetem a um “eu” que é identificável apenas dentro da obra?

Em oposição a essa ideia, Philippe Lejeune (2008) defende ser possível estabelecer, na forma como as narrativas autobiográficas circulam culturalmente, uma relação de identificação entre o autor e narrador/personagem. O autor autobiográfico, para ele, seria a pessoa real, que escreve e publica uma narrativa centrada em sua própria história de vida, “inscrito, a um só tempo, no texto e no extratexto”, “simultaneamente uma pessoa real socialmente responsável e o produtor de um discurso” (Lejeune, 2008, p. 23). Assim, o fato de a autobiografia ser assinada por um nome próprio, de alguém que existe na realidade, faz com que o leitor enxergue uma correspondência imediata entre o autor e a voz enunciativa que fala no texto. Também, por isso, a partir da análise da fala do narrador, o autor real está passível de ser judicialmente questionado por crimes como calúnia, injúria e difamação, ainda que nos estudos teóricos literários essa correspondência entre autor e narrador seja descartada.

O leitor de uma obra não ficcional espera encontrar um texto referenciado nas experiências reais do autor. Por isso, é este mesmo leitor, segundo Lejeune (2008), que vai averiguar a autenticidade da obra, julgando-a como cumpridora ou não de seu papel referencial. Essas ideias ampliam as discussões para além do campo da teoria literária, já que considera a forma como a sociedade interage com o gênero. As expectativas sociais e culturais estabelecem, nos gêneros de não ficção, uma correlação direta entre a voz que fala no texto e o autor que habita o mundo real. Logo, seria possível considerar que os leitores das narrativas de viagem de Alexandra Lucas Coelho tendem a fazer essa mesma conexão entre a autora e sua identidade narrativa.

Mas de que modo, em uma narrativa de não ficção como *Caderno Afegão*, é possível captar, nos discursos construídos pelo narrador, marcas dessa subjetividade? Como a presença da autora Alexandra Lucas Coelho pode ser identificada na narradora da obra? Ao analisar as funções do narrador, Genette (1989) define a função ideológica como a que evidencia “a presença do autor (real ou fictício) e a

<sup>1</sup>No original: “[...] esse termino que indica a la vez de la presencia del autor (real o fictício) y la autoridade soberana de esa presencia em su obra” (Genette, p. 312, 1989).

autoridade soberana dessa presença em sua obra” (Genette, 1989, p. 312, tradução nossa<sup>1</sup>). Assim, o autor assume que é possível pensar na figura do narrador e suas ideias, opiniões e visões de mundo como elementos que, em certa medida, servem a uma motivação realista, ou seja, potencialmente perpassam as estruturas internas do texto, principalmente quando pensamos nas narrativas que buscam uma intervenção na realidade.

<sup>2</sup>No original: “Intentionelles étaient la perception, l’imagination, la volante, l’affectivité, l’ apprehension des valeurs [...]” (Ricoeur, 1995, p. 18).

A função ideológica, da maneira como é trazida por Genette (1989), pode nos fazer pensar na figura do narrador sendo ligada a algo que se encontra externo ao texto, no caso, o autor real. Assim, o discurso construído pelo narrador e a análise de seus aspectos psicológicos, históricos, estéticos e metafísicos, podem nos ser úteis para a compreensão da voz que conduz o relato em *Caderno Afegão*. Luiz Gonzaga Motta (2005) também aponta, no estudo da narrativa jornalística, alguns elementos que podem nos ajudar a captar a presença da função ideológica em operação e, portanto, as intenções do autor explicitadas na reportagem. Ironia, sarcasmo, metáforas, hipérboles, eufemismos, adjetivos, advérbios como “apenas”, “só”, “de novo”, substantivos estigmatizantes, exclamações, repetições, ênfases, são alguns dos elementos que o autor cita. Além disso, os elementos considerados por Ricoeur (1995) como intencionais, como “a percepção, a imaginação, a vontade, o afeto e a apreciação dos valores [...]” (Ricoeur, 1995, p. 18, tradução nossa<sup>2</sup>) podem nos dar pistas que demarcam a presença, ainda que fragmentada, do autor na obra analisada. Toda experiência vivida no “real” só pode ser reproduzida e recontada por meio da linguagem e do discurso. Assim, talvez seja o caso de compreender que narrativas não ficcionais, como é o caso de *Caderno Afegão*, refletem as verdades que o autor constrói sobre si mesmo, reproduzem a maneira como ele se enxerga no mundo, como categoriza e assimila as pessoas, lugares e experiências que ele, de fato, experimentou. Sua autoimagem e todas as imagens dos lugares em que o autor/viajante esteve, das culturas e personagens com as quais ele se relacionou, tudo isso é construído a partir de elementos que compõem a sua paisagem interna. Ainda que o narrador seja uma construção, uma voz imaginária, é inevitável reconhecer que, na não ficção, essa voz se encontra amparada em aspectos específicos da corporeidade do autor. Por isso, nas obras não ficcionais, tanto o personagem, quanto o narrador, possuem um grau de vinculação muito maior com os sujeitos “de carne e osso” que viveram as experiências na própria pele. Para além da validação da autenticidade de uma narrativa não ficcional, que Lejeune (2008) nos propõe, talvez seja importante compreender a complexidade dos discursos que o autor constrói, ainda que provisoriamente, sobre si mesmo e outras culturas.

### Categorias de análise

Para apreensão da voz narrativa em *Caderno Afegão*, com reflexão sobre a conexão entre autora e narradora em um relato de viagem, foram definidas quatro categorias de análise, a saber: distância, mediação, identidade e voz jornalística.

A primeira das categorias pretende identificar e examinar elementos que sugerem certa distância da narradora em relação ao país narrado. Essa distância pode ser demarcada, discursivamente, pela forma como as práticas culturais são descritas, a partir da adoção, por exemplo, de um tom crítico ou irônico, que pode evidenciar que a narradora não se identifica com aquilo que observa. A proximidade, por sua vez, pode ser identificada a partir da ênfase que o narrador coloca na sua imersão em práticas culturais específicas, pela disponibilidade e acesso aos espaços, pela evidência explícita a um possível entendimento entre culturas distintas, pela identificação intelectual ou afetiva da narradora com o entorno.

A segunda categoria de análise pretende captar a mediação que a narradora do relato de viagens opera entre as diferentes culturas. São representativos, para nossa análise, a presença de comparações, contrastes ou explicações, que busquem traduzir uma informação para um contexto cultural distinto. Além disso, a partir da análise dessas traduções, será possível identificar a figura do narratário, a instância ficcional do leitor no texto. Uma vez que a narradora tende a modular sua mensagem, tendo em mente a imagem de um interlocutor específico, é importante compreender a quem o texto fala, a quem a voz enunciativa explica, traduz e esclarece as informações.



Na terceira categoria, pretende-se observar de que modo a narradora se autodefine, como ela descreve a si mesma nos ambientes que circula e nos contrastes que encontra, quando se relaciona com outra cultura. Como a narradora se sente ao ser interpelada pela outra cultura? Que marcas narrativas evidenciam os conflitos, as negociações e as trocas que a narradora precisou realizar no encontro com a cultura afegã? De que modo as regras e atividades cerimoniais do país visitado pela autora impactam na identidade assumida pela narradora?

Por último, como o livro é motivado pelo trabalho de Coelho como repórter, a quarta categoria busca responder, a partir da análise da voz do narrador, se e, de que modo, práticas jornalísticas são definidoras de *Caderno Afegão*. As atividades realizadas e motivadas por uma pauta jornalística, como a cobertura de eventos políticos, as visitas a hospitais, entrevistas, por exemplo, podem nos ajudar a pensar em particularidades dessa narradora. Deve-se atentar para os elementos da narrativa que apontem para um texto mais informativo, que descreva os cenários e narre os acontecimentos de forma mais objetiva. Fatos, números, dados e a ausência de expressões que geram ambiguidade são alguns exemplos.

É importante destacar que essas quatro categorias se complementam na figuração da narradora em *Caderno Afegão*. Por isso, elas serão abordadas, de forma conjunta, ao longo da parte analítica deste artigo. A partir delas será possível apreender o ponto de vista do sujeito da enunciação, a forma como ele representa a outra cultura dentro da narrativa, sua atitude intelectual e emocional diante dos acontecimentos e espaços, sua disposição para imersão cultural, além da maneira como a narradora se enxerga e se descreve no contato com o diferente.

### **Entre o diário e a reportagem**

Os relatos de *Caderno Afegão* são organizados em ordem cronológica e se encerram em um mapa, na página final do livro, que demarca a jornada empreendida pela escritora entre os dias 31 de maio e 29 de junho de 2008. O primeiro capítulo, “Dubai-Cabul”, narra a chegada de Coelho no Afeganistão e o tempo que ela ficou na capital até a sua primeira viagem a Herat. A parte final do livro termina com o retorno dela a Portugal, ou seja, a organização geral dos conteúdos segue uma sequência temporal linear.

Os textos dos capítulos são divididos por arabescos, pequenos desenhos ornamentais, que conferem pausas precisas à narrativa. De origem oriental, os arabescos concluem entrevistas, introduzem novos espaços ou personagens, trazem assuntos relevantes ou acontecimentos diferentes, vividos no mesmo dia. Os tamanhos dos trechos introduzidos pelos arabescos variam ao longo da narrativa. Normalmente, são definidos pela natureza da atividade relatada ou pelo número de compromissos da narradora ao longo do dia.

Além da cronologia, que define a estrutura geral da obra, outros elementos narrativos aproximam *Caderno Afegão* de um diário. A primeira edição do livro, por exemplo, foi publicada com o título *Caderno Afegão: um diário de viagens*. Como pontua o resenhista do *Jornal Público* (Silvestre, 2009), o título sugere a ideia de um “bloco-notas” em que a jornalista registra experiências de seu trabalho em campo. Algumas passagens do livro confirmam essa impressão de que o leitor tem acesso direto às anotações que a viajante faz ao longo do percurso. Explicitam não apenas a data, mas o horário em que a narradora experimenta e descreve os acontecimentos: “23h45 e tudo tão calmo como ontem” (Coelho, 2009, p. 25).

Outro elemento que nos remete a um diário de viagens é o fato de a narradora dividir com o leitor questões da sua intimidade. Em certa ocasião, ela confidencia que foi convidada por um homem alemão para ir ao quarto dele, ou quando diz: “o sol queima e apareceu-me o período” (Coelho, 2009, p. 277). Essas passagens são menos frequentes, mas nos chamam a atenção porque evidenciam como a narradora se coloca, de modo mais íntimo, dentro de *Caderno Afegão*. No caso, ela parece se identificar com sua personalidade feminina, ou seja, alguém que menstrua e que é objeto de desejo dos homens.

A ideia do diário de viagens é evidenciada, também, pela opinião pessoal da narradora sobre os indivíduos que ela conhece ao longo da viagem: “o Joaquim Fernandes aparece para jantar. É um anjo da guarda. Um cavalheiro” (Coelho, 2009, p. 266). Sobre uma afegã pouco disponível para ajudar, diz: “há pessoas assim. Fazemos as coisas apesar delas” (Coelho, 2009, p. 147). Acessamos, ainda, as imagens fantasiosas que surgem na mente da narradora, como quando ela confia imaginar “Osama Bin Laden a cobiçar as rosas do jardim” (Coelho, 2009, p. 25) do hotel onde está hospedada, em Cabul.

Por último, como em um diário pessoal, vivências de menor importância tomam a narrativa: “Janto no Sufi com Laurent, jovem suíço ambicioso, jornalista de televisão. Acaba de chegar a Cabul para uns dias de reportagem e Graziella deu-lhe meu telefone. Não há arroz, dizem os empregados. Laurent avalia um tapete. Vê se cabe na bagagem (Coelho, 2009, p. 177)”; “Continuo não muito bem da barriga. [...] Ontem tomei dois Inodines. [...] Hoje só comi arroz e pão” (Coelho, 2009, p. 266). A narrativa é composta de miudezas, pequenos flagrantes de alguém que se encontra em deslocamento. Como um fluxo de imagens do cotidiano, esses acontecimentos e personagens fragmentados se consolidam como presenças de importância limitada.

A narradora de *Caderno Afegão* tem um papel central na obra: interrompe os breves depoimentos para resumir falas, tecer comentários, trazer novas informações, esclarecer questões sobre a cultura local, descrever personagens, espaços, ou emitir opinião sobre o que foi dito pelos entrevistados. Um exemplo claro é quando Rameen, personagem de origem persa, diz: “Os *pashtuns* estão no poder só há três séculos, enquanto os persas têm milhares de anos de história. Os Durrani [dinastia *pashtun*] nem tinham palavras para as coisas do poder e da corte” (Coelho, 2009, p. 18). A narradora, então, comenta a fala do personagem, reconhecendo nela um “desdém subliminar pelos *pashtuns*”.

Já as entrevistas com os soldados portugueses, na base militar *Camp Warehouse*, perto de Cabul, são importantes para mostrar uma das passagens do diário à reportagem, uma vez que se trata de um encontro pautado para reportagem, e não uma cena fortuita de viagem. A voz da narradora introduz os acontecimentos de um ataque à coluna militar portuguesa, que integrava a Força Internacional de Apoio à Segurança (FIAS) no país: “Assim, finda a missão no Sul, os portugueses partiram numa coluna de 22 viaturas e 92 homens. A 80 quilómetros de Cabul, noite escura, foram emboscados num vale, estiveram 15 minutos sob fogo intenso, e dois militares ficaram ligeiramente feridos” (Coelho, 2009, p. 123). A partir daí, as vozes de seis militares se intercalam, relatando os momentos tensos que viveram durante o ataque. Apesar de os personagens serem citados por nomes, a forma altamente fragmentada como a narrativa é construída faz com que, aparentemente, as falas se mesquem umas às outras, formando um coro indistinto de vozes. Nem sempre é claramente demarcado qual dos indivíduos fala, o que acaba criando um efeito de homogeneização, de despersonalização desses personagens secundários.

Assim, a narrativa de *Caderno Afegão* é moldada por breves relatos de entrevistados, sejam eles afegãos ou estrangeiros, nos quais é possível captar fragmentos de suas personalidades e visões de mundo, sendo costurados pela voz dominante de uma narradora, que frequentemente retoma a palavra, interpreta, traduz ou atribui significados para as falas dos outros personagens. É a partir do seu ponto de vista único que a obra é construída, portanto é possível constatar a presença de uma narradora em primeira pessoa, em torno do qual os acontecimentos se desenrolam.

A conversa com Fatima, diretora da Cruz Vermelha no Afeganistão, é emblemática e nos ajuda a problematizar a face jornalística dessa narradora em primeira pessoa em *Caderno Afegão*. No início da entrevista, a voz da narradora aparece bem demarcada, descrevendo os cenários e a personagem. “O visitante tem o tempo certo de observar tudo isso até ela aparecer” (Coelho, 2009, p. 56); “Ao portão, um 4X4 reluzente, guarda-costas e rosas” e “dentro da casa, bons tapetes, bons veludos, bons sofás, *coffee table books*, bombons e frutos secos em frascos” (Coelho, 2009, p. 56-57). A imagem da personagem entrevistada vai sendo construída a partir dos cenários, dos objetos, do tom de fala e das descrições, por vezes irônicas, dessa

narradora altamente presente e de olhar arguto. Fatima é descrita como “um animal social, uma anfitriã”, que “pousa o guardanapo e sorri”, “vem fresca do banho e de perfume, com ar acabado de acordar, mas cabelo de cabelereiro” e é apresentada como alguém com “cuidados como o de uma ocidental que se cuida” (Coelho, 2009, p. 56-57). Com inteligência, a narradora constrói uma personagem complexa: vaidosa, que deixa os convidados esperando para fazer uma entrada triunfal, cercada de empregados, mas que dedica sua vida a projetos sociais com mulheres afegãs pobres que, diferentemente dela, não tiveram oportunidades. As falas, cheias de ironia, apreendidas no corpo da narrativa, manifestam a dimensão ideológica, conforme definida por Genette (1989), que denuncia as ideias, visões de mundo e opiniões da autora-narradora. Entretanto, conforme a entrevista avança, a narradora vai, aos poucos, perdendo espaço.

A voz de Fatima ganha corpo e suas falas crescem, chegam a ocupar até 13 linhas, apresentando suas opiniões pessoais sobre questões sociais, históricas, políticas, religiosas e culturais que impactam o Afeganistão e o mundo ocidental. A narradora recolhe-se e ressurgue apenas para fazer breves perguntas e trazer informações mais objetivas sobre a personagem e os trabalhos que ela desenvolve na Cruz Vermelha. O relato aproxima-se, portanto, de uma narrativa jornalística, com uma voz enunciativa mais neutra, sutil, que apenas guia a personagem por meio de perguntas pontuais, transcrevendo, aparentemente sem intervenções, a voz do entrevistado. Nessa entrevista, é possível apreender a oscilação entre dois diferentes tipos de narradoras: uma mais presente e subjetiva, outra mais objetiva, que se aproximaria da figura do narrador em primeira pessoa que se coloca como personagem participante, porém de menor importância.

Esse exemplo evidencia a forma como a narradora de *Caderno Afegão* se alterna, ao longo da narrativa, ora demarcando sua subjetividade, a partir de falas interpretativas acerca do seu entorno, ora se colocando como uma presença mais neutra, quase apagada, mediando a fala do outro. A presença mais sutil é indicada por uma narradora que fala pouco de si mesma e, quando o faz, tende a utilizar uma linguagem não muito emotiva: “Muita poeira. Dor de cabeça. Dor de músculos” (Coelho, 2009, p. 15). A dor, aqui, é narrada sem intensidade, quase com indiferença, como se o indivíduo que narra estivesse distante daquele que sente.

É possível captar, dentro da obra, algumas passagens nas quais o trabalho de reportagem se encontra mais evidente. A rotina de repórter é constantemente retomada a partir de uma narradora que apura os conteúdos, dá telefonemas, lê relatórios, escreve matérias, envia textos para o jornal, realiza a cobertura de eventos e entrevista importantes personagens políticos. Pautas jornalísticas levam a narradora a locais que dificilmente estariam na rota de um viajante comum, como quando ela visita o centro Ortopédico da Cruz Vermelha, em Cabul.

Em suma, a voz da narradora é central à maneira como os conteúdos são organizados em *Caderno Afegão*. É a partir de sua visão de mundo, dos elementos que a narradora destaca no entorno e das características que ela atribui aos personagens, que toda a experiência do Afeganistão é discursivamente recriada. No entanto, sua subjetividade é, por vezes, neutralizada por uma linguagem que aponta para um texto mais jornalístico. A narradora parece, muitas vezes, observar e descrever as ações, acontecimentos e experiências com objetividade, sem se colocar, afetivamente, nos espaços. Essa tensão faz com que a narradora de *Caderno Afegão* assumira uma personalidade complexa, dúbia, o que evidencia marcas de um texto que transita entre o diário pessoal e a reportagem.

### **Uma narradora e uma aldeia de homens**

A cultura de origem da autora está a todo tempo presente em *Caderno Afegão*, o que faz com que a voz da narradora esteja carregada de valores e de uma métrica inevitavelmente ocidentalizada. Cabul é considerado um lugar perigoso quando “visto da Europa” (Coelho, 2009, p. 225). Uma entrevistada diz: “Em Kandahar, por cada cem mil partos morrem duas mil mulheres”, e a narradora complementa: “Em Portugal morrem cinco” (Coelho, 2009, p. 199). Fica evidente, a partir dessas falas, que Portugal e a Europa, em geral, se estabelecem como locais

mais seguros do que o Afeganistão. Do mesmo modo, o alto contraste entre os dois números que contrapõem as duas realidades evidencia, na narrativa, a distância intransponível entre elas. Sobre um “homem de barba espessa, como tantos em Kandahar, escrupuloso cumpridor das cinco orações diárias”, a narradora diz que, “na Europa ou nos Estados Unidos, o seu discurso sobre as mulheres, por exemplo, seria considerado extremista” (Coelho, 2009, p. 233). Aqui, a narradora explicita o olhar a partir do qual ela avalia o Afeganistão, seguindo uma métrica ocidental. O homem é descrito como um tradicional cumpridor da religião islâmica, e seu tipo físico coincide com o estereótipo de um *taliban*.

Outro entrevistado diz que a Cruz Vermelha “ainda é vista como ocidental, o que não é verdade, aqui tem japoneses, africanos, australianos” (Coelho, 2009, p. 187). No Afeganistão, o Ocidente se expande e se torna tudo aquilo que não faz parte da cultura afegã. “O casal do quarto 25, um homem ocidental com a sua mulher chinesa, que eu costumo ver ao começo da noite. Dão voltas ao jardim, abraçados um ao outro, de calções e *t-shirt*” (Coelho, 2009, p. 135). Apesar da distinção que a narradora faz da origem dos personagens (o homem, ocidental, enquanto a mulher é chinesa, portanto, é oriental), ambos usam trajes ocidentais e se abraçam, ou seja, exibem o mesmo comportamento, que fere frontalmente a cultura afegã, na qual homens e mulheres não devem se tocar em público.

Na obra de Alexandra Lucas Coelho, brasileiros, portugueses, alemães, japoneses, chineses, holandeses, estadunidenses, italianos têm o mesmo peso na narrativa e são citados como um grupo único e indistinto, que compartilham das mesmas roupas, hábitos e comportamentos. A ideia desse Ocidente expandido e distante também é elaborada a partir das falas dos próprios afegãos, que acreditam que os povos ocidentais não conseguem compreender a cultura local. “Tenho família em Quetta, e foi lá que percebi que a forma como o Ocidente via esta realidade era completamente errada e *naive*. Tudo era tão mais complicado” (Coelho, 2009, p. 210). Assim, encontra-se predominantemente demarcada, na narrativa, a ideia de um Ocidente, física e culturalmente, afastado do Afeganistão. Em *Caderno Afegão*, o Afeganistão é empurrado para a borda do mundo. “Sharifa cita um dos números de saúde materna que fazem do Afeganistão o fim do mundo” (Coelho, 2009, p. 199). Quando fala do alto índice de mortalidade materna, a narradora conclui: “coisas que atiram o Afeganistão para o fim do mundo” (Coelho, 2009, p. 194). A possibilidade de se fazer uma representação rápida e simplificada do outro, colocando-o à margem, para além de uma fronteira que salvaguarda um “nós”, é a ideia basilar que Richard Dyer (1999) destaca para definir os estereótipos. Essa imagem de “fim do mundo” usada para o Afeganistão implica a existência de um lugar onde o mundo começa. Portanto, as falas demarcam não só a posição do Afeganistão, mas também o lugar a partir do qual essas representações sobre a cultura afegã são criadas, no caso, a Europa e o Ocidente, que possuem um papel central nas narrativas produzidas globalmente.

Nessa perspectiva, segundo a narradora, Cabul “parece uma aldeia em silêncio. Um cão a ladrar ao longe, um carro” (Coelho, 2009, p. 16). Kandahar é descrita como uma “interminável aldeia”, que “surge no meio do deserto”, como um oásis (Coelho, 2009, p. 182-183). “A primeira imagem de Jalalabad são árvores verdes e frondosas” (Coelho, 2009, p. 154), no meio do nada, cercada por uma “paisagem indomada”. É curiosa a forma como a narradora descreve as três maiores cidades do país como aldeias, já que esse termo evoca a ideia de um local pequeno, afastado dos grandes centros urbanos, normalmente rural e com alguns poucos habitantes. Ao mesmo tempo em que explicita uma sociedade que se constitui a partir das tradições tribais, acaba reforçando a ideia de que o Afeganistão é um país atrasado, uma grande aldeia parada no tempo e isolada dos grandes centros do mundo ocidental.

Outro exemplo, essencial para pensarmos no Afeganistão recriado pela obra de Coelho, é quando a narradora descreve as ruínas de um hotel cinco estrelas, explodido em um ataque suicida. “Pilhas e pilhas de sacos de areia, metralhadoras, muro de ferro, depois detector de metal, outra porta, e só então o átrio. Jardim sem ninguém. Rosas sem ninguém. [...] Não pode haver um cinco estrelas mais triste. Um cinco estrelas numa cidade como Cabul” (Coelho, 2009, p. 55). As imagens

dos sacos de areia, das rosas sem ninguém, evocam a ideia de um lugar triste, abandonado. E a forma como o texto é construído nos faz pensar que, em Cabul, um hotel de luxo é uma ironia. Nesse exemplo, Cabul não é apenas a capital do país, mas representa todo um conjunto de imagens, trazidas ao longo da obra, que representam o Afeganistão como um lugar florido e cheio de beleza, ao mesmo tempo triste, destruído pela violência, parado no tempo, abandonado, cercado por um muro de ferro e distante do resto do mundo.

A narradora também se coloca como aquela que traduz o desconhecido para os seus leitores. Em um evento do governo, uma personagem afegã reclama que os militares estrangeiros levaram cães farejadores. A narradora, então, toma a palavra e esclarece que na cultura afegã não se tem apreço pelos cães: “Comprovadamente, o cão é um animal impuro nesta parte do mundo” (Coelho, 2009, p. 76). Nesse caso, é possível captar claramente o papel assumido pela narradora-viajante de traduzir hábitos culturais afegãos para indivíduos de diferentes culturas. “Os afegãos não gostam de desiludir. Por isso dizem que sim mesmo quando não nos compreendem. É indelicado dizer que não, talvez tão indelicado como assoar o nariz ou mostrar a planta dos pés” (Coelho, 2009, p. 24). É possível demarcar, em todas essas passagens, a presença de um interlocutor implícito, a quem a narradora se destina quando tenta traduzir as informações. Esse narratário é alguém que vem de um país rico, de referência cristã, que desconhece, de perto, uma realidade onde as mulheres são alijadas da sociedade, onde o acesso à boa educação é considerado um privilégio. A figura desse narratário é, em certa medida, alçada como alguém semelhante à narradora, com quem ela compartilha os mesmos referenciais. Isso se torna evidente a partir da fala de um dos entrevistados afegãos, em um campo de refugiados na cidade de Cabul. Quando a narradora lhe pergunta se seus filhos vão para a escola, o homem diz: “Nós perdemos gente da família, não podemos pensar na escola!” (Coelho, 2009, p. 141). Para o afegão, que havia acabado de perder uma parente de três anos de idade, a narradora também parece ser alguém que não compreende o lugar de onde ele fala, alguém para quem é necessário que se traduza a sua realidade. Tanto a narradora quanto o narratário encontram-se culturalmente distantes do Afeganistão.

As mulheres afegãs são descritas como isoladas dentro da própria cultura. Em geral, é esperado, no Afeganistão, que a mulher se ausente da vida social. “A rua é dos homens. O espaço público é dos homens. Um homem a pé ou ao volante de um carro funde-se com a paisagem” (Coelho, 2009, p. 218). Em uma casa de chás em Herat, o ambiente é descrito como um espaço “só com homens recostados em divãs” (Coelho, 2009, p. 84). As imagens de mulheres servindo chás, bordadas nas tapeçarias que decoram as paredes do local, são a única presença de algo feminino ali. No hotel, onde a narradora se hospeda, os funcionários são todos homens: “É comum no Afeganistão. Se as raparigas não mostram a cara também não vão servir a estranhos” (Coelho, 2009, p. 106). E nas poucas ocasiões que saem de casa, as mulheres precisam saber reconhecer o seu lugar. No jardim público de Herat, por exemplo, às sextas-feiras, o espaço é reservado exclusivamente para as mulheres, por isso elas podem levantar suas burcas e mostrar seus rostos.

O afastamento entre o feminino e o masculino é explicitado como parte essencial da cultura afegã. “Homens à frente, mulheres atrás, como dois modernos casais afegãos” (Coelho, 2009, p. 294). Em um hospital em Kandahar, a narradora conta que “até na morte os corpos têm que estar separados” (Coelho, 2009, p. 197). Em um jantar privado, realizado na casa de uma afegã, os homens comem no jardim, enquanto as mulheres se instalam na sala de jantar. Em um casamento, o salão é dividido em duas partes, com a banda tocando ao meio: “do lado de lá estão os homens, do lado de cá as mulheres” (Coelho, 2009, p. 245). “O Afeganistão é um país altamente protocolar. Há todo um código com consequências diplomáticas. A separação de homens e mulheres representa um sinal de não-afronta a esse código” (Coelho, 2009, p. 195).

Isso faz com que as experiências da narradora no país sejam filtradas pelas questões culturais que separam a mulher e o homem. Por isso, quando um colega estrangeiro precisa de uma medicação, ela externaliza a pressão que sente para cumprir esse protocolo social: “Peter com péssima diarreia. Vamos ao meu quarto para eu lhe dar os pacotes de Re-Hidrat, mas deixando a porta aberta, senão vão

os afegãos pensar o pior” (Coelho, 2009, p. 17). A narradora comenta, ainda, que um colega afegão nunca lhe toca. “Rameen acompanha-me a casa e depois parte. Nunca me aperta a mão” (Coelho, 2009, p. 42).

Uma única vez, em *Caderno Afegão*, homens e mulheres são representados juntos: “Em Cabul, há coisas que só se veem num casamento. A mais rara é esta. Os homens tiram o casaco e dançam com as mulheres” (Coelho, 2009, p. 249). A oposição clara entre feminino e masculino é reproduzida ao longo de toda a experiência da narradora no Afeganistão. Na entrevista com Malala, quando a ativista política é lembrada por um irmão que deve cobrir a boca com o véu ao falar, a narradora conclui: “E este é um de quatro irmãos, todos supostamente com autoridade sobre ela” (Coelho, 2009, p. 164). Segundo a narradora, “os jovens são o futuro e são, em regra, homens” (Coelho, 2009, p. 162). Ao privilegiar, no livro, o ponto de vista das mulheres, a narradora objetiva conferir, dentro de um Afeganistão discursivamente recriado, um lugar mais central ao feminino, do que a cultura afegã, de fato, reserva.

Dessa forma, a identidade feminina da narradora de *Caderno Afegão* forma-se a partir da contraposição com um masculino predominante, que comanda as regras do jogo e define o lugar, de cada ente, dentro da sociedade. Como é esperado que as mulheres fiquem em casa, ao se colocar em público a narradora é, a todo momento, confrontada com as regras culturais do país. Ao final de uma apresentação de música, que é feita por homens e garotos, a narradora é convidada a se retirar: “O silêncio deles é um convite a que eu saia. Então levanto-me e saio, com toda roda de homens a olhar para mim, imóvel. Quando chego ao pátio, a música recomeça” (Coelho, 2009, p. 97). Em um passeio por Herat, a narradora conta: “os homens olham para mim como se eu fosse extravagante” (Coelho, 2009, p. 83). Em um hotel em Jalalaba, ela relata um constrangimento por, sendo mulher, se colocar em um espaço que não é o seu. O garçom que lhe serve um chá e os outros homens “olham para mim de forma abusiva até me fazerem ir lá para fora. É enfurecedor” (Coelho, 2009, p. 170).

Esse trecho revela uma das poucas vezes, durante toda a obra, em que a narradora se posiciona claramente de forma emotiva, o que demonstra que a questão do feminino tem impacto considerável em sua experiência no Afeganistão. O fato de ser a única mulher nos espaços públicos parece ser mais determinante para a narradora do que sua condição de estrangeira. No hotel em Kandahar, ela não esconde o desconforto por se sentir isolada.

Várias casinhas, um jardim magnífico cheio de rosas de todos os tons, romãzeiras, relva fofa e aparada, pássaros. Tudo isto seria muito agradável não fosse essa sensação de ser a única mulher e de toda a gente olhar para mim. Não é a de não haver nenhum jornalista ocidental. É de não haver mais nenhuma mulher. Da recepção à limpeza de quartos, passando pelos hóspedes, não há uma única afegã. (Coelho, 2009, p. 188)

Todos os elementos do jardim são descritos no plural. As rosas são de “todos os tons”, as casinhas são várias, enquanto a “relva fofa e aparada” traz uma sensação de conforto. Entretanto, a experiência da narradora é descrita como desagradável, solitária, já que ela é a única de seu gênero, se sente isolada em um contexto exclusivamente masculino. Nesse isolamento, diante do masculino hegemônico, está contida uma aproximação da narradora com o grupo de mulheres afegãs, já que ela identifica que seu lugar, ainda que marginalizado, é ao lado delas. Em uma apresentação oficial do governo afegão, a narradora se senta perto de uma garota: “Somos as únicas mulheres, portanto aproximo-me” (Coelho, 2009, p. 75). E, em um evento dedicado a jovens afegãos, “não chegam a dez raparigas a um cantinho do auditório, todas embrulhadas em lenços que lhes deixam apenas os olhos à mostra. Quem é mulher senta-se ali. Quer dizer, aqui, onde estou” (Coelho, 2009, p. 162). E, apesar de frequentemente explicitar o lugar desconfortável que a cultura afegã lhe reserva, ao lado das outras mulheres, é a partir desse isolamento que a narradora consegue acessar e reproduzir, bem de perto, o universo feminino.

É possível problematizar essa narradora feminina de *Caderno Afegão*, a partir de uma nota escrita por Alexandra Lucas Coelho, 13 anos depois de publicada sua reportagem, *Afeganistão: Nascer e morrer em Kandahar*, no *Jornal Público*.

[...] é uma das várias em que ser repórter mulher fez diferença, porque um homem não teria acesso ao que vi neste hospital. Uma repórter estrangeira no Afeganistão tinha a vantagem de aceder tanto ao mundo dos homens (porque aí a condição de estrangeira se sobrepunha) como ao mundo das mulheres (porque aí a condição de mulher se sobrepunha). Um Afeganistão sem as mulheres será sempre um país metade às escuras. (Coelho, 2008)

A fala da autora retoma a ideia da escuridão a que as mulheres afegãs estão sujeitas, isoladas em suas casas, ou dentro das burcas. A nota traz, ainda, um relato de como foi, para Alexandra Lucas Coelho, estar no Afeganistão como uma repórter mulher. A possibilidade de ter feito essa reportagem na maternidade da Cruz Vermelha, por exemplo, foi um trabalho que só foi possível por ela ser uma jornalista mulher, já que os homens são proibidos de frequentar a ala feminina do hospital. No entanto, é curiosa essa fala da autora de que, no mundo dos homens, sua condição de estrangeira se sobrepunha à condição de mulher. A análise de *Caderno Afegão* evidencia o oposto disso, que o fato de ser mulher, na maioria das vezes, impactava nas outras identidades assumidas por ela. “Hashem diz-me que sou a única jornalista ocidental. E sou a única mulher” (Coelho, 2009, p. 226), ela diz, como se fosse preciso destacar sua condição feminina em todas as suas interações.

Em uma entrevista que ela tenta fazer com o governador de Jalalabad, a narradora se diz desconfortável ao encontrar o político em uma “típica mesa afegã”, cercada de homens. O governador dirige a palavra ao tradutor homem, Tareq, e nunca a olha de frente. Ainda que esteja atuando como repórter, a questão do gênero parece definir suas experiências. Em Jalalabad, a narradora conta que foi impedida de fazer uma reportagem em uma mesquita por ser mulher. Um afegão ordena que ela fique no hotel, já que “os homens que rezam podem não gostar de me ver na mesquita” (Coelho, 2009, p. 170). Assim, se, por um lado, o fato de ser uma jornalista mulher a faz alcançar espaços inacessíveis a um repórter homem, essa mesma condição parece, em alguns casos, limitar sua atuação profissional no Afeganistão.

### Considerações finais

*Caderno Afegão* é um relato de viagem que se localiza entre o diário íntimo e a reportagem. A voz da narradora descreve um outro, que se encontra social, cultural e geograficamente distante, a partir de uma perspectiva essencialmente ocidentalizada. As imagens do Afeganistão, trazidas no livro, são mediadas por valores autorais expressos, muitas vezes, por meio do confronto com aspectos culturais ocidentais e europeus. As traduções culturais, por sua vez, são feitas a um leitor-narratário idealmente ocidental. Portanto, fica evidente, na obra de Coelho, a partir desses elementos, a função ideológica, conforme trazida por Genette (1989).

Motivado pelo trabalho jornalístico, o relato toma a forma do diário não somente pelo uso da primeira pessoa, mas pela organização cronológica, entradas por datas, notas íntimas e confessionais e registros de cenas fortuitas da viagem. A reportagem faz-se presente principalmente em entrevistas jornalísticas em profundidade com personalidades políticas do Afeganistão e em narrativas de cunho informativo e noticioso, como a cobertura acerca da contribuição militar portuguesa à FIAS, que demonstram, mais explicitamente, o cumprimento de pautas direcionadas à imprensa portuguesa. No entanto, não é somente a natureza das atividades que indica, no livro, a mediação jornalística. Nessas passagens, nota-se o uso de uma linguagem mais direta e pouco emotiva em texto que, no recuo da primeira pessoa, privilegia números e outros dados, além de cenas rápidas como instantâneos fotográficos.

A imagem predominantemente do Afeganistão que emerge no livro é a de um país atrasado, inseguro, patriarcal, misógino, fechado em si mesmo e à margem do mundo. Nele, convivem a beleza natural e a barbárie humana. A narradora de *Caderno Afegão* é, portanto, alguém que observa de fora, mas que, como dissemos, se esforça para apreender e traduzir a cultura afegã para seu leitor

ocidental. Ao posicionar o Afeganistão na borda do mundo, a narradora acaba por homogeneizar, por contraponto, o Ocidente. Países como os *Estados Unidos* e vários outros da Europa são colocados na narrativa em chave civilizatória equivalente, apesar das muitas distinções culturais que possuem. Frente a uma cultura tão distinta, a narradora portuguesa/europeia acaba dissolvendo os limites entre os países que compõem o mundo ocidental. Convém ressaltar que os riscos de uma atitude neocolonialista, de exercer poder por meio das representações, não é desconsiderado pela autora-narradora, e, por vezes, surgem, apontados no livro, pela voz dos entrevistados.

No entanto, essa distância que conforma um “nós” ocidental cede em momentos em que a condição feminina da autora-narradora estabelece laços com as mulheres afegãs. A hegemonia masculina do Afeganistão é quebrada pelo privilégio que a repórter dá às mulheres, fazendo delas não somente as principais entrevistadas do livro, mas personagens de ligação afetiva. Duplamente cerceada na condição de repórter estrangeira e mulher, Coelho identifica-se com a situação e as demandas das afegãs, colocando-se junto a elas. Assim, forma-se a identidade feminina da narradora, que modula solidariamente o olhar estrangeiro sobre o Afeganistão.

### Referências

Birke, D., & Köppe, T. (2015). *Author and Narrator: Transdisciplinary Contributions to a Narratological Debate*. De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110348552>

Coelho, A. L. (2008, julho 13). *Afeganistão: Nascer e morrer em Kandahar*. *Jornal Público*. <https://tinyurl.com/56r8474m>

Coelho, A. L. (2009). *Caderno Afegão*. Tinta da China.

Dyer, R. (1999). The Role of Stereotypes. In P. Marris & Thornham, S (Eds.), *Media Studies: A Reader* (2nd ed.). Edinburgh University Press.

Genette, G. (1989). *Figuras III*. Lumen.

Lejeunne, P, & Noronha J. M. G. (Eds.) (2008). *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Editora UFMG.

Miranda, P. (2021, novembro 24). *O caderno afegão, de Alexandra Lucas Coelho*. *Jornal N*. <https://tinyurl.com/bdcuwbyc>

Motta, L. G. (2005). A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom.

Ricoeur, P. (1991). *O si mesmo como o Outro*. Papirus.

Ricoeur, P. (1995). *Rèflexion faite: Autobiographie Intellectuelle*. Edition Esprit.

Silvestre, O. M. (2009, outubro 2). *Entre fedor e perfume*. *Jornal Público*. <https://tinyurl.com/2vyacjv7>



# O Ouvinte como Aspecto da Análise dos Processos de Comunicação Radiofônica: Apontamentos para a Reflexão

## Rosceli Kochhann

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da graduação em Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Membro dos grupos de pesquisa Convergência e Jornalismo (UFOP), Com21 (UFPR) e Comunicação, Cultura e Sociedade (Unemat). E-mail: rosce.li.ko@gmail.com

**Resumo:** Neste artigo, apresenta-se o recorte de uma pesquisa mais ampla cujo objetivo é desenvolver um protocolo aberto para investigações sobre os processos de comunicação radiofônica. A partir do desenvolvimento de uma análise de conteúdo de teses e dissertações e de uma extensa pesquisa bibliográfica, o momento atual da pesquisa forneceu indícios de que é necessário olhar para pelo menos quatro camadas de observação: a caracterização do ouvinte; a tecnologia envolta no objeto empírico; a caracterização do produto radiofônico; e os elementos contextuais. Discute-se, então, a caracterização do ouvinte contemporâneo para sugerir, metodologicamente, sua análise a partir da identificação das características gerais de um ouvinte real e de um ouvinte presumido, caracterização que pode ser realizada a partir de uma série de questionamentos capazes de guiar o olhar do pesquisador.

**Palavras-chave:** caracterização do ouvinte; comunicação radiofônica; metodologias do rádio.

## El Oyente como Aspecto de Análisis de los Procesos de Comunicación Radiofónica: Notas para la Reflexión

**Resumen:** En este artículo se presenta un recorte de una investigación más amplia cuyo objetivo es desarrollar un protocolo abierto para investigaciones sobre los procesos de comunicación radiofónica. A partir de un análisis de contenido de tesis y de una extensa búsqueda bibliográfica, el momento actual de la investigación ha proporcionado indicios de que es posible constatar, al menos, cuatro capas de observación: la caracterización del oyente, la tecnología involucrada en el objeto empírico, la caracterización del producto radiofónico y los elementos contextuales. En este texto se discute la caracterización del oyente contemporáneo para sugerir que, metodológicamente, pueda ser analizada a partir de la identificación de las características generales de un oyente real y de un oyente presumido, una caracterización que puede ser realizada a partir de una serie de interrogantes capaces de guiar la mirada del investigador.

**Palabras clave:** Caracterización del oyente; comunicación radiofónica; metodologías de la radio.

## The Listener as an Aspect of Radiophonic Communication Process Analysis: Notes for Reflexion

**Abstract:** This article presents an excerpt from a broader research on developing an open protocol to investigate radiophonic communication processes. Based on a content analysis of thesis and dissertations and an extensive bibliographic research, the current research phase suggests the need to investigate at least four layers of observation: the listener's characteristics; the technology around the empirical object; the description of the radiophonic product, and the contextual elements. We discuss the characteristics of the contemporary listener to methodologically suggest its analysis by identifying the general characteristics of a real listener and a presumed listener, which can be accomplished through a list of questions capable of guiding the researcher's gaze.

**Keywords:** listener description, radiophonic communication, radio methodology

O som, característica fundamental da comunicação radiofônica, convida a audiência a compor cenários tão diversos quanto a sua imaginação é capaz de alcançar. No entanto, o rádio contemporâneo é compreendido como um meio multifacetado, embora apresente o áudio como protagonista (Lopez, 2010). Ao configurar-se como expandido (Kischinhevsky, 2016) e hipermediático (Lopez, 2010), ele complexifica suas narrativas inserindo interagentes e elementos para além dos sonoros.

Essa complexidade desafia pesquisadores de rádio e mídia sonora a repensar aspectos metodológicos das análises realizadas. Isso pode ser percebido a partir de diversos estudos já publicados (Kischinhevsky, 2021; Kischinhevsky et al., 2015; Lopez et al., 2021). Este artigo é um recorte de uma pesquisa em desenvolvimento que busca contribuir com a discussão. A pesquisa tem como objetivo principal desenvolver um protocolo metodológico aberto para investigar interações radiofônicas.

A perspectiva adotada de protocolo leva em consideração as reflexões de Yin (2016), o qual indica que tratar sobre protocolo de pesquisa é diferente de discutir instrumentos. Ele menciona que os instrumentos mais comuns são propostas bem estruturadas, com questões abertas e fechadas e são frequentemente apontados em pesquisas de levantamentos e experimentos humanos. Já o protocolo seria uma estrutura mental ou um conjunto de temas que são levados em conta para construir uma linha de investigação.

Metodologicamente, a pesquisa é uma análise qualitativa. Na primeira fase do estudo, o foco foi entender o que já foi pesquisado acerca das interações radiofônicas. Para isso, trabalhou-se com a análise de conteúdo de 15 trabalhos, entre teses e dissertações, defendidos nos programas de pós-graduação em comunicação no Brasil, a partir de consultas ao banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A condução da análise levou em consideração os apontamentos de Bardin (2021), Bauer (2008), Fonseca Junior (2011), Mayring (2014) e Kuckartz e Rädiker (2023). Os resultados encontrados na análise de conteúdo, somados à realização de uma extensa pesquisa bibliográfica, forneceram indícios de que, para realizar uma pesquisa que dê conta da complexidade do objeto radiofônico, é necessário olhar para pelo menos quatro camadas de observação: a caracterização do ouvinte; a tecnologia envolta no objeto empírico; a caracterização do produto radiofônico; e os elementos contextuais.

Conforme já mencionado, este artigo é um recorte de uma pesquisa maior. Por isso, o texto foi construído a partir das orientações metodológicas que guiam a pesquisa, indicadas previamente. O objetivo deste recorte é sugerir uma maneira possível de olhar para a caracterização do ouvinte como aspecto fundamental dos processos de pesquisa a respeito da comunicação radiofônica. Para tanto, estruturou-se o texto em dois principais momentos, além da introdução e dos apontamentos finais. O primeiro deles apresenta uma reflexão sobre a caracterização da audiência radiofônica contemporânea, considerando que essa audiência é ativa e, portanto, integra o processo comunicativo. Na sequência, é apresentada uma proposta possível de se considerar o ouvinte como aspecto a ser analisado nas pesquisas sobre comunicação radiofônica.

### **Caracterização da Audiência Radiofônica**

Antes de apresentar uma discussão sobre a caracterização da audiência radiofônica, é importante destacar que nem este artigo nem a pesquisa que o gerou são focados nos estudos da recepção. De toda forma, entende-se que pensar sobre a audiência auxilia a construir um caminho metodológico para investigar o rádio, visto que as interações que acontecem no, por meio e a partir do áudio passam pela audiência. Busca-se, no decorrer do texto, manter a percepção de que a audiência é formada por sujeitos sociais e, por isso, tem sua caracterização reconfigurada a partir de diferentes fatores de ordem sociotécnica. Assim, a partir da proposta apresentada por Lopez (2016), chama-se a atenção para a necessidade de discutir a caracterização da audiência, os usos que ela faz do rádio, as possíveis formas de utilizar os aplicativos e os sites e como esse público se relaciona com os conteúdos radiofônicos.

Mágda Cunha (2016) pontua que as mudanças desenvolvidas ao longo da história do rádio são orientadas pela evolução da sociedade e pelos processos interativos

com os quais vai dialogando. Para a autora, é nesse ponto que reside a permanência do rádio. A audiência, por ser parte importante no processo de comunicação radiofônica, além de ser afetada, também oferece orientações para os processos produtivos, as estratégias e os conteúdos radiofônicos. Configura-se, assim, como um “fio condutor das mutações no rádio” (Lopez, 2016, p. 337). Por isso, pensar sobre ela é relevante nas análises que dialogam com a comunicação radiofônica.

Não há, neste trabalho, o objetivo de construir um percurso histórico a respeito das mudanças da caracterização da audiência radiofônica. A discussão apresenta-se mais no sentido de refletir sobre o papel ativo do ouvinte no processo de comunicação. Masip et al. (2015) entendem que, no início do século 21, assumiu-se que as audiências tornaram-se ativas. Para os autores, “os cidadãos não se conformam mais em consumir informação de uma forma passiva, mas eles querem ter um destaque maior, tanto fora, como através dos meios de comunicação”<sup>1</sup> (Masip et al., 2015, p. 242) Considera-se, desse modo, que a audiência do rádio é essencialmente ativa e aponta para o rompimento de um monopólio simbólico da mídia, mas se reconhece que as audiências sempre desempenharam um papel importante tanto na consolidação do rádio como meio de comunicação quanto na reconfiguração desse meio a partir de um contexto de convergência midiática.

Ainda em 2007, Kischinhevsky tratava a percepção do ouvinte passivo como uma lenda. O autor reflete a respeito da existência de uma série de questões, entre o receptor e a mensagem, que se apresentam como facilitadoras de diferentes possibilidades de interpretações, como a família, a religião e a própria experiência do ouvinte com o rádio. Pontua ainda que, se o ouvinte não encontrar o que procura nos conteúdos radiofônicos de uma emissora, “buscará imediatamente em outra” e, se não encontrar no rádio, “irá atrás de outro meio de comunicação” (Kischinhevsky, 2007, p. 77). Esse tipo de postura já pode indicar que a audiência radiofônica nunca foi passiva.

Outro ponto que pode ser considerado a respeito da caracterização da audiência como ativa relaciona-se ao tipo de atenção despendido pelo ouvinte ao conteúdo radiofônico levado ao ar. Ferraretto (2014) reúne considerações de diferentes autores para pensar na questão. De uma forma geral, a discussão transita na reflexão entre as diferenças do que seria ouvir um conteúdo de maneira automática, pelo simples fato do ouvido humano estar ao alcance do som, e escutar de forma mais atenta, despendendo certo nível de atenção. A intensidade dessa atenção adotada pelo ouvinte, que pode ser definida a partir de variáveis como o tema do conteúdo, a afinidade com a voz do comunicador ou o emprego de elementos capazes de despertar o interesse e a curiosidade do ouvinte, também indica que o ouvinte é ativo dentro do processo de comunicação desde o início.

É importante destacar que, ao longo da história, as contribuições da audiência passam inclusive pela manutenção financeira das emissoras. Ferraretto (2000) lembra que, no início do rádio no Brasil, por exemplo, “são os ouvintes que mantêm com suas mensalidades as emissoras operando” (p. 99). Outros momentos da história do rádio, como a realização de programas de auditório e a participação massiva dos ouvintes em promoções, também indicam que a audiência radiofônica sempre esteve significativamente presente nos processos de comunicação.

No entanto, mais do que considerar essas influências diretas do ouvinte na programação, como a participação em promoções, a presença física nos programas de auditório, as denúncias realizadas, a manutenção financeira das sociedades radiofônicas, o envio de cartas, realização de telefonemas, entre outras, leva-se em conta que a presença do ouvinte no processo de comunicação radiofônica pode ser percebida na construção de um ouvinte presumido (Castro & Bruck, 2012). Este apresenta-se como uma referência para a constituição da programação. Ou seja, existe o ouvinte que é idealizado para a produção e, a partir da ideia que se tem de quem seja esse ouvinte, constituem-se os programas e as narrativas radiofônicas. O ouvinte está, portanto, sempre presente no processo comunicativo.

Além disso, as relações que os ouvintes constroem com as tecnologias também são determinantes para a definição dos conteúdos levados ao ar pelo rádio. Exemplo disso é a alteração dos aparelhos de recepção. Eles, que inicialmente eram caros, valvulados

<sup>1</sup> Tradução nossa para: “Los ciudadanos no se conforman en consumir información de manera pasiva, sino que quieren adoptar un mayor protagonismo, tanto fuera, como a través de los medios de comunicación” (Masip et al., 2015, p. 242).

e grandes (em comparação com as possibilidades atuais) contribuíram para o hábito de um consumo realizado coletivamente. Lopez et al. (2015) e Paiva, Bezerra e Nicolau (2015) chamam a atenção para o fato de que, apesar de os ouvintes compartilharem o espaço físico e o tempo no momento da escuta, as sensações e as construções imaginárias eram apreendidas de formas diferentes entre eles. Isso significa que a mensagem levada ao ar tocava cada um dos ouvintes de uma forma singular. Nesse sentido, quando se pensa em uma escuta coletiva, faz-se referência especificamente às reuniões de ouvintes em torno dos poucos aparelhos disponíveis na época e não à produção dos sentidos que cada ouvinte construía em relação ao conteúdo. Isso porque, por vezes, quem tinha acesso ao aparelho convidava familiares e amigos para acompanhar o que estava sendo veiculado, mas a experiência da audiência é particular, mesmo que possa ser posteriormente compartilhada nas interações sociais.

Lopez et al. (2015) refletem sobre o fato de que essa escuta coletiva gerava reflexos na forma como o próprio conteúdo radiofônico era levado ao ar, já que ele falava sempre no plural para mães, famílias, senhoras e senhoritas. Essa é uma das formas que se percebe o ouvinte como sujeito ativo no processo de comunicação. Ele, enquanto sujeito social, afeta a produção e o conteúdo. A escuta coletiva diminui gradativamente a partir do desenvolvimento do transistor, tecnologia que possibilitou que o aparelho receptor radiofônico se tornasse móvel. Os receptores também passaram por um processo de barateamento, tornando-se mais acessíveis. Com isso, o aparelho que se localizava nos espaços coletivos das salas passa também a acompanhar os ouvintes em outros cômodos da casa e até mesmo nas ruas. Esse processo foi gradativo e, à medida que a nova tecnologia de recepção sonora foi sendo incorporada pela audiência, a mobilidade do meio passou a ser uma característica do próprio rádio.

Essa característica foi uma das apontadas por Ortriwano (1985). A autora aborda a mobilidade a partir do ponto de vista do emissor e do receptor. Quando pensada a partir da emissão, considera-se que é relativamente simples fazer uma transmissão radiofônica em diferentes lugares, permitindo que as emissoras se desloquem e transmitam os fatos enquanto eles acontecem. Sob o ponto de vista da recepção, ponto efetivamente interessante para esta discussão, ela considera que o ouvinte não precisa estar próximo de uma tomada, pode se deslocar por diferentes espaços desde que seus ouvidos estejam captando o conteúdo sonoro levado ao ar. Refere-se também à facilidade de transportar o aparelho receptor, já que ele se tornou leve e pequeno.

Ainda, destaca-se o fato de que a reflexão da autora data do ano de 1985. Mesmo que, contemporaneamente, a sociedade e o rádio apresentam características diferentes do que se percebia naquele período, essa característica da mobilidade foi potencializada. Isso porque, atualmente, as possibilidades de aparelhos móveis que oferecem formas de ouvir rádio – como celulares que recebem sinal de frequência modulada (FM) ou smartphones com seus aplicativos – podem ser mais facilmente encontradas.

Essa mobilidade, associada ao barateamento dos aparelhos, torna possível a escuta individualizada e reflete nas formas como os locutores e comunicadores se dirigem ao ouvinte. A programação que era pensada e oferecida para as famílias ou para os grupos propõe, a partir da mobilidade, um diálogo direto com cada ouvinte, no individual. A ideia de “amigo ouvinte”, ainda presente em variados programas, é consequência dessa reconfiguração da forma de consumo da programação. Tanto a mobilidade quanto a construção da percepção do rádio como amigo do ouvinte passam pela reflexão a respeito da proximidade.

A proximidade encontra maior expressividade depois da inserção da publicidade radiofônica e da consequente profissionalização das produções. Nesse momento, os ouvintes que anteriormente eram ativos no contexto de produzir sentido e inferências sobre o que ouviam, acabam encontrando formas diferentes de interação. Essa diversificação de potencialidades para diálogos mais diretos entre as rádios e seus ouvintes contribui para que as emissoras tenham a percepção de que era preciso refletir sobre a necessidade de criar estratégias de segmentação. Além disso, o posterior desenvolvimento das emissoras que operavam em frequência

modulada (FM) também contribuiu nessa questão. Lopez (2016) pontua que essa separação entre amplitude modulada (AM) e FM possibilitava uma delimitação mais clara do perfil do ouvinte. Segundo a autora, as emissoras AM davam mais destaque aos conteúdos locais e ao jornalismo, enquanto as FM apresentavam mais conteúdos musicais e almejavam uma audiência jovem.

Percebe-se que a associação entre o desenvolvimento de tecnologias, como o transistor e o telefone, bem como os seus usos pelos ouvintes, gera consequências para as formas de escuta e, assim, desafia o rádio a repensar suas estratégias narrativas. Entre as tecnologias que acabaram se tornando fundamentais na reflexão sobre as reconfigurações do rádio e suas audiências, é necessário contemplar os smartphones e a internet. Reforça-se que o fator condicionante na reconfiguração da caracterização do rádio não é a tecnologia em si, mas o uso dado a ela pela sociedade.

Nesse contexto, as possibilidades oferecidas pela internet e sua incorporação nas rotinas da sociedade contribuíram para a caracterização do rádio como um meio que transborda das ondas *hertzianas* para outros espaços e torna-se hipermediático. O receptor passa, portanto, à condição de ouvinte internauta (Lopez, 2010), o qual circula conteúdos, questiona, reconfigura produções e não pode ser visto, assim, a partir da perspectiva da contemplação (Lopez, 2016).

Essa reconfiguração das características do ouvinte desafia pesquisadores a pensar sobre diferentes posturas adotadas pelas audiências. Quadros et al. (2017) refletem sobre diferentes perfis de radiouvintes que podem ser identificados em uma realidade comunicacional que, para elas, é convergente. As autoras consideram que os ouvintes apresentam transformações nos modos de ouvir, de participar da programação radiofônica e de interagir socialmente. Nesse sentido, elas se preocupam em observar as interações sociais de uma maneira ampla, considerando que a escuta radiofônica pode produzir respostas que não são apenas diretas e perceptíveis na programação. A partir desse ponto de vista, o estudo realizado pelas pesquisadoras identifica oito categorias que auxiliam na caracterização do ouvinte tanto do rádio convencional quanto do expandido.

TIPOLOGIAS DE OUVINTES	
<b>Aficionado</b>	A partir da definição de Ferraretto, as autoras afirmam que é a constituição do perfil do ouvinte na fase considerada como “fase da implantação”. Era o ouvinte que, diante da curiosidade e das descobertas relacionadas ao novo meio, tornava-se aficionado.
<b>Construtor</b>	Trata-se do ouvinte que colabora, até certo ponto, com a constituição da programação das emissoras. Esse ouvinte era percebido na época dourada do rádio brasileiro. Nela, o público influenciava as produções e os outros ouvintes.
<b>Consumidor</b>	Refere-se ao ouvinte considerado ativo no processo de construção do mercado da indústria cultural na modernidade.
<b>Fã</b>	Tratava-se do ouvinte que compreendia que tudo era válido para ver o artista de perto. Eles se organizavam em torcidas, excursões para acompanhar os seus ídolos, formavam filas para conseguir comprar ingressos, entre outras ações.
<b>Ouvinte em cena</b>	Refere-se ao ouvinte que, diante da potencialização dos programas de auditório, passa a ser parte do espetáculo. Remete também ao ouvinte que contribui como fonte de informação.
<b>Internauta</b>	Trata-se de um ouvinte que tem mais alternativas para escolher como quer consumir os conteúdos, assim como quando quer consumir. É o ouvinte que tem acesso a um maior arsenal de ferramentas de interatividade e conseqüentemente dialoga diretamente com as produções e com outros ouvintes.
<b>Participativo</b>	Refere-se ao ouvinte que participa ativamente das produções das emissoras, seja encaminhando informações sobre questões rotineiras, como trânsito e previsão do tempo, seja enviando perguntas.
<b>Convergente</b>	É o ouvinte que tem mais poder do que tinha anteriormente. As autoras destacam que não se pode abordar uma horizontalização da comunicação, mas que se deve levar em conta que o ouvinte convergente, que também é usuário, revela suas preferências e busca construir vínculos tanto com o rádio como com outros ouvintes. De modo geral, é uma audiência mais consciente das conseqüências das suas relações para o mercado.

Tabela 1: Tipologias de ouvintes segundo Quadros et al. (2017)

Nota. Elaboração própria a partir de Quadros et al. (2017).

As categorias apresentadas no estudo das autoras (Quadros et al., 2017) permitem visualizar uma transformação que se desenha como resultado do movimento da sociedade a partir de seu desenvolvimento sociotécnico. As mudanças da própria caracterização do meio tratam de consequências e causas das alterações do perfil das audiências. Isso ajuda a identificar a presença constante do ouvinte no processo de comunicação radiofônica, bem como suas formas.

Em determinado momento do estudo, as autoras pontuam que as categorias não são excludentes. Pode-se, portanto, encontrar ouvintes que poderiam adotar posturas que seriam encaixadas em mais de uma das categorias elencadas. Por exemplo, um ouvinte que utiliza o espaço de comentários de uma rede social de determinada emissora para indicar uma pauta. Na sequência, no mesmo espaço, outro ouvinte passa a estabelecer um diálogo direto com o primeiro, visto que tem interesse na mesma questão. São perfis de ouvinte que poderiam ser considerados parte de mais de uma das categorias apresentadas, como a de ouvinte internauta e ouvinte convergente (Quadros et al., 2017).

Pontua-se, ainda a partir do estudo de Quadros et al. (2017), que muitas das relações estabelecidas entre apresentadores/locutores e ouvintes na contemporaneidade assemelham-se com relações estabelecidas em momentos anteriores da história do rádio.

A partir de reflexões a respeito de como as emissoras tendem a olhar para a audiência, Lopez (2016) entende que existem quatro possibilidades: audiência como número; audiência aparentemente interativa; audiência como testemunha; e audiência como definidora.

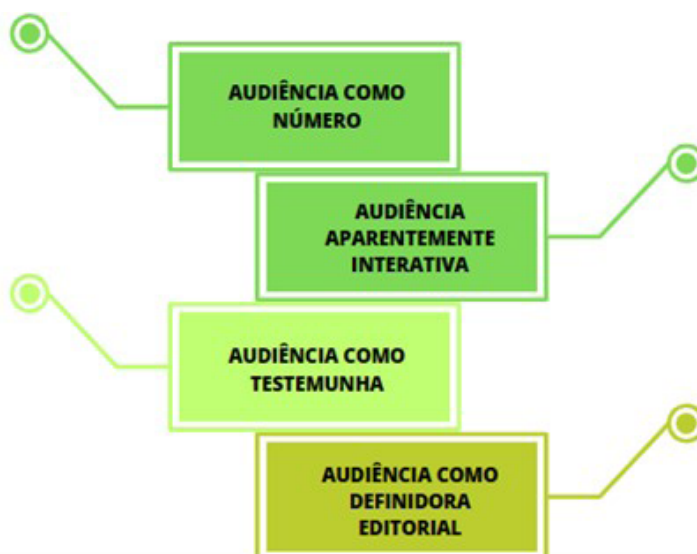


Figura 1: Possibilidades de audiência para Lopez (2016)

Nota. Elaboração própria a partir de Lopez (2016).

Quando se refere à percepção da audiência como número, Lopez (2016) reflete a respeito de um público que não é convocado constantemente para fazer parte da programação, mas serve ao comercial. Ter um grande número de ouvintes torna-se um atrativo para anunciantes. Ferraretto (2014) indicava que o fator determinante para o valor do comercial de um certo programa radiofônico é a quantidade de ouvintes sintonizados. Logo, o interesse de algumas emissoras seria o de contabilizar ouvintes, tornando-os, assim, argumento para vendas de espaços publicitários para determinadas empresas.

Uma segunda possibilidade identificada por Lopez (2016) de uma emissora olhar para o ouvinte é como uma audiência aparentemente interativa. Esse público é aquele que, por vezes, é convocado pela emissora para momentos específicos, buscando o registro da participação. Existe um contato entre as instâncias de produção e consumo, mas esse contato não se consolida como diálogo direto.

Olhar para a audiência como testemunha refere-se à convocação do público para atuar como jornalista e descrever fatos a serem informados ao longo da programação. Por fim, a audiência também pode ser vista como definidora editorial. Trata-se do público que, independentemente de ser convocado pelos comunicadores ou não, utiliza diferentes ferramentas para complementar os conteúdos e direcionar a construção do programa, interferindo na dinâmica da produção de forma direta.

Essas quatro formas de olhar para a caracterização da audiência confirmam que o público sempre foi fundamental para o desenvolvimento dos processos de comunicação radiofônica. De diferentes formas, o ouvinte sempre esteve presente e se apresentou como sujeito em interação com as emissoras, programas e comunicadores. Contudo, parece que, de uma forma geral, as possibilidades interativas entre o rádio e suas audiências crescem a partir do uso que os próprios ouvintes dão para as diversas tecnologias que são inseridas nas sociedades. As emissoras, inevitavelmente, agregam essas tecnologias, acompanhando o movimento do seu próprio público que, atualmente, tem mais ferramentas e esbarra em um menor número de filtros para se fazer ouvir. Ao caracterizar-se como ouvinte internauta, amplia suas possibilidades de relação com emissoras, programas, comunicadores e outros ouvintes.

É necessário, ainda, antes de encerrar esta discussão, refletir sobre o fato de que nem todo internauta é efetivamente um ouvinte. Isso significa que, por vezes, um internauta tem como hábito acompanhar as notícias do site de uma emissora ou acompanhar as notícias postadas em diferentes redes sociais, mas pode não ter interesse algum no conteúdo sonoro por ela produzido, seja ele veiculado por streaming do site ou ondas *hertzianas*.

Para ilustrar isso, aciona-se uma pesquisa realizada por Heitzmann e Kaseker (2016). As autoras buscavam compreender como uma emissora pública inseria-se em um contexto de comunicação convergente e, para isso, realizaram uma análise a respeito do uso que a rádio da Universidade Estadual Londrina (UEL FM) fazia do Facebook. Ao analisarem um caso específico de uma postagem, que apresentava conteúdo em foto e texto, e que foi responsável pelo maior alcance no período que antecedeu a análise, as autoras perceberam que o fluxo gerado no Facebook pouco se reverteu em audiência para a emissora. A postagem, considerada um recorde da página, rendeu um alcance de 80.176 reações, comentários, curtidas etc. No entanto, registraram-se apenas 107 cliques no link de áudio, o que corresponde a 0,13% do total alcançado.

Os dados apresentados pelas pesquisadoras indicam que é necessário manter a atenção ao que se considera como ouvintes. Para a reflexão sobre metodologias para estudos de interações radiofônicas, é preciso assinalar o que se entende pelas diferentes nomenclaturas adotadas, visto que elas indicam interações distintas. Dessa forma, quando se emprega o termo ouvintes, faz-se referência àqueles sujeitos que efetivamente escutam o conteúdo sonoro de determinada emissora, programa ou comunicador. Esses ouvintes podem ser tanto tradicionais quanto internautas. Quando se opta pelo termo usuário, trata-se do sujeito que acompanha páginas e sites de emissoras, programas ou comunicadores, comenta, compartilha, reage ou não aos conteúdos ali postados, mas não escuta o conteúdo sonoro proposto.

### **Caracterização do Ouvinte**

Entende-se que o rádio é parte de uma sociedade que se configura a partir de trocas e relações sociais. Essas relações acontecem entre interagentes das mais diversas naturezas. A percepção, nesse sentido, é que isso precisa ser amplamente considerado nos percursos de pesquisa a respeito da comunicação sonora. Considera-se que o rádio é, também, um fruto dessas interações de forma que a comunicação radiofônica é construída a partir de relações entre sujeitos sociais, sejam elas tecnologicamente mediadas ou não.

Ao refletir sobre essas relações, precisa-se levar em conta que elas vão além do que acontece entre comunicador (ou programa, ou emissora) e ouvinte. Para que um conteúdo seja verbalizado em um microfone de uma emissora de rádio,

é necessário que o locutor tenha passado por uma série de situações sociais anteriores. O conhecimento de mundo, as conversas, as formas de pensar, os livros lidos, os filmes assistidos, as relações com os colegas de trabalho ou familiares, a hierarquia presente na administração de uma emissora, entre tantos outros aspectos, interferem na forma como determinado conteúdo é levado ao ar.

No entanto, é necessário entender que o estabelecimento de relações com o sujeito ouvinte é um dos objetivos de quem produz conteúdo sonoro e, por isso, entende-se que conhecer o ouvinte de determinado fenômeno radiofônico é um passo importante nos caminhos de qualquer pesquisa a respeito de interações radiofônicas.

Desse modo, o ouvinte está presente em todo o processo de comunicação do rádio, sendo, assim como o comunicador, um sujeito que vive em interação social. Logo, ele é parte da produção dos conteúdos radiofônicos, visto que é um processo que envolve ambas as partes. A respeito disso, é importante reforçar que a percepção do ouvinte como integrante da produção não se esgota no momento do contato dialógico desse ouvinte com o programa. Ao olhar para a comunicação radiofônica a partir da perspectiva interacional (Blumer, 1969; Goffman, 2004; Mead, 1964) percebe-se que as decisões, a definição dos conteúdos, a escolha das trilhas, as performances dos locutores e a própria configuração dos programas de rádio passam pelo ouvinte.

A estruturação de um radiojornal pode exemplificar essa participação mais ampla do ouvinte. A definição das pautas, da ordem de possíveis editorias, as trilhas ou os efeitos sonoros utilizados, o tamanho das reportagens, as palavras escolhidas pelo apresentador, as publicidades, o próprio horário de veiculação levam em conta o ouvinte. Ao pensar nesse mesmo radiojornal sendo levado ao ar, além da antena *hertziana*, em um streaming de um site ou em uma live do Instagram, considera-se também que a plataforma escolhida, o tipo de elemento parassonoro associado ao conteúdo passa, também, pela percepção de quem é o ouvinte do programa.

Diante disso, leva-se em consideração os apontamentos de Castro e Bruck (2012). Para os autores, é necessário que se estabeleçam demarcações sobre o que é o receptor real e do que se trata o ouvinte imaginário. Este último, refere-se àquele que é idealizado pelo jornalista (ou pelo locutor) no momento da elaboração dos conteúdos, como uma nota ou uma reportagem. Ocorrem, portanto, diferentes caracterizações de audiência que podem, ou não, dialogar.

O ouvinte real, aquele que se manifesta, cobra, sugere, identifica-se ou rejeita, pode imergir das pesquisas de audiência, dos telefonemas dados à redação, das cartas e e-mails enviados aos comunicadores. Tem, em algumas emissoras, uma participação direta e ativa na programação, podendo falar, “no ar”, expressando suas informações e opiniões a respeito de assuntos em debate. (Castro & Bruck, 2012, p. 50)

O ouvinte apontado pelos autores como real é aquele que se faz perceber pela produção. Ele propõe interações diretas, sejam elas de forma espontânea, como quando envia uma mensagem solicitando a execução de uma música e, assim, indica para a produção que é adepto de determinado estilo musical, ou ainda atendendo às solicitações dos próprios comunicadores enviando pautas, comentando assuntos, elogiando, criticando etc. Dessa forma, esse ouvinte oferece dados importantes que ajudam a equipe a organizar os conteúdos a serem transmitidos.

Com base no cenário exposto, compreender quem é o ouvinte real de determinado programa ou emissora representa um passo fundamental na construção de investigações a respeito dos fenômenos radiofônicos.

Essa necessidade de conhecer aspectos do público ouvinte reflete nas pesquisas que compõem o corpus realizado por análise de conteúdo. Ao categorizar o corpus formado pelas 15 teses ou dissertações citadas na introdução, a categoria Interação e Diálogo com o Público Ouvinte é a que apresenta o maior número de trabalhos. São pesquisas que consideram as perspectivas da audiência e apontam preocupação com



a participação do ouvinte no radiojornalismo, no rádio esportivo, no rádio expandido, entre outros. São investigações predominantemente qualitativas e que acionam uma variedade de métodos, técnicas e ferramentas metodológicas. Uma dessas teses, por exemplo, apresenta nove diferentes acionamentos metodológicos em sua trajetória.

A variedade de acionamentos encontrados na categoria indica que, ao investigar audiências da comunicação radiofônica, as possibilidades analíticas são muitas. A predominância de trabalhos qualitativos com percursos multimetodológicos aponta que as investigações a respeito da audiência são pesquisas complexas que trabalham com aspectos múltiplos.

Chama a atenção o fato de a preocupação central dos autores das pesquisas analisadas ser a discussão das características e atitudes do ouvinte real. No entanto, é preciso levar em conta que nem todos os ouvintes de determinado programa oferecem feedback direto em relação às temáticas abordadas ao longo da programação. Ressalta-se que o ouvinte que não oferece de forma direta essas informações para a equipe de produção está em oposição ao que Castro e Bruck (2012) classificam como real, ou seja, algo que efetivamente existe. Dessa forma, entende-se que o ouvinte “imaginário”, aquele que é idealizado pela produção, também é real e assume um papel significativo no processo comunicativo radiofônico.

Para justificar a percepção apontada, são acionadas as reflexões estabelecidas pelos pesquisadores da Escola de Chicago. Os apontamentos de Mead (1964), Goffman (2004) e Blumer (1969) permitem compreender que os sujeitos sociais agem a partir de fatores relacionados, também, às expectativas do outro. Essas expectativas são geradas nas interações sociais, ou seja, nas relações que se constroem em sociedade. Elas são constantemente atualizadas, visto que a sociedade vive em movimento, fazendo com que os sujeitos da produção (o locutor/apresentador/comunicador) tomem suas decisões e, ao se colocarem em contato direto com o público por meio do produto, representem papéis que não são estáveis. Nesse sentido, as expectativas são reais e estão presentes nas fases produtivas.

Castro e Bruck (2012) indicam que, apesar de o ouvinte ser o destinatário, ele está presente desde os primeiros passos da construção de um enunciado. Pode-se pensar, nesse sentido, que as relações entre ouvinte e produção estão presentes desde o momento em que se inicia o processo de construção do projeto editorial de determinado programa radiofônico. A ideia inicial de desenvolver determinado tipo de programa já indica que a produção construiu um ouvinte presumido, idealizado.

Nesse sentido,

A sugestão é a de que é a partir dessa constituição do “receptor pressuposto” que se dá a formulação da maneira de falar, da angulação do cotidiano, da definição das pautas etc. Mesmo que não se dê conta disso, o emissor tem na figura do receptor ideal um norteador da produção do seu discurso. (Castro & Bruck, 2012, p. 50)

Assim, a partir da perspectiva apresentada, o ouvinte presumido apresenta-se como uma referência para a produção. Esse perfil presumido de ouvinte é, portanto, um dado capaz de auxiliar na compreensão das interações comunicativas do rádio contemporâneo.

Identificar a caracterização do ouvinte real e do ouvinte presumido é importante no processo investigativo de qualquer pesquisa relacionada a fenômenos radiofônicos. Não se sugere que deva ser inserido no foco principal das análises radiofônicas. No entanto, ao compreender o rádio como meio multifacetado, defende-se que esse olhar para o ouvinte deve ser considerado. Propõe-se que o aprofundamento das discussões relacionadas a esse aspecto seja definido a partir do objetivo de cada análise.

Da mesma forma, reforça-se que a instrumentalização das pesquisas também é definida a partir dos objetivos e do problema de cada investigação. O olhar para esse corpus mencionado permite apontar diferentes instrumentos que podem auxiliar na caracterização do ouvinte e no papel que ele desempenha em todo o processo de comunicação radiofônica. A identificação da caracterização do ouvinte real,

por exemplo, pode ser realizada por meio da análise de conteúdo sonoro, análise conversacional, pesquisas de audiência, realizadas por meio de questionários ou entrevistas. Em casos em que se trabalha com fenômenos relacionados ao rádio expandido, é possível identificar características desse ouvinte analisando seus perfis nas redes sociais. No entanto, é preciso considerar que nem todo internauta (ou interagente, seguidor) é ouvinte do conteúdo sonoro. A escuta cruzada, proposta por Bessalok (2015) pode ser eficiente para a busca de indícios a respeito da identificação do público que é, efetivamente, ouvinte de uma determinada produção ou interação a partir de conteúdos integrantes do que chamamos de subsistema parassonoro.

Já o olhar para a caracterização do ouvinte presumido pela produção pode ser realizado por meio de entrevistas com a equipe de produção, da análise do conteúdo sonoro, da análise do discurso. Destaca-se que o olhar do pesquisador para a caracterização dos fenômenos assume um papel protagonista. Perceber, por exemplo, que uma emissora que foi pensada para transmitir sua programação via amplitude modulada passa a ocupar espaços como os aplicativos de celular permite ao pesquisador apontar que a produção presume que seus ouvintes têm acesso a smartphones.

As sugestões de instrumentos para investigar o papel do ouvinte na produção dos conteúdos radiofônicos apontadas emergem dos dados identificados na pesquisa já citada sobre os acionamentos teóricos das teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) brasileiros. Naturalmente, outras ferramentas, tanto de coleta de materiais como de análise, podem ser utilizadas. A preocupação maior, neste trabalho, está em sugerir que a identificação de quem é o ouvinte e de qual é a ideia de ouvinte pressuposta pela produção são fundamentais na pesquisa a respeito de fenômenos radiofônicos, pois essa identificação fornece pistas para compreender como são construídos seus produtos.

No entanto, defende-se que a inclusão da caracterização do ouvinte como um passo de qualquer pesquisa que investigue a comunicação sonora não se esgota no momento em que o pesquisador identifica o ouvinte real e o ouvinte presumido. A discussão pode e deve ser ampliada para além de um perfil traçado pelo pesquisador. Mas como avançar nessa questão?

Salienta-se que, ao pensar o rádio pela perspectiva internacional (Blumer, 1969; Goffman, 2004; Mead, 1964), é necessário considerar que se pensa um processo comunicativo em que os agentes envolvidos ajustam-se uns aos outros. Isto é, ao mesmo tempo em que a instância produtiva tem a ideia de seu ouvinte médio e molda o seu conteúdo mantendo em mente esse perfil, o ouvinte também age, ainda que nem sempre de forma direta, a partir do que a produção lhe oferece. Isso acontece, por exemplo, na atribuição de sentido que os ouvintes fazem de algum conteúdo. Considerando isso, acredita-se que lançar perguntas a respeito da caracterização dos ouvintes pode auxiliar na exploração do objeto em análise. A imagem a seguir indica questões que podem guiar a reflexão do pesquisador na busca por compreender de forma mais aprofundada quem é e o que fazem os ouvintes de determinado fenômeno radiofônico:

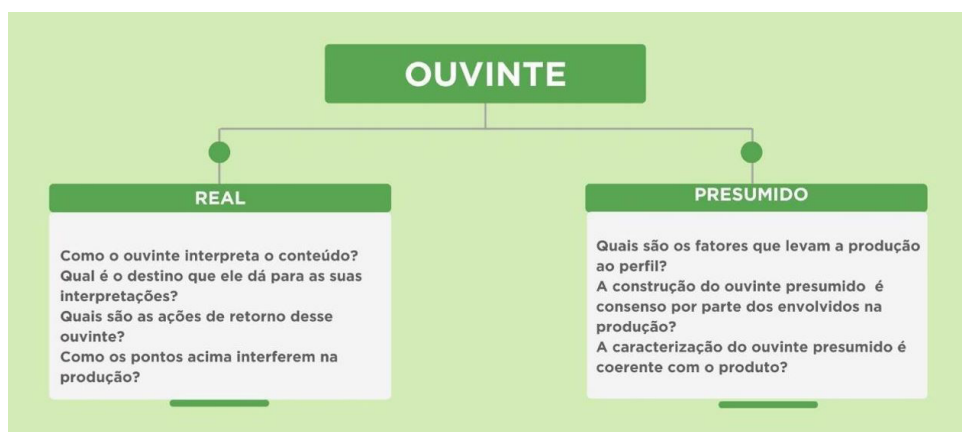


Figura 2: Perguntas orientadoras para refletir sobre a caracterização do ouvinte  
 Nota. Elaboração própria.

É viável pontuar que, conforme mencionado, o contexto de uma sociedade digital oferece condições para que as interações na perspectiva do ouvinte, seja ele real ou presumido, sejam ampliadas. Quando se pensa no ouvinte real, por exemplo, e questiona-se o destino que ele atribui às suas interpretações ou quando se fala nas ações de retorno, consideram-se as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais que não faziam parte do contexto da comunicação radiofônica anteriormente. Da mesma forma, a inferência necessária para a construção da ideia de um ouvinte presumido pode ser construída a partir da observação de presença e ações em espaços que antes não eram utilizados, como redes sociais, aplicativos de mensagens, entre outros. Nesse sentido, percebe-se a presença de interagentes não presentes no processo comunicativo em um período anterior da história da comunicação radiofônica.

### Considerações Finais

Conforme mencionado na introdução deste artigo, a discussão sobre a caracterização da audiência integra uma proposta mais ampla, que tem o objetivo de desenvolver um protocolo que pudesse oferecer possibilidades para pesquisas que tomassem o rádio contemporâneo como objeto empírico para diversos tipos de análises. O desenvolvimento propõe a apresentação de um “protocolo aberto”, o qual indica pontos de observação dos fenômenos, mas compreende que cada objetivo e problemática de pesquisa que considerá-lo em seu processo metodológico deverá adaptá-lo, mirando nas suas definições e no objeto empírico que se propõe a analisar.

No percurso da pesquisa, chegou-se à compreensão de que, para analisar processos comunicativos do rádio contemporâneo, é necessário que se olhe para, pelo menos, quatro camadas de análise; entre elas, a caracterização do ouvinte, que é o foco deste texto.

Ao propor olhar para a caracterização do ouvinte, leva-se em conta que ele sempre foi ativo. Isso significa que, desde as primeiras produções radiofônicas registradas na história, o ouvinte sempre foi uma figura central nesse processo. Embora, na época, as opções de feedback fossem mais escassas, mas não ausentes, e com características diferentes das atuais, o ouvinte sempre foi considerado na hora de se pensar na produção dos conteúdos radiofônicos. Nesse sentido, sugere-se a identificação de quem é o ouvinte e de qual é a ideia de ouvinte pressuposta pela produção, a partir da definição de ouvinte real e ouvinte presumido apresentada por Castro e Bruck (2012). Acredita-se que essa caracterização, juntamente com as reflexões a respeito da interpretação do conteúdo radiofônico e a apropriação que o ouvinte faz desse conteúdo, pode fornecer pistas importantes nas investigações dos processos de comunicação radiofônica.

### Referências

Bardin, L. (2021). *Análise de Conteúdo* (4 ed.). Edições 70.

Bauer, M. W. (2008). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 189-217). Vozes.

Bespalhok, F. L. B. (2015). *As interações no rádio expandido: a experiência das emissoras curitibanas Massa FM, Caiobá FM e 98 FM*. [Tese de doutorado, Universidade Tuiuti do Paraná].

Blumer, H. (1969). *Symbolic Interactionism: perspective and method*. University of California.

Castro, K., & Bruck, M. S. (2012). *Radiojornalismo: retórica e vinculação social*. Intermeios.

Cunha, M. (2016). *O rádio na nova ecologia da mídia*. In V. Zuculoto, D. C. Lopez, & M. Kischinhevsky (Orgs.), *Estudos Radiofônicos no Brasil – 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom* (v. 22, pp. 343-356). Intercom.

Ferraretto, L. A. (2000). *Rádio: o veículo, a história e a técnica*. Sagra Luzzatto.

Ferraretto, L. A. (2014). *Rádio: teoria e prática*. Summus.

Fonseca Junior, W. C. (2011). Análise de Conteúdo. In J. Duarte, & A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (pp. 280-304). Atlas.

Goffman, E. (2004). *A representação do eu na vida cotidiana*. Vozes.

Heitzmann, P. Z., & Kaseker, M. *UEL FM no Facebook: curta, comente e compartilhe* [Apresentação de trabalho]. XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Kischinhevsky, M. (2007). *O rádio sem onda: convergência digital e novos desafios na radiodifusão*. E-papers.

Kischinhevsky, M. (2016). *Rádio e Mídias Sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação*. Mauad X.

Kischinhevsky, M. (2021). *Notas para uma metodologia de pesquisa em rádio expandido* [Apresentação de trabalho]. XLIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt4-rm/marcelo-kischinhevsky.pdf>

Kischinhevsky, M., Fernández, J. L., Benzecry, L., Mustafá, I., Campos, L. B., Ribeiro, C., & Victor, R. (2015). *Desafios metodológicos nos estudos radiofônicos no século XXI* [Apresentação de trabalho]. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Kuckartz, U., & Radiker, S. (2023). *Qualitative Content Analysis: Methods, Practice and Software*. Sage.

Lopez, D. C. (2010). *Radiojornalismo Hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. LabCom Books.

Lopez, D. C. (2016). (Re)Construindo o conceito de audiência no rádio em cenário de convergência. In V. Zuculoto, D. C. Lopez, & M. Kischinhevsky (Orgs.), *Estudos Radiofônicos no Brasil – 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom* (v. 22, pp. 326-342). Intercom.

Lopez, D. C., Viana, L., Alves, T. K., Ferreira, L. S., & Santos, P. F. (2015). Audiência radiofônica: a construção de um conceito a partir da metamorfose do meio. *Ação Midiática*, (10), 181-198.

Lopez, D. C., Betti, J. G., Freire, M., & Gomes, J. (2021). *Metodologia para análise de referência com apoio em software: a abordagem de gênero nos estudos radiofônicos* [Apresentação de trabalho]. XLIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt4-rm/debora-cristina-lopez.pdf>

Masip, P., Guallar, J., Peralta, M., Ruiz, C., & Suau, J. (2015). Audiencias activas y periodismo: ¿ciudadanos implicados o consumidores motivados? *Brazilian Journalism Research*, 11(1), 240-261. <https://doi.org/10.25200/BJR.v11n1.2015.795>

Mayring, P. (2014). *Qualitative content analysis: theoretical foundation basic procedures and software solution* Klagenfurt, Austria, 2014.

Mead, G. H. (1964). *Mind, Self and Society – from the Standpoint of a Social Behaviorist*. University Chicago Press.

Ortriwano, G. S. (1985). *A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. Summus.

Paiva, F., Bezerra, E. P., & Nicolau, M. (2015). *As novas do rádio: reflexões sobre a experiência particular e coletiva na cultura do streaming* [Apresentação de trabalho]. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Quadros, C. I., Bernal, F. L. B., Bianchi, G. S., & Kaseker, M. P. (2017). Perfis de ouvintes: perspectivas e desafios no panorama radiofônico. *Matrizes*, 11(1), 189-209. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i1p189-209>

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso.

# Rumo ao FM: Impasse e Expectativa em Rádios AM Curitibanas

## João Cubas Martins

Relações Públicas formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM/UFPR). E-mail: joaocubas@ufpr.br

## Maíra Rossin Gioia de Brito

Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) com especialização em Comunicação Organizacional e mestrado em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atualmente é doutoranda em Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenadora do Núcleo de Jornalismo da Agência Escola UFPR. E-mail: mairargioia@gmail.com

## José Carlos Fernandes

Professor do curso de Comunicação Social – Jornalismo e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Possui doutorado e mestrado em Estudos Literários pela UFPR, especialização em História da Arte no Século XX pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap). É graduado em Filosofia pelo Cearp (1985), em Jornalismo pela UFPR e em Gravura pela Escola de Belas Artes do Paraná (1993). E-mail: zeca@ufpr.br

## Valquíria Michela John

Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em

**Resumo:** As reflexões deste artigo partem de uma premissa bem provocativa: a recepção não é apenas uma etapa do processo de comunicação. É um lugar novo, de onde devemos repensar os estudos e a pesquisa de comunicação. Ela não é uma etapa como sugerido pela escola norte-americana, que de algum modo nos impingiu uma espécie de história artificial, durante anos estudada pela sociologia, essencialmente a economia do emissor, e, posteriormente, pela análise semiótica da ideologia da mensagem. Procurando romper com a concepção “etapista”, quero propor que a recepção se constitui numa espécie de metáfora de reencontro dos estudos da comunicação com a sociedade latino-americana de hoje – e não dos anos 1970, quando os estudos de comunicação começaram a ter importância nas escolas e na sociedade.

**Palavras-chave:** recepção, estudos culturais latino-americanos, comunicação social.

## América Latina y los Años Recientes: el Estudio de la Recepción en la Comunicación Social

**Resumen:** Las reflexiones de este estudio parten de una premisa bastante provocativa: la recepción no es solo una etapa del proceso de comunicación, sino un lugar nuevo, donde debemos repensar los estudios y la investigación en comunicación. No es una etapa como lo sugería la escuela norteamericana, que de algún modo nos impuso una especie de historia artificial, estudiada durante años por la sociología, esencialmente la economía del emisor, y, posteriormente, por el análisis semiótico de la ideología del mensaje. Tratando de romper con la concepción “etapista”, quisiera proponer que la recepción se constituye en una especie de metáfora del reencuentro de los estudios de la comunicación con la sociedad latinoamericana actual, y no con la de los años 1970, cuando los estudios de comunicación comenzaron a cobrar importancia en las escuelas y en la sociedad.

**Palabras clave:** recepción, estudios culturales latinoamericanos, comunicación social.

## Latin America and Recent Years: The Study of Reception in Mass Communication

**Abstract:** These reflections are based on a rather provocative premise: reception is not merely a stage in the communication process, it is a new place from which we must rethink communication studies and research. It is not a stage, as suggested by the North American school, that somewhat imposed on us a kind of artificial history, studied for years by sociology—essentially focusing on the economics of the sender—and later by the semiotic analysis of the ideology of the message. Seeking to break away from this “staged” conception, I propose that reception constitutes a kind of metaphor for reconnecting communication studies with today’s Latin American society—and not that of the 1970s, when communication studies began to gain importance in schools and society

**Keywords:** reception, Latin American cultural studies, mass communication

Comunicação (PPGCom) e da graduação do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Paraná (Decom/UFPR). Vice-líder do grupo Nefics. Coordena o grupo Obitel UFPR, integrante da Rede Obitel Brasil. Atua na Agência Escola de Comunicação Pública e Divulgação Científica da UFPR e no Programa Interinstitucional Ciência Cidadã na Escola. Bolsista PQ2 CNPq. É vice-presidente da Compós. E-mail: vmichela@gmail.com

<sup>1</sup> . A faixa estendida refere-se à extensão da faixa de transmissão FM entre 76,1 e 87,3 MHz, além da faixa convencional de 87,5 a 108 MHz. Anteriormente, o espectro era utilizado para transmitir canais de televisão VHF 5 e 6 antes da transmissão da televisão digital no Brasil e que foram desativados.

A migração das rádios em amplitude modulada (AM) para frequência modulada (FM) é um processo que completa sua primeira década no Brasil. Desde 2013, mais de mil emissoras brasileiras passaram a transmitir nesta faixa. Porém, para uma parcela dessas rádios, em especial nas capitais, não houve espaço na faixa tradicional (após 87,5 Mhz). A alternativa encontrada pelo Ministério das Comunicações (MCom) foi a inserção na faixa estendida<sup>1</sup>. As transmissões nessa nova faixa tiveram início em maio de 2021. Dez emissoras, localizadas em sete capitais brasileiras, foram autorizadas pelo MCom a emitirem seus sinais em caráter científico, ou seja, em menor potência do que a definitiva, por 60 dias. Após esse período, as emissoras poderiam irradiar as potências determinadas pelo MCom e continuar, por até cinco anos, com as transmissões em AM, de maneira facultativa. Esse processo interfere na forma como os ouvintes recebem os sinais, na programação dessas rádios e, especialmente, no modo como os radiodifusores procuram soluções para esse reposicionamento, nas áreas tecnológicas e editoriais, sendo estes o foco desse estudo.

Além do fato de a nova faixa não ser sintonizável em todos os aparelhos, o rádio em si enfrenta uma forte concorrência para sobreviver nas configurações em que foi concebido há mais de cem anos. A disputa com a TV, *sites* e, mais recentemente, com outras plataformas digitais, como os serviços de *streaming*, foram desafios impostos a esse veículo que, com resiliência, permanece presente no ecossistema midiático, a despeito das mudanças e da presença de outros meios. Além disso, a ausência da faixa AM em diversos dispositivos é um dos motivos que levam ao esquecimento da faixa pelo mercado e ouvintes (Farias & Zuculoto, 2017).

No cenário atual, é necessário considerar a transformação e adaptação do rádio com o uso da Internet. Kischinhevsky (2016, p. 22) entende “como rádio tudo aquilo que a sociedade considera rádio . . . É um meio que transmite, na forma de sons, conteúdos jornalísticos, de serviço, de entretenimento, musicais, educativos e publicitários”. O autor defende que não se deve tratar de rádio no sentido de tecnologia de transmissão de ondas hertzianas e, sim, como o que constituiria o radiofônico, o seu conteúdo. Por tudo isso, a migração das emissoras AM para a faixa FM pode ser “uma possibilidade de ressignificação do meio, enquanto uma política pública, que pode representar crescimento e atualização técnica e de conteúdo para empresas de rádio” (Prata & Del Bianco, 2018, p. 36).

Com o presente artigo, cujos resultados fazem parte da dissertação de um dos autores (Martins, 2024), espera-se contribuir para o entendimento do fenômeno da migração AM/FM, a respeito dos entraves à migração, da interferência do cenário político e econômico, das questões administrativas e políticas que emergem do processo e da expectativa de reformulação na programação. São objeto da pesquisa duas das mais tradicionais emissoras AM da capital paranaense. Uma delas já está no ar na faixa estendida e a outra permanece no AM: Banda B e Difusora, respectivamente. O estudo se justifica também pois, em números absolutos, de acordo com dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em 2024, o Paraná é o segundo estado brasileiro com maior número de rádios em processo de saída da faixa AM concluído, com 154 emissoras, perdendo apenas para São Paulo, que possui 219 rádios migrantes.

Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico para delinear os principais fatos que envolveram a migração AM/FM nos aspectos tecnológicos e políticos (por se tratar de uma concessão pública) e a convergência tecnológica, considerando o rádio hoje em um contexto expandido (Kischinhevsky, 2016) e hipermediático (Lopez, 2010). Por fim, a etapa de campo envolveu entrevistas realizadas com gestores das duas emissoras. De maneira geral, os radiodifusores anseiam pela transição para a faixa FM, devido aos desafios enfrentados pelas emissoras para garantir sua permanência no ar. No entanto, como o processo ainda está em andamento, restam muitas incertezas quando ao futuro e a organização da programação, faturamento e audiência na faixa estendida.

### Como Chegamos Até Aqui?

Nos anos 1980, houve a expansão e consolidação do rádio em FM no Brasil. Ao oferecer uma qualidade de som superior, as rádios passaram a investir em alcance e audiências segmentadas. As emissoras encontraram espaço para anúncios em outros meios, como a realização de grandes shows, e se vendiam como grandes intermediárias do negócio da música. Ter equipamentos de reprodução sonora para a escuta de rádio se tornou um fator de status e de promoção pessoal (Kischinhevsky, 2016). As estações em FM, beneficiadas por uma maior qualidade de áudio mais elevada, adotaram o modelo estadunidense, focado majoritariamente em programação musical. Por outro lado, as rádios AM se especializaram na prestação de serviços e nas transmissões esportivas, por meio de uma linguagem mais acessível e popular (Betti, 2015).

Nos anos 1990, o início das transmissões via-satélite significou uma quebra de paradigma, na medida em que muitas emissoras do interior passaram a transmitir programações uniformes, no padrão dos grandes centros. Nesse contexto, restou à AM o reforço na informação local (Farias & Zuculoto, 2017).

Na década seguinte, tiveram início as discussões sobre a digitalização das transmissões radiofônicas. Ao contrário do que aconteceu com a TV, em que este processo passou pela transmissão e recepção, o rádio manteve a evolução tecnológica apenas do estúdio para dentro. Fitas K7 deram lugar a modernos equipamentos de programação, em que muitas vezes a presença do locutor se torna dispensável. Porém, as decisões governamentais mostram que o setor ainda permanece aos sabores do mercado (Kischinhevsky, 2016). Para o autor, a escolha pela migração das rádios AM para o FM refletiu “a preocupação de assegurar espaço na maior base de receptores do país na atualidade – os telefones celulares” (p. 57) e, em sua essência, o autor define a migração como de “analógica para analógica”.

Durante anos, assim como na TV digital, consórcios estadunidenses, europeus e japoneses ofereceram soluções para trazer ao rádio AM a qualidade de FM e com possibilidade de multiprogramação. De acordo com Kischinhevsky (2016), durante os anos 2000, houve testes em que as soluções se mostraram aquém da tecnologia analógica. Em 2007, pesquisadores da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação (Intercom) e o Ministério das Comunicações, ocupado na época pelo jornalista Hélio Costa, viabilizaram diretrizes de como ocorreria a digitalização, mas a saída do ministro e a visão dos empresários de comunicação arrefeceram a discussão. A popularização da Internet e do uso do celular para acessar o rádio FM fizeram com que não houvesse mais interesse pelos testes de rádio digital (Del Bianco, 2013, p. 60).

A indefinição da política adotada pelo Brasil impactou a gestão das rádios. Melech et al. (2007) registraram o desinteresse das emissoras de Curitiba (PR), na época, em participar dos testes para o rádio digital. As emissoras consultadas na pesquisa se subordinavam aos testes realizados em outros estados, enquanto os jornalistas paranaenses que atuavam no rádio estavam distantes desse processo.

Enquanto os dirigentes das emissoras parecem ter interesse em adiar ao máximo a digitalização no Paraná, por questões financeiras e comodidade diante da necessidade de grandes mudanças em suas rotinas produtivas, a maioria dos jornalistas que atuam no rádio paranaense vive uma realidade muito distante desse processo. Enfrentando um quadro de excesso de trabalho e falta de equipamentos, muitos estão mal-informados e totalmente despreparados para a transformação que o rádio digital deve imprimir ao seu cotidiano. (Melech et al., 2007, p. 12)

Del Bianco (2013) enfatiza que na disputa em torno do digital e da migração para o FM, prevalecia o futuro do rádio no Brasil, “em termos de investimentos, desenvolvimento de novos conteúdos e linguagens, convergência e ampliação da base de ouvintes” (p. 60).



Com a inconclusão dos estudos referentes à digitalização, o governo brasileiro ofereceu aos radiodifusores a possibilidade de migração para a faixa FM. No dia 7 de novembro de 2013, Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 8.139, que delimita as condições para a extinção do serviço de radiodifusão em ondas médias de caráter local (com potência de até 1 kW) e para a adaptação das outorgas vigentes para a execução desse serviço em frequência modulada. Segundo o Decreto, as emissoras AM tinham o prazo de um ano para solicitar a adaptação de suas outorgas, devendo arcar com as taxas correspondentes ao uso da radiofrequência estabelecidos pela Anatel e pelo MCom.

Em 18 de março de 2016, a Rádio Progresso, de Juazeiro do Norte/CE, tornou-se a primeira emissora do país a migrar da faixa AM para FM. Nos anos seguintes, os chamados mutirões do governo federal viabilizaram a assinatura da documentação da migração nos estados (Migração AM-FM, 2023). Até setembro de 2024, das mais de 1.700 emissoras brasileiras originárias no AM outorgadas pela Anatel, 1.679 haviam solicitado a migração para a faixa FM. Destas, 1.280 estavam com os processos de migração concluído junto ao MCom. Em números relativos, os estados de Roraima e Santa Catarina estão com o processo mais avançado, com mais de 95% das emissoras transmitindo em FM.

Em números absolutos, São Paulo (219), Paraná (154) e Minas Gerais (148) são os estados com mais rádios que estão saindo da faixa AM, seguidos de Rio Grande do Sul (112), Santa Catarina (102). Bahia e Ceará, com números próximos a 60 rádios, vão na sequência, o que indica que o processo está mais avançado no Centro-Sul do Brasil (Migração AM/FM, 2024).

De acordo com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), o prazo final para a digitalização da televisão em todo o Brasil seria em 31 de dezembro de 2023, quando haveria o término do processo de desligamento do sinal analógico da televisão brasileira e consequente disponibilização das faixas 5 e 6 para o uso em FM na Faixa Estendida. Porém, no dia 8 de dezembro, o MCom publicou a Portaria nº 11.476, que estendeu até junho de 2025 o prazo para o encerramento das transmissões analógicas de TV aberta nas 1.005 cidades brasileiras em que o serviço ainda permanece.

Vale destacar que o processo de migração não é obrigatório. As estações que não solicitaram a migração para o FM poderão continuar no ar em AM. O que será extinto é a categoria de AM local, ou seja, as estações de baixa potência, com até 1.000 Watts de potência. As locais que operam em AM e não desejam ir para o FM, deverão migrar para outras categorias de operação na faixa AM (regional e nacional).

Ainda há um número significativo de emissoras em processo de adaptação a essas mudanças tecnológicas e regulatórias, seja por questões técnicas ou financeiras. É importante observar que a migração de AM para FM é um processo complexo, que envolve investimentos em infraestrutura, adequação de equipamentos, obtenção de novas outorgas e autorizações, entre outros procedimentos. Ainda assim, muitas emissoras têm buscado realizar essa migração visando aproveitar os benefícios oferecidos pela faixa FM e se adequar às preferências e demandas do público ouvinte.

Nesse cenário, o fator econômico pesa. De acordo com dados do Ministério das Comunicações, obtidos pela Revista Piauí, 156 emissoras AM locais decidiram fechar as portas durante o processo de migração. Ainda conforme a publicação, embora houvesse pedidos de ajuda ou incentivo ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nenhum deles foi aceito para esse tipo de migração (Faddul, 2023).

Dois casos exemplificam essa realidade. A Rádio Pelotense 620 AM, no Rio Grande do Sul, foi uma das que encerrou suas atividades. Inaugurada em 1925, era a rádio mais antiga do estado. Com um patrimônio negativo estimado em R\$ 13 milhões, não resistiu à mudança e fechou as portas em agosto de 2023. O terreno onde estava o transmissor AM, localizado em uma área valorizada da cidade, foi vendido para um supermercado (Freitag-Júnior, 2023).

Mais emblemático é o fechamento da Rádio Clube do Recife, considerada a primeira emissora brasileira, criada por estudantes radioamadores em 6 de abril de 1919 (Ferreira, 2022). A diretoria da rádio não divulgou publicamente os motivos que levaram a essa decisão. Entretanto, de acordo com profissionais da emissora, o encerramento das atividades, ocorrido em 7 de dezembro de 2023, foi devido “às dificuldades de renovação e inovação do meio de comunicação” (“Equipe da Rádio”, 2023). A Rádio Clube se caracterizou pela tradição nas transmissões esportivas e, em 2021, tornou-se Patrimônio Cultural Imaterial do Recife.

Em 2019, uma pesquisa verificou o possível reposicionamento de 238 emissoras AM que migraram para o FM. Na ocasião, mais uma vez apareceu a expectativa do aumento da audiência, especialmente pelo smartphone. Por essa razão, as emissoras pesquisadas investiram em sites, aplicativos para celular, fanpage no Facebook, perfil no Twitter e, em alguns casos, perfil no Instagram e canal no YouTube (Lopez et al., 2019, p. 5). Na ocasião, grande parte das emissoras esperava remodelar programas existentes (57,73%) e aumentar da programação jornalística (45,36%), (Lopez et al., 2019, p. 6). Havia também o desejo de trazer utilidade pública à programação com mais jornalismo, mas por outro lado, um barateamento de custos ao aderir a uma rede.

Com esses dados, Lopez et al. (2019) perceberam que a migração trazia, em suas impressões iniciais, uma expectativa de sobrevivência ao meio, com aumento no faturamento no primeiro ano de novo dial. Porém, isso não era uma regra, pois para muitas delas isso ainda era uma perspectiva, que variava o seu grau de acordo com a emissora. (Lopez et al., 2019, p. 14). Ainda assim, as autoras acreditavam na confiança que o veículo possui para garantir que as empresas poderiam se adaptar a essas mudanças.

Em 2023, os pesquisadores Nair Prata, Nélia Del Bianco e Tito Ballesteros realizaram um estudo sobre o Rádio AM na América Latina. O cenário é similar ao brasileiro. Nos países vizinhos, digitalização e a migração não avançaram a largos passos e o consumo do rádio AM segue residual. Ainda que a informação local se propague de forma muito rápida pela Internet, o rádio segue como um canal de confiança da comunidade, em especial em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. “O AM tem a virtude de chegar aos lugares mais remotos do território nacional, ali, onde as OTTs<sup>2</sup>, os podcasts e outras produções audiovisuais não são vistos, porque simplesmente não há Internet” (Matías, 2023, p. 293).

<sup>2</sup>. OTT (*over-the-top*) é uma expressão que se refere a serviços de conteúdo que são transmitidos pela internet, sem a necessidade de usar caixas de cabo ou ondas de rádio.

### As Rádios Analisadas

Este estudo propõe a análise de um fenômeno social em curso que é a migração AM/FM. Para isso, lança-se mão da teoria das representações sociais, proposta pelo romeno naturalizado francês Serge Moscovici. O autor estabelece que é possível compreender conhecimentos plurais que reforçam a identidade de grupos. Na obra *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Moscovici (2003) mostrou como os processos de mudança social são influenciados não apenas por grupos majoritários, mas também por grupos minoritários ou ainda pelas minorias. Sendo assim, o estudo se pauta do fato de que as emissoras AM também fazem parte da mudança social provocada pela transformação tecnológica.

Além disso, a classificação proposta por Ferraretto (2013, p. 54) é utilizada aqui para definir a segmentação das emissoras estudadas, considerando segmentação “como um processo em que, a partir da conciliação entre os anseios, interesses, necessidades e/ou objetivos do emissor e do receptor, além da identidade construída pelo primeiro, foca-se o rádio em uma dada parcela do público”. As duas emissoras estudadas podem ser classificadas como populares, característica do rádio produzido na faixa AM nas últimas décadas, pois “por vezes com práticas próximas do populismo – o comunicador que se coloca como um representante do povo ou uma espécie de defensor de suas causas –, apresenta programação baseada na simulação de uma conversa coloquial com o ouvinte” (Ferraretto, 2013, p. 55).

### Rádio Banda B

A rádio Banda B existe desde 1999, veiculando sua programação em AM (em que é a líder em audiência) e na faixa estendida de FM desde 2021. A emissora, de propriedade da família do ex-deputado estadual Luiz Carlos Martins, falecido em 2024, tem um perfil popular e uma programação generalista em formato relógio (Ferraretto, 2014), no qual predominam conteúdos jornalísticos e de variedades.

<sup>3</sup> . <https://www.bandab.com.br/>

Outro ponto de destaque da Banda B é que a emissora tem forte presença nas redes sociais e investe em seu portal de notícias<sup>3</sup>, que veicula notícias feitas pela equipe de jornalismo e de sites parceiros, como o Metrôpoles. Dessas inserções digitais vem boa parte do faturamento da rádio, ainda que sofram com as políticas de distribuição das notícias pelas redes comandadas pelo Meta.

Não houve grandes modificações na estrutura da rádio entre 2022 e 2023, com exceção da cobertura esportiva, que teve uma diminuição de 50% no pessoal envolvido a partir de julho de 2023. Nesse período, também ocorreu a não reeleição do proprietário da rádio após várias legislaturas. De acordo com a jornalista e diretora executiva da rádio Denise Mello, em entrevista a um dos autores, isso não interferiu na Banda B, uma vez que Luiz Carlos Martins continuou com o seu programa normalmente até o seu falecimento, em julho de 2024. A única diferença é que aumentou a participação de outros comunicadores dentro da atração.

### Rádio Difusora

A rádio Difusora está no ar desde 1956 e é parte do Sistema Integrado de Rádio (Sira) (Quadros et al., 2011). Também fazem parte desse grupo empresarial as rádios Ouro Verde FM e Caiobá FM. Passou por fases em que houve ênfase à música instrumental e ao automobilismo mas, desde 1984, mantém a programação mais popular, segundo o radialista e coordenador artístico das rádios, Cassiano Silvério, em entrevista concedida a um dos autores. A programação atual da Difusora é ao vivo das 5h às 12h, com períodos em rede com a Caiobá e a Ouro Verde, e gravada no restante do dia, com músicas voltadas ao público adulto, como sertanejo raiz, samba e jovem-guarda.

O complexo em que as três rádios se situam, no Bairro Cristo Rei, em Curitiba/PR, encontra-se em reformas visando futuras transmissões em conjunto pelas três emissoras. Ainda assim, a migração era vista com ressalvas pelo gestor entrevistado, uma vez que a emissora, embora tenha transmissores em Piraquara, na Região Metropolitana, tem concessão em Curitiba e, por este critério, receberia uma frequência na faixa estendida. Porém, após solicitações ao MCom e à Anatel, que envolveram a redução da potência da rádio, a emissora recebeu a outorga para uso da frequência 101,9 Mhz, que ainda não tinha ido ao ar até setembro de 2024.

### Metodologia

Após a análise da legislação e da bibliografia disponível sobre o tema, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores das duas rádios selecionadas, que ocorreram em duas fases: entre outubro e dezembro de 2022 e em dezembro de 2023. As perguntas versaram sobre os processos técnicos e burocráticos da migração; custos, realidade do mercado, competição pela audiência e programação, entre outros aspectos. A escolha da técnica se justifica em virtude de que “a entrevista pode ser um importante método de investigação, pois se trata de uma “encenação livre daquilo que esta pessoa viveu, sentiu e pensou a respeito de alguma coisa” (Bardin, 2016, p. 93). Seja ela mais estruturada ou mais aberta, o discurso do entrevistado é orquestrado de acordo com a sua vontade. A autora explica ainda que, embora a entrevista permita uma série de inferências, é necessário considerar a singularidade dos entrevistados (Bardin, 2016, p. 94). O estudo se pautou ainda pela aplicação de entrevistas semiestruturadas, que provocam a conversação, introduzindo o tema de maneira a não influenciar determinadas respostas do entrevistado (Vilela, 2006).

Nesse contexto, a inferência é considerada uma operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada (Fonseca-Junior, 2011, p. 284). De acordo com Bardin (2016), as inferências devem refletir valores tais como: as concepções ideológicas de uma sociedade, imagens, clichês, arquétipos culturais, sistema de crenças, estereótipos sociais, representação.

A partir disto, é possível determinar algumas inferências que podem ou não ser comprovadas em pesquisa de campo. Afinal, não é possível ignorar que um determinado discurso ocorre em função de um contexto e que algumas condições do contexto influenciam na construção do discurso (Fonseca-Junior, 2011, p. 283). No exemplo das rádios migrantes de Curitiba-PR, algumas inferências podem ser: mudança de programação em busca de um novo público; ajustes nas equipes em função dos maiores custos de transmissão; mudanças na programação, na linguagem e na relação com o ouvinte; a intensificação do uso de redes sociais para transmissão e interação; sujeição a marcos regulatórios governamentais, entre outros. Além disso, após uma entrevista-teste com um proprietário de rádio migrante (Martins, 2022), foi possível determinar algumas categorias de análise para entender o fenômeno da migração AM, as quais serão elencadas a seguir.

### O que Dizem os Gestores?

Para melhor compreensão, optou-se por classificar elementos em categorias, permitindo o agrupamento a partir de parte em comum entre eles. Dessa maneira, o material foi selecionado entre os seguintes extratos:

1. entraves à migração;
2. interferência do cenário político e econômico brasileiro;
3. questões políticas e administrativas que emergem do processo;
4. expectativa de reformulação na programação.

### Entraves à Migração

Nessa categoria, buscou-se entender, de maneira geral, os aspectos que dificultavam a migração das emissoras em definitivo para a faixa de FM estendida.

As rádios Banda B e Difusora concordam que, em relação a outros locais do Brasil, a migração em Curitiba andou mais devagar (porém, na verdade, entre as capitais, apenas São Paulo e Porto Alegre têm mais migrantes). Além disso, a falta de acessibilidade à nova faixa nos aparelhos convencionais e a não-digitalização foram aspectos que apareceram com mais evidência nos relatos.

Na visão da gestora da rádio Banda B, um dos entraves à migração é que não havia dinheiro em caixa para estruturar em definitivo a transmissão em FM da rádio, “a não ser que a família [proprietária] banque” (Mello, comunicação pessoal, 7 de dezembro de 2022).

Houve menção também de uma tentativa de ida para o FM alugando a frequência 107,1 Mhz, o que se mostrou inviável, em 2019 e que não havia uma expectativa de retorno imediato dos investimentos já realizados para a migração até aquele momento. “Mas se isso vai se pagar, eu hoje não sei, é uma aposta e vão sobreviver poucos. Imagina quando acabar [a faixa AM]. O que vai acontecer?” (Mello, comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023).

A falta de acesso a aparelhos com a faixa estendida também foi uma das dificuldades reportadas por Mello.

A Banda B distribui em sorteios rádios digitais. Mas ainda é muito aquém do que seria o necessário para você de fato dentro de uma faixa estendida, para você ter uma concorrência no mínimo justa, né com quem está na faixa normal do FM. (Mello, comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023).

Outro entrave é acostumar a audiência fiel a mudar de frequência. Essa seria uma das razões pela emissora ainda não ter desligado o seu transmissor AM. Por outro lado, Mello vê com bons olhos este público fixado na antiga faixa de transmissão, por ser ele que garante a audiência e o retorno financeiro no contexto atual.

Na opinião do coordenador da rádio Difusora, o investimento para transmissão na faixa estendida é a fundo perdido. Uma das razões é a injustiça com que vê emissoras de cidades vizinhas e que alcançam Curitiba conseguirem migrar para a faixa tradicional (após 87,5 Mhz). Assim, como a Banda B, a falta de aparelhos receptores da faixa estendida também é um complicador no processo.

Como é que você vai convencer as pessoas a comprarem um aparelho novo? Como vai fazer upgrade de algo que não tem como fazer? . . . vai chegar em um dado momento em que eles vão querer forçar uma situação para que a gente vá para a FM em um dial (estendido), é como se estivesse nos jogando em um precipício. (Silvério, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2022)

Uma contraproposta defendida por Cassiano Silvério é que se haja um reposicionamento para acomodar a Difusora e outras emissoras na faixa tradicional, mesmo que para isso outras FM já existentes tenham que deslocar suas frequências. “Se vier alguma solicitação pedindo pra gente realocar ou a 105.5 ou a 102.3 ou para frente ou para trás a gente vai abraçar . . . essa é a nossa grande esperança” (Silvério, comunicação pessoal, 18 de dezembro de 2023).

Há casos relatados por Silvério de outras emissoras que antes não chegavam em Curitiba e que agora exploram esse mercado na faixa tradicional após a migração, o que é considerado injusto, uma vez que o ouvinte da Difusora, de acordo com o relato, teria dificuldades em acessar a rádio em outro aparelho que não seja aquele com o qual acessa a rádio costumeiramente.

Por fim, o desligamento do AM está fora de cogitação neste momento. “OK, vamos para lá [faixa estendida], mas a gente não vai poder desligar a AM. Se desligarmos, a gente literalmente deixa de existir” (Silvério, comunicação pessoal, 18 de dezembro de 2023).

A digitalização das transmissões radiofônicas em ondas hertzianas é uma alternativa que, se aplicada, poderia ter dado maiores condições de competição no mercado, na visão do gestor da rádio Difusora.

Se fosse o DRM que é o Digital Radio Mondiale, então ali a gente poderia por exemplo na frequência 102,3 MHz (da Caiobá, outra emissora do grupo) estar com as três, em vez de ficar três dials diferentes, exatamente não sei como não foi possível isso. (Silvério, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2022)

Os relatos corroboram Lopez et al. (2019), que identificaram que no início a possibilidade de migração trouxe esperança aos gestores, com possível aumento no faturamento nos primeiros meses no novo dial, o que ainda não se concretizou. Porém, percebe-se que os gestores ainda desconfiam como essa mudança se efetivará, devido ao pequeno alcance que a faixa estendida possui.

### **Interferência do Cenário Político e Econômico Brasileiro**

Nesta categoria, avaliou-se como aspectos externos, como a transição entre os governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, a política do MCom e os resultados da economia afetaram a consecução dos planos de migração das duas emissoras.

Como consenso, os dois entrevistados reforçam a falta de incentivo governamental para a popularização da comercialização de aparelhos receptores com faixa estendida, além da morosidade para avanço do processo migratório das que ainda não saíram da faixa AM.

Para a diretora da rádio Banda B, o custo das novas outorgas deveria ser proporcional ao faturamento comprovado das emissoras, para não onerar os radiodifusores. “Deveria ter alguma comprovação, por exemplo, do faturamento. Quantos meses de faturamento leva para obter-se 700 mil, 1 milhão” (Mello, comunicação pessoal, 7 de dezembro de 2022). Outro ponto que ela vê com injustiça é que grandes grupos de mídia, que têm outras empresas para ajudar na diluição dos custos, levariam vantagem sob este aspecto. “Empresas que fazem partes de redes se financiam, conseguem pagar e entram no ar . . . Alguns não entraram porque não tem condição e em algum momento eles vão cair” (Mello, comunicação pessoal, 7 de dezembro de 2022).

Na segunda entrevista, após a troca de governo, a percepção é a de que a migração das Rádios AM não seria uma prioridade dos novos mandantes.

O que a gente lamenta é a falta de incentivo do governo federal, de uma atenção para essa migração do AM no Brasil inteiro e não teve . . . Muita coisa ficou sem se resolver no governo Bolsonaro, muita coisa para resolver no governo Lula e fica um limbo. Não se tem atenção para esse assunto no Brasil. (Mello, comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023)

As questões econômicas também atingiram o investimento na força de trabalho da emissora. Com a redução das verbas em 2023, a equipe responsável pelo futebol foi reduzida. Mas há a expectativa da retomada das contratações.

Por enquanto, nesse começo, janeiro fevereiro e março nós não vamos contratar. Mas a nossa expectativa é realmente, a partir do segundo trimestre, aí ampliar a equipe, mas é tradicionalmente o primeiro trimestre é muito difícil comercialmente para todo mundo. (Mello, comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023)

De acordo com o relato de Cassiano Silvério, o que falta é uma conversa mais direta entre o governo e o empresariado, para entender como uma campanha de troca de aparelhos, como ocorreu com a TV, poderia ser incentivada. “Isso vai ter que ser uma conversa direta com profissionais de mercado, não só quem entende de juridiquês, mas também quem entenda de comércio” (Silvério, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2022).

Outra questão levantada pelo gestor é o acompanhamento das ações junto às associações de emissoras, que representam as rádios junto à classe política. “Estou sempre acompanhando Abert, Aerp, todo esse processo aí de migração e tentando ficar a par disso tudo . . . Nós vamos ter que achar uma solução para isso, conversar” (Silvério, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2022).

Na segunda rodada, o gestor da rádio Difusora expressou sua insatisfação com os impasses com que o assunto migração foi tratado nas esferas governamentais. “O governo ficou com esse Juscelino Filho (ministro das comunicações do governo Lula) que enrolou, enrolou, enrolou e não decidiu nada” (Silvério, comunicação pessoal, 18 de dezembro de 2023). Na época da entrevista (dezembro de 2023), havia rumores de uma troca ministerial, o que não havia ocorrido até setembro de 2024, data do fechamento do artigo.

Nota-se que a interferência do cenário político e econômico brasileiro foi e está sendo determinante para a tensão no processo de migração das rádios, como enfatizou Del Bianco (2013) ao afirmar que aspectos como a disputa em torno do digital e da migração orientaram o futuro do meio radiofônico.

### **Questões Políticas e Administrativas que Emergem do Processo**

Observou-se que uma parcela considerável das emissoras brasileiras tem buscado se adaptar às mudanças tecnológicas e regulatórias migrando para a faixa FM. Elas se pautam pelos benefícios dessa frequência, como melhor qualidade de áudio, maior alcance e a possibilidade de transmissão em estéreo. Mas o processo tem uma contrapartida e parte dela esbarra em questões políticas e administrativas que ainda não foram solucionadas e são o foco desta categoria. Investimentos

em infraestrutura, adequação de equipamentos, obtenção de novas outorgas e autorizações, entre outros procedimentos, são alguns dos exemplos citados pelas rádios participantes desse estudo.

Há consenso entre os gestores da Banda B e da Difusora que os custos, tradicionalmente influenciados pelas questões políticas, impactam as decisões administrativas. A falta de incentivos para a compra de receptores é a principal crítica tecida pelos gestores. A diretora executiva da Banda B faz um comparativo com a campanha veiculada quando houve a digitalização da televisão no Brasil. Na época, houve incentivo para a compra do equipamento necessário para receber o sinal, o que não é visto no caso da migração das rádios.

Você lembra quando ouve a migração da TV Digital o tamanho do incentivo, o tamanho da divulgação do governo federal? O tamanho da campanha para antena? Isso é um esforço que deveria ter sido repetido e que não houve . . . . Para os empresários também não há uma linha de financiamento específico, por exemplo, para a compra de antena. (Mello, comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023)

A indefinição quanto ao processo sobrecarrega a saúde financeira das emissoras, que se vêm obrigadas a dar sequência aos pagamentos do processo migratório, mas sem garantias de conclusão, conforme apontado pelo coordenador da Difusora. “Você tem que ficar pagando conseqüentemente o processo da concessão de migração, né? . . . tem um engenheiro acompanhando, que disse que o custo é de mais de 1 milhão de reais” (Silvério, comunicação pessoal, 18 de dezembro de 2023).

Estas afirmações mostram, assim como constataram Lopez et al. (2019), que ao longo dos anos a expectativa de que a migração traria aumento de faturamento e que as emissoras conseguiram se adaptar ao processo se esmoreceram com o desgaste estimulado, principalmente, pelas questões políticas e administrativas.

### **Expectativa de Reformulação na Programação**

A credibilidade do radiojornalismo está sedimentada na entrega de informação apurada, preferencialmente no local dos fatos, na prestação de serviço e na interação com o ouvinte. As definições de Lopes et al. (2019) são diretamente percebidas nos relatos dos gestores entrevistados para este estudo. A preocupação com a informação local (Farias & Zuculoto, 2017) e a fidelidade do ouvinte também surgem nos relatos.

Em 2022, a Banda B mostrou preocupação em não mudar completamente o perfil da rádio, devido à fidelidade do ouvinte de AM. “Não podíamos descaracterizar demais a Banda B para ficar com uma cara de CBN, nada contra, mas com uma cara diferente, para respeitar os ouvintes que estão aí” (Mello, comunicação pessoal, 7 de dezembro de 2022). A saída encontrada foi manter o tripé “alegria, emoção e informação”, junto com esporte e entretenimento. Um ano depois, a preocupação permanecia e foi reforçada.

As mudanças que ocorreram foram um movimento natural da programação, mas teve um olhar também voltado para esse público de FM, e esse é um grande desafio porque a Banda B não pode deixar de ser a Banda B que tem a sua audiência consolidada . . . a gente entrou com a programação mais musical na parte da tarde, fizemos um ajuste recente no Show da Tarde, mesclando um pouco mais com jornalismo, com conteúdo que tem de manhã na programação para o ouvinte ter alguma identificação que ele continua na Banda B à tarde. (Mello, comunicação pessoal, 5 de dezembro de 2023)

A necessidade de reformulação também recaiu sob a gestão da Difusora que, entre junho de 2021 e setembro de 2022, optou por formar cadeia de transmissão com a rádio Bandeirantes de São Paulo, uma tentativa que, na avaliação de Silvério, confundiu o ouvinte local. “O ouvinte daqui não assimilou. Aí a gente voltou com a nossa programação local” (Silvério, comunicação pessoal, 21 de outubro de 2022).

A preocupação com o ouvinte local ficou ainda mais evidente em 2023, quando a emissora decidiu retomar a programação voltada para um público mais velho.

Nunca abrimos mão da nossa programação local. É ela que segura o ouvinte. Após a saída da Rede Bandeirantes a gente voltou o que era a nossa programação anterior, né? A programação voltada para um público mais velho de 45 a 80 anos baseada em música sertaneja clássica. Eu criei uns programas de samba e pagode no domingo, programa gauchesco no domingo de manhã, programa de jovem guarda agora ao meio-dia de segunda a sexta. É uma programação gravada que tem os locutores da Caiobá que estão fazendo e alguns locutores da Ouro Verde também. (Silvério, comunicação pessoal, 18 de dezembro de 2023)

As mudanças nas programações das emissoras estudadas exemplificam a pesquisa realizada por Lopes et al. (2019), que apontou que quase 60% do universo consultado tinha a intenção de remodelar programas existentes. Porém, assim como na Banda B, a preocupação com o ouvinte fiel também permanece. “A nossa ideia é ter uma programação como está sendo feita aqui, lógico, com algumas alterações. Mas o público já conhece. Não vou jogar o público que já está a tanto tempo com a gente para tentar outro (Silvério, comunicação pessoal, 18 de dezembro de 2023).

Além disso, ele destaca que o público de rádio envelheceu e, com isso, a programação das emissoras também busca apenas pessoas com mais de 35 anos. Além disso, assim como na rádio Banda B, relatou a falta de investimentos para manutenção da emissora no AM e de popularização dos rádios com faixa estendida.

Sendo assim, é possível estabelecer um retrato da migração AM/FM a partir dos depoimentos dos dois gestores e da literatura sobre o assunto na Figura 1.

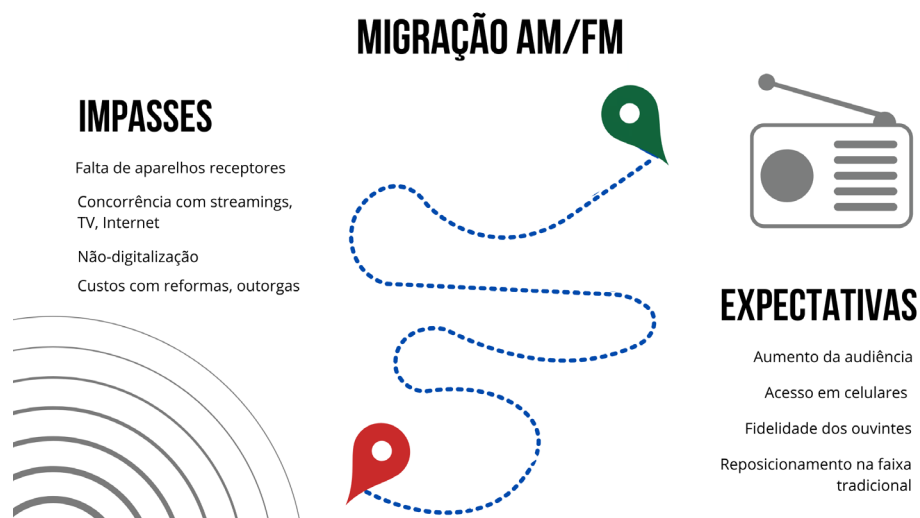


Figura 1: Retrato da migração AM/FM a partir da literatura e das entrevistas com os gestores

Nota: Elaborado pelos autores.

### Considerações

Pode-se observar que o processo de migração das emissoras estudadas apresenta semelhanças em alguns aspectos, mesmo que apenas uma delas tenha migrado para a faixa FM. Isso ficou mais evidente após a segunda rodada de entrevistas, devido ao impasse causado pela falta de autorização do governo federal para o início das atividades em FM, especialmente pela Difusora, e pela percepção de que o acesso à faixa estendida ainda é limitado.

Em relação à programação, notou-se que as emissoras fizeram mudanças na linha editorial e programação antes mesmo da migração, como no caso da Difusora. Isso indica uma preocupação constante com a concorrência e a sobrevivência, embora haja certa parcimônia para manter a fidelidade ao público de longa data, como é



o caso da Difusora e da Banda B. Ambas expressam certa resistência ao processo devido à falta de apoio do governo.

Os relatos confirmam a existência de obstáculos não resolvidos e as ações que estão sendo tomadas pelas emissoras para superá-los. O processo, que já dura uma década, ocorre de forma fluida em alguns momentos, mas apresenta lacunas em outros.

Em geral, os entrevistados esperam ansiosamente pela mudança para a faixa FM, considerando as dificuldades enfrentadas pelas emissoras para se manterem no ar. A transição para a faixa tradicional, como ocorreu com algumas rádios da região metropolitana, é vista como uma vantagem por todos os envolvidos, embora seja considerada injusta por aqueles que não tiveram essa oportunidade.

Os gestores estão esperançosos de que a transição ocorra rapidamente para evitar a perda de ouvintes, especialmente após uma mudança de governo em que a migração de faixa não foi uma prioridade para as rádios nas capitais.

Embora a migração não seja obrigatória, as empresas entrevistadas não mencionaram claramente a possibilidade de permanecerem na faixa AM. Embora tenha sido mencionado o alto custo da migração, ninguém considerou isso inviável, como aconteceu em alguns casos no Brasil em 2023. Embora a questão “vale a pena investir em rádio” não tenha sido abordada diretamente, é evidente que sim, pois nenhuma das emissoras sugeriu o fechamento durante as entrevistas.

É importante ressaltar que, independentemente dos prazos e da conclusão do processo de migração, este artigo buscou identificar as dinâmicas e entender como elas afetam as rotinas das emissoras em um contexto maior: a evolução contínua do meio radiofônico, que permanece presente após mais de um século desde o seu início.

## Referências

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo: Edição revista e ampliada*. Edições 70.

Betti, J. G. (2015). *Migração das emissoras em amplitude modulada: as vozes do novo dial brasileiro* [Apresentação de trabalho]. X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana De Mídia Cidadã, Bauru, São Paulo, Brasil. <https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidada/dtv-1.pdf>

*Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013*. (2013, 7 de novembro). Dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço e dá outras providências. Presidência da República. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8139.htm)

Del Bianco, N. (2013). *Atuação do conselho consultivo do Rádio Digital: em busca de um formato de digitalização adequado à realidade brasileira* [Apresentação de trabalho] XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, Amazonas, Brasil. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/trabalhos.htm>

Equipe da Rádio Clube AM anuncia encerramento da estação no Recife. (2023, 9 de novembro). *Portal Tudo Rádio*. <https://tudoradio.com/noticias/ver/30271-equipe-da-radio-clube-am-anuncia-encerramento-da-estacao-no-recife>

Faddul, J. (2023, dezembro). O fim das rádios AM locais. *Piauí*, (207), 78-81. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-emissoras-am-de-alcance-local-se-despedem-dos-ouvintes-brasileiros/>

- Farias, K. W.; Zuculoto, V. R. M. Ondas de mudança no rádio: do surgimento à migração do AM para FM. *Rádio-Leituras*, 8(2), 138-159, 2017.
- Ferraretto, L. A. (2013). O de lá e o de cá: apontamentos para uma categorização do conteúdo das emissoras comerciais brasileiras com base na influência do rádio dos Estados Unidos. *Significação: Revista de Cultura Audiovisual*, 40(39), 44-70. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-7114.sig.2013.59950>
- Ferraretto, L. A. (2014). Estruturação da mercadoria das emissoras comerciais sob a convergência: apontamentos para uma economia política da indústria radiofônica. *Famecos*, 21(3), 943-965. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.18855>
- Ferreira, L. C. (2022, 8 de julho). Cem anos do rádio no Brasil: Recife foi “berço”, dizem pesquisadores. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-05/cem-anos-do-radio-no-brasil-recife-foi-berco-dizem-pesquisadores>
- Fonseca-Junior, W. C. (2011). Análise de conteúdo. In J. Duarte & A. Barros (Eds.), *Métodos e técnicas em pesquisa em comunicação* (pp. 280-304). Atlas.
- Freitag-Júnior, H. (2023, 18 de agosto). Rádio Pelotense vai encerrar as transmissões no 620 AM. *Diário da Manhã*. <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/radio-pelotense-vai-encerrar-as-transmissoes-no-620ma/>
- Kischinhevsky, M. (2016). *Rádio e mídias sociais: Mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação*. Mauad.
- Lopez, D. C. (2010). *Radiojornalismo hipermediático: Tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica*. Labcom Books.
- Lopez, D. C., Prata, N., Del Bianco, N., Zuculoto, V., & Farias, K. (2019). Reposicionamento do radiojornalismo frente aos novos desafios da migração do AM para o FM: análise de caso de quatro emissoras tradicionais. *Rádio-Leituras*, 10(1), 60-78. <http://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/12944>
- Martins, J. C. (2024). *Mudança de faixa: As convergências, rotinas e processos editoriais em emissoras em Curitiba e Região Metropolitana na migração AM/FM* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná]. Acervo Digital UFPR. <http://hdl.handle.net/1884/89102>
- Matías, G. M. (2023). La AM en México: luces, sombras y renacimiento In N. Prata, N. Del Bianco & T. Ballesteros (Eds.), *La Radio AM en el ecosistema de America Latina y el Caribe*. (pp. 277-294). Insular.
- Melech, A. M. S., Quadros, C. I., Godoy, E. R., & Kaseker, M. P. (2007). *O futuro (distante?) do rádio digital em Curitiba* [Apresentação de trabalho]. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/>
- Migração AM/FM. (2024, 21 de setembro). *Anatel*. <https://bit.ly/3VhPmbd>
- Migração AM-FM. (2023). *Abert*. <https://www.abert.org.br/site/migracao>
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.
- Prata, N., & Del Bianco, N. (2018). *A migração do rádio AM para FM: Avaliação de Impacto e desafios frente à convergência tecnológica*. Insular.
- Quadros, C. I, Lopez, D., & Bepalhok, F. (2011). Panorama do rádio em Curitiba. In N. Prata (Ed.), *Panorama do rádio no Brasil* (pp. 163-185). Insular.

Vilela, R. S. (2006). Técnica, método e teoria. A entrevista em profundidade na investigação da recepção. In N. Jacks, E. Piedras & R. Vilela (Eds.), *O que sabemos sobre audiências?* (pp. 44-59). Armazém Digital.

# Entre Currais e Campos de Concentração: Heterotopias das Zonas de Confinamento em Textualidades da Seca de 1932 no Ceará

## Daniel Macêdo

Doutorando em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da CAPES e integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativa e Experiência.

E-mail: daniel.3macedo@gmail.com

**Resumo:** A partir dos fluxos migratórios de sertanejos aos centros urbanos, que caracterizam significações particulares à Seca de 1932, foram retomadas zonas de confinamento para cercar o livre trânsito de flagelados. Ora nomeadas por campos de concentração nos documentos oficiais, ora chamadas por currais em designações dos civis e dos retirantes, os espaços de confinamento adornam-se de significados distintos em conjunto com os textos que os elaboram. Nesse sentido, este artigo mobiliza textualizações testemunhais sobre os acontecimentos citados a fim de discutir as proposições de sentidos em que essas palavras se enredam como desígnios ao espaço e aos contextos de vida nele possíveis; e, com isso, firmam-se como heterotopias das relações com a seca.

**Palavras-chave:** campo de concentração, curral, seca, textualidade, heterotopia.

## Entre corrales y campos de concentración: heterotopías de zonas de confinamiento en textualidades de la sequía de 1932 en Ceará

**Resumen:** Desde los flujos migratorios de los *sertanejos* a los centros urbanos que caracterizan los significados particulares de la sequía de 1932, se restablecieron zonas de confinamiento para restringir la libre circulación de los afectados. A veces llamados campos de concentración en los documentos oficiales, a veces llamados corrales por los civiles y los retornados, los espacios de confinamiento reciben diferentes significados en conjunción con los textos que los elaboran. En este sentido, este artículo moviliza textualizaciones testimoniales sobre estos acontecimientos para discutir las proposiciones de sentido en las que estas palabras se enredan como formas de espacio y de los posibles contextos de vida en él; y, con ello, se establecen como heterotopías de relaciones con la sequía.

**Palabras clave:** campo de concentración, corral, sequía, textualidad, heterotopía.

## Between enclosures and concentration camps: heterotopias of the confinement zones in textualities about the 1932 drought in Ceará

**Abstract:** From the migratory flows of *sertanejos* to urban centers which characterize the particular meanings of the 1932 drought, confinement zones were re-established to restrict the free transit of the afflicted. Sometimes called concentration camps in official documents, other times designated enclosures by civilians and returnees, the confinement spaces acquire different meanings in conjunction with the texts that elaborate them. In this regard, this article mobilizes testimonial texts about these events to discuss the meanings proposed in which these words become entangled as designs for the space and contexts of life possible in it. Thus, they establish themselves as heterotopias of relations with drought.

**Keywords:** concentration camp, enclosure, drought, textuality, heterotopia.

Em diferença aos períodos de estiagem anteriores, a seca demarcada em 1877 sagrou-se pela ruptura ao modelo de *paternalismo* em que sertanejos vertiam a força de trabalho em acesso à terra e à alimentação precária; e pela largada de amplos fluxos migratórios às capitais convocados pela promessa de empregos em obras de infraestrutura. Tenho discutido, a partir desse marco, que a presença de sertanejos em espaços urbanos nesse período convencionou-se em termos que constituem um outro vocabulário emergente das relações com a seca (Macêdo, 2024) possíveis no confronto entre os signos da urbe em modernização e os corpos dos andarilhos e pedintes que ingressavam por tais ruas.

A partir de uma incursão em elaborações testemunhais do período e com atenção às dinâmicas socioespaciais de Fortaleza, Macêdo (2024) considera que designações foram elaboradas para demarcar a despertença dos corpos migrantes ao serem nomeados de *retirantes* que também podiam ser *flagelados*, caso fossem corrompidos com as mazelas da seca e sucumbissem os valores de honestidade e honra imaginados ao *sertanejo* em práticas associadas à corrupção, à criminalidade, à imoralidade e à barbárie que sobre eles recaíam. Para livrar as ruas dessas catástrofes da seca, a Província do Ceará deslocou migrantes para áreas distantes no entorno da capital que, nomeada por *abarracamentos* (Neves, 2000), constituíam-se de zonas de aglomeração dos perfis rejeitados pela urbe.

Os abarracamentos são narrados pelo sanitarista Rodolfo Teóphilo como espaços com maior propensão à pestilência em razão da localização geográfica, como ambientes com desprovida assistência médica e social e como um lugar inseguro pois “sedutores que infestavam a deshoras aos abarracamentos prostituindo até creanças de dez anos” como denunciara Teóphilo (1922, p. 124). Contudo, justificava-se em razão dos atos de inconformidade com os preceitos morais de uma elite católica que admitia na presença de retirantes e de flagelados uma Fortaleza que “não parecia uma cidade civilizada e christã, parecia uma *terra de bárbaros* [ênfase adicionada]” (Teóphilo, 1901, p. 80).

Nutria-se uma perspectiva de que o trabalho exercia papel moralizador e, através dele, poder-se-ia salvar as almas dos *flagelados*. Os *abarracamentos* constituíram-se, assim, como uma tecnologia germinal de dominação dos corpos: retirava os migrantes das áreas centrais e os agrupava facilitando a mobilização pra trabalhos sem remuneração precisa. O anúncio de estiagens nos períodos e a decorrente elevação de migrações, com o tempo, fez com que essa forma de controle se tornasse insuficiente para contenção dos indesejados à urbe; ao ponto que, em 1915, o Estado elabora o *Campo de Concentração* do Matadouro, em Fortaleza, em substituição ao abarracamento.

O Campo de Concentração era mais rígido no controle populacional, impedindo as pessoas de se deslocarem ao centro da capital e enviando-as aos postos de trabalho em obras de infraestrutura. Para Rodolfo Teóphilo (1982), esses eram lugares de mortes previsíveis ante às ausências de socorro por ele denunciadas. Entre os espantos do sanitarista, registrados em seus textos memoriais sobre a Seca de 1915, estava a mudança do nome: “os retirantes estiveram no Passeio Público até se preparar no Alagadiço o futuro ‘abarracamento’, o qual tomou, não sei por quê, nome de ‘campo de concentração’ e o povo batizou de ‘curral’”, registra Teóphilo (1982, p. 55) ao apontar a variedade de nomes com a qual a zona de confinamento fora nomeada.

Com as lições tomadas pelo Estado com a experiência da seca de 1915, a estiagem de 1932 e os decorrentes fluxos de migração foram acolhidos com sete campos de concentração descentralizados ao longo da malha ferroviária do Ceará. Por um lado, esta engenharia de regulação dos corpos articulada com os campos de concentração tem se discutido nesta pesquisa como um processo necropolítico; por outro, é justo notar que esta não é a única forma de nomear esta experiência e que era como *currais* que as pessoas designavam aquele espaço. Campos de concentração e currais, em suas particularidades, desnivelam o acontecimento de pretensas homogeneidades ao nos incitar a mirar o que há de heterogêneo nestas formulações que admitem tratativas distintas aos espaços e aos migrantes confinados; e, para isto, importa confrontá-las neste artigo. Isto é, em diálogo com

o filósofo Michel Foucault (2007), admitirmos que as palavras se constituem como aportes que já não designam uma ocorrência ou substancializam uma coisa, ao passo que firmam-se em significações em que o contexto de emprego deixa ver as entramações e as lógicas sociais que as fundamentam.

Entre currais e campos de concentração, tais desígnios constituem-se como parte do vocabulário emergente das relações com a seca, com os agentes em cena e com os acontecimentos em meio ao espaço-tempo da seca de 1932 no Ceará; e, ao indagá-los, encontramos pistas das relações sociais que os fundamentam. Afinal, como propõe Albuquerque Jr. (2011), as transformações sociais também se dão no nível dos enunciados e dos conceitos que, embora ligados a uma estrutura social, possuem uma lógica interna que as permeiam em um dado presente. Trata-se de um chamado de Albuquerque Jr. (2011) a retomarmos Foucault (2007) a fim de conferir as “condições de possibilidade” com as quais os desígnios da palavra tanto revelam as tensões contextuais que as fundamentam, quanto os significados que com ela se enredam ao espaço-tempo.

Com o processo necropolítico das zonas de confinamento na seca de 1932 no Ceará, configura-se uma “emergência de uma nova visibilidade e dizibilidade” nos termos de Albuquerque Jr. (2011, p. 34) que admite, com a transitoriedade das condições de possibilidades, a confecção de “novos conceitos, novos temas, novos objetos, figuras, imagens que permitem ver e falar de forma diferenciada da forma como se via e se dizia”. Isto é, com as medidas de cerceamento dos retirantes, é justo tomarmos as palavras curral e campo de concentração como desígnios que testemunham relações singulares com a seca e com os as lógicas de encarceramento a determinados perfis.

Para tomar notas das significações propostas às zonas de confinamento com estas palavras, realizei percursos por arquivos, hemerotecas, bibliotecas e coleções reunindo textos que se posicionam como testemunhos diante das experiências sociais com a seca. Entre os textos encontrados, opto por trabalhar prioritariamente com os escritos relatoriais do médico José Bonifácio ao descrever os campos de concentração para o Departamento Nacional de Saúde Pública ([DNSP], (1936) e com os relatos recolhidos pelo Padre João Paulo Giovanazzi (1998) com sobreviventes dos currais; além das escritas historiográficas que, em suas imersões com textos, contribuem para leituras das condições de possibilidade com as quais se dão estas textualizações.

Nesses textos, diferente de significados fixos, são como processos que as palavras podem ser vertidas em testemunhos das relações sociais com a seca e com as zonas de confinamento. Essa percepção parte do diálogo com Seligmann-Silva (2022) ao considerarmos o que há de agências nas significações às experiências; para, com isso, abandonarmos a pressuposição de uma verdade indubitável e valorizarmos o que há de performativo nas proposições de sentidos aos vividos. Nesse sentido, interpelar as palavras mobilizadas nos textos fazendo ver as afirmações que com ela se dão é, pois, um gesto para conferir as tensões que as permeiam. Assim, a partir destes textos em que firmam-se testemunhos *dos campos de concentração e dos currais, este trabalho realiza-se como* uma experimentação metodológica em textualidades como um esforço de investigar as condições de possibilidade que firmaram tais palavras; para, então, retomarmos os escritos de Foucault (2013) sobre heterotopia para pensarmos a multidimensionalidade dos espaços a partir das significações atribuídas e das relações sociais que mobilizam em cada palavra em dados contextos.

### **Textualidades das Espacialidades e das Heterotopias**

Com os textos encontrados, somos incitados por Foucault (2007) e por Albuquerque Jr. (2011) a conferir que as palavras campo de concentração e curral são invenções, são elaborações possíveis em meio a determinadas condições de possibilidade. Para isto, torna-se imprescindível desnaturalizar os textos como dados em si mesmos a fim de “escrutiná-los” como criações que testemunham as relações sociais que o impregnam e as complexas entramações das tomadas de posição que sustentam as narrativas que com ele se elaboram, como nos orienta

Carlos Alberto de Carvalho (2016) ao nos chamar atenção para as textualidades como este arranjo contextual e político em que significações e materialidades midiáticas são forjadas. Tomo *texto*, nesta direção, segundo os propostos por Bruno Leal (2018) ao fundamentá-los como articulações das textualidades em que os contextos e as agências exercidas tornam-se visíveis; em detrimento de estruturas verborrágicas, urgem como elaborações com as quais significações podem ser manejadas sem uma necessária presunção da forma – ainda que esta importe nas experiências com os textos.

Os apontamentos realizados por Carvalho (2016) e por Leal (2018) são possíveis a partir das proposições semióticas do espanhol Gonzalo Abril (2007) que, no centro de sua formulação, problematiza a impossibilidade de estabilização dos significados ao considerar que os textos dão-se a ver como produções políticas, como elaborações circunscritas por tensões e conflitualidades em que os sentidos a determinadas palavras podem fazer-se movediços. Por isso, questionar o texto ante os contextos que o fundamentam é um gesto para conferir as parciais com as quais determinadas formulações se exercem como tomadas de posição; e, com isto, deslocar os testemunhos históricos dos textos em estudo do lugar “canônico” para tomá-los como “operações de poder” como nos propõe Abril (2007, p. 26).

Assim, ao tomar notas das articulações de sentidos atribuídas aos currais e ao campo de concentração nos textos, questionar as textualidades que aparam tais desígnios é um gesto para conferir as condições de possibilidades em que o poder de nomear os espaços e de significar as relações sociais com a seca e com o confinamento dão-se a ver. Estas significações, por sua vez, não são definitivas; e tampouco busca-se aqui, confirmar o que foram as zonas de confinamento. Os marcos semióticos propostos por Gonzalo Abril (2007) firmam-se em rupturas aos esforços para delimitar significados únicos e, por outra via, nos incita a encontramos, com os textos e com as palavras, imagens dos espaços e das relações cotidianas talhadas com a textualização. Imagens, em diálogo com Abril (2007, p. 18), não se fixam a suportes tecnológicos e admitem as relações com o imaginário como modos de ver em que as visualidades podem tomar formas em, por exemplo, palavras. Assim, currais e campo de concentração corroboram para imagens distintas que, com os textos, revelam contornos peculiares às zonas de confinamento como uma espacialidade em disputa.

A instabilidade dos espaços ante às imagens diversas que com ele se inscrevem tem se constituído como parte das reflexões de Albuquerque Jr. (2011, p. 33) que, ao pensar a invenção do Nordeste, identifica a espacialidade como um processo em que “as percepções espaciais que habitam o campo da linguagem se relacionam diretamente com um campo de forças que as institui”. Isto é, em detrimento de uma determinação homogênea ao espaço a partir de informações topográficas, as relações sociais e as dinâmicas de significação encontram-se conferindo as espacialidades em “camadas” que se perfazem com o tempo. Estas camadas que estratificam a espacialidade, perceptíveis no exercício de Albuquerque Jr. (2011), são possíveis a partir de uma admissão heterotópica.

Discutida por Foucault (2013, p. 115), as heterotopias são “espécies de utopias efetivamente realizadas, nas quais as alocações reais, todas as outras alocações reais que podem ser encontradas no interior da cultura, são simultaneamente representadas, contestadas e invertidas”. Se considerarmos que o lugar é uma significação ao espaço, as heterotopias constituem-se como uma condição de diferença e de multiplicidade ante ao normatizado; ganhando formas a partir dos usos sociais e dos desígnios, tornando-se “efetivamente localizáveis” como lugares embora estejam “fora de todos os lugares”, como propõe Foucault (2013, p. 115). Assim, é possível admiti-las com

o papel de criar um espaço de ilusão, que denuncia como mais ilusório ainda todo o espaço real, todas as alocações no interior das quais a vida humana é compartimentada . . . ou então, ao contrário, o papel das heterotopias é criar um outro espaço, um outro espaço real, tão perfeito, tão meticuloso, tão bem arranjado quanto o nosso é desordenado, mal disposto e bagunçado. (p. 120)

É nesse sentido que, ao questionar as palavras e os textos a fim de mirar imagens dos currais e dos campos de concentração, estas afirmações se admitem heterotópicas ao firmarem-se como textualizações em que diferentes significações ao espaço coabitam e com elas se modelam. Para esse exercício metodológico em textualidades importa, então, consideramos as premissas de Foucault (2013, p. 115) ao nos demandar uma “descrição sistemática que teria por objeto, em uma sociedade determinada, o estudo, a análise, a descrição, a leitura . . . desses espaços diferentes”. Assim, com as textualizações em torno de experiências em 1932, busca-se uma mirada contextual a fim de mirar as qualidades com as quais alocações distintas entremeadas com as palavras se montam em meio às espacialidades das zonas de confinamento.

Como um exercício metodológico que parte das textualidades, é justo notar a existência de, pelo menos, duas dimensões: a da escrita e da leitura como propõe Carvalho (2016). Na primeira, as heterotopias as zonas de confinamento são talhadas a partir da agência de quem as designa para dizer das experiências de 1932 em diferentes textos – como temos discutido até aqui. Na segunda, são com as miradas semióticas que me são possíveis em meio a um processo de pesquisa ao envolver-me com os textos que componho imagens das heterotopias a partir dos contornos em que tais palavras se adornam, dos contextos políticos que as situam e dos repertórios – perenes e incompletos – que me são sensíveis.

É sob as agências do pesquisador inerentes a esta segunda dimensão que os textos e as palavras, mobilizadas ao longo deste artigo, tornam-se instáveis na medida em que os gestos de pesquisa confluem como atos que tensionam e inclinam as percepções discutidas. Por isso, importa aqui não só assumir essa premissa, mas destacar esse exercício como uma experimentação em “redes textuais” a partir das proposições de Abril (2007) que nos incita a considerar que todo texto constitui redes dinâmicas a partir das práticas que o convocam. Assim, ainda que tome os testemunhos de Bonifácio (DNSP, 1926) e de sobreviventes (Giovanazzi, 1998) como textos fundamentais, admite-se a possibilidade de estabelecer conexões com outros textos configurando a rede textual possível com a leitura. Isto é, em diálogo com Leal (2018), ponderar que as imagens das zonas de confinamento não se estabilizam nos signos que as convencionam nestes textos e que podem integrar-se à outros textos ampliando as relações simbólicas.

Em ambos os casos, no desígnio e na leitura dos textos e das palavras, as agências discutidas por Abril (2007, pp. 24-25) desloca-nos de “operadores vazios que codificam e decodificam” para nos afirmarmos como “sujeitos comunicativamente competentes”. É nessa dupla dimensão da textualização, valorizando as escritas e as leituras em meio a uma experimentação metodológica que alia-se as proposições reunidas por Bruno Martins et al. (2019), que este trabalho volta-se em relações com os textos a fim de questionar as palavras e de mirar as imagens das zonas de confinamento a fim de conferir os testemunhos com as quais os desígnios dos currais e dos campos de concentração se demarcam heterotópicos.

### **Testemunhando Palavras, Mirando Heterotopias**

As migrações não eram uma exclusividade dos períodos de mais severas estiagens; embora nela se intensificassem. Assim, com o abrandamento da seca de 1915 e o desmonte do Campo de Concentração do Matadouro em 1916, retirantes e colonos seguiram realizando fluxos migratórios em menor escala nos anos seguintes. Para lidar com esses públicos, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs) fora incumbida de gerenciar estes públicos ao chegarem em Fortaleza: com a chegada no porto, os colonos eram enviados por navios para colonização da Amazônia; enquanto os retirantes eram enviados aos postos de trabalhos das obras de infraestrutura gerenciadas pelo Ifocs ao longo do Estado.

Com o trabalho dos retirantes, a Estrada de Ferro de Baturité (EFB) alcançou a cidade do Crato e a Estrada de Ferro de Sobral (EFS) chegou a Ipu ainda na década de 20; figurando-se como, respectivamente, as principais via de deslocamento da capital ao sul e ao oeste do Estado. Naquele período, também se realizavam obras de açudagem a fim de ampliar as perspectivas de permanência nos sertões



em períodos de seca. A amplitude malha ferroviária e a paralisação de obras são, para o historiador Frederico Neves (2000), condições que incitaram deslocamentos dos sertanejos. A esperança pelo retorno das obras paralisadas de açudagem continuou mobilizando sertanejos ao longo dos anos a migrarem para as cidades com possíveis postos de trabalho e, com a estiagem na década de 1930, esse fluxo se intensificou até colapsar os centros urbanos regionais em 1932 com multidões de *flagelados* nas vias públicas.

Ao debruçar-se em pesquisa com as publicações impressas, a historiadora Kênia Rios (2014) observa as confluências de sentidos atribuídos à migração de sertanejos que, por sua vez, é tida como uma catástrofe iminente para a vida urbana em detrimento do problema social de injustiça hídrica que a muitos assolavam. As manchetes em 1932 anunciavam no *Correio da Manhã* de 6 de abril que “O exército sinistro dos esfomeados marcha pelas estradas em demanda de Fortaleza”; e no jornal *O Povo* de 13 daquele mês que “Mais dois trens entulhados de famintos se dirigem a esta capital”. Em produções de circulação local e nacional, as narrativas confluíam em imagens em que os pobres enfeiam as cidades e eram sustentáculos para que os ricos da capital não medissem esforços para tirá-los dali, uma vez que a presença de corpos negros e sedentos ameaçavam o projeto de “modernização” e de “embelezamento” (Rios, 2014, p. 30) de uma Fortaleza que mirava-se ao progresso.

As publicações também levantam questões para Neves (2000) ao discutir em tese doutoral as relações sociais entre populações urbanas e retirantes neste período e, para ele, as narrativas jornalísticas assuntam a desconfiança como método para lidar com multidões pobres e defendem que o cenário político era favorável para ampliação de medidas de controle social. A chegada de retirantes em Fortaleza constituiu-se como um problema a ser resolvido não pelas vias do acesso à dignidade, mas pela intervenção policial e pelo encarceramento dos miseráveis. Afinal, assim como nos anos anteriores discutidos por Macêdo (2024), a presença dos retirantes eram mobilizada em imagens associadas à miséria e à barbárie, como as narradas por José Bonifácio (DNSP, 1936, p. 130) ao propor que “torturados pela fome e pela sede, vão se infiltrando pelos povoamentos e cidades, dando-lhes um ar de miséria pela quantidade enorme de maltrapilhos e pedintes”.

O gaúcho José Bonifácio, na qualidade de médico sanitário, atuava em 1932 junto ao DNSP como um dos formuladores dos “serviços sanitários para organização de assistência aos flagelados em estados atingidos pela seca”, segundo o historiador Cristiano Brum (2013, p. 120). Para além do desígnio dessa comissão, Getúlio Vargas decretou que a Rede de Viação Cearense ficaria a cargo do Ministério de Viação (*Decreto-Lei nº 21.182, 1932*) retirando-a da alçada do Ifocs, que passaria a cuidar das ações emergenciais contra a seca. Assim, o Estado mobilizou as expertises do DNSP para planejamento dos cuidados a serem ofertados nas zonas de confinamento, enquanto constituiu com a gerência ministerial das malhas ferroviárias os aportes para ampliação das punições aos retirantes e delegou à Inspeção a gerência das zonas de confinamento – tomadas como a principal medida para lidar com os flagelos da seca. Estas são, pois, pistas para tatearmos o processo necropolítico que envolvem a atuação do Estado com os campos de concentração.

É neste contexto que o Estado retoma as experiências com o Matadouro para realizar novos campos de concentração para isolamento destes perfis e para requisição de força produtiva para dar vazão aos projetos e obras públicas. O trabalho, tido como um ato civilizacional, embasou a justificativa governamental para delegar ao Ifocs a responsabilidade de “gerenciar” os retirantes como relata José Bonifácio (DNSP, 1936, p. 130) ao percorrer postos de trabalhos, obras em andamento e espaços de confinamento para atestar que estes espaços os livrariam de uma “verdadeira hecatombe pela fome”.

\*\*\*

Foram realizados 40 postos de trabalhos nos estados do Norte Oriental, segundo o Relatório do Departamento Nacional de Saúde Pública (1936); contudo, apenas no Ceará constava de campos de concentração que abrigariam a população improdutiva

ou em aguardo de chamados ao trabalho. A medida é justificada nos escritos de Bonifácio ao propor que

. . . No Ceará, porém, apesar da marcha dos trabalhos iniciados em açudes e rodovias que absorveu um numero consideravel desses infelizes, muitos sobraram ainda, constituindo um aspéto sério do problema a resolver. Deante do numero de pessôas a socorrer e da grande area em que se achavam espalhados, o que tornava mais complexo o problema a Inspeçtoria não teve outra solução sinão acumular esses flagelados em acampamentos a que deu o nome de 'Campo de Concentração'. (DNSP, 1936, p. 133)

Gerenciados pela Inspeçtoria em aspecto regional, os campos de concentração contavam com aporte do Departamento das Secas, criado em aspecto local (*Decreto nº 566*, 1932) a fim de operacionalizar as incumbências atribuídas ao Estado do Ceará e viabilizar os planos desenvolvidos em conjunto com o órgão federal. Os campos de concentração foram designados, assim, como entrepostos geridos pelo Estado que funcionavam como reserva de recursos humanos, impedindo retirantes de deslocarem-se pelas cidades, manejando a força de trabalho dos confinados e mantendo-os no sertão a fim de voltarem a trabalhar nas lavouras com o retorno do período chuvoso.

Os campos de concentração, neste sentido, constituíram-se como uma medida para fixar sertanejos nos sertões e para expurgar os *retirantes* das vias em progresso de Fortaleza, como nos lembra Neves (2000) ao investigar os bastidores políticos de emergência dos campos de concentração e tomá-los como respostas aos pedidos das elites ao governo Vargas. Assim, o Estado livrou a experiência dos ricos com as chagas da miséria e, ao isolá-la, concretizou lugares de aprisionamento de sertanejos e frentes de trabalho em regime análogo à escravidão. Diferente dos ocorridos em 1915 ao experienciar o Matadouro em Fortaleza, os campos de concentração dirigidos pelo Interventor Cap. Carneiro de Mendonça foram descentralizados ao longo da malha férrea sob a justificativa de

atender com eficiencia os serviços de socorro aos flagellados, e evitar o deslocamento deveras temível para a saúde e a tranquilidade publicas das populações sertanejas que emigravam para diversos pontos, principalmente para a capital, a interventoria tomou urgentes providencia. Tratou o governo de concentrar os flagelados em pontos diversos, afim de socorrelos com eficiencia e no tempo oportuno. (Ceará, 1936)

Entre os lugares, estão os que ficaram conhecidos como Campo do Otávio Bonfim e Campo do Urubu que, distantes do centro e localizados nas imediações de Fortaleza, aglomeravam os que conseguiram chegar a uma das extremidades do percurso do trem: o litoral. As demais estavam distribuídas ao longo das rotas de viação, impedindo que os *retirantes* concluíssem a jornada ao porto da capital ou às ruas largas das cidades-polo. Pela EFS, o Campo de Ipu delimitava o ingresso em Sobral. Pela EFB, o Campo do Burity inibia o acesso ao Crato e à Juazeiro do Norte; o Campo de Caryus controlava o fluxo em Iguatu; o Campo de Quixeramobim limitava a população ocupante de Quixadá; e o campo do Patu afastava os que chegavam em Senador Pompeu.

A partir dos testemunhos de José Bonifácio para o Departamento Nacional de Saúde Pública (1936), os campos de concentração são designados como locais de aglomeração de retirantes que dispõem de “postos médicos, cozinha, barbearia, casebres separados por família”. Cada Posto deveria, pela normativa do DNSP (1936, p. 28), abrigar pelo menos “um médico, enfermeiros em numero de conformidade com a importancia do serviço, um guarda sanitario, um escrivuario, serventes, emfim o pessôal que se torne necessario para a bôa. execução dos serviços médicos”. Ao médico, incumbido de autoridade gerencial, era proibido sair dos campos de concentração.

Entre os visitados, está o Campo do Patu, em Senador Pompeu. Nessas imediações, Bonifácio (DNSP, 1936) aponta que os confinados receberam vacinas antivariólicas e anti-tifo-desintéricas. Ali, os flagelados tornam-se “operários” e são alimentados

com “carne, farinha, sal, feijão e toucinho” além de “rapadura” e “xarque” para adultos e de “leite condensado” para “nutrir as crianças” podendo, assim, abandonar a alimentação com plantas inapropriadas como “mucunã, macambira e xique-xique” que já produziam problemas clínicos desde a seca de 1915, como observara Teófilo (1982) e ressaltaram os médicos da comissão.

Neste campo de concentração, Bonifácio nota a ausência de hospital – que, segundo o projeto dos campos, era item necessário. Segundo consta em relatório (DNSP, 1936, p. 63), o Departamento da Seca argumentava que “era um campo de concentração onde em geral pouco permaneciam os flagelados que via de regra eram enviados para os locais de trabalho, açudes, estrada de rodagem, reflorestamento, etc.. não havia necessidade de hospital”, o que discordava a comissão de médicos ao mirar na ausência e

na aglomeração que se permitiam, e onde a mais intensa promiscuidade, com absoluta falta de higiene, ou de noções as mais primitivas de vida, eram indescritíveis, e para onde afluíram em multidão de todos os pontos do Estado, no auge de flagelo . . . Por isso, depois da inspeção ali realizada, salientamos a necessidade de hospitalizar os doentes infecciosos existentes e que não eram poucos, para o que pedimos, se não a construção de um hospital, ao menos a adaptação de um dos predios existentes. (DNSP, 1936, p. 63)

A alta taxa de mortalidade identificada nos campos de concentração são justificadas pela precariedade das práticas de higiene e de assepsia dos retirantes, pelas quais Bonifácio afirma estar “seguro de que o Brasil necessita, principalmente, de recursos financeiros para enfrentar uma campanha séria e ritmada de educação sanitária” (DNSP, 1936, p. 39). Em que pese a ausência de Hospital, são nas precariedades da higiene praticada pelos retirantes que aponta-se o cerne do problema. De modo que, como papel civilizador, identifica-se que o campo de concentração do Patu poderia contribuir com a educação sanitária desses perfis flagelados – tomando como exemplos os Hospitais realizados em cidades do Rio Grande do Norte e da Paraíba visitados pela comissão.

O campo de concentração é testemunhado como um esforço humanitário em que o Governo “soube cumprir o dever de prover recursos às zonas assoladas pela seca e, ao mesmo tempo, iniciar obras que, de futuro próximo, possam libertar milhares de brasileiros da calamidade periódica da seca e engrandecer o país” (DNSP, 1936). Com essas medidas, Bonifácio aponta que o “governo socorreu com acerto aos flagelados do nordeste, dentro de um plano de trabalho, que em futuro próximo libertará o Brasil das consequências funestas dos períodos de estiagem prolongada” (DNSP, 1936, p. 39).

\*\*\*

Eram como currais que as zonas de confinamento ganhavam formas nos imaginários produzidos a partir das relações com as secas e com estas locações. O termo remonta os espaços alocados aos sertões em que se destinavam rebanhos de gados, alimentados e assassinados para criar condições de vida – a partir da alimentação e do trabalho – aos humanos, como discute o economista Djacir Menezes (2018) ao pesquisar as dinâmicas em torno das sociabilidades dos vaqueiros e da cultura do couro e do charqueado no Ceará.

Com o termo flagelado, investigado por Macêdo (2024), designava-se as mazelas da seca a partir da corrupção dos valores morais que convencionavam imaginários dos sertanejos, destituindo-lhes a humanidade e convencionando-os em associações bestiais a fim de demarcar nos retirantes um tipo outro, um tipo não humano. É figurando o cerceamento dos perfis tidos como animais que, desde 1915, o uso do termo *curral* aparece para designar zonas de confinamento como destaca Neves (1995) ao discutir as premissas morais com os quais os cidadãos miravam os flagelados. Retomando o imaginário do Campo do Matadouro de 1915, a associação como depósitos para cercear os sertanejos incivilizados que ousavam adentrar à capital elaborou-se em torno desígnio curral dos bárbaros para estabelecer uma alocação aos perfis indignos à Fortaleza.

Em nomeações de circulação social, o termo curral surge nos documentos manejados por Neves (1995, p. 99) como um esforço para inibir o “furto e a prostituição, na certeza de que a fome é um campo propício para o desenvolvimento de perversões éticas de todo tipo” e para controlar os “sentimentos atávicos do homem quando se avizinha da animalidade”. Um testemunho importante dessa perspectiva estão nos escritos memorialísticos do engenheiro Thomaz Pompeu Sobrinho (1982, pp. 24-25) que, filho da aristocracia cearense e herdeiro do legado Político de Senador Pompeu, toma que os flagelos da seca promovem “intoxicações da ideia”, provocam “extraordinária ferocidade ou sordido egoísmo” e acentuam “as psychoses tropicais, que também agravam pelas modificações provenientes de um estado de anemia excessiva” para fundamentar marcas deste tipo outro a quem o *curral* deveria cercear e a cidade deveria inibir.

Ainda que apontamentos ao *curral dos bárbaros* sigam vigorando em 1932, outras perspectivas tornam-se sensíveis quando consideramos estes espaços não apenas pelos olhares dos perfis civilizados, mas também a partir dos testemunhos daqueles e daquelas que sobreviveram. Um aporte importante para isto é o livro *Migalhas do Sertão* em que o Padre João Paulo Giovanazzi (1998) registra narrativas das experiências sensíveis de confinados no Campo do Patu. Nesses testemunhos, o que se nota é o peso do tratamento desumano contra concentrados e as marcas sensíveis ao sobreviverem ao curral rejeitando as alcunhas animais que contra eles se impunham.

Os testemunhos apontam o curral como um espaço mortífero em que o trabalho excessivo, a ausência de socorros aos adoecidos, a alimentação precária e a impossibilidade de experienciar o luto. Isto é, para além de uma dimensão biológica em que a vida sucumbia, em dimensões sociais em que lhes negavam as condições de possibilidade admitidas aos homens libertos – o que também se exerce como uma forma de produzir morte. Mais do que a limpeza social ao expurgar os *retirantes* das ruas das cidades, habitar o curral conferia-se em testemunhos de uma experiência de morte cotidiana da condição humana como uma imposição pelos ornamentos de poder que o sustentam. Não à toa, é como *curral do governo* que os confinados nomeavam esse espaço.

Ainda que se ateste a disposição de alimentos e de moradia em troca de trabalho nos campos de concentração narrados por José Bonifácio (1936), o que se testemunha pelo sobrevivente Eliseu Fernandes é a alimentação “muito grosseira, feijão preto, farinha, massa, que provocava doença no povo” e o descaso com os confinados: “tudo era à toa. Não existia higiene, a água do rio que a gente bebia era contaminada, por isso aconteceu a epidemia” (Giovanazzi, 1998, p. 12). Nisto, o que dá-se a ver é que a falta de higiene não era uma condição incivilizada ou por falta de educação dos confinados como apontava Bonifácio (DNSP, 1936), mas um resultado das condições precárias de vivência neste espaço.

A epidemia referida por Eliseu Fernandes é referente à varíola, uma das enfermidades com maior ocorrência nos campos. Segundo Afonso Ligório do Nascimento, em testemunho acolhido por Giovanazzi (1998, p. 13), essa foi uma epidemia severa em que “faleciam de trinta a quarenta pessoas a cada dia, ninguém podendo sair do lugar da barragem”. Nesse ritmo, normalizou-se valas coletivas que não se descrevem nos documentos oficiais do período e que são narradas por Félix Aristides da Silva ao confessar que “no lugar do atual Cemitério da barragem precisava escavar valetas e enche-las de mortos. À noite, cobriam-se os mortos e se iniciava a escavar novas valetas” e partilhar seus assombros com os “muitos gritos e lamentações, consequências da dor sentida pelo povo, e o pior é que não havia doutor. Em torno da barragem, os guardas impediam a cada pessoa de sair” (Giovanazzi, 1998, p. 17),

Felix, Afonso e Eliseu testemunham que suas condições de vida, cerceadas nos *currais do governo*, não estavam amparadas pelo Ifocs e admitem que a ausência de socorros e a impossibilidade de abandonar aquelas locações responsabiliza o Estado pelas mortes que ocorriam em razão da insalubridade da (sobre)vida ali possível. Seja no trabalho cotidiano que naturalizou enterrar montes de corpos em valas coletivas narrados por Eliseu (Giovanazzi, 1998, p. 12), seja nos apontamentos

de Afonso que, ao partilhar o enterro da minha irmã mais velha “jogada numa valeta e coberta com terra”, denuncia que “ninguém tomava nota dos nomes deles; quase não eram considerados pessoas e cristãos” (Giovanazzi, 1998, p. 13); são as marcas de desumanização a que eram submetidos no curral do governo e que pelos confinados era rejeitada que dá-se a ver.

Ir aos lugares em que se descartavam os corpos demandava coragem e, para Zacarias Benevides de Carvalho, confrontar aquelas cenas lhe pedia “um coração forte para suportar e ver aquele clamor” Era o “choro do povo”, descreve para Giovanazzi (1998, p. 22) ao perceber-se impotente diante das lágrimas das “mães de famílias [que] choravam como crianças com medo da morte e vendo a família se acabando sem poder dar jeito”. Já para Mauro Antônio, esta era uma imagem comum no curral: “quando era de madrugada, ninguém podia dormir em casa por causa do choro, dos gritos e das lamentações das pessoas que começavam a levar seus mortos para o cemitério” (Giovanazzi, 1998, p. 24).

Com esses apontamentos sobre o curral do governo, diferente das proposições de Sobrinho (1982) e dos apontamentos enunciados por Neves (1995) tomando as zonas de confinamento como curral dos bárbaros para expressarem uma angulação das oligarquias às zonas de confinamento e aos perfis nela reclusos, os testemunhos de sobreviventes figuram o curral como uma denúncia das condições precárias a que foram submetidos ao serem legados à morte e sem condições de saírem daquela (sobre)vida. Isto é, o que fazem Felix, Afonso, Eliseu, Zacarias e Mauro ao designar o curral como uma ação do governo é apontar a desumanidade de quem buscava salvação e progresso confinando-os ao padecimento.

### **Multidimensionalidades das Zonas de Confinamento**

O campo de concentração, paramentado no relatório de Bonifácio e nos documentos produzidos pelo Estado, é um espaço erguido para salvação dos flagelados ante ao amparo com moradia, alimentação e serviços de saúde que os livrariam dos males atribuídos à seca; além de chamados ao trabalho que, por sua vez, era tido como um ato civilizacional. O curral do governo, denunciado nos testemunhos descritos por Giovanazzi (1998), é um espaço de repressão em que os retirantes percebem-se entregues à morte ante a ausência das condições básicas de (sobre)vivência; e, nisto, diferencia-se do curral dos bárbaros evidenciado por Neves (1995) que, por sua vez, é uma formulação dos civis para dizer de um espaço ocupado perfis incivilizados a praticarem ações tidas como animais.

As zonas de confinamento, a partir destes desígnios, conferem-se como uma espacialidade multifacetada em que coabitam diferentes imagens e pelas quais admitem-se composições de sentido deveras peculiares tanto para dizer do espaço, quanto das relações sociais que ali ocorriam. Como heterotopias, estas imagens dos espaços não se anulam; pois, como antevira Foucault (2013, p. 115), os espaços são “carregados de qualidades” que são sensíveis de modos particulares a quem com eles se enreda.

Essas imagens heterotópicas confluem em meio às dinâmicas sociais em processos conflituos; sendo, a operação destas palavras – ou de outros termos –, uma demarcação que convoca para visualidade destas espacialidades, que nos chama a imaginar a vida possível nos currais e nos campos de concentração. Com essas palavras, “o espaço se apresenta a nós sob a forma de relações entre alocações” que, para Foucault (2013, p. 114), evidencia o lugar de importância que o espaço tem ocupado a partir da condição instável ante ao relacional que o tensiona. Indagar essas palavras em meio aos textos e conferir as qualidades das zonas de confinamento a partir das imagens com elas possíveis é, pois, um gesto de diálogo com os escritos de Albuquerque Jr. (2011, p. 35), que nos chama a “tomar as relações espaciais como relações políticas” para convencionar que as nomeações atribuídas ao espaço revelam, pois, as disputas que nele se abrigam.

A partir dos textos, as imagens possíveis com as palavras se perfazem em processos relacionais e não se enclausura na enunciação de sujeitos individuais – independente da ação que exercem em meio às textualizações. Sejam nos processos de escrita

que entram os textos em estudos, seja em meu labor de leitura, esta trama relacional nos posiciona como sujeitos copartícipes na elaboração dessas imagens e na partilha heterotópicas dos espaços instituídos a partir dos modos de ver ao acontecimento que emergem nesse encontro. É neste sentido, então, que estes currais e campos de concentração firmam-se como tomadas de posição em que angulam-se perspectivas às zonas de confinamento e, com isto, manejando heterotopias com o espaço.

Há, pois, uma multidimensionalidade das zonas de confinamento tanto no que diz respeito às espacialidades, quanto às relações frente ao acontecimento que com elas se instaura. Com a nomeação, não é apenas um lugar que dá-se a ver; em conjunto, são ações e lógicas sociais que enredam-se animando o espaço e conferindo dimensões heterotópicas ao lugar. Por isso, assim como fazem Bruno Leal e Daniel Macêdo (2023) ao chamar-nos a “dar fé” das diferentes percepções que coabitam os espaços, importa mirar nas lógicas de convivialidade uma forma de animar as relações heterotópicas que instituem currais e campos de concentração – como temos discutido até aqui.

Essa multidimensionalidade, a partir das heterotopias, demanda considerar também as relações com o tempo. Afinal, para Foucault (2013), heterocronia é uma condição para heterotopia e importa, então, reconhecer que cada nomeação convencionada uma relação distinta com as temporalidades. Partimos de uma noção partilhada por Macêdo (2024) que os flagelados eram tidos como subordinados e, por isso, pertencentes a um tempo outro marcado pela incivilidade. Nos campos de concentração, afirma-se um esforço para tornar contemporâneo o homem maculado pela seca; já nos currais dos bárbaros, o que se demarca é a incompatibilidade de pertencimento ao mesmo tempo ante à condição animalésca; enquanto nos currais do governo era a coetaneidade que se evidenciava a partir da denúncia do descaso com as vidas que ali padeciam em detrimento das que podiam gozar de liberdade.

Essas três lógicas temporais que se entram com as heterotopias também fundamentam-se em multidimensionalidades em relação ao tempo se, como Koselleck (2014), considerarmos que cada uma delas configura-se como um estrato de tempo se entrama com as palavras. A heterocronia, aqui, diz respeito às qualidades particulares da relação com o tempo que convencionam-se em conjunto com os modos outros de conferir as espacialidades a partir das heterotopias; e, nesse sentido, cada uma dessas formulações pode ser pensada como uma “catástrofe do tempo” (Manna & Lage, 2019) ante a linearização histórica.

Observar essas dimensões de multidimensionalidades do espaço-tempo a partir das palavras é, pois, uma forma de complexificar as percepções ao acontecimento a partir das proposições singulares que se enredam em cada nomeação e das imagens que com elas emergem. O esforço desta pesquisa tem se orientado, assim como os escritos de Albuquerque Jr. (2011, p. 34), a discutir que as palavras como invenções “não apenas representam o real, mas instituem reais” que coabitam em tensões que configura a mobilidade das multidimensionalidades do espaço-tempo e dos acontecimentos.

### **Notas Entre Currais e Campos de Concentração**

Cada uma delas revela perspectivas que as conjura; pois, em suas dimensões heterotópicas, “tem um funcionamento preciso e determinado no interior da sociedade” como propõe Foucault (2013, p. 117) sem furtar-se a reconhecer que, “a mesma heterotopia pode, segundo a sincronia da cultura em que se encontra, ter um funcionamento ou outro”. Este último apontamento demanda reconhecermos dois pontos referentes às textualizações: no primeiro, referente às escritas possíveis em 1932, essas palavras podem surgir como desígnios de imagens distintas e, com isso, cabe cuidado para não recair em homogeneizações das significações dos termos; no segundo, no que diz respeito às leituras desses textos e na escrita das palavras em outros contextos no espaço-tempo, reconhecemos que outros significados são possíveis como expressão das condições ao modo de se mirar ao acontecimento em tela.

Ainda que as mesmas palavras designem heterotopias diferentes em razão do contexto em que foram textualizadas, não se anulam; e, por sua vez, evidenciam a potência incontornável que reside nas significações das espacialidades. Podemos, em diálogo como Foucault (2013, p. 118), admitir que a “heterotopia tem o poder de justapor em um único lugar real vários espaços, várias alocações que são em si mesmas incompatíveis” e, neste coabitar, também as palavras podem abrigar distinções às percepções que se nutrem ao espaço.

Importa notar que currais e campos de concentração são termos que seguiram em adoção em outros contextos históricos e em outras produções midiáticas remodelando, assim, as qualidades com as quais tais desígnios se exercem. Por isso, diferente de tentar conter uma explicação uniforme aos termos, este estudo se propôs a mirar as imagens possíveis com tais desígnios a partir de testemunhos situados; para, com eles, conferir as qualidades heterotópicas que se apontam às zonas de confinamento a partir de tais perspectivas.

Questionar tais termos a partir das tensões testemunhadas sobre as zonas de confinamento em 1932 é, aqui, tomar notas das significações elaboradas aos espaços com estas palavras e tomá-las como referentes para, em outras textualizações realizadas em outros contextos, narrar as zonas de confinamento. Trata-se de admitirmos que as proposições aos campos de concentração e aos currais em diferentes textos, em que pesem suas angulações contextuais, a elas não se isolam e articulam-se em dimensões históricas em que tais termos estão enredados por referentes que os permeiam de modos indiretos, de modos imprecisos a depender das relações de adesão e de ruptura que se praticam com os usos sociais das palavras.

Mirar os termos a partir de suas enunciações em 1932 por meio de testemunhos é, para além de conferir uma significação possível às espacialidades das zonas de confinamento a partir desses textos e das palavras designadas, um esforço para criar condições de conferirmos a historicidade de tais termos. Se importa reconhecer que os significados atribuídos aos termos não os engessam e que as palavras praticam movimentos no tempo permitindo serem remodeladas, importa também considerarmos que as significações propostas em diferentes textualizações tanto revelam as disputas de sentidos, quanto nos permitem mirar a historicidade e os deslocamentos que das significações das palavras quando enredadas com tais referentes – o que pretende-se fazer em trabalhos vindouros.

## Referências

Abril, G. (2007). *Análisis crítico de textos visuales*. Editorial Síntesis.

Brum, C. (2013). *O interventor da saúde: trajetória e pensamento médico de Bonifácio Costa e sua atuação no Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4656>

Carvalho, C. A. (2016). As mídias como metáforas narrativas: apontamentos sobre a necessidade metodológica de não desprezar as textualidades. In C. Moura & M. I. V. Lopes (Orgs.), *Pesquisa em comunicação: Metodologias e práticas acadêmicas* (pp. 257-276). Ed. PUCRS.

Ceará. (1936). *Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da República pelo Interventor Federal Cap. Roberto Carneiro de Mendonça*. Estado do Ceará.

*Decreto nº 566 de 14 de abril de 1932*. (1932, 14 de abril). Estado do Ceará.

*Decreto-Lei nº 21.182, de 21 de março de 1932*. (1932, 23 de março). Institui a carteira profissional. Câmara dos Deputados. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html>

- Departamento Nacional de Saúde Pública. (1936). *Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste*. Heitor, Ribeiro e Cia.
- Foucault, M. (2007). *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). De espaços outros. *Estudos Avançados*, 27(79), 113-122. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300008>
- Giovanazzi, J. P. (1998). *Migalhas do sertão*. La Reclame.
- Koselleck, R. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Ed. PUC Rio.
- Leal, B. (2018). Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In B. Leal, C. A. Carvalho & G. Alzamora (Orgs.), *Textualidades midiáticas* (pp. 17-34). Selo PPGCom UFMG.
- Leal, B., & Macêdo, D. (2023). “Dar fé” à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos. *E-compós*, 27, 1-16. <https://doi.org/10.30962/ec.2680>
- Macêdo, D. (2024). Entre retirantes e flagelados: palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará. *Dispositiva*, 13(24).
- Manna, N., & Lage, I. (2019). Uma “catástrofe do tempo”: narrativa e historicidade pelas Vozes de Tchernóbil. *Galáxia*, (spe1), 34-46. <https://doi.org/10.1590/1982-25542019441740>
- Martins, B., Moura, M. A., Pessoa, S. C., & Vianna, G. M. (Orgs.). (2019). *Experiências metodológicas em textualidades midiáticas*. Relicário.
- Menezes, D. (2018). *O outro Nordeste: formação social do Nordeste pastoril*. Expressão Gráfica.
- Neves, F. (1995). Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, 15(29), 93-122.
- Neves, F. (2000). *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Relume Dumará.
- Rios, K. (2014). *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Imprensa Universitária.
- Seligmann-Silva, M. (2022). *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. EdUnicamp.
- Sobrinho, T. P. (1982). *História das Secas (século XX)*. Coleção Mossoroense.
- Teófilo, R. (1901). *Seccas do Ceará (século XIX)*. Ed. Minerva.
- Teófilo, R. (1922). *História das Seccas do Ceará (1877-1880)*. Imprensa Inglesa.
- Teófilo, R. (1982). *A Seca de 1915*. Ed. UFC.



# A Reconfiguração da Hegemonia na Era Digital: o Papel dos Algoritmos no Controle da Informação

**Thiago Henrique de Jesus-Silva**

Doutorando em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), sendo bolsista CAPES. Integrante do grupo de pesquisa Jornalismo, Mídia, História e Poder (JOMIHIP/UFPI), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação (NEPEC/UFPI) e do Laboratório de pesquisas em Economia, Tecnologia e Políticas de Comunicação (TELAS/UFC). Bacharel em Jornalismo pelo Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão (UNIFACEMA).

E-mail: [contatothiagosilva@alu.ufc.br](mailto:contatothiagosilva@alu.ufc.br)

**Resumo:** Este artigo investiga, por meio de uma revisão bibliográfica, o conceito de hegemonia algorítmica e a influência crucial que os algoritmos exercem na mediação dos fluxos de informação nas plataformas digitais. Ao fundamentar-se em autores relevantes para o tema, como Antonio Gramsci, que discute a natureza da hegemonia; Gilles Deleuze, que aborda as dinâmicas das sociedades de controle; e David Lyon, que analisa a vigilância digital, o texto examina como os algoritmos não apenas moldam debates públicos, mas também reconfiguram as estruturas de poder contemporâneas. A análise aponta para uma mudança qualitativa na hegemonia, que se torna organizada e sustentada por sistemas algorítmicos, os quais controlam invisivelmente as dinâmicas sociais e políticas na era digital. Essa reconfiguração levanta questões importantes sobre a autonomia dos indivíduos, a diversidade de vozes no espaço público e os riscos associados à centralização do poder informacional.

**Palavras-chave:** hegemonia algorítmica, plataformas digitais, poder digital, controle social, algoritmos.

## La Reconfiguración de la Hegemonía en La Era Digital: el Papel de los Algoritmos en el Control de la Información

**Resumen:** A partir de una revisión bibliográfica, este artículo analiza el concepto de hegemonía algorítmica y la influencia crucial que los algoritmos ejercen en la mediación de los flujos de información en las plataformas digitales. Al basarse en autores fundamentales como Antonio Gramsci, que discute la naturaleza de la hegemonía, Gilles Deleuze, que aborda las dinámicas de las sociedades de control, y David Lyon, que analiza la vigilancia digital, este texto examina cómo los algoritmos no solo moldean los debates públicos, sino que también reconfiguran las estructuras de poder contemporáneas. El análisis señala un cambio cualitativo en la hegemonía, que se vuelve organizada y sostenida por sistemas algorítmicos que controlan invisiblemente las dinámicas sociales y políticas en la era digital. Esta reconfiguración plantea importantes cuestiones sobre la autonomía individual, la diversidad de voces en la esfera pública y los riesgos asociados con la centralización del poder informativo.

**Palabras clave:** hegemonía algorítmica, plataformas digitales, poder digital, control social, algoritmos.

## Hegemony Reconfiguration in the Digital Age: the Role of Algorithms in Information Control

**Abstract:** This article explores the concept of algorithmic hegemony and the crucial influence that algorithms exert in mediating the flows of information on digital platforms. By drawing on foundational authors such as Antonio Gramsci, who discusses the nature of hegemony, Gilles Deleuze, who addresses the dynamics of control societies, and David Lyon, who analyzes digital surveillance, the text examines how algorithms not only shape public debates but also reconfigure contemporary power structures. Our analysis points to a qualitative shift in hegemony which becomes organized and sustained by algorithmic systems that invisibly control social and political dynamics in the digital age. This reconfiguration raises important questions about individual autonomy, the

diversity of voices in the public sphere, and the risks associated with the centralization of informational power.

**Keywords:** algorithmic hegemony, digital platforms, digital power, social control, algorithms.

A teoria da hegemonia, desenvolvida por Antonio Gramsci (1971), oferece uma visão crítica sobre o controle ideológico e cultural que grupos dominantes exercem para garantir o consenso e a estabilidade social, moldando normas e valores que são aceitos como naturais ou inevitáveis. Em seu conceito clássico, a hegemonia não se baseia apenas no uso da força, mas principalmente na construção de uma liderança intelectual e moral que permeia as instituições e a vida cotidiana. No entanto, nas sociedades contemporâneas, altamente dependentes de tecnologias digitais, essa hegemonia tem sido profundamente transformada.

Com o advento das plataformas digitais e da onipresença dos algoritmos, o poder ideológico é exercido de maneira cada vez mais invisível, mas igualmente eficaz. Os algoritmos, que hoje regulam a maioria das interações sociais e o fluxo de informações, desempenham um papel central na estruturação da realidade social. Eles determinam o que é visível, o que é amplificado e o que é marginalizado no ambiente digital, agindo como mediadores invisíveis que moldam as percepções, os comportamentos e, conseqüentemente, os consensos sociais. Nesse sentido, a hegemonia passa a ser construída por sistemas algorítmicos que, embora invisíveis e operando nos bastidores, exercem um controle ideológico difuso, direcionando o debate público e organizando as estruturas de poder de forma automatizada.

Este artigo, inspirado pelas reflexões de Gramsci (1971), busca atualizar a noção de hegemonia para o contexto da era digital, focando no papel dos algoritmos na configuração do poder contemporâneo. A transição de uma hegemonia cultural e ideológica centralizada para uma hegemonia algorítmica descentralizada e difusa levanta importantes questões sobre controle social, vigilância e a autonomia dos indivíduos. Se, para Gramsci (1971), a hegemonia era conquistada por meio de um longo processo de construção ideológica e consenso, nas sociedades digitais, essa hegemonia é imposta de maneira quase imperceptível, por meio de tecnologias automatizadas que regulam a vida cotidiana de milhões de indivíduos.

A crescente presença de algoritmos e plataformas digitais na vida social implica uma nova forma de organização do poder, em que o controle sobre o fluxo de informações e a atenção dos usuários está concentrado em um pequeno número de corporações que detêm o monopólio das infraestruturas digitais. Nesse sentido, a hegemonia na era digital assume características qualitativamente diferentes daquelas observadas por Gramsci (1971), enquanto se baseia em formas invisíveis de controle e vigilância, operadas através da extração e processamento de dados comportamentais. Este artigo, portanto, examina como esses sistemas algorítmicos remodelam o poder contemporâneo, problematizando os efeitos da hegemonia digital nas dinâmicas sociais, políticas e culturais.

Ao longo do texto, por meio de uma revisão bibliográfica, analisaremos como essa hegemonia organizada por plataformas digitais e algoritmos não apenas modula as interações sociais e políticas, mas também influencia a formação de consensos, a visibilidade de certas vozes e narrativas e a marginalização de outras. Assim, este estudo busca aprofundar o entendimento sobre os mecanismos invisíveis de controle que caracterizam o poder algorítmico na era digital, propondo uma reflexão crítica sobre as implicações éticas, sociais e políticas dessa nova forma de hegemonia.

### **O Conceito de Hegemonia Algorítmica**

O conceito de hegemonia algorítmica emerge como uma ideia central no entendimento das dinâmicas de poder contemporâneas, especialmente quando analisado à luz das teorias de Deleuze (1992) e Foucault (1975) sobre controle e disciplina, bem como das investigações de Lyon (2014) sobre vigilância digital. Essa análise permite uma reflexão crítica sobre como os algoritmos, como instrumentos

de poder, não apenas organizam e filtram a informação, mas também moldam comportamentos e interações sociais de maneiras sutis e poderosas.

Deleuze (1992), ao introduzir a noção de sociedade de controle, amplia e atualiza a obra de Foucault. Enquanto Foucault (1975) discute a sociedade disciplinar – caracterizada pela regulação da vida via instituições como prisões, escolas e hospitais –, Deleuze (1992) argumenta que as sociedades contemporâneas operam por um controle mais difuso e virtual. Esse controle é exercido por meio de redes digitais e tecnologias de informação, em que o poder não é imposto diretamente sobre os corpos, mas sim por meio da modulação das experiências e comportamentos dos indivíduos. A liberdade, nesse contexto, não é eliminada, mas reformulada: os indivíduos são levados a se comportar de determinadas maneiras, não pela coerção, mas pela sedução e pela persuasão.

Essa nova forma de controle se articula com a ideia de hegemonia algorítmica, caracterizada pela capacidade dos algoritmos de determinar quais informações são apresentadas e quais permanecem ocultas. Essa mediação algorítmica transforma o espaço público, uma vez que a visibilidade de informações e vozes depende diretamente do funcionamento de sistemas algorítmicos que priorizam conteúdos com maior potencial de engajamento. Nesse sentido, a hegemonia algorítmica não apenas define o que é visto, mas também influencia a formação de opiniões e a construção de narrativas, moldando o debate público.

Lyon (2014) complementa essa análise ao explorar as implicações da vigilância digital. Segundo o autor, a vigilância contemporânea é intrínseca ao funcionamento dos algoritmos, que não apenas monitoram os comportamentos dos usuários, mas também processam grandes volumes de dados para prever ações futuras. Nesse contexto, a vigilância se torna um mecanismo de controle social que opera de forma invisível, muitas vezes sem o consentimento ou mesmo o conhecimento dos indivíduos. Isso gera uma nova dinâmica de poder em que as empresas que controlam os algoritmos – frequentemente plataformas de mídia social e motores de busca – assumem um papel dominante na modulação das interações sociais. O monitoramento constante e a coleta de dados tornam-se não apenas uma prática de controle, mas um recurso valioso que essas plataformas utilizam para gerar lucro, tornando a atenção dos usuários um ativo mercadológico fundamental.

A intersecção entre as perspectivas de Deleuze (1992), Foucault (1985) e Lyon (2014) permite entender a hegemonia algorítmica como uma manifestação contemporânea do poder que transcende as formas tradicionais de controle social. A dinâmica de controle algorítmico não se limita a decidir o que os indivíduos veem; ela também molda as expectativas e os comportamentos, levando a um ambiente em que as decisões e as preferências são cada vez mais influenciadas por sistemas que operam em segundo plano. Isso não só reforça a dominação das vozes hegemônicas, mas também marginaliza narrativas alternativas, contribuindo para a polarização e a fragmentação do espaço público.

Além disso, essa análise é aprofundada por Ferrari e Graham (2021), que consideram que a hegemonia algorítmica se manifesta na maneira como essas tecnologias se tornam normativas, estabelecendo padrões de comportamento e expectativas que podem ser internalizados pelos usuários. Isso é particularmente evidente nas plataformas digitais de trabalho, onde a interação entre trabalhadores e algoritmos não é apenas funcional, mas também profundamente influenciada por relações de poder.

Um aspecto crucial da hegemonia algorítmica, apontado por Ferrari e Graham (2021), é a sua natureza “caixa preta”. Muitas vezes, os algoritmos operam de maneira opaca, dificultando a compreensão de como as decisões são tomadas e quais dados são utilizados. Essa falta de transparência gera assimetrias de informação, nas quais os trabalhadores e consumidores se tornam dependentes de sistemas que não compreendem completamente. Essa dependência pode levar a uma aceitação passiva das condições impostas pelas plataformas, reforçando a hegemonia algorítmica.

No entanto, a hegemonia algorítmica não é absoluta. Ferrari e Graham (2021) discutem a existência de fissuras nesse poder, momentos em que os algoritmos não governam como pretendido. Essas fissuras são oportunidades para resistência e contestação. Os trabalhadores, por exemplo, podem manipular, subverter ou romper com as dinâmicas algorítmicas, desafiando as narrativas que as plataformas tentam construir sobre seu papel como mediadores neutros. Essa resistência pode se manifestar de várias formas, desde a organização coletiva até a utilização criativa das ferramentas disponíveis.

Além disso, a hegemonia algorítmica deve ser entendida em um contexto mais amplo de desigualdade social e econômica. As plataformas digitais frequentemente perpetuam e amplificam desigualdades existentes, criando um ambiente onde o poder é concentrado nas mãos de poucos, enquanto a maioria opera sob condições precárias. A análise crítica da hegemonia algorítmica, portanto, deve incluir uma reflexão sobre como essas tecnologias podem ser reimaginadas e reconfiguradas para promover maior equidade e justiça social.

Ao discutir a *commodificação* da atenção e a produção de valor na economia digital, Fuchs (2013) argumenta que as plataformas digitais operam com base em um modelo de “acumulação por despossessão”, no qual o capital é gerado a partir da extração de dados pessoais e comportamentais dos usuários. Essa dinâmica transforma os usuários em “produtores” involuntários de dados, cuja interação nas plataformas alimenta os sistemas algorítmicos que, por sua vez, moldam a informação que eles recebem. Assim, a hegemonia algorítmica não é apenas uma questão de controle sobre a informação, mas também uma questão de exploração econômica, na qual o valor gerado a partir da atenção dos usuários é reaproveitado pelas grandes corporações.

Em suma, a hegemonia algorítmica representa um deslocamento significativo na forma como o poder é exercido na era digital. À medida que os algoritmos se tornam mediadores essenciais da informação e da comunicação, a forma de controle se torna menos visível, mas não menos eficaz. A análise das interações entre as teorias de Deleuze (1992), Foucault (1985) e Lyon (2014), juntamente com a crítica de Fuchs (2013), revela a complexidade e as implicações da hegemonia algorítmica nas sociedades contemporâneas. A hegemonia, agora mediada por sistemas algorítmicos, segundo as perspectivas de Ferrari e Graham (2021), redefine as dinâmicas sociais e políticas, levantando questões cruciais sobre a autonomia individual, a diversidade de vozes no espaço público e os riscos da centralização do poder informacional. Essa reflexão se torna vital para entender o presente e projetar alternativas que promovam uma esfera pública mais democrática e pluralista, desafiando as estruturas de poder que se estabelecem no contexto da vigilância digital.

### **Modulação Algorítmica como Hegemonia**

A ideia de modulação algorítmica discutida por Silveira (2019) e Cassino (2021) apresenta um conceito crítico para entender como os algoritmos, por meio de controle invisível, têm um papel central na regulação dos fluxos de atenção, moldando não apenas as interações sociais, mas também as percepções e comportamentos de indivíduos. A modulação algorítmica se manifesta de forma especialmente poderosa nas plataformas digitais, onde os algoritmos personalizam a experiência de cada usuário com base em dados colhidos por práticas de *data mining* e *profiling*, como descritos por Jesus-Silva e Lima (2024) e Seto (2024). Essa personalização opera como uma ferramenta estratégica de controle, pois os algoritmos utilizam grandes volumes de dados para prever e influenciar comportamentos, favorecendo interesses comerciais e moldando interações de maneira invisível e altamente eficaz.

Ao considerar as perspectivas de Silveira (2019) e Cassino (2021), a modulação algorítmica vai além de simplesmente sugerir conteúdo aos usuários; trata-se de um processo dinâmico e contínuo de controle social. Os algoritmos, ao determinar o que aparece nos *feeds*, vídeos recomendados e nos resultados de busca, estão controlando diretamente as formas como as pessoas interagem com o mundo digital e com a informação. Esse controle não é evidente, mas sutil e insidioso, pois ao

adaptar a experiência digital para maximizar o engajamento, as plataformas garantem que os usuários estejam constantemente imersos em um fluxo de informações que reforça e potencializa suas preferências, criando um ecossistema informacional fechado.

Essa forma de modulação algorítmica é consistente com a lógica hegemônica descrita por Gramsci (1971), embora em uma forma tecnológica mediada e digitalizada. Enquanto Gramsci (1971) via a hegemonia como o controle ideológico exercido por meio da cultura e das instituições, na era digital, essa hegemonia é também exercida por algoritmos que não apenas gerenciam informações, mas moldam ativamente os espaços discursivos nos quais as interações sociais ocorrem. Medeiros (2020) e Seto (2024) apontam que essa personalização algorítmica por meio de *data mining* e *profiling* é central para a manutenção dessa hegemonia, já que ela é projetada para maximizar o controle e o engajamento, ao mesmo tempo, em que oculta a natureza comercial e manipulativa desse processo.

A análise de O'Neil (2016) aprofunda esse debate ao introduzir o conceito de política discursiva algorítmica. Segundo a autora, os algoritmos exercem uma influência significativa sobre o debate público ao filtrar quais informações são visíveis e quais são relegadas à invisibilidade. Isso cria um ambiente onde certos discursos são amplificados enquanto outros são marginalizados, segundo os interesses comerciais e ideológicos das plataformas que controlam os algoritmos. Dessa forma, a modulação algorítmica atua como um mecanismo de poder hegemônico, pois controla o acesso à informação e estabelece os parâmetros dentro dos quais os debates públicos podem ocorrer.

A política discursiva criada pelos algoritmos não apenas seleciona conteúdos, mas molda ativamente o comportamento dos usuários ao incentivá-los a consumir e interagir com conteúdos que geram maior engajamento. Silveira (2019) e Cassino (2021) ressaltam que essa personalização ocorre de forma invisível, sendo imperceptível para a maioria dos usuários, o que a torna ainda mais eficaz em sua capacidade de moldar a realidade social. Ao controlar o que é visto, discutido e compartilhado, os algoritmos moldam os debates públicos e as opiniões, criando uma hegemonia algorítmica que reforça o *status quo* e limita o surgimento de discursos que desafiam as narrativas dominantes.

As plataformas digitais, ao moldarem a experiência informacional dos usuários, alinham essa modulação com seus interesses comerciais. Como explica Cassino (2021), a lógica por trás da modulação algorítmica é altamente comercial, favorecendo interações que geram mais dados comportamentais e, portanto, mais lucro. O objetivo dessas plataformas é manter o usuário envolvido por períodos cada vez maiores, o que resulta em maior coleta de dados e mais oportunidades de segmentação publicitária. Assim, a hegemonia algorítmica não se limita a influenciar o comportamento dos indivíduos em termos de opiniões ou preferências; ela também os transforma em produtos de valor econômico, onde suas interações e dados comportamentais são mercantilizados.

Aqui, o debate se conecta à crítica de Zuboff (2019) sobre o capitalismo de vigilância. A autora argumenta que as plataformas digitais transformaram os dados pessoais em uma nova forma de capital, utilizando algoritmos para prever e moldar comportamentos em larga escala. Essa prática reforça a hegemonia algorítmica, pois concentra o poder nas mãos de grandes corporações que controlam os fluxos de informação e detêm vastas quantidades de dados pessoais. Ao priorizar conteúdos que aumentam o tempo de engajamento e maximizar a coleta de dados, as plataformas promovem um ambiente digital onde o controle sobre a informação e a atenção dos usuários se torna o ativo mais valioso.

A hegemonia algorítmica tem profundas implicações políticas e sociais. Ao modular as interações e os debates públicos, os algoritmos moldam o espaço público digital de forma que favorece certas vozes e narrativas em detrimento de outras. O'Neil (2016) adverte que essa modulação cria um ambiente de desigualdade informacional, onde a visibilidade de certos conteúdos está diretamente ligada à lógica comercial das plataformas. Isso limita a diversidade de vozes e restringe o

debate público a conteúdos que são considerados lucrativos ou engajantes pelas plataformas, enquanto marginaliza discursos que poderiam desafiar o *status quo* ou oferecer alternativas.

Além disso, o impacto da modulação algorítmica na autonomia dos indivíduos é outro ponto crítico. Silveira (2019) argumenta que, ao controlar o fluxo de informações e personalizar a experiência de cada usuário, os algoritmos reduzem a capacidade dos indivíduos de tomar decisões informadas e de interagir de maneira crítica com o mundo digital. Ao invisibilizar certos conteúdos e amplificar outros, os algoritmos acabam moldando as percepções de realidade dos usuários, criando uma hegemonia que opera não pela coerção explícita, mas pela manipulação sutil dos comportamentos e interações.

A modulação algorítmica, conforme discutido por autores como Silveira (2019), Cassino (2021) e O'Neil (2016), revela-se como uma forma central de hegemonia digital na era contemporânea. Essa forma de controle, baseada na personalização invisível das experiências dos usuários, reforça o poder das plataformas digitais, que, ao controlar os fluxos de atenção e os debates públicos, moldam a sociedade de acordo com seus interesses comerciais. A hegemonia algorítmica redefine as noções de controle e poder ao operar de forma descentralizada e insidiosa, criando novas formas de dominação que demandam uma análise crítica e uma resposta regulatória que promova a transparência e a diversidade informacional.

### **Plataformas Digitais como Dispositivos de Hegemonia**

As plataformas digitais têm se consolidado como dispositivos centrais de hegemonia na era contemporânea, exercendo um controle que vai além das fronteiras tradicionais da mídia de massa. Bucher (2018) argumenta que os algoritmos, centrais no funcionamento dessas plataformas, operam como mecanismos de governamentalidade, conceito foucaultiano que descreve como o poder é exercido através da regulação do comportamento individual e social. No contexto das plataformas digitais, essa governabilidade se manifesta por meio de algoritmos que, de maneira invisível e insidiosa, regulam a participação e moldam as interações dos usuários. O poder que esses algoritmos exercem não é coercitivo no sentido tradicional; em vez disso, ele é exercido de forma sutil e preditiva, moldando comportamentos a partir da análise de grandes volumes de dados e direcionando os usuários para conteúdos que maximizem o tempo de permanência e engajamento nas plataformas.

Essa lógica está alinhada com o conceito de plataformização descrito por Van Dijck et al. (2018). A plataformização implica uma reorganização profunda das esferas sociais, culturais e econômicas, onde as plataformas digitais não apenas mediam as interações, mas também as estruturam. Elas agem como intermediárias e controladoras dos fluxos de informação, moldando o que é visto, compartilhado e discutido no espaço público digital. Nesse sentido, o conceito gramsciano de hegemonia encontra uma atualização significativa: enquanto Gramsci (1971) via a hegemonia como o controle cultural e ideológico exercido por instituições tradicionais, na era digital esse controle é mediado e amplificado pelos algoritmos, que produzem e sustentam narrativas dominantes de maneira automática e invisível.

A análise de Bucher (2018) sobre a governamentalidade algorítmica oferece uma perspectiva crítica sobre como o poder é descentralizado e automatizado nas plataformas digitais. Diferente da hegemonia tradicional, que dependia de mecanismos mais explícitos de controle cultural e ideológico, as plataformas digitais exercem uma hegemonia implícita, na qual o comportamento dos usuários é moldado por algoritmos sem que eles percebam ativamente o impacto dessas escolhas. A governamentalidade algorítmica regula não apenas o conteúdo que os usuários consomem, mas também os limites de sua participação, incentivando certos tipos de interação (como curtidas, compartilhamentos ou comentários) e desincentivando outros, menos lucrativos ou menos alinhados com os interesses das plataformas.

Nesse sentido, o poder hegemônico das plataformas digitais é amplificado pela modulação algorítmica descrita por Silveira (2019) e Cassino (2021), onde as interações sociais são continuamente ajustadas e moduladas para favorecer determinados comportamentos e narrativas. As plataformas, ao modular a experiência digital dos usuários, exercem uma hegemonia comercial e ideológica que vai além da simples mediação de conteúdos, transformando os próprios usuários em produtores de dados que reforçam o poder econômico dessas corporações.

Van Dijck et al. (2018) argumentam que o processo de plataformização é caracterizado pela capacidade das plataformas digitais de se inserirem em diversas esferas da vida cotidiana – do entretenimento à comunicação pessoal, da política à economia –, tornando-se infraestruturas fundamentais para a organização dessas interações. Nesse cenário, as plataformas não são mais meros facilitadores de trocas ou mediadores passivos, mas agentes ativos que moldam a estrutura e o conteúdo dessas interações. Essa capacidade de moldar a vida social a partir de mecanismos algorítmicos de controle representa uma mudança significativa nas dinâmicas de poder, e Srnicek (2016) vê essas plataformas como as novas infraestruturas de poder na economia digital.

Para Srnicek (2016), as plataformas não apenas facilitam o fluxo de dados e a comunicação, mas também controlam esses fluxos, decidindo o que é visível e o que é oculto, o que é amplificado e o que é marginalizado. Esse controle algorítmico transforma as plataformas em atores hegemônicos que reconfiguram as dinâmicas de poder, estabelecendo novas formas de dominação que substituem, ou ao menos complementam, as formas tradicionais de controle midiático. Se, na era da mídia de massa, o poder se concentrava em poucas emissoras de TV, jornais ou estações de rádio, hoje o poder está centralizado nas mãos de grandes corporações digitais que controlam as plataformas mais acessadas, como Facebook, Google, Amazon e YouTube.

Essas plataformas exercem uma dupla hegemonia: uma de controle sobre o conteúdo, decidindo quais narrativas ganham visibilidade e quais são invisibilizadas, e outra de controle sobre os dados, explorando as interações dos usuários para fins comerciais. O poder que essas plataformas detêm não se refere apenas à visibilidade ou invisibilidade de certas narrativas, mas também ao seu controle econômico sobre os dados dos usuários, que são constantemente extraídos e monetizados. Nesse sentido, a plataformização se configura como uma forma de acumulação por despossessão, conforme descrito por Harvey (2005), em que o valor econômico é gerado pela apropriação de dados pessoais e comportamentais dos usuários.

A hegemonia exercida pelas plataformas digitais, portanto, é uma hegemonia comercial e algorítmica. Como Zuboff (2019) aponta em sua análise do capitalismo de vigilância, as plataformas digitais são projetadas para extrair dados de todas as interações dos usuários e transformá-los em ativos comerciais. Esse processo implica um duplo controle: enquanto os algoritmos moldam as interações dos usuários e os mantêm engajados por meio de personalização, as plataformas coletam e monetizam esses dados, estabelecendo um ciclo contínuo de controle e extração de valor.

Esse poder comercial das plataformas também tem implicações profundas para a política e a democracia. As plataformas digitais não apenas moldam o consumo de informações, mas também reconfiguram os próprios limites do debate público, uma vez que as narrativas dominantes são frequentemente alinhadas com os interesses das grandes corporações que controlam esses espaços, como aponta Jesus-Silva (2024). Nesse sentido, a hegemonia algorítmica se manifesta na construção de um consenso comercial, onde o conteúdo que gera maior engajamento e valor econômico é priorizado, enquanto discursos que desafiam esse modelo são frequentemente marginalizados ou invisibilizados.

As plataformas digitais, como apontado por Bucher (2018), Van Dijck et al. (2018) e Srnicek (2016), atuam como dispositivos hegemônicos que controlam o fluxo de dados e informações de maneiras que reconfiguram o poder na era digital. Ao operar como infraestruturas que regulam e moldam as interações sociais, culturais

e econômicas, essas plataformas exercem uma hegemonia algorítmica, na qual o controle se dá por meio da modulação invisível de comportamentos e da organização dos espaços discursivos.

A análise crítica desse fenômeno revela que o poder das plataformas não se restringe à mediação de conteúdos, mas também à produção e sustentação de narrativas dominantes, que favorecem interesses comerciais e econômicos. Isso sugere que a hegemonia algorítmica, como forma de dominação contemporânea, exige uma resposta crítica que não apenas compreenda as dinâmicas desse novo poder, mas que também busque formas de resistência e regulamentação, promovendo maior transparência algorítmica e garantindo que o debate público digital seja mais democrático e pluralista.

### **O Príncipe Algorítmico e a Psicopolítica**

O conceito de príncipe algorítmico, retomado por Seto (2024, pp. 107-108), propõe uma reflexão sobre como os algoritmos se tornaram os novos governantes invisíveis das sociedades contemporâneas, e que “operam como uma ‘polícia discursiva’, como falava Foucault, que filtra os discursos, distribuindo alguns e impedindo a circulação de outros, favorecendo, portanto, o crescimento da centralidade de rede e das audiências de alguns atores e agenciamentos políticos”. Esses algoritmos, que operam de maneira preditiva e invisível, exercem um controle sobre os indivíduos que transcende a simples vigilância: eles modulam comportamentos, desejos e decisões, criando um ambiente de controle que não depende mais da coerção direta, mas de uma influência sutil e quase imperceptível. Nessa dinâmica, o poder não se apresenta como uma força repressiva, mas como uma influência que molda as ações dos indivíduos em um nível pré-reflexivo e inconsciente, o que Han (2018) identifica como um novo tipo de psicopolítica.

A psicopolítica, tal como descrita por Han (2018), representa uma forma contemporânea de controle que opera diretamente sobre a psique dos indivíduos, utilizando as ferramentas digitais para prever, moldar e modular os comportamentos e desejos humanos. Enquanto o poder disciplinar, conforme descrito por Foucault (1975), se exercia sobre os corpos por meio de instituições visíveis e normas sociais, a psicopolítica algorítmica atua diretamente sobre a mente e a subjetividade, transformando o próprio indivíduo em um agente de autocontrole, guiado por algoritmos que influenciam suas escolhas e decisões sem que ele perceba. Nesse sentido, o príncipe algorítmico não é uma figura de autoridade explícita, mas um sistema invisível e disseminado que exerce seu poder através da modulação dos fluxos de atenção e conexão.

Rouvroy e Berns (2018) aprofundam essa análise ao descrever o processo de modulação algorítmica como uma reorganização dos fluxos de atenção e das interações sociais nas plataformas digitais. As redes sociais digitais, motores de busca e plataformas de comércio eletrônico utilizam algoritmos para prever e influenciar as ações dos usuários, baseando-se em grandes volumes de dados coletados a partir de suas atividades on-line. Essa modulação algorítmica funciona como uma espécie de profecia autorrealizadora, na qual as ações dos indivíduos são moldadas consoante as previsões dos sistemas algorítmicos, que, por sua vez, são refinados a partir do comportamento passado. Isso cria um ciclo fechado em que o indivíduo acredita estar fazendo escolhas livres, quando, na verdade, suas decisões são antecipadas e guiadas pelos algoritmos que controlam as plataformas.

Essa dinâmica é especialmente perigosa porque neutraliza a capacidade de resistência e questionamento dos indivíduos. Ao influenciar as preferências e as decisões dos usuários de forma sutil, o príncipe algorítmico mantém o controle sem nunca precisar se revelar como uma força coercitiva. O indivíduo acredita que suas escolhas são autônomas, quando, na verdade, estão sendo moldadas por sistemas algorítmicos que têm interesses econômicos e comerciais específicos. Como argumenta Han (2018), a psicopolítica algorítmica trabalha na produção de desejos, formando subjetividades que se alinham automaticamente aos interesses das grandes corporações que controlam as plataformas digitais.



As análises de Han (2018) e Doneda e Almeida (2018) se complementam com a crítica ao capitalismo de vigilância feita por Zuboff (2019), que vê as plataformas digitais como infraestruturas de controle que não apenas vigiam, mas moldam comportamentos em escala global. Ao utilizar dados comportamentais para prever e influenciar as ações dos usuários, as plataformas operam em um sistema de modulação contínua, onde a vigilância não serve apenas para monitorar, mas para influenciar diretamente as decisões e comportamentos humanos. Nesse contexto, o controle psicopolítico descrito por Han (2018) se manifesta como uma forma de vigilância que atua diretamente sobre a subjetividade, moldando os desejos e as necessidades dos indivíduos conforme as expectativas e interesses das plataformas.

O conceito de profecia autorrealizadora mencionado por Rouvroy e Berns (2018) também encontra eco nas análises de Zuboff (2019), que descreve como as plataformas utilizam algoritmos para prever comportamentos futuros e, em seguida, moldá-los de acordo com essas previsões. Esse ciclo de retroalimentação cria um ambiente de controle total, onde as escolhas dos usuários são cada vez mais restringidas às opções que os algoritmos preveem como prováveis. Nesse sentido, o príncipe algorítmico não apenas observa o comportamento dos indivíduos, mas modela ativamente o espaço dentro do qual eles operam, eliminando a possibilidade de escolhas verdadeiramente autônomas.

Essa perspectiva revela uma erosão da autonomia individual, essencial para a noção de liberdade em uma sociedade democrática. Ao transformar a subjetividade em um produto a ser modelado e explorado, a psicopolítica algorítmica cria uma forma de controle muito mais difícil de ser percebida e contestada. Han (2018) argumenta que essa forma de controle invisível é ainda mais eficiente do que os métodos tradicionais de vigilância, pois o indivíduo não sente que está sendo vigiado e controlado – ele acredita estar agindo de acordo com seus próprios interesses e desejos, sem perceber que esses mesmos desejos foram moldados pelas plataformas digitais.

Essa nova forma de hegemonia, que opera através da psicopolítica algorítmica, desafia as noções tradicionais de liberdade e autonomia individual, levantando questões cruciais sobre o papel das plataformas digitais na formação de subjetividades e na manutenção do poder nas sociedades digitais. A crítica a esse sistema exige uma compreensão profunda das dinâmicas de poder envolvidas e a busca por alternativas que garantam maior transparência e autonomia frente ao controle invisível exercido pelo príncipe algorítmico.

### **Mudança Qualitativa das Condições de Hegemonia**

A hegemonia algorítmica representa uma transformação profunda e qualitativa nas dinâmicas de poder contemporâneas. O conceito de hegemonia, originalmente formulado por Gramsci (1971), referia-se ao domínio cultural e ideológico exercido por uma classe dominante, que moldava a percepção das massas ao promover suas ideias e interesses como universais. No entanto, na era digital, esse conceito evoluiu, adquirindo novas formas e métodos de controle, profundamente influenciados pela lógica dos algoritmos e das redes digitais.

Galloway (2004) propõe uma compreensão desse novo poder no contexto das redes digitais, onde o controle não é exercido de maneira direta ou coercitiva, mas através da organização de padrões e protocolos que governam o comportamento de forma imperceptível. O poder algorítmico não se baseia mais na imposição explícita de normas ou na repressão física, mas na capacidade de modular e organizar as condições sob as quais os indivíduos interagem com a informação e entre si. Dessa forma, a hegemonia não se manifesta na tradicional concentração de poder sobre as massas, mas na criação de estruturas invisíveis que regulam as interações sociais e culturais.

Por sua vez, Ferrari e Graham (2021) consideram o poder algorítmico como a capacidade que os algoritmos têm de governar e influenciar as interações e comportamentos dos trabalhadores e consumidores nas plataformas digitais. Esse poder se manifesta de duas maneiras principais: de forma discursiva e material. A

dimensão discursiva refere-se à maneira como as plataformas utilizam narrativas e discursos para moldar a percepção dos usuários sobre o que é aceitável ou desejável. Isso inclui como se apresentam como mediadores neutros e eficientes, enquanto, na prática, exercem controle sobre as dinâmicas de trabalho e interação.

O que Galloway (2004) chama de “protocolo” é, na realidade, a infraestrutura técnica subjacente às redes digitais, que estabelece os parâmetros de comunicação e interação. Esses protocolos definem as regras do jogo digital: quais conteúdos serão promovidos, quais interações serão encorajadas e quais usuários serão mais visíveis. A modulação dessas interações, operada pelos algoritmos, molda as experiências cotidianas sem que os indivíduos estejam cientes de como essas regras operam, reforçando um sistema de controle discreto, mas altamente eficaz.

Couldry e Mejias (2019) aprofundam essa discussão ao argumentar que a hegemonia algorítmica é qualitativa em vez de quantitativa. Eles afirmam que, diferentemente das formas anteriores de hegemonia, que buscavam concentrar poder diretamente através da imposição de ideologias dominantes, o poder algorítmico é exercido pela modulação das condições de interação. Ou seja, as plataformas digitais não apenas concentram poder no sentido tradicional, mas moldam o terreno das interações sociais.

Os algoritmos, nesse novo cenário, são os arquitetos invisíveis que determinam quais narrativas ganham visibilidade e quais são marginalizadas. Eles fazem isso ao organizar a circulação da informação de acordo com lógicas comerciais e políticas que favorecem certos interesses. Por exemplo, as plataformas digitais como YouTube e Facebook priorizam conteúdos que geram maior engajamento emocional, o que muitas vezes significa que narrativas polarizadoras, sensacionalistas ou desinformativas são amplificadas, enquanto conteúdos que desafiam o *status quo* ou promovem debates mais complexos são relegados a espaços de menor visibilidade.

Esse processo não é uma simples concentração de poder sobre os dados ou a coleta de grandes volumes de informações pessoais, mas a redefinição das condições estruturais sobre as quais o poder opera. Conforme Couldry e Mejias (2019) destacam, o objetivo do poder algorítmico não é apenas monitorar as ações dos indivíduos, mas moldar a infraestrutura da própria vida social. Isso significa que o poder está na capacidade de modular o ambiente em que a interação social ocorre, determinando quem pode falar, o que pode ser dito e quem será ouvido.

Essa mudança qualitativa nas condições de hegemonia pode ser vista de maneira crítica através do conceito de modulação, conforme descrito por Galloway (2004). A modulação é um processo contínuo de ajuste e refinamento das interações, em que os algoritmos não impõem limites rígidos ou proibições, mas ajustam os comportamentos dos indivíduos ao longo do tempo, de acordo com objetivos predefinidos. Deleuze (1992) já discutia essa ideia ao introduzir o conceito de sociedade de controle, no qual o poder não se baseia mais em uma disciplina rígida e estática, mas em um controle fluido e adaptativo, que se ajusta continuamente às circunstâncias.

Na era digital, esse controle adaptativo é realizado pelos algoritmos que ajustam o fluxo de informações com base em métricas de engajamento, lucratividade e previsibilidade de comportamento. Essa capacidade de ajustar as interações com base em dados comportamentais em tempo real significa que o poder algorítmico não precisa ser visível para ser eficaz. Pelo contrário, sua força reside precisamente na invisibilidade e na naturalização de suas operações, criando uma hegemonia onde os indivíduos são levados a acreditar que estão tomando decisões livres, quando, na verdade, suas interações estão sendo moduladas por sistemas invisíveis de controle.

Essa modulação qualitativa das interações sociais e culturais apresenta um desafio significativo para a resistência. Se, nas formas tradicionais de hegemonia, a resistência poderia se manifestar pela criação de contranarrativas ou pela organização de movimentos sociais que desafiam diretamente a estrutura dominante, no caso

da hegemonia algorítmica a resistência torna-se mais complexa. Isso se deve ao fato de que os algoritmos operam de maneira oculta, ajustando as condições de interação sem que os indivíduos estejam plenamente conscientes de como suas escolhas estão sendo moduladas.

Além disso, a natureza psicopolítica desse controle, como argumenta Han (2018), sugere que o poder algorítmico opera em um nível pré-reflexivo, moldando os desejos e necessidades dos indivíduos antes mesmo que eles possam articular uma resistência consciente. Os algoritmos não apenas direcionam o comportamento, mas também moldam os próprios desejos e preferências dos usuários, tornando mais difícil a mobilização de uma crítica eficaz. A hegemonia, nesse sentido, não é apenas uma questão de controle externo, mas de uma interiorização das normas algorítmicas, que moldam a maneira como os indivíduos percebem o mundo e agem dentro dele.

Uma crítica central à hegemonia algorítmica reside na sua capacidade de naturalizar o controle. A modulação contínua das interações e a invisibilidade dos mecanismos de controle criam um ambiente em que os indivíduos aceitam as condições impostas pelos algoritmos como naturais e inevitáveis. Essa naturalização do poder algorítmico é perigosa porque minimiza o questionamento crítico das operações das plataformas digitais e obscurece as relações de poder que estão em jogo. Srnicek (2016) aponta que as plataformas digitais, ao naturalizarem sua posição como intermediárias essenciais da vida cotidiana, consolidam seu poder de forma que parece incontestável.

Nesse sentido, o desafio da resistência à hegemonia algorítmica deve passar pela desnaturalização do poder algorítmico, ou seja, pela exposição dos mecanismos invisíveis de controle que estruturam as interações sociais. Isso pode incluir a demanda por transparência algorítmica, a criação de regulamentos que limitem a capacidade das plataformas de operar sem supervisão, e a promoção de uma maior conscientização pública sobre como os algoritmos moldam as escolhas e as interações dos indivíduos.

A hegemonia algorítmica, como discutida por Galloway (2004), Couldry e Mejias (2019) e Srnicek (2016), representa uma mudança qualitativa nas condições de poder nas sociedades contemporâneas. Esse novo poder não se baseia na imposição direta ou na repressão física, mas na modulação invisível das interações e dos fluxos de informação. Os algoritmos organizam as condições de interação de maneira que moldam as escolhas e percepções dos indivíduos, criando uma hegemonia que opera sem ser percebida.

Essa transformação qualitativa apresenta novos desafios para a resistência e a crítica, uma vez que o poder algorítmico atua de maneira discreta e pré-reflexiva, naturalizando seu controle sobre os indivíduos. Para contestar essa hegemonia, é necessário expor os mecanismos invisíveis de controle e desnaturalizar o poder que os algoritmos exercem sobre a vida cotidiana, promovendo uma crítica mais profunda sobre a relação entre tecnologia, poder e autonomia na era digital.

### **Considerações Finais**

O estudo sobre a hegemonia algorítmica revela uma profunda reconfiguração das formas de poder nas sociedades digitais contemporâneas. Ao analisar o papel dos algoritmos na organização e modulação dos fluxos de informação, ficou evidente que as plataformas digitais exercem um controle invisível sobre as interações sociais, moldando comportamentos e influenciando decisões em um nível pré-reflexivo. Esse novo modelo de poder, conforme apontado por autores como Gramsci (1971), Deleuze (1992) e Lyon (2014), caracteriza-se pela capacidade de operar de forma automatizada e descentralizada, criando um ambiente em que os indivíduos acreditam estar agindo de maneira autônoma, quando, na verdade, suas ações são moldadas por sistemas algorítmicos que favorecem interesses comerciais.

A hegemonia algorítmica, ao controlar a visibilidade de certos discursos e marginalizar outros, levanta importantes questões sobre a diversidade de vozes

no espaço público e a centralização do poder informacional nas mãos de grandes corporações. Essa dinâmica ameaça a autonomia dos indivíduos e a equidade no acesso à informação, consolidando uma estrutura de controle que reforça o *status quo* e limita a emergência de narrativas alternativas.

A análise apresentada ao longo deste estudo revela que a hegemonia algorítmica representa uma mudança qualitativa nas formas de controle exercidas nas sociedades digitais contemporâneas. Diferente dos modelos tradicionais de poder, baseados na imposição direta de normas e ideologias, o poder algorítmico se manifesta por meio da modulação invisível das interações e dos fluxos de informação. Mediante plataformas digitais, os algoritmos organizam o espaço público para controlar a visibilidade das narrativas, promovendo aquelas que se alinham com interesses comerciais e limitando outras que poderiam desafiar o *status quo*.

Esta forma de controle, conforme discutido por autores como Galloway (2004), Couldry e Mejias (2019) e Srnicek (2016), não apenas reorganiza o debate público, mas também molda as subjetividades dos indivíduos, influenciando comportamentos e decisões de maneira preditiva. A capacidade dos algoritmos de determinar o que será visto e amplificado gera uma desigualdade informacional, onde certos conteúdos são priorizados de acordo com critérios comerciais, enquanto vozes alternativas ou críticas são marginalizadas.

Portanto, é crucial que se promova uma crítica mais profunda e uma regulação mais eficaz sobre as operações desses algoritmos, garantindo maior transparência e justiça no ambiente digital. Somente assim será possível construir uma esfera pública mais democrática e plural, onde o controle sobre a informação seja distribuído de maneira mais equitativa, e onde os indivíduos possam exercer suas liberdades de maneira consciente e autônoma, sem serem subjugados pela lógica invisível do príncipe algorítmico.

## Referências

- Bucher, T. (2018). *If... Then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Cassino, J. F. (2021). Modulação deleuzeana, modulação algorítmica e manipulação midiática. In J. Souza, R. Avelino & A. Silveira (Orgs.), *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais* (pp. 13-30). Hedra.
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The Costs of Connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.
- Deleuze, G. (1992). Postscript on the societies of control. *October*, 59, 3-7.
- Doneda, D., & Almeida, V. A. F. (2018). O que é a governança de algoritmos? In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, C. Guilhon & L. Melgaço (Orgs.), *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem* (pp. 141-142). Boitempo.
- Ferrari, F., & Graham, M. (2021). Fissuras no Poder Algorítmico: plataformas, códigos e contestação. *Fronteiras*, 23(2), 207-219. <https://doi.org/10.4013/fem.2021.232.14>
- Foucault, M. (1975). *Discipline and Punish: The birth of the prison*. Vintage Books.
- Fuchs, C. (2013). *Social media: A critical introduction*. Sage.
- Galloway, A. R. (2004). *Protocol: How control exists after decentralization*. MIT Press.
- Gramsci, A. (1971). *Selections From the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*. International Publishers.
- Han, B. C. (2018). *Psychopolitics: Neoliberalism and new technologies of power*. Verso Books.

Harvey, D. (2005). *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford University Press.

Jesus-Silva, T. H., & Lima, N. C. (2024). Tecnologização do ambiente digital como facilitador da propagação da desinformação. *Esferas*, (29). <https://doi.org/10.31501/esf.vli29.14855>

Jesus-Silva, T. H. (2024). A desinformação como instrumento de dominação capitalista. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, (46), 9-27. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n46.2024.a1>

Lyon, D. (2014). *Surveillance After Snowden*. Polity Press.

Medeiros, J. S. (2020). Caminhos algorítmicos: Plataformas digitais de controle. *P2P & Inovação*, 7(1), 12-22. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/215411>

O'Neil, C. (2016). *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. Crown.

Rouvroy, A., & Berns, T. (2018). Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, C. Guilhon & L. Melgaço (Orgs.), *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem* (pp. 107-140). Boitempo.

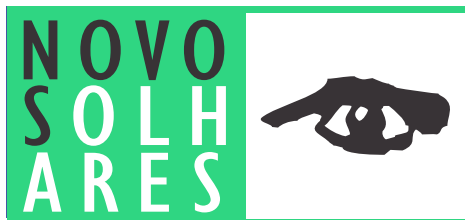
Seto, K. S. (2024). *O algoritmo e o capital: ensaios introdutórios à economia dos meios digitais*. Appris.

Silveira, S. A. (2019). A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In J. Souza, R. Avelino & S. A. Silveira (Orgs.), *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes sociais* (pp. 31-46). Hedra.

Srnicek, N. (2016). *Platform Capitalism*. Polity Press.

Van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. Oxford University Press.

Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.



Volume 13 - Número 2

2º SEMESTRE DE 2024

**AMÉRICA LATINA E OS ANOS RECENTES: O ESTUDO DA RECEPÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL**

JESÚS MARTÍN-BARBERO

**A RECEPÇÃO DA CRÍTICA AOS FILMES PREMIADOS NA MOSTRA DE CINEMA TIRADENTES ENTRE OS ANOS DE 2020 E 20221**

REGINA LUCIA GOMES SOUZA E SILVA

**AS PRÁTICAS DA SOCIAL TV DOS FÃS DA TELENOVELA PANTANAL NO FACEBOOK: ENGAJAMENTO E POSSÍVEIS ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA DIGITAL VIRTUAL**

MARIA CRISTINA PALMA MUNGIOLO, ANALÚ BERNASCONI ARAB

**IA RESPONSÁVEL, PLATAFORMAS DE MÍDIA SOCIAL E REGULAÇÃO NO BRASIL: NOTAS PARA PENSAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE INCERTEZAS**

FRANCISCO LEITE, ISABELA XAVIER GONÇALVES, TELMA LUIZA DE AZEVEDO, LUCIANA MOHERDAUI, EVERALDO PEREIRA

**FRONTEIRAS DA ALTERIDADE NO DOCUMENTÁRIO E NA FICÇÃO: IMIGRANTES, REFUGIADOS E SUAS REPRESENTAÇÕES NA CULTURA AUDIOVISUAL**

JOSÉ AUGUSTO MENDES LOBATO

**A NARRADORA DE CADERNO AFEGÃO: UMA JORNALISTA NA BORDA DO MUNDO**

LETICIA MYRRHA DE PAULA E SILVA NEVES, MARCIO DE VASCONCELLOS SERELLE

**O OUVINTE COMO ASPECTO DA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO RADIOFÔNICA: APONTAMENTOS PARA A REFLEXÃO**

ROSCÉLI KOCHHANN

**RUMO AO FM: IMPASSE E EXPECTATIVA EM RÁDIOS AM CURITIBANAS**

JOÃO CUBAS MARTINS, MAÍRA ROSSIN GIOIA DE BRITO, JOSÉ CARLOS FERNANDES, VALQUÍRIA MICHELA JOHN

**ENTRE CURRAIS E CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO: HETEROTOPIAS DAS ZONAS DE CONFINAMENTO EM TEXTUALIDADES DA SECA DE 1932 NO CEARÁ**

DANIEL MACÊDO

**A RECONFIGURAÇÃO DA HEGEMONIA NA ERA DIGITAL: O PAPEL DOS ALGORITMOS NO CONTROLE DA INFORMAÇÃO**

THIAGO HENRIQUE DE JESUS-SILVA

ISSN: 2238-7714

apoio:

realização:



ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

